

SILVIO FRANK ALEM

Os Trabalhadores e a "Redemocratização"

(Estudo sobre o Estado, Partidos e a
participação dos trabalhadores assala
riados urbanos na Conjuntura da
Guerra e do Pós-guerra imediato.)

1942 - 1948

Dissertação de Mestrado em
Ciências Humanas, Área de
História do Brasil.

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

1981

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A G R A D E C I M E N T O S

A realização deste trabalho foi possível graças ao auxílio, co laboração e apoio de algumas instituições e de muitas pessoas. Seguramente, ao registrar aqui minha gratidão, cometerei involuntariamente omissões, pelas quais desde agora me desculpo.

Inicialmente devo agradecer ao conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, principalmente aos envolvidos no Projeto "Formação do Trabalhador As salariado Urbano", a dedicação demonstrada na condução dos cur sos que pude frequentar, nos anos de 1976 e 1977.

Recebi do Professor Michael MacDonald Hall a orientação pacien te e segura que me permitiu levar à frente a pesquisa e a reda ção desta Dissertação. Ao longo destes anos pude me beneficiar de uma convivência intelectual caracterizada pela franqueza e liberdade. Sem que tenha responsabilidade pelos erros, os acer tos deste trabalho devem ser creditados em ^{larga medida ao} estímulo permanente que recebi do prof. Michael, que mais que tudo prezo hoje como exemplo de dedicação à investigação histórica em nosso país.

Recebi da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, durante dois anos, bolsa de Mestrado sem a qual teria sido mate rialmente impossível levar adiante as pesquisas que resultavam neste texto. Devo à Universidade Federal da Paraíba, através principalmente de seus Departamento de História e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional a concessão de liberação de atividades docentes que propiciaram a conclusão da investigação e redação. Registrando aqui os nomes dos profs. Emília Augusta Lins Freire (Chefe do D.H. - C.C.H.L.A.), Rosa Maria Godoy Silveira (Coordenadora da N.D.I.H.R.) e Gisafran Nazareno Mota Jucá (que me substituiu nas disciplinas de História Contemporânea, no segundo semestre de 1979), anoto minha gratidão pelo apoio recebido de meus colegas da UFPb que aceitaram inclusive aumentar sua carga de trabalho para propiciar meu afastamento de João Pessoa, confiando na oportunidade deste trabalho.

Para Candida, Bernardo, Nathália
e Vladimir, parceiros do
quotidiano sofrido do "fa-
zer a dissertação"

Para Manoel Maurício, que me aju-
dou em muito mais que a des-
coberta da vocação.

E, também,
à memória
da melhor parte de minha ge-
ração.

I N D I C E

Abreviaturas Utilizadas	I-2
Agradecimentos	I-3
Introdução	II-5
PARTE I. A Conjuntura da Guerra	
Capítulo I. O "Estado de Guerra" e os Trabalhadores	1
Notas	34
Capítulo II. Os Trabalhadores e o PCB no "Estado de Guerra"	47
Notas	84
PARTE II. A Conjuntura do Pós Guerra Imediato	
Capítulo III. O Movimento Trabalhista - Da "Conversão Democrática" de Vargas ao Decreto Lei nº 9 070	102
Notas	143
Capítulo IV. O PCB e as Outras Esquerdas : Da Anistia à Posse de Dutra	166
Notas	206
Capítulo V. Nos Limites da "Redemocratização"	228
Notas	238
Anexos . Tabelas (I a X)	244
Anexos.. Documentos (I a IV)	254
Bibliografia	281

Pude contar com a colaboração dos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de Pernambuco e Biblioteca Nacional, sempre so lícitos no atendimento aos pesquisadores que os procuram. Agradeço aos professores Luiz Antonio Affonso Gianni, Lilia Guedes, Denise Mohr, Élide de Lima Barbosa e Antonio de Pádua Xavier de Andrade que recolheram parte da documentação que pude utilizar. Os textos do U.S.N.A. - Washington que consultei, me foram for necidos pelo prof. Michael Hall.

Serei sempre grato aos que, personagens desta Dissertação, con tribuíram com seus depoimentos pessoais.

Registro aqui a amizade construída com meus colegas das primeira e segunda turmas do Mestrado em História do IECH-UNICAMP, solidários no cotidiano e dotados de estimulante espírito uni versitário. Chico e Helena me hospedaram na fase final da pes quisa, acolhendo também com paciência as angústias daquela épo ca.

Candida, minha companheira, me apoiou de todas as formas du rante estes anos do "fazer a dissertação".

Toda ênfase que pudesse dar a sua contribuição seria pe quena.

Em momentos diferentes, sacrificou suas próprias pesquisas, assumiu uma desfavorável divisão do trabalho doméstico, discu tiu os manuscritos, datilografou-os, além de me oferecer o apoio emocional sem o qual não teria sido possível levar até o fim a proposta.

Nathália e Vlád aceitaram o pai sempre "ocupado com a tese" e con tribuíram com sua alegria.

Luciano, Regina e Valéria alunos do curso de História da UFPb, campus I, participaram do "mutirão" exaustivo de datilografar re ver e montar o texto final. Espero, algum dia, retribuir a todos que de alguma forma me auxiliaram.

João Pessoa/Campinas, fevereiro de 1981.

INTRODUÇÃO

I N T R O D U Ç Ã O

Os trabalhadores urbanos, passada já a fase em que eram objeto de estudo de uns poucos pioneiros, ganharam nos anos 70 lugar de destaque no rol das pesquisas acadêmicas da área de ciências humanas. Um grande número de dissertações de mestrado, teses de doutoramento ou destinadas a concursos de livre-docência contribuem para que eles comecem a ganhar, na produção universitária brasileira, uma relevância que ao menos se aproxime daquela que possuem há muito mais tempo, na sociedade brasileira.

Quando em 1976, nas discussões levadas a efeito no âmbito do programa de pós-graduação em História do IFCH-UNICAMP, definimos nosso objeto de pesquisa - as relações entre trabalhadores, Estado e Partidos Políticos na conjuntura da "re-democratização" - o tema tinha sido apenas objeto de artigos ou ensaios, alguns deles de circulação restrita, uma vez que considerados textos provisórios por seus autores. Desde então vieram à luz obras gerais e trabalhos de natureza específica que privilegiaram aquele que era, em larga medida em 1976, um objeto original de investigação (1). Este fato, se por uma parte aumentava o desafio que tínhamos assumido, de concluir um trabalho que por definição deveria chegar a conclusões originais, por outra parte nos estimulava e beneficiava nossa reflexão, dada a qualidade das novas produções concluídas.

Ao mesmo tempo, crescia o interesse extra-acadêmico pela conjuntura da "re-democratização" de 1945. A crise do modelo político implantado no Brasil a partir de 1964, colocando ainda uma vez nas ruas a questão democrática, a necessidade de um novo pacto social - que se pleiteia seja definido por uma Constituinte livre e soberana, remeteram a sociedade civil para uma reflexão sobre a "outra" crise institucional, aquela que os meados dos anos quarenta conheceram. A explicitação aguda - nos campos, nas oficinas, nos sindicatos, do conflito capital versus tra

balho, forçosamente levaram a que a montagem e os limites da democracia de 1946 fossem mais conhecidos e discutidos.

Pretendemos, com esta dissertação, oferecer uma contribuição à tarefa que se coloca para a historiografia, no sentido de aclarar a participação política dos trabalhadores na conjuntura que antecede a queda de Vargas, e verificar o papel que puderam exercer na construção de uma nova ordem constitucional, privilegiando a questão de suas relações com os partidos políticos, sobretudo o PCB.

Escolhemos como marco cronológico inicial o ano de 1942, fugindo à tradição historiográfica que baliza a crise do Estado Novo com o "Manifesto dos Mineiros", recolhido das interpretações formuladas pela oposição liberal presente na conjuntura (2). A entrada do Brasil no conflito mundial se fazia levando às ruas a insatisfação popular, no mesmo momento em que, pela Constituição, terminava o mandato de Vargas. Ainda que reservando maior atenção ao período que vai desde aí até 1946, balizamos a conjuntura da "redemocratização" com a cassação dos mandatos parlamentares do PCB, em 1948, quando a reformulação institucional explicitava definitivamente seus limites, já delimitados desde o ano anterior com o fechamento deste Partido e da recém-criada Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

Na época do capitalismo monopolista, a luta de classes assume um caráter mundial que torna difícil isolar num plano nacional a dinâmica a que os conflitos vão obedecer. Não é possível, contudo, reduzir a luta de classes que se dá neste espaço nacional a mera expressão de uma conjuntura internacional - se no primeiro caso se perdeu de vista as articulações maiores do Capital, no segundo quedamos reduzidos a um mecanismo a-histórico. Parece-nos assim, correta, a formulação de que a conjuntura política brasileira dos anos 42-45 é uma conjuntura "sobredeterminada" pelo conflito mundial, no sentido em que a cisão do mundo capitalista e a aliança de uma parte dele com a URSS propiciava um ascenso das lutas democráticas, favorecendo o aumento do espaço po-

lítico ocupado pelos trabalhadores.

Delineava-se uma tendência, que se expressou de forma desigual em espaços históricos desiguais; invertia-se a direção que desde a crise de 1929 podia ser observada em todo o mundo, e que desde a ascensão ao poder do Partido Nacional Socialista, na Alemanha de 1933, se consolidara.

A crise mundial fora "resolvida", então favoravelmente aos dominantes; em todo o mundo os trabalhadores amargaram derrotas. A burguesia soube adaptar seus aparelhos de Estado para perpetuar sua dominação; no Brasil a derrota do movimento operário independente começara a se delinear logo após a revolução de 1930, e fora levada às últimas consequências em 1935.

Ainda sobredeterminada nos parece a conjuntura dos anos 1946-1948, quando após a derrota do Eixo (e em decorrência da forma pela qual ela se dá), se coloca em primeiro plano a nível internacional o conflito de interesses entre o mundo capitalista e a URSS, enquanto se afirma no interior do mundo capitalista, rapidamente, a nova hegemonia norte-americana. Na passagem da conjuntura de guerra à do após-guerra o espaço que se abria tendencialmente para os trabalhadores e os dominados em geral, rapidamente se fecha - em grau maior ou menor, a par de considerações geopolíticas, em função também do que tivesse sido conquistado ao Capital em cada espaço nacional considerado.

Em nosso trabalho tratamos dos "trabalhadores". Isto porque, embora inicialmente preocupados apenas com os operários fabris, acabamos por alargar o campo de nossa investigação para setores mais amplos dos assalariados urbanos, que se identificaram, ao menos conjunturalmente, com as lutas e o movimento do proletariado, partilhando de sua sorte. Voltamo-nos em nossos estudos, principalmente para o Estado de São Paulo e Distrito Federal, ainda que sempre que possível procurássemos ampliar para outras Unidades da Federação a coleta de informações (3).

O caráter do Estado brasileiro no pós-30 é objeto clássico dos estudos da nossa ciência social. Se tomarmos em consideração apenas as análises que pensam o Estado como expressão e agente do conflito de classes, teremos, grosso modo, tres grandes conjuntos de interpretações que foram formulados a respeito. O primeiro, que se expressa principalmente nas produções de Nelson Werneck Sodré (4), se caracteriza por pensar a revolução de 1930 como derivada do antagonismo entre os interesses agrário-exportadores, pré-capitalistas, aliados naturais do imperialismo, e aqueles da burguesia industrial. As formulações institucionais de 1934, 1937, 1946 corresponderiam a momentos distintos da consecução frustrada da revolução democrático-burguesa. A partir das teses da CEPAL, que afirmavam a histórica complementaridade de interesses entre as burguesias-agrário exportadora e industrial, e, sem dúvida, desenvolvendo-se como resposta às perplexidades geradas pelos acontecimentos de 1964, surgiu a percepção do "compromisso" entre as facções burguesas, cada uma delas incapaz de sozinha exercer a hegemonia sobre as demais. O Estado do pós-30 erige-se, nas palavras de Weffort, na condição de "árbitro", "que decide em nome dos interesses nacionais", sem "se subordinar, exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas" (= facções burguesas) (5).

Mais recentes são as contribuições dos que buscaram respaldo teórico nas teses da "modernização conservadora", "revolução pelo alto" ou ainda de uma "via prussiana" da revolução burguesa. Entre os autores que por si caminharam, Werneck Vianna se destaca por propor uma interpretação do Estado sob Vargas como respondendo basicamente aos interesses da grande propriedade territorial não exportadora, interessada no mercado interno e com a qual eram coincidentes os interesses da burguesia industrial (6).

Ainda que considerando mais pertinente as interpretações que se referem ao "compromisso" que o Estado gerencia no pós-30, não foi com a pretensão de intervir neste grande debate que nos preocupamos em estudar os anos finais

do Estado Novo. Com pretensão mais modesta, buscamos, a partir da compreensão de que o conflito Capital versus Trabalho permeava já toda sociedade brasileira, observar a prática do Estado burguês, Estado "específico", mas sobretudo burguês, em relação aos assalariados urbanos. Pretendemos situar sua prática em alguns dos principais planos assumidos - o da política salarial, o da regulamentação das condições de trabalho, a prática repressiva e a cooptadora. Tivemos aí, como interlocutores necessários os autores que buscaram ver na conjuntura concessões feitas pelo Poder aos assalariados, como forma de obter deles respaldo político. Disso tratamos em nosso Capítulo I.

No Capítulo II buscamos observar a ação dos trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil no período do "Estado de Guerra", tratando separadamente os dois objetos. Preocupou-nos observar, em relação aos primeiros, as respostas que ofereceram à situação política vigente, sua aceitação ou não da "paz social" que a ditadura propagandeava. Levantamos aí a hipótese de que os trabalhadores teriam contribuído para a "democratização" de 1945, explicitando, a partir das oficinas, seu descontentamento com o arrocho salarial e as duras condições de vida "justificadas" pela guerra, discordando da historiografia que lhes nega, aí, ainda uma vez, o papel de sujeitos históricos. Em relação ao PCB preocupou-nos verificar as propostas políticas que formulou, numa conjuntura em que o Partido se encontrava esfacelado pela repressão e onde surge dividido por táticas divergentes, ainda que todas atendessem a uma concepção estratégica comum. Buscamos levantar alguns elementos da prática que os comunistas desenvolveram no sentido da reconstrução da organização trabalhista, prática que em suas linhas mais gerais será mantida no pós-guerra imediato.

Nosso Capítulo terceiro pretende acompanhar o movimento trabalhista no período março/1945 - fevereiro de 1946 - da vigência das medidas liberalizantes de Vargas, até a posse de Dutra. Julgamos ter identificado, numa avaliação

em princípio válida para São Paulo e o Distrito Federal, os momentos da reconstrução deste movimento, observando sua evolução acelerada, desde as greves espontâneas e por vezes "selvagens" até a greve nacional dos bancários, conduzida pelos sindicatos da categoria. Procuramos igualmente situar alguns elementos da atuação patronal, do Estado e do PCB, na condição de atores intervenientes na re-institucionalização da luta econômica e política dos assalariados urbanos, verificando a evolução de suas percepções e atitudes frente ao conflito social.

Intervimos, no Capítulo quarto, no já amplo debate suscitado a propósito da atuação do PCB frente ao Estado e os trabalhadores em seu curto período de legalidade. Preocupou-nos a linha política proposta e nela situar a tentativa que o Partido faz de passar da pura adesão à aliança com Vargas, bem como compreender melhor as práticas que o fazem receber em suas fileiras dezenas de milhares de trabalhadores e se converter, afinal, no Partido mais identificado como seu pelos assalariados urbanos.

Interessou-nos, ainda, observar as propostas e a prática de outros grupos socialistas, "marxistas" ou não, que se formaram e se definiram naqueles anos pela negação do "Partido de Prestes", preocupados em levantar elementos que explicassem sua incapacidade de se transformarem em alternativas concretas à proposta do PCB.

O Capítulo V serve apenas para levantar o que consideramos como as linhas mais gerais do momento final da conjuntura do pós-guerra imediato - a restauração da unidade burguesa, a rápida definição pelo Estado de um novo padrão de relacionamento com os trabalhadores, e a prática do PCB, incapaz de perceber a direção que tomava a conjuntura. Nesta parte pretendemos principalmente levantar hipóteses que estimulem novas investigações.

NOTAS INTRODUÇÃO

- (1) Entre os trabalhos que trataram de forma abrangente a crise do Estado Novo: CARONE, Edgard. O Estado Novo. São Paulo, DIFEL, 1976; SILVA, Hélio. 1945: Porque Depuseram Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Os trabalhos específicos estão listados no capítulo IV desta dissertação.

- (2) A "Matriz" inicial dessa percepção é o trabalho de FRANCO, Virgílio A. de Mello. A Campanha da UDN (1944-45). Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.

Carone, que se preocupa em mostrar que se mantém após 1937 manifestações de oposição ao regime (negando implicitamente que a "paz romana" tenha sido integralmente obtida), pensa que em fins de 1941 e começo de 1942 começam a surgir "frentes únicas" - que ligam oligarquias oposicionistas, comunistas e liberais, fugindo às análises tradicionais, introduzindo outros agentes no processo então desencadeado (CARONE, Edgard. O Estado Novo, p 292).

- (3) O censo de 1940 revela uma estrutura de emprego em que 64,4% da população brasileira estava ligada ao chamado setor "primário", 15,6% ao "secundário" e 20,0% ao "terciário". Em relação a 1920, o setor que mais se beneficiara percentualmente fora o terciário (para aquela data a estrutura de emprego apontava 66,7%, 13,2%, e 15,3%, além de 4,3% "mal definidos" (SINGER, Paul I. Força de Trabalho e Emprego no Brasil. São Paulo, Cadernos CEBRAP nº 3, 1971, p 51). O número de operários industriais, tinha crescido em 116% - (de 293.673 para 781.185) enquanto a população absoluta do país aumentava em 34% (de 30.635.605 para 41.165.289).

Do total de estabelecimentos industriais existentes em 1940 (49.418), 70% tinham sido instalados entre 1929/39 e 54% entre os anos 1933/37. 54,65% dos estabelecimentos e 66,0% do operariado concentrado entre São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Nas referências estatísticas que utilizaremos mais à frente incluímos os dados referentes aos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, que respectivamente possuíam 7,3% e 7,8% dos operários, apresentando por certo especificidades em relação aos trabalhadores do centro-sul do país.

Em 1941 a maior parte dos trabalhadores fabris concentrava-se nos setores têxtil e de alimentação (45,0%) seguido pelo setor metalúrgico (11,3%).

Já em 1938, 43,2% da produção industrial do país era gerada no Estado de São Paulo. A população da capital aumentara de 1.060.120 habitantes para 1.337.644, no período 1934-1940. O setor secundário da economia empregava 50,3% da população ativa da capital, 48,4% da "grande São Paulo" e 19,5% de todo Estado (1940). Em 1950 os percentuais, respectivamente eram de 53,4%, 53,2% e 28,7% (SINGER, Paul I. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, C.E.N., 1977, pp 48 e 58; SPINDEL, C. R. "Disponibilidade e Aproveitamento dos Recursos Humanos da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo", in: CAMARGO, Candido Procópio F. et alii Composição da População Brasileira. São Paulo, Cadernos CEBRAP nº 15, 1973, p 112).

- (4) SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. (3ª edição), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- (5) WEFFORT, Francisco C. "Estado e Massas no Brasil", in: Revista Civilização Brasileira 7. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- (6) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Parte I

A Conjuntura da Guerra

CAPÍTULO I

O "ESTADO DE GUERRA" E OS TRABALHADORES

O "ESTADO DE GUERRA" E OS TRABALHADORES

"Recordemos as injustiças do passado, a negativa de direitos para o proletário, a falta de proteção ao trabalho, a ausência de leis de assistência, as greves destruidoras da riqueza, as crianças que morreram de fome, a velhice que esmolava, a exploração do trabalho humano, os lucros inconfessáveis do Capital ...".

.....
"Pensemos no Brasil dos dias de Getúlio Vargas, neste Brasil modelado para a realidade de nossa gente, de nossa terra. Já não há mais classes sem direitos. Todas as famílias estão protegidas. Nascem e vicejam brasileirinhos robustos e saudáveis acudidos nas creches proletárias"

(Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, "Falando aos Trabalhadores Brasileiros", 15.03.1943)

Se as circunstâncias que levam o Brasil, em 1942, à guerra, são bem conhecidas (1), mal estudadas são as consequências que este engajamento trouxe para os trabalhadores. Os movimentos reivindicatórios que surgem na conjuntura do pós-guerra imediato são vistos muitas vezes como gerados naquele mesmo momento. Tudo isso contribui para a manutenção da imagem de uma História que quando não exclui pura e simplesmente da cena política os dominados, marca sua participação por uma "descontinuidade" que ganhando foros de verdade, recebe explicações que se aproximam por vezes, e perigosamente, de uma compreensão de tipo determinista ou voluntarista.

Um dos temas clássicos da sociologia e da ciência política latino-americana é o estudo do fenômeno da cooptação de massas, sobretudo urbanas, pelos regimes "populistas".

É extensa a bibliografia que trata do tema, sendo muito numerosa, nela, a produção

que busca razões derivadas da "estrutura" das classes trabalhadoras para explicá-lo. O rápido incremento do emprego industrial (ou mais simplesmente, urbano), incorporador de trabalhadores jovens, de origem rural, ao mercado de trabalho, teria servido para esvaziar o conteúdo revolucionário do comportamento operário, característico das primeiras décadas do século (2).

Na crítica a estas interpretações, duas tendências já fazem escola, buscando o terreno da política e das análises de conjuntura.

Uma delas busca a "absolvição" dos trabalhadores e passa a procurar na orientação das vanguardas políticas a razão última da perda de autonomia do movimento operário (3). Outra, busca recuperar as concessões sociais oferecidas pelo Estado no período populista, apresentando-as no limite como coincidentes às reivindicações que os trabalhadores levantavam (4).

A busca da historicidade perdida, sem dúvida presente em maior grau nas duas últimas propostas interpretativas as torna bastante atraentes. As tres perspectivas contêm, por certo, verdades.

Nosso objeto de análise neste capítulo coincide com um momento crucial da elaboração do chamado modelo político "populista". E, se a ele nos dedicamos é porque acreditávamos fosse possível uma aproximação maior com a realidade concreta do processo, desde que a ótica escolhida evitasse o tom dos ensaios e buscasse mais o fato empírico. Para que pudessemos acompanhar a atuação política dos trabalhadores na crise do Estado Novo e conseqüente "democratização" do país, tornava-se necessário que situássemos a evolução de suas condições de vida no período.

Salários, condições de trabalho, possibilidade de ação, espaço político, foram os elementos que privilegiamos, além de observar as práticas que o Estado desenvolveu em sua tentativa de obter a colaboração dos assalariados urbanos para sua proposta de paz social.

"ESTADO DE GUERRA" E SALÁRIOS

O período 1935-1942 foi marcado a propósito da questão dos salários urbanos, pelo estabelecimento das tabelas dos salários-mínimos, em maio de 1940 (Decreto-Lei 2.162). Dos motores de sua implantação, às consequências da vigência (ou, até mesmo, da escala em que ela ocorre de fato), os autores que trataram do tema, divergem.

Preocupou-nos, principalmente, verificar como perceberam as consequências reais da adoção do piso salarial no país.

O "insuspeito" Simonsen aponta, para os anos de 1935 a 1938 uma queda de 12,82% no valor médio dos salários em relação ao aumento do custo de vida no país (5).

Maria Hermínia afirma:

"É difícil aquilatar o impacto da decretação do salário-mínimo sobre as condições reais de remuneração dos trabalhadores urbanos. O único levantamento sistemático disponível é aquele realizado pelo Ministério do Trabalho em 1939" ... "De acordo com os dados fornecidos por aquele inquérito o estabelecimento do salário-mínimo teria significado ganhos substanciais para parcelas ponderáveis das massas proletárias".

"Em dez capitais o salário-mínimo superou os salários médios urbanos e em quinze situou-se acima do salário mediano urbano, inclusive nos principais centros industriais do país. Entretanto, no que respeita ao operariado propriamente dito, menores parecem ter sido os ganhos nos centros fabris mais importantes da nação. Com efeito enquanto em Salvador, Belo Horizonte e Recife o valor do mínimo ultrapassou o salário médio industrial em 1937, tal não acontecia no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo".

Na Unidade de maior contingente operário, "o mínimo situou-se abaixo da remuneração já recebida por amplas faixas de trabalhadores fabris" (6). O ideólogo da indústria paulista, Roberto Simonsen, de fato não teve, na época, motivos para queixas:

"Não se pode negar que o salário-mínimo veio corrigir compressões e erros de distribuição existentes em alguns setores da população brasileira. Em nosso Estado, como já temos dito por mais de uma vez, foi relativamente pequena a sua

influência, em relação à grande massa de trabalhadores industriais.

É que os salários insuficientes eram geralmente registrados nas zonas empobrecidas do país, onde existe um excesso de mão-de-obra em relação aos recursos econômicos locais" (7).

Francisco de Oliveira, preocupado em situar a legislação do salário-mínimo no quadro das medidas destinadas a viabilizar um novo modelo de acumulação, afirma que "não há evidências empíricas de que a decretação do salário-mínimo rebaixou salários". Os valores salariais decretados teriam servido para "igualar", reduzindo - antes que incrementando, o preço da força de trabalho, numa operação que "reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não qualificados" (além de estabelecer para o empresariado um "horizonte médio para o cálculo econômico", libertando-o do "pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores") (8).

Werneck Vianna concorda com Francisco de Oliveira:

"Dessa forma o salário-mínimo se situou em torno de um ponto próximo à remuneração média já observada no sistema urbano-industrial, ressalvando-se que tal remuneração se encontrava depreciada pelo critério utilizado na investigação. Por conseguinte, do ponto de vista do operário industrial, o salário-mínimo tabelado não consistiu numa elevação do seu padrão de vida, reproduzindo simplesmente as condições do contingente pior remunerado desse setor".

.....

"O salário-mínimo se transformava conseqüentemente, num instrumento efetivo para a acumulação industrial, mantendo os salários do exército industrial orbitando numa trajetória pouco acima do mínimo.

Contudo, para os demais assalariados, seus efeitos operavam diversamente. Traduzia-se numa melhoria real para as demais ocupações das classes subalternas urbanas, que conforme os dados do censo salarial, viviam em grande parte sob uma remuneração aquém do mínimo fixado pela lei. Engrossava-se portanto o mercado interno atendendo-se a uma persistente reivindicação dos empresários industriais. Dessa contabilidade resultava que o operário industrial "financiava" a ascensão ao mercado de outros setores das classes subalternas. Nas fábricas, a depreciação de sua força-de-trabalho incrementava as taxas de acumulação" ... (9).

Em 1937, considerados os dados do IAPI para 535.880 segurados, o salário médio nacional pago pela indústria alcançava 202\$060 (10). Em julho de 1942 o mesmo in

dicador (considerados 968.424 segurados) tinha aumentado de 38,7% - alcançando a importância de E\$ 279,00.

Um confronto regionalizado é problemático, uma vez que os dados de que dispomos para 1937 dizem respeito às capitais, e os de 1942, aos Estados (11)

UNIDADE	Salário Médio 1937+	Salário Médio Julho 1942++	Variação
Pernambuco	117\$900	205,00	+ 73,87%
Minas Gerais	152\$800	207,00	+ 35,47%
Rio de Janeiro	179\$200	270,00	+ 50,66%
Distrito Federal	270\$700	361,00	+ 33,35%
São Paulo	223\$500	313,00	+ 40,04%
Rio Grande do Sul	219\$800	292,00	+ 32,84%

(+ Capitais; ++ Estados).

Fontes: (1937) MTIC. "Alguns Aspectos da Política do Salário Mínimo" Rio, 1946, citado por ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., p 244;
(1942) IBGE. Anuário Estatístico 1941-1945. Rio, 1946, p 327.

As estatísticas disponíveis sobre o custo de vida são igualmente pouco confiáveis, mesmo para o Distrito Federal e São Paulo.

Oliver Onody (12), calcula que entre 1939 e 1942 o salário médio real na indústria de transformação tenha caído do índice 100 para 93 ou 92, de acordo com fontes diferentes (ver: Anexos - Tabelas, I).

(1939-1942)
Na cidade de São Paulo o "custo de vida operário" no período, teria subido de 32,6%; no Rio de Janeiro, de 29,4%, por uma estatística que pensa "uma família de 7 pessoas", incluindo custos com "criados" (Tabelas II e III) (13).

Reunimos vários outros indicadores, insuficientes, contudo, para aclarar a questão da evolução dos salários reais dos trabalhadores no período que antecede o "Estado de Guerra" (14). Afirmamos, de todo o modo, nossa pouca credibilidade em análises que afirmam a ocorrência de ganhos reais. Em anos marcados pela repressão a seu movimento reivindicatório, como foram aqueles do período 1935-1942, é difícil aos trabalhadores a manutenção de seus níveis reais de salário. Em 1942 o correspondente da Organização Internacional do Trabalho no Brasil escrevia:

"Com efeito, a alta dos preços das mercadorias, em consequência da guerra, não está mais em relação com os salários, que permaneceram mais ou menos estáveis depois de 1939, apesar da carestia crescente da vida, o que provoca frequentes reclamações dos sindicatos ..." (15).

Para os anos de vigência do Estado Guerra, não temos dúvida, contudo, em apontar uma rápida deterioração da remuneração dos assalariados urbanos, sendo o Estado não apenas conivente, mas eficaz promotor desta situação.

A primeira providência salarial justificada pela guerra foi a decretação de dois descontos sobre a remuneração dos trabalhadores: o destinado à subscrição de guerra (16), que alcança 3% das comissões e salários (17) e o estabelecido como contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência, de 0,5% sobre os salários (18). Cabe notar que até então ocorria o desconto de 4% correspondente ao IAP's; as novas obrigações praticamente dobravam a cifra deduzida dos salários, sem que isso significasse alguma retribuição econômica real ou fictícia, do tipo que as taxas da previdência possibilitavam.

Em janeiro de 1943 a recém-constituída Coordenação de Mobilização Econômica promoveu um aumento de 25% sobre os salários-mínimos das capitais, Distrito Federal e Território do Acre, bem como de 30% para a tabela em vigor nos demais Territórios e municípios dos Estados (19). Em maio decretava-se o "salário-adicional" para os mínimos industriais; em novembro, na comemoração do Golpe de Estado de 37, novos reajustes são estabelecidos - sobre os mínimos e sobre os adicionais da indústria (20).

Ao findar 1943, eram os seguintes os totais dos reajustes concedidos durante o ano sobre os salários industriais, em algumas capitais: (21)

Cidade	% de Reajuste
Recife	88,78%
Belo Horizonte	80,24%
Distrito Federal	58,8 %
Porto Alegre	67,68%
Niterói	67,69%
São Paulo	63,27%

Portaria nº 36 da CME - Decreto-Lei 5.437 - Decreto-Lei 5.977 - Decreto-Lei 5.978.

Analisando estas várias alterações, Maria Hermínia conclui "... os salários mínimos industriais pagos a partir de novembro de 1943 nas capitais dos Estados, superaram a remuneração média dos trabalhadores da indústria ao longo do mesmo ano, exceção feita ao Distrito Federal".

"Embora os reajustes tenham implicado ganhos reais para o conjunto das massas urbanas, já que os índices ultrapassaram os do custo de vida, os assalariados na indústria receberam benefício maior. Pelo menos no Distrito Federal e na cidade de São Paulo, para os quais há dados, os incrementos salariais na indústria foram entre 1940 e 1943 de 58,8% e 63,2%, contra 38,2% e 43,2% no custo de vida, enquanto se limitavam a 47,58% e 51,31% nas demais atividades urbanas". (22)

A favor de sua hipótese, a autora apresenta tabela, da qual reproduzimos parte:
(23)

Unidade da Federação	Salário-Mínimo (1943)		Salário Médio Industrial Estado (IAPI) (1943)
	Capital	Interior	
Pernambuco	330,00	250,00	233,00
Minas Gerais	350,00	260,00	248,00
Rio de Janeiro	370,00	220,00/ 290,00	298,00
Distrito Federal	410,00	-	417,00
São Paulo	390,00	260,00/ 310,00/ 370,00	354,00
Rio Grande do Sul	370,00	300,00	310,00

Os reajustes de 43 teriam beneficiado, além dos trabalhadores industriais, a burguesia industrial paulista (como em 1940) - que teria pressionado para a concessão de reajustes percentualmente maiores às regiões de menor salário-mínimo legal - o que prejudicaria as indústrias sediadas fora do centro-sul (24).

Não estamos convencidos, contudo, de que ganhos reais tenham ocorrido nos salários industriais pagos no país, em 1943, por força das medidas de Vargas. A primeira das objeções que levantamos diz respeito a tabela montada acima. Da mesma forma que a autora, não tivemos acesso aos resultados dos inquéritos salariais promovidos pelo IAPI mes a mes, com base nos descontos sobre os salários pagos a seus segurados. Os salários-médios industriais dos Estados, referidos na última coluna, são os de julho de 1943 - (ver Tabela VII). Uma outra tabela, que os confrontassem com os mínimos industriais (decreto do salário-adicional para a

indústria) que vigoravam na ocasião (a partir de junho), daria resultados distintos daquele reproduzido anteriormente, numa comparação que nos parece mais bem datada.

Unidade da Federação	Salário-Mínimo+		Salário Médio Ind. Estado (IAPI) (julho 1943)
	Capital (junho)	Interior 1943)	
Pernambuco	210,00	160,00	233,00
Minas Gerais	230,00	180,00	248,00
Rio de Janeiro	260,00	160,00/ 210,00	298,00
Distrito Federal	310,00	-	417,00
São Paulo	285,00	210,00/ 230,00/ 265,00	354,00
Rio Grande do Sul	260,00	220,00	310,00

+ Decreto-Lei 5.473, de 03.05.1943.

Assim, em julho de 43, os mínimos legais decretados estavam abaixo dos salários médios pagos na indústria.

Até ai, não teríamos porque fugir da hipótese de Francisco de Oliveira quanto à função do salário mínimo sob a ótica do Estado - "igualar, reduzindo, antes que incrementando o preço da força de trabalho ...", no trecho já citado.

Os dados oficiais sobre a variação do custo da alimentação entre junho e dezembro de 1943 apontam incrementos significativos (25) que podemos considerar depreciados, uma vez que vigorava tabelamento da Coordenação de Mobilização Econômica, respeitado no cálculo mas não no câmbio negro (que prosperava, segundo vários testemunhos). Sendo a alimentação componente de peso nos custos da reprodução da força de trabalho, interferindo sua variação decisivamente sobre o patamar mínimo dos salários, podemos imaginar que ao fim de 1943 este patamar mínimo teria sido empurrado para cima pelas condições de mercado, fazendo com que a remuneração média dos trabalhadores da indústria fosse ao menos ligeiramente superior aquela de julho. A legislação pode inclusive, ter servido para frear esta elevação.

Assim, só com o decreto de novembro é que alguma reposição foi oferecida aos tra

balhadores, considerados os salários médios de julho de 1943. Em julho de 1944, das Unidades da Federação que consideramos, ainda em Pernambuco (capital, interior), Minas (capital) e Rio Grande do Sul o salário-mínimo se mantinha ainda à frente dos salários-médios (Tabela VII).

Ónody conclui que em 1943 o salário real médio do trabalhador da indústria tinha caído, em números índices, de 211 (1942) para 208; um ano após (1944), estava em 196 (Tabela I).

A argumentação utilizada pelos que procuram nas medidas salariais de 1943 resultados excepcionais para os trabalhadores se vincula à constatação do "aceno" de Vargas "para baixo", no momento em que a continuidade do regime já preocupava, o que discutiremos mais à frente. Atendo-nos aqui à evolução dos salários, podemos levantar uma questão que serve ao menos para colocar "um grão de sal" no aparente benefício oferecido aos assalariados dos Estados menos desenvolvidos do país.

É fato conhecido que mesmo em épocas posteriores, a legislação do salário-mínimo foi amplamente burlada, só sendo residual o desrespeito a ela quando o valor real dos salários fixados tornou-se irrisório. Nada indica que as indústrias (inclusive fora do centro-sul) sofreram na época uma pressão incomum da fiscalização das Delegacias do Trabalho no sentido de obrigá-las a cumprir a legislação trabalhista. Os dados publicados no BMTIC sobre fiscalização trabalhista mostram um número insignificante de autos lavrados. É de se supor, assim, que se houve a pretensão (referida acima), de privilegiar a acumulação num setor industrial regionalizado, a via do incremento salarial, nos outros, não se mostrou eficaz, uma vez que os principais interessados, os trabalhadores, estavam de mãos atadas para fazer cumprir a lei.

Paul Singer diz a respeito do crescimento industrial nos anos 40: (ele) "se deu principalmente mediante o aproveitamento da capacidade ociosa, com reduzidas mudanças tecnológicas, e portanto, pequeno aumento da produtividade" (26).

Isso deve ser verdade quanto mais nos distanciamos do Rio ou de São Paulo. Excluída a possibilidade de uma elevação da taxa de mais-valia relativa, não há

como imaginar que os industriais do nordeste (por exemplo) se submetessem a pagar salários mais elevados a seus trabalhadores, sem persistência.

Assim, a menos que fatos novos venham a demonstrar que o Estado agiu eficazmente na defesa dos níveis salariais mínimos decretados, temos elementos para minimizar os "aumentos reais" nos salários industriais ocorridos em 1943, mesmo que fora da área mais desenvolvida do país. Uma objeção adicional ganhará substância adiante, quando tratarmos da legislação de "emergência" decretada a partir de agosto de 1942. Uma legislação (a sobre condições de trabalho) tornaria letra morta a outra (aquela que trata dos reajustes salariais).

Pelo menos um órgão da imprensa, apesar da férrea censura da época, procurou mostrar como a situação de guerra beneficiava a lucratividade das empresas, referindo o fato à desvalorização dos salários.

A revista "Ilustração" divulgou em suas edições de outubro de 1943 e fevereiro de 1944 o extrato do balanço de 61 empresas paulistas, apontando para o ano de 1942 a ocorrência de lucros de até 3.390% sobre seus capitais. Vinte e uma delas obtiveram lucros superiores a 100%; doze, superior a 75%; dez, superiores a 50% (27).

Na mesma publicação, encontramos os seguintes comentários a propósito da legislação de salários, comentários que conseguem fugir ao contexto propagandístico que dava o tom daqueles anos. O autor busca relacionar as diversas medidas tomadas pelo governo:

"Quanto aos operários, mais que qualquer coisa atestadora da insuficiência dos seus salários é a portaria do Coordenador de Mobilização Econômica determinando o aumento de 25% a 30% no salário-mínimo.

Entretanto, bem analisado este argumento, verifica-se que não atingiu na verdade os salários dos operários, pois desde que, em consequência das exigências de guerra, foi facultada à Indústria o aumento da jornada de trabalho, esse salário-mínimo foi superado" (28).

Para o ano de 1944, não encontramos autores que falem de quaisquer recuperação salarial para os trabalhadores, em geral. Maria Hermínia, por exemplo, afirma que "A partir de então (= após 1943) o agravamento das dificuldades econô

micas e o crescimento em espiral dos preços tornariam impraticável a manutenção da capacidade de compra do salário-mínimo. As condições de vida dos trabalhadores tenderam a deteriorar, sem que o governo tomasse medidas para impedi-lo ..."
(29).

Em 1944, o "Inquérito Econômico para a Defesa Nacional", realizado de acordo com o Decreto-Lei 4.736 (23.09.1942), verificava que 77,5% dos trabalhadores industriais do país recebiam menos que R\$ 599,00 mensais e que 40,7% recebiam até R\$ 399,00. Por seus resultados, verificamos que os trabalhadores do Rio eram os que percebiam maiores salários nominais, e que a distribuição salarial favorecia os empresários que tinham suas instalações fabris localizadas fora do eixo Rio-São Paulo (30).

A situação era pouco diferente se observamos os dados para os empregados no comércio. Temos aí uma aparente melhor distribuição da remuneração - no país, 40,1% dos empregados percebiam mais de R\$ 600,00 mensais; chamamos a atenção, contudo, para o fato de que nos dois casos (indústria e comércio), foram recensados apenas os estabelecimentos que tiveram movimento de vendas superior a R\$ 100.000,00. Isso deixava de fora metade do operariado e percentagem ainda maior dos empregados no comércio (31).

Pelos dados disponíveis, enquanto o salário médio nominal da indústria tinha aumentado de 28,84% (Brasil), 28,81% (São Paulo), 22,3% (D.F.), o custo de vida tinha subido (Rio e São Paulo) 36,6% em 1943-44 (32).

Devemos notar que, a par dessa situação geral, o Estado Novo favorecera por certo "acertos de conta" patronais com categorias que tinham obtido mediante particular capacidade de luta, vantagens salariais que estavam acima do que os empresários se dispunham a pagar. Foi este o caso dos estivadores de Santos, que tiveram seus ganhos diminuídos pela forma de pagamento instituída pelo decreto-Lei 2.032. Mais a frente, dispositivo da CLT (art. 285) atendia parcialmente aos interesses da categoria, mas "nunca foi executado" (33).

Os bancários tinham obtido, em 1933, o horário de 6 horas de trabalho (34). Este horário era cumprido, na época, em "dois expedientes". A vantagem, em con-

tudo, burlada: "muitas vezes os senhores banqueiros usam de ardil muito explorativo, como seja o de nomear-nos chefes ou sub-chefes, apenas acrescentando ao ordenado comum essa comissão ...", e dessa forma, ficamos fora do horário regulamentar ... na obrigação de trabalhar não 6 horas, mas 8 ..." (35). O pagamento das horas extras era, assim, "legalmente" burlado, uma vez que as "comissões " correspondiam a um valor inferior ao que seria devido por elas.

Escolhemos, para exemplo, esta categoria, privilegiada em relação aos trabalhadores fabris. Expedientes ainda menos onerosos por certo que foram utilizados em relação aos últimos, na burla da legislação. Além de contar com a posição estrutural de poder, a burguesia contava com a guerra - esta, justificava tudo; como veremos.

"ESTADO DE GUERRA" E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A decretação do Estado de Guerra, resultou numa considerável depreciação das condições de trabalho dos assalariados urbanos, sobretudo para o operariado.

Ao mesmo tempo em que era ultimada a codificação da legislação trabalhista acumulada desde antes da revolução de 30, a situação de guerra "justificava" a suspensão de vários dispositivos desta mesma legislação, através de decretos-leis de "emergência". O primeiro, de número 4.838 (31.08.1942) facultava a rescisão do contrato de trabalho de "súditos de nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontre em estado de beligerância". Os direitos de estabilidade eram anulados neste caso, e fixava-se uma indenização reduzida (36).

Na mesma data, o decreto-Lei 4.839 "facultava" a prorrogação da duração normal da jornada de trabalho nas empresas que interessavam à produção e a defesa nacional. O art. 1º do texto estabelecia a jornada de dez horas diárias para estes estabelecimentos, prevendo-se no § 3º a possibilidade deste total diário ser ainda maior, "ocorrendo necessidade imperiosa". As horas adicionais seriam pagas com 20% de acréscimo. O art. 3º permitia o trabalho contínuo, "garantido o descanso semanal mediante escala de reveamento" (37).

A 23 de outubro, o decreto-Lei 4.868 alterava o sistema de férias para os trabalhadores empregados nas "atividades essenciais à Segurança Nacional", enquanto durasse o "Estado de Guerra" - as férias, neste caso, podiam ser adiadas ou convertidas em "indenização".

Em julho de 1944, pelo decreto-Lei 6.688 a indústria textil foi declarada de "interesse nacional", e mobilizada. Proibia-se aos operários texteis a mudança de profissão e aos empregadores do ramo a admissão de operários sem "atestado liberatório do antigo empregador". As jornadas de trabalho normal passaram a ser de 10 horas; o trabalho noturno foi permitido às mulheres e aos maiores de 16 anos. As licenças médicas só podiam ser fornecidas por médicos indicados pelas empresas; a falta a oito dias de trabalho consecutivos era considerada abandono de emprego.

Foi constituída uma "Comissão Executiva Textil", formada por 13 membros, dos quais 7 representariam sindicatos patronais. Os sindicatos de trabalhadores surgem apenas compondo (um membro) os sub-comitês regionais da "Comissão".

Os poderes da Comissão eram imensos. Podia transferir os trabalhadores de uma empresa para outra, a revelia dos interessados. É ela que iria regulamentar a concessão do "atestado liberatório" que permitiria ao operário demitir-se, sem o que ele não podia obter trabalho em outra empresa (38).

Em janeiro de 45, alguns dispositivos de lei foram atenuados (39), mas só em dezembro, no governo de José Linhares é que os contratos de trabalho do setor voltam a obedecer às normas da CLT (40).

A lei foi justificada pela necessidade de atender às exigências de exportação de tecidos motivadas pela guerra, mais precisamente, pelas encomendas da UNRRA.

Um memorando da Embaixada americana no Rio de Janeiro, dirigido ao Departamento de Estado, esclarece melhor a questão que o discurso oficial:

"Alguns acreditam que os líderes da indústria textil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores através das regulamentações incluídas na Consolidação das Leis Trabalhistas e que eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou, se não, em

princípio. É evidente que a "Lei de Mobilização" dá à indústria textil controle autocrático sobre sua força de trabalho e que essa indústria recorre a esse controle para responder à pressão que podia existir de baixo para cima para conseguir uma revisão da escala de vencimentos.

A Comissão Brasil Textil, que se reuniu com o CPRB, em Washington, em junho deste ano, afirmou, categoricamente, que a crescente produção de textéis para exportação em nome da UNRRA só podia ser realizada se concessões do Governo brasileiro a respeito da lei existente de trabalho fossem asseguradas.

É duvidoso se os compromissos de exportação justificam o caráter extremo desta medida. Os pedidos da UNRRA somam menos que dez por cento da produção nacional textil em 1943. O crescimento total previsto nas exportações soma menos que vinte por cento. Um aumento de vinte e cinco por cento no tempo de trabalho podia ter sido obtido através de processos normais, dentro da lei existente. Baseado nos fatos mostrados ao público, só se pode concluir que se considerava mais simples e mais vantajoso impor a colaboração da classe operária através da lei, do que assegurá-la através da negociação e cooperação". (Grifo nosso) (41).

Ainda que com atraso, eram atendidas reivindicações patronais que vinham de 1941, formuladas pela FIESP (42).

As conquistas trabalhistas foram assim, letra morta para setores majoritários dos operários fabris, na conjuntura da guerra. Desde a limitação das horas de trabalho até o direito a mudar de emprego, tudo pode ser sonogado ao trabalhador. A decretação da CLT foi, pois, em larga medida inócua, nos primeiros anos de sua vigência (43). A dificuldade de importar equipamentos de reposição para as indústrias fazia da super-exploração da força de trabalho o caminho para o crescimento da produção fabril, onde máquinas obsoletas eram a regra do equipamento instalado; a burguesia contava com o patriotismo do proletariado (44).

O ESPAÇO POLÍTICO DOS TRABALHADORES NO "ESTADO DE GUERRA"

"Não pode deixar de merecer reparo o contraste entre o aspecto que o dia 19 de maio, no Brasil, apresentava outrora e o que hoje apresenta. Era uma data na qual sempre se esperavam ocorrências desagradáveis: comícios incendiários, manifestações hostís do operariado, reuniões comunistas e anarquistas em todos os pontos do país, enfim, o mesmo que ainda se dá entre vários povos!"

"Hoje, entretanto, o aspecto e o sentido dessa data no Brasil são bem diversos. Na capital da República ou em qualquer outro recanto do país a policia não tem a menor necessidade de intervir. O dia decorre numa atmosfera bonançosa de hinos marciais e comemorações entusiásticas, em que o governo se confraterniza com o povo e os patrões com os trabalhadores. Espetáculo eloquente e significativo, que diz bem certo da civilização da nossa terra, exemplo edificante para o estrangeiro".

("O 19 de Maio e a Justiça do Trabalho". Cultura Política 5, julho de 1941, pp. 209 a 219).

Para a classe operária e trabalhadores assalariados em geral, o "Estado Novo" não se iniciara em 1937, mas sim em 1935, na feliz expressão de um brasileiro. Com efeito, antes mesmo da tentativa insurrecional promovida pela ANL e consequente repressão, vigorava a Lei de Segurança Nacional, sancionada desde abril (45).

O golpe de novembro de 37 não encontrava, frente ao consenso das frações da classe dominante (e da ausência de frições significativas no interior do aparelho de Estado), nenhuma possibilidade de resistência: é ocioso lembrar aqui a violenta repressão desencadeada contra o movimento operário e popular nos dois anos que antecederam o 10 de novembro (46); são a nosso ver pouco consoadoras nesse sentido as análises que enfatizam a fragilidade do movimento operário mesmo antes de 1935 (47).

A instalação do Estado Novo respondia a interesses não apenas políticos e ideológicos: "coincidiu com formidável crise econômica" (48). A circunstância da disputa interimperialista favoreceu a "solução" da crise, graças aquilo que se convencionou, já, chamar de "jogo duplo" de Vargas em relação aos imperialismos (49). Era possível conciliar os interesses econômicos específicos dos diversos setores burgueses, desde que todo poder de pressão organizado fosse retirado aos dominados.

Nas relações Estado-trabalhadores, para o período 35-42, sem dúvida a tônica fora dada pela ação repressiva e desorganizadora. Entre setembro de 1936 e dezembro de 1940, o Tribunal de Segurança Nacional apreciou 1.508 casos, que envolveram 9.909 pessoas (50).

O principal alvo da ação policial, sem dúvida, foi o conjunto dos militantes sindicais ou partidários dos grupos políticos de esquerda. As medidas de excessão propiciaram, além disso, ações de "limpeza" a nível de empresa:

"Quem não está lembrado do início da repressão policial de 1936? Obtido o decreto do governo pré-estadonovista, que permitia ao Ministro do Trabalho conceder demissão por motivo de informação policial, atestadora de atividades extremistas, os banqueiros arrolaram todos os seus desafetos e mandaram seus nomes para a Polícia, com a informação particular de extremistas". "... Logo em seguida os empregadores (requeriam a ficha policial dos funcionários) (e) com este documento, requereram e obtiveram as demissões desejadas" (51).

A Constituição outorgada em 37, como é sabido, extinguiu o direito de greve, e, a propósito da sindicalização, transcrevia quase que literalmente a "Carta del Lavoro", promulgada pelo regime fascista italiano em 1927 (52). A estrutura e o funcionamento dos Sindicatos fora regulamentada pelo decreto-Lei 1.402, de 5 de agosto de 1939. Seu espírito fica claro neste trecho do "Relatório da Comissão Elaboradora" do instrumento legal:

"Com a instituição deste registro (= dos Sindicatos) toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão e nele se extinguirão" (53).

Tratava-se de apagar todo traço de ação autônoma dos trabalhadores, negar a história de suas lutas.

Dos 1.208 sindicatos existentes em 1939, apenas 8 tinham existência "legal" em 1940. Neste caso "procederam-se às necessárias adaptações ao novo regime legal, permanecendo praticamente paralisadas as entidades ..." (54).

O novo sindicalismo, que devia "nascer e morrer" no Ministério do Trabalho, exigia para consolidar-se, algo mais que a repressão: pelo decreto-Lei 2.377, de 8 de julho de 1940 ficou criado o imposto sindical (55).

Com efeito, já em 1941, assim se distribuía a receita dos sindicatos de empregados no Distrito Federal:

RECEITA PERCENTUAL DOS SINDICATOS DE EMPREGADOS NO DISTRITO FEDERAL - 1941

Atividades	Imposto Sindical	Contribuições Sociais	Bens e Valores	Doações	Eventuais
Industria	70,3	25,7	1,0	0,2	2,8
Comércio	40,2	53,4	1,7	1,3	3,4
Transportes Marítimos, Aéreos	7,8	69,7	8,8	1,7	11,9
Transportes Terrestres	38,8	50,5	0,1	-	4,6
Comunicações e Publicidade	18,3	81,3	0,3	-	0,1
Empresas de Crédito	55,9	37,4	2,0	-	4,7
Educação e Cultura	23,8	38,8	2,2	3,2	32,0

Fonte: Inquérito Sindical do D.F., relativo ao ano de 1941. BMTIC 108, agosto de 1943.

Fora do Distrito Federal, exemplifiquemos com dados referentes a dois sindicatos: o dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas e o dos Trabalhadores Gráficos (este último construído numa longa história de lutas) ambos no Estado de São Paulo.

A arrecadação social dos químicos em 1939, foi de 5.000\$000; em 1941, esta receita caía para 1.236\$000, enquanto que a proveniente do Imposto atingia a quantia de 101.828\$000.

No ano de 1942 os gráficos recolhiam, no trimestre abril-junho, respectivamente, de contribuição social e Imposto as importâncias de 6.624\$000 e 108.031\$000 (56).

A manipulação da massa de recursos recolhida através do Imposto é o chamariz privilegiado da cooptação de "direções" sindicais. A presença do Imposto permite ainda que se constituam organismos de representação (?) apesar de uma efetiva mobilização dos trabalhadores, em categorias profissionais ou regiões onde até então estes órgãos não existiam; mesmo que não se multipliquem os sindicalizados, multiplicam-se, isso sim, os sindicatos e o arcabouço corporativo pode ser constituído, a partir de então.

O controle sobre os sindicatos, pelo Estado, é solidificado pelas Portarias ministeriais que se sucedem estabelecendo desde o Estatuto-Padrão até os modelos de contabilidade a serem adotadas (57).

Nestas circunstâncias, ao mesmo tempo em que se formavam as legiões de pelegos que irão "representar" os trabalhadores, esses se afastam de "seus" órgãos de classe. A propósito (e a falta de dados nacionais mais precisos), Inquérito Sindical realizado no Distrito Federal indicava o total de 137.030 filiados a sindicatos de empregados em dezembro de 1940. Este total cairia para 127.871 em igual mes de 1941 (58). Em 1936 este total fora estimado em 189.619. Os dados do Distrito Federal são significativos uma vez que os associados de sindicatos de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro representavam 75% do total nacional em 1936, e 46% em 1939 (59).

Estado de Guerra e Sindicatos

Análises correntes tratam os anos do engajamento brasileiro no conflito como marcados pelo aceno governamental aos assalariados urbanos, forma de compensar uma perda de base social que derivava da situação internacional e do aguçamento das contradições entre setores da classe dominante. A possibilidade de fazer dos sin

dicalistas eleitores da sucessão de Vargas foi realmente cogitada, como veremos. Mas as medidas legais decretadas também a propósito das funções sindicais, limitando ainda mais a reduzidíssima capacidade de atuação reivindicatória dos organismos de classe, nos levam a questionar a dimensão deste "aceno", e a perguntar se ele não se fazia sobretudo na direção dos dirigentes sindicais bem comportados.

No mesmo momento em que a jornada de trabalho era "facultativamente" prolongada, diminuiam os salários reais (pelo aumento do custo de vida e instituição de novos descontos compulsórios), nos meses finais de 1942, vários decretos-Leis "regulamentavam" a ação dos sindicatos enquanto durasse a guerra. Com as medidas legais decretadas, os sindicatos perdiam até o papel que, numa estrutura corporativa, deviam ao menos formalmente cumprir. O quadro que tentamos traçar a propósito das condições de remuneração e trabalho, a insatisfação potencial ou explícita desde aí geradas (e da qual trataremos mais a frente), explicariam as medidas assumidas pelo Estado.

O decreto-Lei 4.637, de 31 de agosto de 1942, ordenava aos sindicatos trabalhistas que participassem de propaganda patriótica, diligenciassem "pelo trabalho assíduo ... em defesa da nacionalidade". Deveriam as entidades de patrões e empregados estar em "recíproca correspondência e articulação", buscando a conciliação" em todos os dissídios decorrentes do contrato de trabalho". De substantivo, a proibição de filiação "a qualquer movimento, mesmo de caráter cívico, sem prévio consentimento das autoridades competentes do MTIC" e (art. 2º), a proibição de realização de Assembléias Gerais ou reuniões de Conselhos de Representantes sem a autorização do Ministério, em resposta à petição que (contivesse) "de modo explícito os fins da referida convocação" (60).

Em outubro, o decreto-Lei 4.766 reforçaria a proibição de greve contida na Constituição, quando definia os "crimes militares". Pelo art. 33 era passível de condenação, com reclusão de 2 a 6 anos, a pessoa que participasse de "suspensão ou abandono coletivo de trabalho, em centro industrial a serviço da construção ou fabricação destinada a atender as necessidades da defesa nacional,

praticando violência contra pessoa ou coisa". O abandono ou suspensão do trabalho era considerado coletivo, quando envolvesse tres empregados pelo menos (61).

Em novembro decreta-se que nas indústrias bélicas as faltas podiam ser equiparadas ao crime de deserção (decreto-Lei 4.937, 09.11.1942). (62)

Em maio de 43, são atingidas pela "emergência" entidades outras que não os sindicatos: é o decreto-Lei 5.516 (24.05.1943), que prevê:

Art. 1º - "Sem prévia autorização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e durante o Estado de Guerra, não poderá ser exercida nenhuma atividade ou fundadas entidades de pessoas naturais ou jurídicas, objetivando assistência, orientação cívica ou social, propaganda doutrinária ou educacional dos trabalhadores, ou destinadas a coordenar ou agremiar quaisquer atividades ou pessoas com as mesmas finalidades acima referidas".

As entidades já existentes na data do decreto-Lei só poderiam continuar a funcionar após a autorização ministerial; ao mesmo órgão competiria a fiscalização permanente de tais associações (63).

É de setembro deste ano o decreto-Lei 5.921 (16.09.1943). Na prática, proibia a instalação de dissídios coletivos, isto é, impedia que mesmo dentro das normas corporativas fossem promovidas reclamações trabalhistas, quando interessassem a uma categoria profissional ou ao conjunto dos trabalhadores de uma empresa.

Os dissídios coletivos só seriam instalados após autorização do Ministério do Trabalho (art. 1º); à negativa não se previa recurso. Para que ocorresse a autorização do procedimento eram estabelecidas uma série de condições que inviabilizavam a própria solicitação (64).

ESTADO DE GUERRA E PRATICAS DE COOPTAÇÃO

"Nosso anseio, constante, em verdade

É fazer-te, Brasil, progredir
Ver-te, ao toque de nossa vontade,
A criar, a crescer, a subir"

.....
.....

"Trabalhar é nossa glória
Com esforço varonil
Trabalhar sempre pela vitória
É pela grandeza do nosso Brasil"

.....

"Não um lamento de recalque restritivo nem um grito de ásperas reivindicações.

Não é a rapsódia de descontentamentos subversivos nem o canto-chão de sombrias desesperanças. É uma canção para a frente, para o excelso, um hino de vitória, a música de um trabalho que não cessa, a melodia das vidas simples e bem ordenadas, um crepitar de lareira doméstica, uma força de fraternidade, um excepcional elemento para maior fixação dos operários brasileiros ao solo moral e cívico da Nação".

(A propósito da escolha da "Canção do Trabalhador Brasileiro", Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, na "Hora do Brasil". Julho de 1944. BMTIC 120, agosto de 1944).

Levantando, até aqui, aspectos relativos à remuneração, condições de trabalho e espaço político - todos eles indicando um agravamento da situação dos trabalhadores, não contribuimos ainda para aclarar esta questão central - de onde vem o apoio que Vargas (e o próprio PTB) conseguem demonstrar possuir entre as massas urbanas, ao fim da conjuntura de guerra. Trata-se, pois, agora, de buscar as práticas que o Estado desenvolveu no período da guerra, e que podem ser

responsabilizadas pelos votos trabalhistas que ajudam a eleger Vargas (e, até mesmo, Dutra), ao fim de 45.

Os elementos levantados apontam as seguintes direções articuladas na política de cooptação desenvolvida no "Estado de Guerra":

- a) As práticas de cooptação dirigiam-se para os trabalhadores menos remunerados;
- b) O assistencialismo financiado pelos trabalhadores, buscava contrabalançar a depreciação das condições de trabalho e dos salários reais, no período;
- c) Mecanismos de alguma eficácia foram acionados pelo Estado para impedir a formação de uma consciência de classe. A repressão policial não foi o único instrumento acionado, aí.
- d) A formação de direções sindicais pelegas foi institucionalizada.

Já nos referimos anteriormente às conclusões de autores que estudaram os efeitos da decretação dos salários-mínimos, a partir de 1940. Os não-especializados, os empregados em serviços, os recém-chegados ao emprego urbano obtiveram, possivelmente, ganhos reais com a legislação - ainda que através da "socialização da pobreza", isto é, do rebaixamento dos salários dos trabalhadores especializados. Outras medidas, de caráter assistencialista, tiveram direção certe também os menos remunerados da pirâmide dos assalariados.

Foi este o caso do decreto-Lei 12.299, de 2 de abril de 1943, que determinava o pagamento de abono familiar para os trabalhadores que tivessem no mínimo oito filhos, e que percebessem menos de dois salários-mínimos mensais. Seriam pagos R\$ 100,00 mensais (e R\$ 20,00 por filho adicional), mediante uma extensa comprovação ("idoneidade", escolarização dos dependentes, etc.). Em novembro de 43, eram 1.375 os beneficiados; em dezembro de 46, atingia-se a 40.077 famílias (65).

A Previdência Social foi outra fórmula amplamente manipulada. Como é sabido,

as primeiras entidades previdenciárias surgiram da ação organizada dos trabalhadores, e eram quase sempre por eles próprios geridas. A constituição dos primeiros Institutos de Aposentadoria, para os quais os patrões deveriam contribuir, foi obtida através de lutas que levaram inclusive a greves. Com a institucionalização dos IAP's, a bandeira levantada pelos sindicatos, até 35, era a da participação dos trabalhadores em sua direção. Para várias categorias, no entanto, lutas específicas pela constituição de Institutos não tinham sido travadas, e a concessão de aposentadorias, principal benefício que na conjuntura os órgãos prestavam, podia aparecer como doação governamental. A tabela abaixo mostra alguns números:

APOSENTADORIAS CONCEDIDAS

ANO	IAPB	IAPM	IAPTC	IAPC	IAPI
1938	350	300	94	1 800	125
1943	800	1 300	4 150	11 400	35 600

Fonte: BMTIC nº 126, fevereiro de 1945, p 361.

Deixando de lado a utilização de recursos da Previdência para fins alheios aos específicos, o que mais à frente vai se constituir em alvo predileto da oposição liberal (66), e mesmo a ínfima quantia percebida pelos aposentados, temos de admitir que era gerada uma expectativa nova e desmobilizadora, para muitos trabalhadores. Vargas acreditava nela; no 1º de maio de 1945, falando no Estádio de São Januário, prometia "para antes de deixar o governo" a fusão dos Institutos e a criação do "Instituto de Serviços Sociais, base de uma vasta organização que abrangerá todos os brasileiros de mais de 18 anos, sem distinção de classe ou profissão ..." (67).

A previdência social ainda se dedicava à construção de casas populares e refeitórios, em obras de vulto insignificante. Em junho de 1943 tinham sido construídas (desde 1931) 12.406 unidades residenciais, estando projetadas mais 22.930 (68).

A obtenção de uma dessas casas obedecia às regras do clientelismo, da políti-

ca do favor, conforme vários testemunhos.

Em agosto de 1940 fora criado o SAPS - Serviço de Alimentação e Previdência Social - que auxiliaria as empresas a cumprir a legislação que as obrigava, possuindo mais de 500 operários (1) a possuir refeitório próprio. Getúlio, em pessoa comparecia às inaugurações, "fazendo questão de carregar sua própria bandeja" (69).

O fato de que os refeitórios situados fora de empresas serviam de lugar de convivência para os trabalhadores levaram a sua supressão em anos posteriores. Aí, o feitiço virava contra o feiticeiro ...

Ao assistencialismo serviam magnificamente os sindicatos. Na conjuntura de guerra, com a proibição dos dissídios coletivos, pouco restava das funções que os organismos de classe, podiam, legalmente, exercer. Assim é, que na abertura do 1º Congresso Sindical do Paraná o representante do Sindicato Estadual dos Empregados do Comércio, louvando a ação sindical nada mais tinha a dizer que o seguinte:

"De há muito que o trabalhador brasileiro deixou de ser pária dentro de sua pátria, para se tornar um cidadão amparado pelos seus órgãos de classe..." (...). "Os trabalhadores, via de regra, ganham o estritamente necessário para sua manutenção, e quando lhes surge uma despesa não prevista nos seus orçamentos, verifica-se sempre um sério embaraço na sua vida. Médico, hospital, dentista, advogado, são cousas que não estão previstas no orçamento do trabalhador". (...)

"Hoje, finalmente, com a sindicalização, esse mal está perfeitamente sanado. Os sindicatos, contra o pagamento de uma mensalidade irrisória, dão gratuitamente aos seus associados, assistência médica, dentária e jurídica, além de uma redução apreciável nos preços de medicamentos e diárias hospitalares" (...) (70).

O Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro arrecadou de imposto sindical, no ano de 1944, a importância de R\$ 1.100.000,00. Utilizando o exemplo deste sindicato para a defesa do tributo, o Ministro do Trabalho fala da aplicação dos fundos: o Sindicato mantém 23 médicos, 8 enfermeiros, 8 dentistas e 3 advogados. No ano referido os consultórios médicos atenderam a 12.300 paci

entes e os enfermeiros realizaram 11.400 curativos. A Federação dos Empregados no Comércio, mantida por fração do Imposto Sindical, "adquiriu o tradicional co légio Felisberto de Menezes", que atende por "módicas mensalidades" a 1.800 alunos, sendo 200 internos. Seiscentas bolsas de estudos relativas a vagas no co légio foram "distribuídas entre os sindicatos"(71).

A sindicalização, neste quadro, aumenta, embora em ritmo menor que o esperado pelo governo - que lançara no 1º de maio de 43 uma extensa campanha nesta dir ção. Uma grande parcela dos novos aderentes (em fato que se repetiu depois de 64 com os sindicatos rurais) vai ao Sindicato buscar assistência, apenas. Muitos serão gratos a Vargas pela "caridade" (72).

Mais eficazes parecem ter sido as medidas que institucionalizaram a solução in dividual para os conflitos quotidianos gerados pela relação Capital versus Tr abalho. A Justiça do Trabalho era prevista desde a Constituição de 1934; em 1939 foi decretada sua instalação - mas isto só veio a ocorrer a 1º de maio de 1941 (73). As reclamações individuais dirigidas aos órgãos que abrange cresceram ano a ano. Em 1941, são 19.000, em 1942 - 22.000, em 1943 - 24.000, em 1944 - 36.000, em 1945 - 39.000 (74).

Importa-nos, aqui, menos os resultados dos dissídios que a abertura deste espa ço individual de reclamação, que buscava interpor entre o trabalhador e o Ca pital a figura "neutra" do Estado. Significativo também, a nosso ver, é o amen to de 50% verificado nas queixas, para o ano de 1944: além de refletir por cer to, o agravamento das condições de trabalho, valia também pela tend ência de le gitimação do espaço judicial como arma de expressão dos conflitos (75).

O que afirmamos está contido no próprio discurso do Poder. Seleccionamos das mui tas intervenções recolhidas a propósito, uma que dadas as circunstâncias, põe fim a qualquer subjetivismo na análise. Segadas Vianna, então diretor do Depar tamento Nacional do Trabalho, fala no Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Carris Urbanos (D.F.), em setembro de 1945, em plena campanha "queremista", momento em que dizia:

"Notais que nossa massa trabalhadora, tradicionalmente ordeira e disciplinada, tem sido sacudida, em alguns pontos do país, por acontecimentos estranhos e que necessitam ser examinados para que se apurem as razões que o provocaram. Falo-vos das greves que tendes notícias pelos jornais".....

Passa aí a equiparar as greves e os lock-outs como atos anti-sociais:

"... Os trabalhadores conscientes não recorrem à greve. Eles tem consciência trabalhista, eles conhecem seus deveres e seus direitos, eles sabem que há na legislação medidas próprias para assegurar tais direitos e que existe uma justiça própria, compreensiva, onde são juizes companheiros seus". ... (Portanto) "Repeli os que de vós se aproximarem tentando-vos desviar de vossos deveres". "Repeli, porque esses serão vossos inimigos e inimigos do Brasil". "Dizei-lhes que não foi para isso que fizeste a guerra ...". "Se problemas tiverdes, entregai seu estudo aos vossos companheiros que elegeis para diretores de vosso sindicato e eles irão expô-lo à Justiça do Trabalho, que é a vossa justiça" (...) (76).

Os trabalhadores da Light, pouco depois ... iriam a greve.

Muitos outros teriam, a partir de 1941, antes de buscar o confronto com o Capital, que pensar nas penas do inferno (a legislação contra o pecado mortal das greves) e nas delícias do paraíso (ao alcance da mão - a "compreensiva" Justiça do Trabalho !).

No complexo de medidas desmobilizadoras que o Estado assume, cabe falar de um aspecto relevante, que foi o da propaganda maciça e dirigida. A manipulação dos meios de comunicação, por si só, pouco teria obtido em termos de apoio popular ao regime. Vista no conjunto das ações desencadeadas, obteve certamente algum resultado.

Semanalmente o Ministro do Trabalho ocupava uma rede nacional de radiodifusão e, na "Hora do Brasil", dirigia-se aos trabalhadores. Esta prática permaneceu até julho de 1945. No 7 de setembro de 44 foi criada a "Rádio Mauá", que serviria para sistematizar a propaganda do Estado Novo entre os trabalhadores, quando o regime já estava seriamente ameaçado.

Nas falas semanais do Ministro do Trabalho podemos recuperar as linhas do dis-

curso cooptador. Buscava-se fazer das proposições difundidas moeda corrente, senso comum, construir o mito de Vargas entre os trabalhadores.

A primeira, e talvez mais importante das "verdades" difundidas era a de que toda a legislação trabalhista era "obra" de Vargas. Antes d'Ele nada havia; o proletariado nada exigira. Ele outorgou as leis sociais, e o trabalhador devia incensá-LO. O advento do Salvador trouxe a paz social ...

"Antes dele, não era como agora estamos. Falava-se muito em liberdade, é certo. Dizia-se que o regime era essencialmente democrático. Arrazoava-se em nome dos direitos do povo. Entretanto, nas ruas, prendiam os operários, porque o caso social naquele tempo era uma questão de polícia ...".

"Recordemos as injustiças do passado, a negativa de direitos para o proletariado, a falta de proteção ao trabalho, a ausência de leis de assistência, as greves destruidoras de riqueza, as crianças que morriam de fome, a velhice que esmolava, a exploração do trabalho humano, os lucros inconfessáveis do capital, a discórdia das classes produtoras, o abandono dos problemas fundamentais da nacionalidade, a incompreensão dos destinos do país, dividido por interesses de grupos e de facções". (.....)

"Pensemos no Brasil dos dias de Getúlio Vargas, neste Brasil modelado para a realidade de nossa gente, de nossa terra. Já não há classes sem direitos. Todas as famílias estão protegidas. Nascem e vicejam brasileirinhos robustos e saudáveis, acudidos nas creches proletárias ..." (77).

ou ainda:

"Há doze anos ... vinhamos amalhando estudos e experiências para dotar o Brasil com uma lei social que estivesse em equação com a época, sem se desviar do fato brasileiro. Não se tratava de atender a exigências dos trabalhadores formuladas em reivindicações objetivas sintomáticas de males que demandavam remédio. Isso, por certo, muito simplificaria, por que não existe melhor conselheiro que o próprio doente. Mas o Brasil é um país bem jovem ainda para possuir esses fundos dramas sociais. A nossa legislação não é clínica. É educativa. Não é política. É previdencial. Nasceu da clarividência do Presidente Vargas, de sua força de pressentimento e de realização ..." (78).

As leis trabalhistas, a estrutura sindical são soluções brasileiras para a questião social. As raízes fascistas da legislação foram rapidamente esquecidas, na conjuntura de guerra:

"Cada país tem seu modo de ver, resultante de sua história, de sua evolução, das fontes de riqueza ... O que torna singular a ação do Presidente Vargas é exatamente a força de brasilidade com que resolve todos os problemas.

Desde que o industrialismo trouxe o problema social e era necessário resolvê-lo, o Estado não podia ignorar a existência das classes e, reconhecendo-as, não podia deixar de dar-lhes um sistema. Um sistema brasileiro. Um sistema que procura o equilíbrio das forças produtivas ... para não incidir em erros, em cópias, em enganos que, num país novo, sem dramas sociais históricos poderiam constituir um puro artificialismo" (79).

Pelo "paraíso" construído por Vargas, o Clarividente, o operário tem que pagar um preço. O primeiro é o de aceitar sua própria incapacidade. O Ministro volta a meia tocava nesta tecla. De forma explícita,

"Sendo nosso Direito sindical um direito concedido, não encontrou operariado maduro para perfeita compreensão e exercício das prerrogativas. Os sindicatos proliferavam, porém não conseguiam conservar uma característica profissional. Convertiam-se em um instrumento político a serviço de interesses localistas, agravando as dimensões regionais" (80).

Ou, sutilmente, como aqui, respondendo às críticas de um correspondente:

"Embora se apresente como simples operário, percebe-se através do estilo e dos escritores citados, que o nosso missivista, há muito não comparece às oficinas ..." (81).

A propósito da necessidade de "formar direções sindicais:

"Eu já afirmei aqui muitas vezes, e convém repetir, que em virtude de nossa legislação social ser uma legislação outorgada pela clarividência do presidente Getúlio Vargas, os trabalhadores não estão ainda perfeitamente amadurecidos para usufruir completamente todos os benefícios concedidos pelos vários diplomas ministeriais" (82).

O operário deve retribuir a Vargas, os "benefícios" salariais recebidos produzindo mais. Se produzir mais, ganhará novos "presentes".

"O Presidente Getúlio Vargas, tendo em vista a elevação do custo de vida, houve por bem no dia 10 de novembro próximo passado, elevar o salário-mínimo, modificar o salário adicional para a indústria ... Desde essa época, principiamos a observar a influência da medida em vários setores industriais ...".

"Reporto-me ao fato ocorrido em duas fábricas do mesmo gênero de produção, situa

das na mesma cidade. Em uma, a produção, depois de 10 de novembro de 1943, aumentou 10%, em outra diminuiu 12% ... o caso serve para mostrar uma grande diversidade entre dois quadros de operários ...". (...)

"... outros são meus pensamentos a respeito daqueles operários que após as leis do Presidente Vargas, em 10 de novembro do ano passado e o esforço correspondente dos empregadores, para atender a elevação dos salários, deixaram cair o índice de produção de sua fábrica ...". (...)

"O aumento da produção, portanto, não representa apenas o benefício da empresa. Ainda que o representasse, deveria merecer o maior cuidado do operariado porque o Direito Social, nos seus planos de previdência e de assistência, é uma lei de gastos, e portanto, haverá sempre mais Direito Social onde houver maior riqueza industrial. Mas como vimos, o incremento da produção constitui, sobretudo, em benefício para o Brasil, para o seu engrandecimento, para o seu progresso, ou seja, um benefício para a coletividade nacional, com reflexos diretos na vida de todos os trabalhadores ..." (83).

No final de 1944, com a aproximação do fim do conflito, greves voltando a ocorrer, colocava-se novamente a questão da legitimação do regime. As falas ministeriais a partir de 17 de agosto são todas dedicadas a louvar a Constituição de 1937, que deveria ser submetida a plebiscito. Ao iniciar a série, justifica-se:

"Ultimamente ... tenho recebido dos próprios trabalhadores solicitações para dedicar algumas palestras ao exame dos aspectos principais da Carta Política de 37, intercalando-as nos assuntos costumeiros, ou mesmo estabelecendo um intervalo na explanação dos problemas sociais ...".

"Ainda uma consideração deve ser feita para o recebimento desse apelo que provoca maior louvor a quem o faz do que a quem o serve. O Presidente Getúlio Vargas tem declarado reiteradamente que, cessada as leis de guerra, "os problemas internos da estrutura definitiva do Estado e da complementação da ordem institucional serão resolvidas em tempo com o pronunciamento amplo de todas as forças sociais ...".

"É justo, portanto que os trabalhadores queiram ter bem presentes os princípios fundamentais de um regime que lhes outorgou as leis trabalhistas mais adiantadas ...". (84).

Nas enfadonhas intervenções, procura associar a "polaca" à concessão das leis trabalhistas, bem como defender as soluções corporativas de Chico Campos, apresentando-as como eminentemente nacionais e dignas de serem perpetuadas.

A participação de Marcondes Filho na proposta de continuidade do regime (e de Var

gas) é conhecida. Com a mudança do quadro político, a ênfase das intervenções voltará a ser a louvação das leis sociais, só que agora quase sempre em resposta à críticas veiculadas por uma imprensa livre do DIP.

O último aspecto da política do Estado que pretendemos aqui abordar diz respeito à formação de quadros para a direção dos organismos de classe dos trabalhadores. É também na conjuntura de guerra que a formação do dirigente - pelego torna-se alvo das preocupações "científicas" do Ministério do Trabalho. Não há gratuidade nisso, uma vez que a medida coincide com a perspectiva de democratizar, em algum nível, a estrutura política - e a primeira das soluções constitucionais aventadas foi a de fazer dos sindicalistas os eleitores.

Meses antes do 1º de maio de 43, quando em Volta Redonda Vargas apela a uma maciça campanha de sindicalização, o decreto-Lei 5.199 (16.01.1943) cria a Comissão Técnica de Orientação Sindical, subordinada ao Ministério do Trabalho. Nasce ela com a dotação de 25% das verbas do Fundo Social Sindical (85) tendo por finalidade entre outras: "a) promover o desenvolvimento do espírito sindical";

"b) divulgar a orientação governamental relativa a vida sindical";

"c) organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores".

Os cursos de formação foram instalados rapidamente, e resta pouco a dizer da orientação que seguiram. É deles que vão sair os dirigentes das Federações e Confederações de trabalhadores, os "queremistas" e "ministerialistas" que se tornarão, mais tarde, os principais concorrentes do PCB na vida sindical.

Alguns parágrafos devem ser utilizados ainda a propósito da ação da Igreja (católica).

Entre outros autores, Della Cava mostra o processo de "reaproximação" que a Instituição viveu em relação ao Estado no pós-30, quando "reinava" D. Sebastião Leme. Com efeito, superadas as fricções que vinham do Império, as principais reivindicações da hierarquia foram atendidas e o Catolicismo assumiu foros de religião oficial, sendo inclusive largamente financiada após a vitória da Aliança Li

beral. A D. Sebastião Leme, morto em 1942, sucedeu D. Jaime de Barros Câmara, "radicalmente mais conservador" que ele, na liderança católica no país (86).

As fricções entre a Igreja e o regime se deram no período 30-45, à direita - pelo envolvimento de religiosos na Ação Integralista por exemplo (87); uma postura anti-fascista mais engajada de membros da Ação Católica foi criticada por membros da alta hierarquia, já com o país em guerra (88).

Funcionando quase que como aparelho de Estado, a atuação da Igreja em relação aos trabalhadores comporta múltiplos aspectos dos quais dois devem ser destacados: o de propagandista da ação social do regime e o de formador de quadros para o sindicalismo bem comportado.

Todos os Ministros do Trabalho louvaram e incentivaram a atuação da Igreja no meio operário (89). A pluralidade sindical decretada no breve período de 1934 a 1937 decorreu também da atuação da Igreja, através da Liga Eleitoral Católica (90). Em 1937, no mesmo mês do golpe de Estado, foi realizado no Rio de Janeiro um Congresso Operário Católico, com pequena participação (31 delegados de 9 Estados, representando 40 entidades operárias católicas), no qual foi fundada a Confederação Nacional de Operários Católicos. Em 38 as entidades operárias católicas foram adaptadas à forma de "Círculos Operários". Estes, em 1939, somavam 85 entidades, "reunindo 80.000 associados" - cifra que parece exagerada (91).

A justificativa da criação dos "Círculos" aparece no "Manual" que a CNOC edita:

"... A criação do Ministério do Trabalho, o conseqüente movimento sindicalista de objetivos meramente materiais e a publicação das leis sociais visaram a solução pacífica das questões do trabalho, porém ameaçavam servir aos bolchevistas de instrumentos para a luta de classes, como demonstraram os movimentos grevistas e a intentona de 1935".

"Era de urgente necessidade o lançamento de um movimento operário cristão que, dando ao operariado a paz de uma assistência social imediata, uma formação espiritual e colaborando com os esforços do governo, pusesse um dique à infiltração comunista, completava a obra do Ministério do Trabalho"(92).

A bandeira do anticomunismo e da colaboração "complementar" com o regime apare

ce em todo o texto:

"... os C.C.O.O., desde seu início tem estado em contato com esse Ministério (= do Trabalho), tanto com os próprios Ministros como com seus funcionários, por meio de uma colaboração de grande eficiência promovendo a fundação e reconhecimento dos Sindicatos, prestigiando as leis sociais e a ação do Ministério, rebatendo os ataques a ele feitos pelos comunistas ..." (93).

O "Programa de Ação" dos Círculos estava em plena consonância com a proposta corporativista. O ítem citavo bem o diz:

"Representação política, administrativa e legislativa das profissões organizadas nos conselhos superiores nacionais de economia e do trabalho, tribunais de conciliação e arbitragem ou de jurisdição da produção e do trabalho sobre a base de solidariedade entre as classes e subordinação aos interesses gerais da coletividade e condenando todos os processos de auto defesa de ação direta, quer sob a forma de pressão patronal, quer violência material das classes trabalhadoras" (94).

Como vemos, da negativa do direito de greve até a aceitação do "legislativo" tecnocrático (= Conselhos Técnicos) os círculos endossam a Carta de 37.

Mais grave é a sub-reptícia propaganda das "conquistas" do fascismo, que pode ser exemplificada no fragmento abaixo:

"Organização Dopo Lavoro (Após o Trabalho)".

"Não penseis que se queira fazer a propaganda do fascismo, nem tão pouco defendê-lo. O fascismo, como aliás disse Mussolini, não é um artigo de exportação, e por enquanto, também pouco adaptável ao nosso ambiente e à nossa evolução social. O que porém, queremos frisar, são as leis emanadas por aquele governo e imediatamente executadas para um amparo sólido e eficaz não só das classes operárias como também das classes rurais, extensivas aos filhos e às mães" ... (E descreve as excelências da "Opera Nazionale Dopolavoro") (grifo nosso) (95).

A formação de quadros para o sindicalismo é uma das atividades à que se propõem os Círculos: "No Círculo Operário prepara-se o ambiente para a sindicalização, tanto no meio operário como no patronal" ... "O Círculo Operário exerce influência útil sobre os sindicatos, fornecendo-lhes elementos aptos, ardorosos e de sã orientação" (96).

Uma avaliação em detalhes dos resultados concretos obtidos pelos Círculos Operá

rios nesta direção está para ser feita; após a queda de Vargas, o movimento "teve um declínio devastador" (97). O tema mereceria por certo um estudo monográfico. Muitos dos quadros "ministerialistas" que organizaram as bases do PTB passaram pelos "Círculos", levando água ao moinho da reação.

As práticas de cooptação desenvolvidas a nível de empresa, na conjuntura, caberiam num estudo a parte. Parece claro, contudo, que elas tiveram uma importância muito secundária na época, sendo incapazes de impedir o desenvolvimento da consciência crítica nos trabalhadores. Disponemos de pelo menos um exemplo de indústria que apregoava "ter humanizado" as relações de trabalho, e que teve de suportar mais a frente amplo movimento grevista "resolvido" por violenta repressão. É o caso da Nitroquímica, de São Miguel Paulista (SP), que em 1943 empregava mais de 4.000 trabalhadores. As indústrias do Grupo Matarazzo serviram de exemplo, também (98).

A avaliação mais global dos resultados obtidos pela ação desmobilizadora do Estado será feita no próximo capítulo. Adiantemos, contudo, uma consideração contemporânea dos fatos, bastante insuspeita:

"O fato de que provavelmente não mais que uma quinta parte dos operários em São Paulo são sócios dos sindicatos, explica-se principalmente, porque até mesmo as pequenas taxas de contribuição mensal estão além das suas capacidades financeiras e, parcialmente, porque eles consideram seus sindicatos como simples agências governamentais sem qualquer capacidade para representar honestamente os interesses dos operários, o que mostra a falta de importância dos sindicatos oficiais". (Grifo nosso).

Quem o diz é o Consul Geral dos USA, em São Paulo, em ofício ao Embaixador Adolf A. Berle Jr., a 28 de fevereiro de 1945 (99).

NOTAS - CAPÍTULO I

- (1) Ver a propósito: BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dez Séculos de História). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. CARNE, Edgard. O Estado Novo, São Paulo, DIFEL, 1976.
- (2) Podem ser citados, aqui: CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, DIFEL, 1969; LOPEZ, Juarez Brandão. Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1964; PEREIRA, Luiz. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1965; RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1966; TOURAINE, Alain. "Industrialization et Conscience Ouvrière à São Paulo", Sociologie du Travail, 4. Paris, 1961.
- (3) "a explicação da tragédia do movimento operário brasileiro deve ser procurada menos no atraso da classe que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste atraso para suas próprias manobras políticas".
WEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)", Cadernos CEBRAP 4. São Paulo, 1973, p 79.
- (4) MURMIS, M. et PORTANTIERO, J. C. Estudos Sobre as Origens do Peronismo. São Paulo, Brasiliense, 1973, p 78 e seguintes, servem de exemplo, para o caso argentino.
- (5) Tendo como base o índice 100 para 1914, os dados seriam os seguintes:

ANO	CUSTO DE VIDA	SALÁRIO
1935	256	283
1936	291	283
1937	312	300
1938	318	315

(in: SIMONSEN, Roberto C., Evolução Industrial no Brasil e outros Estudos. São Paulo, C.E.N., 1973, p 237.

Tabela organizada por IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p 62.

- (6) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945). Tese de Doutorado, São Paulo, 1978. Com base em publicação do Ministério do Trabalho (Alguns Aspectos da Política do Salário Mínimo. Rio de Janeiro, 1947), a autora comparou os dados referentes aos mínimos de 1940 com os salários médios e medianos urbanos em 1939, bem como com os médios da indústria e do comércio em 1937, nas capitais dos Estados.

A tabela abaixo é extraída deste confronto:

ESTADO (Capital)	MÍNIMO (1940)	MÉDIO (1939)	MEDIANO (1939)	IAPI (Con tribuição) (1937)	IAPC (idem) (1937)
Pernambuco	150\$000	144\$800	103\$000	117\$900	301\$300
Minas Gerais	170\$000	181\$800	151\$900	152\$800	216\$000
Rio de Janeiro	150\$000	206\$100	154\$700	179\$200	227\$000
Distrito Federal	240\$000	202\$500	150\$000	270\$700	420\$700
São Paulo	220\$000	220\$600	201\$200	223\$000	341\$000
Rio Grande do Sul	200\$000	212\$800	201\$700	219\$800	314\$400

- (7) SIMONSEN, Roberto C. op. cit., p 430.

- (8) OLIVEIRA, Francisco. "A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista", in: Questionando a Economia Brasileira. Seleções CEBRAP 1. São Paulo, Brasileira/CEBRAP, 1976, p 12.

- (9) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p 239.

- (10) A tabela abaixo apresenta os resultados para os principais setores industriais, que somavam 66,6% da amostra.

SETOR	% DE SEGURADOS/TOTAL DA AMOSTRA	SALÁRIO MEDIO-BRASIL
Textil	30,8%	160\$861
Alimentação	13,2%	204\$975
Metalurgia	10,0%	268\$998
Química	6,9%	222\$210
Construção	5,7%	227\$529

Fonte: IBGE, Sinopse Estatística do Brasil. Rio de Janeiro, 1938, p 96.

- (11) Outras objeções dizem respeito ao fato do IAPI incluir no cálculo os salários de seus próprios funcionários e dos sindicatos de industriários. O desconto compulsório sobre a remuneração dos segurados era de 3%.
- (12) ÓNODY, Oliver. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, s/ed., 1960.
- (13) Uma publicação do Ministério da Fazenda ("Estatísticas Econômicas") citada por ÓNODY chega aos mesmos resultados, para a cidade do Rio de Janeiro (op. cit., p 127).
- (14) Os números - índice dos preços da alimentação a partir de 1935 são divulgados no BMTIC. Entre 1937 (média anual) e 1942 eles teriam subido de apenas 6,25%. As fontes empregadas no cálculo são, no entanto, absolutamente heterogêneas: para 1935 e 1936, considera-se apenas o Distrito Federal; em 1937 já se toma em conta "todas as capitais"; a partir de 1938, "outros municípios" (BMTIC 108, agosto de 1943).
- VILELLA, Anibal V. e SUZIGAN, Wilson. (Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p 424/425), apresentam "Índices de Preços Internos", para o período 1911-1945 (Anexo - Tabela VI). Por estes números, teríamos uma variação de 31,21% entre 1939 e 1942, período para o qual utilizam fonte homogênea.
- Exemplo de avaliação distinta da anterior é a de Celso Furtado, que toma outros indicadores:
- "O nível geral de preços, que entre 1929 e 1939 havia aumentado apenas 31%, entre 1940 e 1944 sobe 86%. Já em 1942, ... o nível de preços sobe 18%. Utiliza como base para o cálculo, após 1939, o "deflador implícito na renda territorial calculada pelo grupo misto BNDE-CEPAL, in: "O Desenvolvimento Econômico do Brasil", CEPAL".
- (FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, C.E.N., 1967, p 223).
- Pelos dados de VILELLA e SUZIGAN, para iguais períodos teríamos uma variação de apenas 0,89% e 11%.
- (15) Citado por: PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Singular Ditador", Isto É 46. São Paulo, 09.11.1977, pp 36/59.
- (16) A propósito das "Obrigações de Guerra", e outras medidas da política governamental monetária e fiscal durante a guerra, ver: VILELLA, Anibal et SUZIGAN. op. cit., pp 219/232.

- (17) Decreto-Lei 4.789, de 05.10.1942. BMTIC 99, novembro de 1942. Mais a frente serão isentos deste ônus os assalariados que percebem menos de Cr\$ 250,00 mensais e mais os funcionários e trabalhadores segurados pelos IAP's e Caixas de Aposentadoria que paguem Imposto de Renda (Decreto-Lei 5.159 de 31.12.1942, BMTIC 102, fevereiro de 1943).
- (18) Decreto-Lei 4.830, 15.10.1942, BMTIC 99, novembro de 1942.
- (19) Portaria nº 36, Comissão de Mobilização Econômica. BMTIC 102, fevereiro de 1943.
- (20) Decreto-Lei 5.479, 11.05.1943, BMTIC 106, junho de 1943; Decreto-Lei 5.977, 10.11.1943, BMTIC 112, dezembro de 1943; Decreto-Lei 5.978, in: idem, idem.
- (21) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., p 250.
- (22) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., pp 246/247. As percentagens de elevação do custo de vida utilizados são os de ÓNDY, Oliver, op. cit..
- (23) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., p 247.
- (24) O perfil dos salários industriais para 1944, que é citado a frente, indica que a disparidade salarial por regiões mantinha-se apesar disso, significativa.
- (25) Os dados referidos são os seguintes, conforme BMTIC 120, agosto de 1944, p 260.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VARIAÇÃO NO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO Junho-Dezembro de 1943
Pernambuco	+ 21,95%
Minas Gerais	+ 30,00%
Rio de Janeiro	+ 22,07%
Distrito Federal	+ 22,69%
São Paulo	+ 23,80%
Rio Grande do Sul	+ 11,56%

Para o cálculo do salário-mínimo, em 1939 (São Paulo), o item "alimentação"

equivalia a 48% do valor fixado. A proposta patronal era de 56% e a dos em pregados 40% (Circular nº 53, FIESP, 04.07.1938, citado por VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p 238.

- (26) SINGER, Paul I. Força de Trabalho e Emprego no Brasil. São Paulo, Cadernos CEBRAP 3, 1971, p 54.
- (27) São exemplos extremos de lucratividade: International Harvest Export Co (3.390%); Maizena do Brasil (2.145,4%); Dunlop Pneumáticos (823,7%); Firestone S.A. (509,6%); etc. COSTA, Agnaldo. "Preços, Salários e Lucros", Ilustração 25, outubro de 1943 e "A verdade sobre os lucros de Guerra", idem, fevereiro de 1944.
- (28) COSTA, Agnaldo. "Preços, Salários e Lucros", op. cit.
- (29) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. op. cit., p 251.
A propósito dos salários-mínimos, podemos citar ainda ROWLAND, Roberto: "Só em 1952 é que o valor real do salário-mínimo alcançaria o nível de 1940", in: Estudos CEBRAP 8. São Paulo, CEBRAP, 1974, p 33.
- (30) A percentagem dos que ganhavam menos de R\$ 599,00 mensais em Recife, Belo Horizonte, Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre era de respectivamente, 74,3%/ 69,2%/ 53,6%/ 23,2%/ 37,1% e 54,3%. Os dados estão in: IBGE, Anuário Estatístico 1941-1945, Rio de Janeiro, 1946.
- (31) Como ilustração, tomemos um exemplo de orçamento doméstico: que nos ajuda a apreender o valor da moeda expresso em mercadorias. Servindo de base a um artigo que louvava a política social de Vargas, foi publicado no BMTIC 97, de setembro de 1942.
Considera as despesas mensais de um comerciante - "solteiro", que "não fuma, não compra jornais", que "mora no centro", que portanto, não tem "gastos de condução". O feliz protegido do Pai dos Pobres ganhava 300\$000 mensais. Seus gastos seriam assim distribuídos:
- | | |
|--|-----------------|
| Aluguel de quarto (de sociedade com outro companheiro) | 80\$000 |
| Almoço e jantar | 100\$000 |
| Lavagem de Roupa | 10\$000 |
| Café da manhã | 15\$000 |
| Vestuário | 50\$000 |
| Contribuição Sindical | 5\$000 |
| IAPC | 12\$000 |
| Extras | 15\$000 |
| | <u>287\$000</u> |
- Os preços se referem à cidade do Rio de Janeiro.

- (32) Os dados de salários são relativos ao mes de julho. Ver tabelas I, II e V.
- (33) "Na Moscou do Litoral Paulista", in: Diário de São Paulo, 28.04.1946.
- (34) Decreto nº 23.322, de 3 de novembro de 1933. "Regula a duração do Trabalho em Bancos e Casas Bancárias".
- (35) "Os Bancários de São Paulo ao Público", in: Hoje, 04.02.1946.
- (36) BMTIC 98, outubro de 1942. A indenização era fixada, nestes casos, a razão de quinze dias de salário por ano de trabalho; o máximo devido seria de dez contos de réis, e o pagamento da importância seria feito no mesmo número de prestações mensais que o número de anos de serviço.
O Trabalhador Gráfico, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos em São Paulo, em seu número 154, agosto de 1943, refere-se a dificuldades que os estrangeiros tinham ao recorrer à Justiça do Trabalho.
- (37) BMTIC 98, outubro de 1942.
- (38) BMTIC 120, agosto de 1944 et 121, setembro de 1944 (Decreto-Lei e Portaria de regulamentação, respectivamente).
- (39) "Determinou-se que as operárias que contraíssem matrimônio e, por isso, dejassem dedicar-se exclusivamente aos trabalhos do lar, sejam licenciadas sem qualquer obstáculo, pelas empresas". ... "os operários das indústrias da seda poderiam mudar de ramo no âmbito da indústria têxtil, sem a necessidade do Atestado Liberatório"; finalmente este Atestado Liberatório teria de ser concedido pelo empregador se "o operário encontrasse, em outra fábrica de tecidos, oferta de salário mais alto, e comprovar essa possibilidade de melhoria econômica". (grifo nosso)
Os trechos aspidados são da fala do Ministro do Trabalho na "Hora do Brasil" de 11.01.1945. Publicado no BMTIC 126, fevereiro de 1945.
- (40) Decreto-Lei 8.363, de 13.12.1945, in: BMTIC 137, janeiro de 1946.
- (41) Do Primeiro Secretário da Embaixada dos U.S.A. no Rio de Janeiro para o Secretário de Estado, 22.09.1944. U.S.N.A. 832.665/9 - 2244.
- (42) FIESP. "A Indústria e o Comércio de São Paulo ao Exmo: Sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas", apud: CARONE, Edgard. Estado Novo ... pp 70/71 (fragmentos).

- (43) Não é nosso objetivo a análise sistemática da CLT. É importante lembrar que para alguns setores dos trabalhadores, ela significou uma supressão de conquistas. É o caso, por exemplo, dos bancários. Desde 1934 eles gozavam de estabilidade no emprego aos dois anos de serviço - o que fora obtido em movimento grevista (Decreto nº 24.614, 09.07.1934). A CLT lhes "deu de presente" o mesmo direito, mas apenas aos 10 anos de atividade.
- (44) Sobre a dificuldade de importar, ver VILELLA, Anibal V. et SUZIGAN, Wilson, op. cit., loc. cit.
- (45) CARONE, Edgard. A República Nova. São Paulo, DIFEL, 1974, pp 329/337 et A Segunda República. São Paulo, DIFEL, 1973, pp 64/66 (texto da lei).
- (46) SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus/USP, 1966, pp 140/141. Registra 58 greves na capital e 27 no interior paulista, no período 1930/35. O levantamento realizado por Maria Hermínia (op. cit.) na coleção do jornal "A Platéia" para o mesmo período, somou 84 movimentos grevistas. Entre os anos de 1936/40 o primeiro autor encontrou apenas 5 paralizações (1 na capital e 4 no interior).
Uma publicação da SSP de Pernambuco fala da eficácia repressiva posterior ao levante de 35: "... basta citarmos que no ano de 1935 tivemos 9 greves em Recife, e de 1936 a 1945 nenhuma foi deflagrada" (SECRETARIA da Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco. Recife, SSP-Pe, 1958).
- (47) A ênfase aparece, por exemplo, in: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, op. cit., pp 237/238, 260/261.
- (48) DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1971, p 221.
- (49) Em 1940, Vargas sugeria, através da embaixada brasileira em Washington, que Roosevelt servisse de mediador entre os beligerantes, "diante da ameaça soviética". Para a descrição do "jogo duplo" ver BANDEIRA, Moniz, op. cit.; GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo. São Paulo, Símbolo, 1977; CARONE, Edgard. Estado Novo.
- (50) PINHEIRO, Paulo Sérgio. "O Singular Ditador" ...

- (51) O trecho faz parte do Boletim de Greve dos Bancários, reproduzido pelo jornal Hoje de 08.02.1946.
- (52) O artigo 138 da Constituição é comentado por Evaristo de Moraes Filho (O Problema do Sindicato Único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pp 243/244). Confronta os textos italiano e brasileiro. A tradução é praticamente literal.
- (53) "Relatório da Comissão Elaboradora do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os sindicatos profissionais", in: BMTIC 53., janeiro de 1939 - apud: RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p 91.
José Albertino Rodrigues diz do decreto:
"As limitações da autonomia sindical tornam-se maiores, correspondendo a uma interferência ministerial de caráter nitidamente totalitário. Assim, enquanto se manteve a proibição anterior de sindicalização aos funcionários públicos (art. 53), determinou-se a inaplicabilidade da lei 'as atividades profissionais relativas a agricultura e pecuária' (art. 58). A sindicalização rural não era expressamente proibida mas, dependendo de regulamentação especial, não se realizou e não se realizou nos últimos anos. Por outro lado, a intervenção ministerial nas atividades sindicais, que não se mantivera pela lei de 1934, foi restabelecida pela lei de 1939 (art. 17). Refletindo a maior rigidez de controle do sindicato por parte do Ministério do Trabalho, a lei instituiu a carta de reconhecimento fornecida pelo mesmo (§ 1º do art. 7º, § 2º do art. 8º) após o cumprimento de uma série de formalidades burocráticas. As infrações à lei, independentemente da ameaça de intervenção, poderiam ser punidas com a cassação da carta de reconhecimento (art. 43, item e, art. 45 e 46). Além do mais, o Ministério do Trabalho funcionaria como órgão de instância superior para dirimir controvérsias e receber recursos (arts. 30, 32 e 47), enquanto o artigo 55 diz que serão por ele resolvidos os "casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução desta lei". Os títulos de renda e bens imóveis das entidades sindicais não poderão ser alienadas sem autorização do Ministério (§ Único do art. 39)".
- (54) RODRIGUES, José Albertino, op. cit., p 130.
- (55) A regulamentação do Imposto Sindical ocorrerá pelo Decreto-Lei 4.298, de 14 de maio de 1942. A propósito ver MORAES Filho, op. cit., p 255.
- (56) TROYANO, Annez Andraus. Estado e Sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978, .

p 62, et O Trabalhador Gráfico 143, 10.08.1942.

(57) RODRIGUES, José Albertino, op. cit., p 93.

(58) "Inquérito Sindical do Distrito Federal, relativo ao ano de 1941", BMTIC 109, agosto de 1943.

O total de associados corresponde a 57 dos 58 sindicatos de empregados existentes. O quadro abaixo precisa os números, por atividade profissional:

ATIVIDADE	Nº de ASSOCIADOS
Indústria	51 909
Comércio	29 944
Transportes Marítimos e Aéreos	16 434
Transportes Terrestres	23 396
Comunicação e Publicidade	1 875
Empresa de Crédito	2 500
Estabelecimento de Educação e Cultura	1 815

(59) RODRIGUES, José Albertino, op. cit., p 129.

(60) BMTIC 98, outubro de 1942.

(61) BMTIC 99, novembro de 1942.

(62) BMTIC 100, dezembro de 1942.

(63) BMTIC 106, junho de 1943.

(64) BMTIC 110, outubro de 1943, pp 76/77.

Do texto:

"Art. 4º - Os dissídios coletivos pertinentes a uma só empresa ou grupo industrial ou comercial sob a mesma direção, só poderão ser suscitados quando pelo menos a metade dos empregados interessados for associado do sindicato profissional suscitante, e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar".

"Art. 5º - Só poderão ser suscitados dissídios coletivos que interessem duas ou mais empresas, quando o sindicato profissional for constituído à data do dissídio, por mais da metade dos trabalhadores integrantes da catego

- ria que representar e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar",
- (65) IBGE, Anuário Estatístico 1947, p 402. Para os funcionários públicos federais o abono familiar foi estabelecido em novembro de 1943, à razão de R\$ 50,00 por dependente (Decreto-Lei 5.976, de 10.11.1946). O número de beneficiados pelo decreto-Lei de 1943 ficou muito abaixo do que era previsto.
- (66) Antes mesmo do fim da censura à imprensa, encontramos críticas a utilização dos recursos arrecadados, ainda que de forma sutil. A propósito da inauguração do Hotel e Cassino Quitandinha, "Ilustração" publica o seguinte texto, carregado de mordacidade: "Compreende-se desde logo, o elevado alcance turístico dessa obra, e efetivamente não faltou aos seus empreendedores o mais caloroso apoio. Entre outros o IAPC se prontificou a financiar grande parte da obra ... E assim, dentro em breve, poderão os brasileiros se orgulhar de mais esta realização" (Ilustração 25, outubro de 1943, p 3). O "escândalo do algodão", que atingiu Hugo Borghi, banqueiro paulista e articulador do PTB será dos mais explorados na Constituinte.
- (67) BMTIC 129, junho de 1945, encarte.
- (68) OLIVEIRA, Moacir Veloso Cardoso. "As Casas Operárias", in: BMTIC 119, julho de 1944, pp 205/211.
- (69) Foi o caso do Restaurante do Sindicato dos Estivadores no Rio de Janeiro, em julho de 1943 (BMTIC 108, agosto de 1943).
- (70) O Dia (Curitiba), 09.11.1943.
- (71) BMTIC 131, julho de 1945, pp 373/374.
- (72) O assistencialismo foi exercitado ainda por organizações da Igreja, em larga medida mantidas pelo Estado, e pela LBA (Legião Brasileira de Assistência). Esta última mereceria um estudo específico, mas no âmbito deste trabalho seria cair apenas no repetitivo. Vários números do BMTIC tem dados sobre a atuação da Legião ... de D. Darcy Vargas.
- (73) Em 1932 tinham sido criadas, no âmbito do MTIC, as Juntas de Conciliação e Julgamento, órgãos administrativos que enviavam à justiça comum seus pronunciamentos. O projeto de lei que regulamentava a Justiça do Trabalho não

chegou a ser votado pela Câmara de Deputados eleita em 1934.

(74) Das 139.566 reclamações destes anos, 53,184 resultaram em conciliação, sendo julgadas as restantes. Os dados estão in: BMTIC 128, p 339; IBGE, Anuário Estatístico 1951, p 359.

(75) Maria Hermínia levanta a hipótese de que tendo "a política da ditadura face as classes trabalhadoras (sofrido) uma guinada clara a partir de 1943", justificada pela "procura de apoio junto ao proletariado urbano", a Justiça do Trabalho "começou a revelar inclinação imediata para beneficiar os menos protegidos pela fortuna" (op. cit., pp 268/269). Em apoio de sua afirmação utiliza um levantamento de dissídios individuais julgados pelo TRT-SP.

Os casos dizem respeito à demissão de trabalhador estável por "justa causa" (quando o TRT é primeira instância de julgamento) ou à recursos de decisão das Juntas de Conciliação e Julgamento (que decidem em 1ª instância sobre todos os demais dissídios individuais). Esclarece que não puderam ser levantados os processos nas Juntas de Conciliação uma vez que a documentação já fora destruída. Chega aos seguintes números (resumo):

ANO	Sentença Favorável ao Trabalhador	Sentença Desfavorável ao Trabalhador	Outras soluções s/informação
1941	115	171	14
1942	90	121	15
1943	21	38	3
1944	48	31	6
1945	49	29	12

Consideramos que, para um universo de quase 140 mil reclamações trabalhistas, a amostra (762 processos) é inadequada. Desprezando esta observação, e com os mesmos dados, poderíamos dizer que o aumento no número das sentenças favoráveis ao operariado (e isso, só em 1944/45) seria indicador, apenas, da deterioração das condições de trabalho - e por si mesmo, os números referidos não o provariam. Daí que, a falta de possibilidade de trabalhar mais amplamente as decisões da Justiça do Trabalho, preferimos permanecer no campo de sua avaliação mais geral.

(76) VIANNA, J. Segadas. "Os Trabalhadores e as Greves", in: BMTIC 129, pp 154/160.

Um texto entre muitos, que diz o mesmo, só que em linguagem jurídica, LA

CERDA, Durval. A Sentença Coletiva. BMTIC : 135, novembro de 1945.

- (77) BMTIC 105, pp 386/387.
- (78) BMTIC 109, p 328 -- Ver também, por exemplo: BMTIC nº 117, p 302.
- (79) BMTIC 109, p 326.
- (80) BMTIC 105, pp 117 e 302.
- (81) BMTIC 102, fevereiro de 1943, p 323.
- (82) BMTIC 105, p 389.
- (83) BMTIC 117, p 298.
- (84) BMTIC 121, setembro de 1944, p 328.
- (85) O "Fundo ..." recebia 20% do Imposto Sindical arrecadado.
- (86) DELLA CAVA, Ralph. "Igreja e Estado no Brasil do Século XX", in: Estudos CEBRAP 12, São Paulo, CEBRAP, 1975.
A aproximação entre a Igreja e o Estado se inicia no próprio momento da deposição de Washington Luiz e se consolida em 1931, após as demonstrações de massa em Aparecida (SP) e na inauguração do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.
- (87) Ver a propósito, TRINDADE, Héliogio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, DIFEL, 1974, p 155.
- (88) ALVES, Márcio Moreira. L'Eglise et le Politique au Brésil. Paris, FNSP, 1973, mimeo, referido por DELLA CAVA, op. cit., p 36.
- (89) Ver transcrição de pronunciamento, in: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CATÓLICOS, Manual dos Círculos Operários Católicos. Rio de Janeiro, Vozes, 1940, p 68. O prefácio é de Alceu Amoroso Lima.
- (90) Plínio Salgado buscou um "tratamento preferencial" por parte da Liga Eleitoral Católica, porque os programas da AIB e da LEC eram "coincidentes" (SILVA, Héliogio. Porque Depuseram Vargas).

..... pp 180/181. A pluralidade sindical decretada derivou da defesa de um "sindicalismo católico", que não prosperou, e da fragilidade, naquele momento, da ação dos "amarelos" nos sindicatos autônomos.

- (91) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., p 32.
O total referido equivaleria a mais de 25% do número de trabalhadores sindicalizados nesta data.
- (92) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., p 24.
- (93) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., p 68.
- (94) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., p 65.
- (95) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., p 178.
- (96) CONFEDERAÇÃO Nacional dos Operários Católicos, op. cit., 106 (Atitude perante os sindicatos).
- (97) DELLA CAVA, Ralph, op. cit., p 19.
- (98) A descrição das condições de trabalho na fábrica de São Miguel e do assistencialismo ali praticado são objeto do artigo "Como evitar Greves", de Carlos T. Neiva, in: BMTIC - 117, maio de 1944, pp 91/103.
- (99) Do Consul Geral Americano em São Paulo ao Embaixador, São Paulo, 28.02,1945, U.S.N.A., 832.504/2 - 2845.

CAPÍTULO I

OS TRABALHADORES E O PCB NO "ESTADO
DE GUERRA"

CAPÍTULO II

OS TRABALHADORES E O PCB NO "ESTADO DE GUERRA"

Quando Vargas declarou guerra ao Eixo, não existia no Brasil um movimento operário, sequer nos Estados onde mais fortemente a presença política dos trabalhadores já se tinha feito sentir, ainda que, como veremos, não confundimos movimento operário com movimento sindical.

Todos os indicadores conhecidos, contudo apontam na direção de que o governo de Vargas era identificado ao nazi-fascismo e que a exigência popular de engajamento brasileiro na guerra ao lado dos aliados, trazia embutida a crítica ao regime político vigente. O aparelho repressivo-policial e o aparelho militar propriamente dito, "depurado" desde 35 (1) era francamente favorável a Hitler e Mussolini. O ministro Vargas, cindia-se, contudo - Oswaldo Aranha passou à história como principal defensor de um alinhamento do país com os Estados Unidos, e foi a ele e a outros poucos que as entidades estudantis recorreram quando pretenderam organizar manifestações públicas face aos ataques dos submarinos alemães (2).

O descontentamento popular que passa a se expressar a partir deste momento é socialmente indiferenciado - reúne desde a pequena burguesia ao proletariado fabril, na exigência de uma resposta aos agressores. São muitos os documentos que mostram que, mesmo carregando retratos de Vargas, as manifestações se fizeram não apenas contra o fascismo externo. Clara percepção disso teve, por exemplo, o ministro da guerra.

Em carta dirigida a Vargas em 15.06.42, Dutra associava a propaganda pró-Estados Unidos com a oposição ao regime; afirmava que ela (buscava) "preparar a alma da nação para todas as acomodações e abdições com as esquerdas internacionalistas" (3). Em 22 de agosto do mesmo ano, cita o Comandante da 6ª Região Militar (Bahia), que relatava:

"os agitadores (comunistas) exploram (a situação) a fundo, com desmedido excesso e acintosa atitude, dando larga demonstração patriótica, é verdade, mas também proporcionando as mais inequívocas provas de falta de respeito e mesmo de menosprezo ao governo" (4).

Não era possível no entanto, reprimir os protestos contra os ataques alemães a navios brasileiros; em todas as maiores cidades do país eles ocorreram.

"Durante todo um dia, grupos numerosos de populares depredaram casas comerciais de alemães, italianos e japoneses, nada poupando... a polícia a princípio querendo reagir, mas no fim, quedando-se impassível diante da avalanche humana em desatino" (5).

Isso, no exemplo, numa região onde no primeiro momento proibiu-se até em capitais a publicação de condenação ao afundamento de navios brasileiros, e o DOPS de Pernambuco considerava o poema de Drumond de Andrade sobre Stalingrado ("A Cidade Heróica"), "comunista": "quem fosse pego lendo-o passaria pelo vexame de comparecer à polícia" (6).

A declaração de guerra e a mobilização para a FEB (7), abriram espaço para a reorganização da sociedade civil. Era impossível manter a ação anti-Fixo apenas no âmbito do aparelho de Estado. A sociedade civil voltaria a reivindicar seu espaço próprio de existência.

Foi nos anos de vigência do "Estado de Guerra" que se daria o início da reconstrução do movimento operário, que se expressaria no pós-guerra imediato pela conquista de um, ainda que limitado, espaço para a manifestação política dos trabalhadores.

É tarefa difícil acompanhar este processo, dada a precariedade das fontes disponíveis - o Estado Novo mantinha ferrenha censura à imprensa. No entanto, é possível comprovar não apenas a existência potencial de uma resistência, mas verificar que no jogo de forças que leva à "redemocratização", os trabalhadores jogaram um papel ativo - cujos contornos e expressão, tentaremos indicar.

TRABALHADORES (I), SINDICATOS E RESISTÊNCIA

Privados de toda autonomia, afastadas as direções mais combativas, os sindicatos trabalhistas viam, como já foi analisado, suas possibilidades de luta limitadas ainda mais pela camisa de força das "leis de emergência" preventivamente decretadas a partir de agosto de 1.942.

A persistência de uma resistência que se veicula também através dos sindicatos pode ser, no entanto, comprovada ao menos em São Paulo. O primeiro indicador desse fato é a própria legislação que vai sendo decretada pelo governo - quer a salarial, quer a meramente repressiva; para nós, ela pode também ser encarada como resposta a uma insatisfação que, ainda que timidamente, teve eco nos sindicatos.

Os reajustes dos salários mínimos concedidos em 1.943 sucederam a manifestações de descontentamento, das quais temos indicadores. Em meados de 1.942 ocorreu uma "greve de pequena duração" na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em Campinas - onde se localizava o centro operacional da empresa (8).

Desconhecemos detalhes a propósito. Um ano após, contudo, o presidente do sindicato da categoria declarava que os ferroviários da Paulista "há vinte anos não tem aumento" (9), o que leva a crer no insucesso do movimento.

Em setembro de 1.942, um relatório "confidencial" do Sindicato patronal da indústria têxtil de São Paulo dizia a respeito da correspondente entidade dos trabalhadores, que ela estava "prestes a seguir os empregados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro", e organizar um movimento que resultaria numa grande agitação em toda a organização industrial têxtil e na ordem pública (10).

Nesmo após o estabelecimento do "salário adicional" para a indústria (maio de 1.943), num momento em que a especulação e as dificuldades de transporte geravam a escassez de produtos essenciais em São Paulo, vários sindicatos reivindicaram reajustes e encaminharam-se para a via dos dissídios coletivos (11).

A proibição dos dissídios é de setembro deste ano; desde julho, Wilton Fuller dirigia o Conselho Nacional do Trabalho.

Em outubro, antes, portanto, do reajuste dos salários mínimos, decretado no aniversário do Estado Novo, seis sindicatos de São Paulo e Santo André publicaram uma "Proclamação": "recente estatística, bem conhecida por todos nós, demonstra que o custo de vida aumentou, de 1.939 a 1.943, em 120%, ao passo que os salários e ordenados sofreram majoração de apenas 10%" (12).

Derrubada a "arma" do dissídio coletivo, não restava mais que fazer apelos à "compreensão" patronal ou do Estado. Exemplo deste inglório desempenho é o assumido pela Federação dos Trabalhadores Têxteis do Norte e Nordeste, sediada em Recife.

Para analisar a Lei de Mobilização dos Têxteis (13), a Federação promoveu em agosto de 1.944, uma reunião do seu Conselho de Representantes; a par de oferecer sua colaboração no incremento da produção "exigido pela guerra", encaminhou ao Ministério do Trabalho duas solicitações: a de que fosse dada aos trabalhadores representação na Comissão Executiva Têxtil e a de que houvesse a concessão de um reajuste de 25% sobre os salários, "desatualizados diante do aumento do custo de vida posterior aos reajustes de 1.943". O apelo foi inócuo, e isto era previsto por observador do staff da embaixada norte-americana:

"Um mês após ... o Departamento Nacional do Trabalho não tinha ainda acusado o recebimento das reivindicações dos congressistas". "Se forem seguidos os precedentes", diz o analista, "o Ministério responderá que a Comissão se ocupa de assuntos técnicos", sendo que "a regulamentação do trabalho só incidentalmente (está entre) suas principais atribuições".

Quanto à reivindicação salarial, "a tendência presente no Ministério é a rejeição de tais exigências, com base em que os aumentos salariais de 1.943 até o presente momento teriam respondido às necessidades salariais".

Para evitar uma negativa formal, o Ministério poderia "questionar tecnicamente" a representatividade da Federação ou dos Sindicatos a ela filiados (14).

A oposição ao regime aparece, burlando a censura, na imprensa do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. A forma é engenhosa: utilizam-se num texto palavras ofensivas pouco usuais, cujo significado pode passar despercebido a um leitor menos atento; lança-se não da ironia, igualmente. Mas o protesto fica registrado.

Exemplifiquemos. No número de agosto de 1.942, noticiam-se os esforços para se obter a fundação da Federação dos Gráficos do Estado. Pa

ra isso tornava-se necessário a organização de mais um sindicato no Estado, isso ocorreria em Araraquara.

"Para emprestar maior realce à solenidade e revesti-la do cunho de perfeita legalidade, pleiteou-se e obteve-se a presença no ato de um representante do Departamento do Trabalho, sr. Vasco de Andrade, chefe da seção sindical, que ... (destacou) para aquele fim um dos seus solertes e dedicados auxiliares" (grifo nosso) (15).

Em fevereiro de 1.943 descrevem-se as comemorações do "Dia do Gráfico", que comemora a greve que a categoria, por 42 dias, tinha levado a efeito em 1.923. Lá encontramos: "a mesa dos trabalhos foi presidida por nínia gentileza, pelo representante do diretor da seção de organização do trabalho" (grifo nosso).

Na mesma matéria, há apelo ao fortalecimento da entidade pela colaboração dos trabalhadores: o sindicato "não é mais a organização de outrora, que podia, ao sabor das assembleias, abraçar as diretrizes que aprovasse. Hoje, encontra-se ele na dependência de órgãos governamentais e a eles vinculados ..." (16).

Os exemplos são numerosos. Em março de 1.944 o jornal registra "agradecidamente" a presença do agente do DOPS que acompanhou Assembleia Geral realizada. Ele relata que, na comemoração do "Dia do Gráfico", devido ao atraso do representante do Ministério, a sessão fora presidida ... por Edgard Leuenroth, nada identificado, por certo, com a ditadura.

A dura realidade é, contudo, mesmo neste exemplo de Sindicato que se recusa a cumprir de bom grado o papel que lhe é reservado pelo Estado, a letargia, quando não a repressão (17).

Já em 1.946, em pleno auge do ascenso das lutas trabalhistas, o Presidente deste Sindicato avaliava os resultados da ação desmobilizadora do Estado:

"Jungidos ao carro da ditadura, por intermédio do Ministério do Trabalho, cuja missão principal era a de policiar e manietar os sindicatos, estiveram estes, durante anos, na situação mais asfixiante..."

... a ditadura esforçou-se por criar uma mentalidade nova na maioria da classe operária, e, em parte, o conseguiu. Fez nascer a mística do Decreto. O operariado, impedido de lutar por seus direitos, des-treinado, por assim dizer, das batalhas sindicais, acostumou-se aos poucos a tudo esperar dos poderes do alto ... nada ou quase nada

(contribuindo) para minorar a eterna miséria a que a classe capitalista condenou aqueles que são os fatores de sua prosperidade" (18).

Quando os trabalhadores começam a romper com a "paz romana" que lhes fora imposta, ignorarão, quase sempre, seus Sindicatos como instrumentos reivindicatórios (19). Eles tinham se tornado coisa estranha aos trabalhadores, verdadeiras repartições públicas.

Seria cometer grave equívoco, no entanto, reduzir à condição de "pelegos" ou "anarclos" todos os trabalhadores que assumiram postos de direção nos sindicatos após 1.939 (além, é claro, dos sobreviventes do PCB, trotskistas ou anarco-sindicalistas). A propósito, encontramos na Vanguarda Socialista um artigo que fala da presença de um grupo numeroso que constituiria uma "corrente de pensamento essencialmente sindicalista", que "durante muitos anos (apoiou) a sindicalização oficial em virtude das concessões governamentais". A "burocracia sindical ministerialista sempre demonstrou extraordinária habilidade em manobrar com estes sindicalistas independentes, dando-lhes toda a atenção, na tentativa de uni-los a seu próprio destino", segundo o analista (20).

TRABALHADORES (II). A "DEMOCRATIZAÇÃO" DO ESTADO NOVO

Convencionou-se assinalar, com a entrevista de José Américo de Almeida, publicada em 22 de fevereiro de 1.945 no Correio da Manhã, o início da fase "democrática" ou do estertor do Estado Novo.

O fato, efetivamente, constitui um marco: um dos mais firmes pilares do regime de 1.937 era a censura, e as ainda tímidas declarações do político paraibano rompiam, à revolta de Vargas, com o silêncio imposto à imprensa.

Parece-nos, contudo, que a escolha desta baliza pela historiografia é bem representativa do seu comprometimento com os dominantes. A "democratização" surge como conquista que tem, ainda uma vez, como sujeito, o setor da burguesia comprometido com a proposta liberal. Quando se avança além daí, registra-se a oposição da intelectualidade (a

firmada no Congresso Brasileiro de Escritores), a proximidade do fim do conflito mundial e do retorno da FEB, a "conversão democrática" dos generais golpistas de 1.937, aquilo a que Carone denominou de "posições governistas".

Todos estes agentes sociais, cujo comportamento era demonstrativo do clima de insatisfação a que chegara a sociedade civil, e mesmo parte da burocracia estatal. Autores mais preocupados com a personalidade do ditador, aproveitam para registrar o maquiavelismo de sua atitude: antes que os ventos novos soprem em furacão, ele próprio assume a bandeira da democracia, convocando eleições, liberando a imprensa de toda censura, promulgando a anistia (21).

O que praticamente a historiografia não registra é o papel que os trabalhadores assumiram na definição da nova conjuntura (22). Estamos convencidos de que tiveram um papel, e não aquele de contingente manipulável que lhe era atribuído pelos dirigentes do Ministério do Trabalho.

Com efeito, iniciou-se no primeiro semestre de 1.944 um processo de explicitação de reivindicações econômicas trabalhistas, que assumiram a forma de greves ou "operação-tartaruga". Naturalmente, tais movimentos assumiriam uma dimensão política que não podia ser desconsiderada - o principal compromisso do regime era, desde 1.935, com a "paz social", e ele se mostrava incapaz de continuar a assegurá-la.

As informações que possuímos a propósito de uma "greve geral" no Rio Grande do Sul, em março/abril de 1.944, são as fornecidas por Carone, retiradas de despacho do Interventor gaúcho datado de 1.944(23).

Provavelmente os arquivos policiais do país, que se espera um dia possam ser manuseados pelos pesquisadores, a bem da memória nacional, guardam elementos adicionais sobre este e outros movimentos. De toda maneira, a leitura do despacho governamental permite constatar:

a) no próprio Estado natal de Vargas, a insatisfação dos trabalhadores superava a força de seu eventual prestígio político, além de considerações a respeito de que a guerra exigia completa submissão dos

trabalhadores aos objetivos "patrióticos" e "nacionais";

b) a paralisação, acontecendo no setor de transportes, deve ter alcançado grande repercussão entre a população, ainda mais pelo fato de ser, a greve em si, um fenômeno inusitado naqueles anos;

c) o interventor não menciona os Sindicatos, mas sim comissões de trabalhadores como negociadores. Podemos supor, assim, uma articulação montada a partir das oficinas, o que além de ser compreensível, pela realidade já descrita dos Sindicatos, indica o renascimento de uma forma de organização autônoma que anos de repressão tinham tentado impedir;

d) os grevistas dos Carris urbanos obtiveram "algumas concessões" e o próprio interventor indica que isso fez multiplicar as greves; diz ainda que a repressão - no caso das minas, assumida pelo próprio exército! - fez com que o trabalho voltasse "a normalidade".

A indicação de vitória, ainda que parcial, mostra que apesar da potencialidade repressiva existente, a organização e disposição de luta dos empregados foi de monta a ser levada em conta pelos empregadores. A qualidade da repressão mostra, por outro lado, a disposição da autoridade local. A cínica menção ao "salutar efeito psicológico" produzido por ela, fala, ainda, da avaliação que o interventor fazia do clima reinante entre os "demais operários" - o que no contexto, deve ser o mesmo que "demais setores profissionais operários".

Em julho, Coriolano de Góes, penúltimo chefe de polícia de Washington Luís, voltou ao cargo que já tinha exercido (24). Sua atuação recente era marcada pela violenta repressão a manifestações estudantis em São Paulo, no fim do ano anterior (25). Um de seus primeiros atos foi o fechamento da Sociedade dos Amigos da América, realizada de forma a resultar em grave crise ministerial para o governo (26). A atuação repressiva de Coriolano de Góes atingiria não apenas a oposição liberal mas se faria sentir igualmente sobre os comunistas e os trabalhadores em geral.

É a propósito de São Paulo que dispomos de um maior número de informa

ções sobre movimentos grevistas ocorridos a partir de meados de 1.944. Depoimentos de protagonistas dos fatos, a posteriori, constituem a principal fonte a respeito, juntamente com a correspondência diplomática norte-americana.

No capítulo anterior, discutimos a depreciação dos salários reais no principal centro industrial do país. Dispomos de avaliações complementares a propósito da situação dos trabalhadores paulistas, oriundas de observadores identificados com a exploração da força-de-trabalho. Após a decretação da "mobilização" da indústria têxtil, o sindicato patronal elaborou um Relatório a propósito das causas da insatisfação dos trabalhadores, que teriam considerado a lei "um retorno à escravidão". O consul norte-americano em São Paulo transcreve em correspondência à embaixada no Rio de Janeiro o documento, que escamoteando a questão dos baixos salários analisa as condições de vida dos trabalhadores, se detendo em aspectos que dependeriam, em princípio, da ação governamental. Assim, trata da questão dos transportes coletivos:

"Milhares de trabalhadores vivem nos subúrbios ... para chegar ao trabalho tem que levantar muito cedo, viajando horas em ônibus lotados, lentos e imundos. Com respeito ao transporte urbano, a situação é a bem conhecida falta de ônibus e lotações".

O trabalhador "anda maltrapilho", embora "gaste 11% de seus salários com roupas". O governo assinara com a Indústria, em 1943, um Convênio para a produção de tecidos populares; no primeiro semestre de 1.944, tinham sido produzidos 23,4 milhões de metros destes tecidos.

"Infelizmente, estes produtos tem sido usados para especulação, a despeito da população pobre. Há rumores que existem especialistas nesta especulação. Se tivessem sido neutralizados, os trabalhadores teriam sido capazes de comprar aos preços do convênio ...".

O SANS é "ineficaz e lento" na instalação de postos de venda de alimentos. O relatório sugere que o sindicato dos trabalhadores, "que está em boa situação financeira" promova a organização de cooperativas de consumo, de "filiação obrigatória".

"O problema da habitação para o trabalhador, haja visto a escassez geral e preços altos do material de construção parece ser insolúvel".

presentemente, ou até que o fim da guerra normalize os preços destes materiais e faça o preço da terra voltar a seus níveis normais" (sic).

O sistema da previdência social não respondia às necessidades dos trabalhadores.

"Quando o trabalhador fica doente, é abandonado à sua sorte". "... aqueles que não estão gravemente doentes são usualmente tratados pelos médicos das próprias companhias. Porém, só as grandes empresas são capazes de lhes proporcionar estes serviços".

O relatório previa o aguçamento das dificuldades trabalhistas. "A irritação da classe trabalhadora será provavelmente maior que a do momento, quando ela verificar que os problemas com que se defronta não estão sendo resolvidos, apesar dos esforços dos empregadores".

Diante do quadro, os empresários confessam tener mais a espontaneidade explosiva dos trabalhadores que a ação de partidos revolucionários. A justificativa desta análise é bastante curiosa e reveladora de má consciência:

"Não se acredita que qualquer teoria ou ideologia terá jamais sucesso em criar um grande número de propagandistas entre a classe trabalhadora brasileira ..."

"Por exemplo, só podem entender o comunismo aqueles que tem inteligência ou 'background' cultural para tal. Em classes não educadas, e infelizmente a classe trabalhadora brasileira está neste caso, o grande perigo não é a adoção de ideologias avançadas (sic), mas o desenvolvimento de um estado de consciência que ao final trará a anarquia e a desordem".

Sem a preocupação de quem elabora um texto para divulgação à opinião pública, os industriais têxteis admitem não prever nenhuma melhoria real nas condições de vida dos trabalhadores; neste caso, "a atenção, portanto, deve ser devotada ao outro lado do problema, ou seja, para as atividades dos agitadores". As "vitórias russas tem se transformado num tema favorito" quer "(os agitadores) se coloquem ou não sob o manto do comunismo". (27)

O consul americano contribui com sua própria avaliação, em vários de seus despachos posteriores:

"Observações nos distritos industriais indicam que os trabalhadores estão realmente enfraquecidos pela fome, e a subnutrição é difundida. Os lugares onde se pode comer barato estão servindo carne em condições que somente com pimenta, ingerida liberalmente, pode ser consumida, até mesmo pelo mais faminto dos homes.

Os restaurantes das empresas, mesmo com seus preços mais baixos, Cr\$2,00 ou Cr\$3,00 por refeição, estão acima das possibilidades de muitos" (28). "Existe falta de mão-de-obra, mas as condições de vida são tão ruins que muitos trabalhadores estão retornando para o interior, de onde vieram" (29).

Pouco antes da nomeação de Coriolano de Góes, ocorreu um movimento que se destaca entre aqueles de que tomamos conhecimento. Trata-se da greve na Laminção Nacional de Metais, em Utinga, empresa do grupo Signatory que possuía seção de fabricação de armas automáticas - e que por esse fato, estava submetida à superintendência de um oficial do exército.

"Os milicos dirigiam a empresa como quem dirige um quartel". "Dois mil operários cruzaram os braços, exigindo a substituição do superintendente" - numa luta por melhores condições de trabalho, numa empresa diretamente ligada ao esforço de guerra. "A repressão foi muito violenta - dezenas de companheiros foram despedidos: a greve atentava contra a segurança nacional ..." (30).

Ricardo Maranhão, que também se refere à greve de Utinga diz que "entre julho e setembro registra-se uma greve tartaruga na Good-Year de São Paulo, vitoriosa, e duas campanhas salariais de empregados municipais e limpadores de ruas" (31).

Em dezembro, são 800 os ferroviários da São Paulo Railway, que, também através de "greve branca", exigem melhoria salarial. Parece ter havido alguma ação por parte do Sindicato, no sentido de solicitar a instalação de dissídio coletivo, providência ainda dependente legalmente do aval do MTC. Em fevereiro o movimento grevista tinha se reiniciado e apesar "de concessões que foram feitas", a insatisfação continuava "muito grande" (32).

"Telo menos 30" movimentos grevistas que apresentavam reivindicações salariais e relativas às condições de trabalho foram desencadeados em São Paulo e Santo André nos dois primeiros meses de 1.945. Os trabalhadores organizam comissões, ou vão, "em massa, diretamente aos empregadores", "ignorando quase que invariavelmente" a Delegacia do Trabalho

e os sindicatos; os trabalhadores permanecem nas fábricas, executando "pouco ou nenhum trabalho".

A imprensa, ainda submetida à censura, nada divulga, mas a repressão é violenta: ocorrem "prisões generalizadas". Entre as fábricas paradas, estão algumas de propriedade estrangeira, inclusive norte-americana, que pagam "altos salários" - a General Motors, Souza Cruz, Firestone.

No caso da primeira, a greve envolveu a luta contra o salário "por produção", que reduzia a remuneração percebida pelos trabalhadores, inclusive nas férias. Na segunda, a empresa estabeleceu uma escala de salários igual para os trabalhadores de todas suas fábricas; os de São Paulo reivindicaram ganhos maiores que os pagos às filiais do norte do país (33).

A repressão à greve da Firestone, por aumentos salariais, provocou "muitos feridos entre os trabalhadores". Estes se defenderam, com "pedras e porretes" contra "sabres e cassetetes" (34).

Ainda em janeiro ocorre greve num setor onde movimentos dessa natureza não são comuns: as enfermeiras da Maternidade São Paulo querem reajuste salarial (35).

Elias Chaves Neto, em suas Memórias, reforça nossa hipótese ao resumir suas impressões sobre a "democratização" do Estado Novo:

"Os lixeiros de São Paulo e José Américo foram os que derrubaram o Estado Novo".

"... a situação dos lixeiros - e da classe operária - era de tamanha miséria que estes, sem mesmo tentarem qualquer entendimento (o que seria considerado um movimento grevista severamente reprimido) deixaram um dia, pura e simplesmente, de recolher o lixo, ficando em suas casas. No fim do terceiro dia, o Prefeito Prestes Maia não teve outro recurso que chamá-los a entrar em negociações com eles, caindo por terra as leis antigrevistas" (36).

Os trabalhadores recusavam-se a aceitar a "paz social" de Vargas. O Estado Novo não conseguia mais cumprir a principal tarefa que lhe atribuía, consensualmente, a burguesia: prevenir e reprimir a explicitação da luta de classes. O conflito capital versus trabalho estava a

exigir uma nova "gerência" do Estado. Menos de uma semana depois da greve dos lixeiros paulistas (e da entrevista de José Américo), Vargas convocava eleições, pelo Ato Adicional nº 9.

O PARTIDO COMUNISTA NO ESTADO DE GUERRA

É impossível discutir as propostas e a praxis do PCB, em quaisquer conjunturas, sem fazer referência, antes, ao contexto do movimento comunista internacional em que ele se inseria, como seção brasileira do Komintern (37).

O VII Congresso da IC, último antes de sua auto-dissolução, ocorrera em 1.935, e definira a tática da "Frente Popular", como mais eficaz instrumento da luta anti-fascista e anti-capitalista, no momento em que o nazi-fascismo se constituía no "principal inimigo dos trabalhadores em todo o mundo". O "Informe" de Dimitrov, o mais importante apresentado, discutia a questão, fazendo inclusive referência explícita ao Brasil (38).

Para Fernando Claudin, a linha política então adotada só pode ser compreendida corretamente se considerarmos que "a luta pela paz e em defesa da União Soviética" constituiu-se no referencial maior de sua elaboração (39).

A "frente popular", olhada deste ângulo, não fazia mais que confirmar o que "já na época de Lenin se definia": a subordinação das propostas da Internacional às orientações da política exterior soviética, quase sempre não coincidente com os interesses revolucionários de cada proletariado, em seu plano nacional.

No momento em que a URSS propunha aos Estados Unidos e às nações imperialistas da Europa uma aliança anti-hitlerista, a linha política da IC levava os Partidos Comunistas à "atenuar, quando não a abandonar de fato, os objetivos anti-imperialistas", em nome do anti-fascismo. Pensando, provavelmente, no México - país a propósito do qual demonstra possuir maior nível de informação -, Claudin assinala que daí "os

Partidos Comunistas da América Latina levantaram que o inimigo mais perigoso de seus povos não era mais o imperialismo yankee, mas sim o alemão" (40).

O período da "frente popular" e suas repercussões sobre o PCB escapam ao objeto desta dissertação. Coincidirá em sua maior parte, com a repressão desencadeada após a tentativa de insurreição da LTN, e com aquela que se sucede ao golpe do Estado Novo. De todo modo, são significativos os elogios feitos a Vargas, em 1.938, após o atentado integralista - Vargas é visto, já, como o dirigente que pode levar adiante a luta nacional contra o fascismo (41).

Em agosto de 1.939 era assinado o acordo germano-soviético. O fato determinaria uma mudança imediata na orientação da IC. A ênfase de seus ataques desloca-se do fascismo, "que deixa de ser o inimigo principal" para a "democracia burguesa e a social-democracia". Esta nova orientação, justificada pelo fato de que a guerra desencadeada "era igualmente injusta para os dois bandos", e "exclusivamente imperialista" surgiria, ainda conforme Claudin, nos manifestos do 13 de maio de 1.939 e 1.940.

De todo modo, em novembro de 1.939 Dimitrov ainda escreve: "a classe operária deve por fim a esta guerra a sua maneira, em seu interesse e no de toda humanidade, criando com isso as premissas para a eliminação das causas essenciais das guerras imperialistas". E, "eliminar as causas das guerras" na percepção da época, significava eliminar o capitalismo (42).

Com a invasão da URSS, em junho de 1.941, vai mudar mais uma vez, e agora radicalmente, a palavra de ordem da IC - surgindo de forma "cabada" nos documentos que dizem respeito à sua auto-dissolução, em 1.943. Claudin analisa os textos oficiais divulgados, descobrindo neles a formulação desta nova linha política (e de uma nova forma de articulação dos PC's a nível mundial, inclusive).

"União anti-fascista, sem distinção de partidos nem crenças religiosas (Resolução, item 4) - tal é a expressão genérica da tática que a IC, ao desaparecer, prescreve aos Partidos Comunistas e ao proletariado em geral. Entretanto, sob essa formulação geral podiam cobrir-se conteúdos muito diferentes. Como é sabido, a primeira formalização da política de unidade anti-fascista foi a frente popular...

(que) incluía, então, explicitamente, uma perspectiva de aprofundamento revolucionário inspirado na estratégia leninista da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista".

"A Resolução ... (introduziu) diretivas destinadas a, conforme toda evidência, conter a luta anti-fascista nos limites da democracia burguesa. Em relação aos Estados aliados da URSS, indica-se que o dever sagrado dos comunistas é apoiar por todos os meios os esforços militares dos governos destes países e atuar dentro do marco de seus Estados. Nem sequer há a recomendação de observar uma atitude crítica em relação a estes esforços militares, que em não poucos casos, deixavam bastante a desejar.

Em relação aos países do bloco hitlerista a tarefa dos comunistas é contribuir para a derrota dos governos ... não há nenhuma alusão ao capitalismo monopolista alemão e italiano, principal promotor da política agressiva de ambos os países. Em uma palavra, a perspectiva de transformar a luta anti-fascista em revolução socialista era tacitamente eliminada".

Na mesma direção pode ser tomado o fato de que a Resolução do Presidium da IC "não contém uma só referência à luta de libertação nacional dos povos das colônias e semi-colônias. Parte delas tratava nesse momento de romper as cadeias colonialistas. Outros, como o povo revolucionário da China, estão empenhados na guerra de libertação com o imperialismo japonês ..." (43). Os aliados da URSS eram Estados colonialistas - França, Inglaterra; a URSS firmara desde 1.941 um pacto de neutralidade e não-agressão com o Japão, só rompido após a derrota militar alemã (44).

A aceitação das propostas políticas que desconheciam especificidades nacionais, e que confundiam a defesa da revolução socialista mundial com o alinhamento acrítico sob as consígnias da política exterior do Estado soviético, trouxeram sempre consequências desastrosas para o movimento comunista internacional. Elas foram mais graves ainda, para os Partidos Comunistas organizados nos países capitalistas atrasados, onde uma análise da realidade nacional à luz do marxismo esbarrava na falta de uma tradição intelectual, e o próprio movimento operário datava de apenas algumas décadas.

Às vésperas da entrada do Brasil na guerra, o PCB praticamente havia desaparecido, enquanto organização estruturada nacionalmente. A violenta repressão desencadeada após a tentativa insurrecional da ABL,

que culmina com a prisão do Comitê Central e de vários Comitês Regionais no final de 1.939 e início de 1.940, somara-se ainda a vigência do pacto germano-soviético, como elemento desorganizador da atuação dos comunistas. Basbaum carrega nas tintas:

"Parte da massa operária, que seguia os comunistas, acompanhava com simpatia as lutas das nações aliadas; confusa pela súbita reviravolta do cenário político mundial, se manteve, no mínimo na expectativa, dando a Getúlio mãos livres".

"Enquanto alguns intelectuais comunistas saudaram a nova era, o PCB se extinguiu como partido, desaparecendo do cenário político pelo menos durante tres anos" (45).

O enfraquecimento do PCB, não temos dúvida em afirmar, ocorrera principalmente pela ação da repressão (46).

A repercussão maior do pacto germano-soviético, acreditamos, se deu pelo progressivo esvaziamento da frente política que fora a ANL, rompida definitivamente com o fim da guerra mundial (47).

A rigor, somente após a Anistia de abril de 1.945 é que voltou a existir uma organização partidária nacional e efetivamente centralizada. A formalização de uma direção unitária só acontece em agosto de 1.945, no chamado "Pleno da Vitória", ao qual nos referiremos ainda muitas vezes. Até então, atuando de forma mais definida no movimento trabalhista, constituíram-se três grupos, de distinta orientação: o grupo hegemônico, que seria reconhecido internacionalmente e que promove a Conferência Nacional (ou da "Mantiqueira") em 1.943; o grupo "liquidacionista" ou anti-partido e, minoritário, o "grupo paulista" que se recusava a aceitar as propostas dos anteriores.

Estes tres grupos tinham em comum a aceitação da tática da "União Nacional" que era inferida da situação internacional. Em maior grau (os dois primeiros grupos) ou em menor escala (no caso do "grupo paulista" e de possivelmente, outros poucos organismos dispersos pelo país), a palavra de ordem da Internacional ao se dissolver, vai ser assimilada. Não há mais, contudo, um centro dirigente internacional disciplinador - e os dirigentes "históricos" do PCB estão nos cárceres. Isso favorece a explicitação das divergências (48). Outro ponto

comum é o referente à definição estratégica da revolução - desconhecemos considerações (além daquelas de Caio Prado Jr., um solitário) que negassem, na época, o caráter ainda eminentemente feudal da sociedade brasileira.

As divergências diziam respeito à composição da "unidade nacional" para a qual se queria contribuir (e portanto, ao caráter do Estado Novo), à questão da oportunidade ou não da persistência da organização partidária, bem como (entre os que defendiam a manutenção do PCB) ao modelo de organização a ser reconstituído.

Interessou-nos observar a atuação do PCB sob dois aspectos contidos na problemática das relações partido-classe: a proposta política e sua execução prática. Aspectos vinculados ao que seria mais propriamente uma história (da política interna) do PCB, embora fascinantes, só receberam atenção na medida em que contribuiriam para esclarecer estes pontos.

O Grupo Anti-Partido: Do Exílio ao "Liquidacionismo"

O grupo comunista que ficou conhecido como "liquidacionista" teve origem, principalmente, entre militantes que se encontravam no exterior quando dos ataques alemães a navios brasileiros. Retornaram ao país, muitos se apresentando às autoridades governamentais, na esperança de serem chamados a participar do esforço de guerra. Foram pura e simplesmente enviados à Ilha Grande, onde cumpriram pena até a Anistia geral de abril de 1.945. Alguns tinham participado da guerra civil espanhola, compondo as Brigadas Internacionais (49). Vários eram ex-militares, e a formalização de sua adesão ao PCB só ocorrera após o levante de 1.935.

A atitude de desprezimento pessoal era demonstrativa de um posicionamento de apoio incondicional a Vargas; seu corolário, a perspectiva de dissolução do PCB. O principal articulador da proposta foi o médico Fernando Lacerda, que exilado em 1.935, tinha vivido na URSS até 1.940, e estava na Argentina quando o Brasil entrou na guerra.

Apresenta-se então à embaixada do Brasil em Montevideó, retornando livre - "uma voz que não havia, contra ele, processo".

A entrevista que concedeu à Diretrizes dias após a dissolução da IC é o documento mais conhecido a propósito do pensamento dos "liquida-
cionistas" (50). Sua atuação contou com respaldo governamental - a própria publicação da entrevista o prova - e resultou numa dificuldade adicional à reorganização do PCB e do próprio movimento operário.

Utilizando como principal argumento legitimador a atitude do Komin-
tern, a proposta chegou a ganhar apoio, ainda que temporário, de
muitos comunistas. Significativo, a respeito, é o depoimento de J.D,
então preso político na Ilha Grande e militante do PCB:

"A revista (Diretrizes) era financiada pelo Getúlio. ... Havia uma
escala de leitura, no "coletivo". Era minha vez de ler em voz alta.
Pretextei que estava afônico e passei para outro a tarefa.

.....
"Após a leitura da entrevista de Lacerda, só cinco presos (eram de-
zenas) ficaram contra a liquidação do Partido, por sinal, todos, o-
perários: eu, José Caetano Machado (ex-padeiro, velho dirigente em
Pernambuco), Adolfo Malheiros (operário naval do Rio), Waldemar Daim
(gráfico, de Nilópolis) e Jäder, não me lembro o sobrenome, do Rio
Grande do Norte".

"Foram liquidacionistas ilustres do primeiro momento: Pedro Mota Li-
ma, Agildo Barata, Marighela, 'Toledo', José Maria Crispim ... Este
(último) fez uma conferência, dias depois, defendendo o fechamento'
do PCB como forma de obter a frente única".

"Fernando Lacerda soube da oposição de uma minoria à sua proposta.
Passou uma semana na Ilha Grande, em visita, tentando nos demover.
Outro que esteve lá foi Ivo Heineles, médico, de Pernambuco. Não con-
seguiram nada ...

Esteve lá também uma comissão de operários de São Paulo - gente do
Ipiranga, Santo André ... - conhecer a opinião da maioria, que que-
ria manter o Partido" (51).

Mesmo que a memória do entrevistado tenha esquecido de incluir al-
gum outro militante contrário a dissolução do PCB (52), a proporção
de adesão foi de toda forma muito ampla.

A posição de Fernando Lacerda, embora deva ser compreendida como
uma leitura exarcebada da política indicada pela IC em seus últimos
meses de existência, correspondeu mais precisamente à adoção lite -

nal do procedimento seguido pelo Partido Comunista dos Estados Unidos.

Dirigido por Earl Browder, até a invasão da URSS o PC-USA mantinha-se alinhado com o "isolacionismo", defendendo "a resistência ao programa da militarização" e a "recusa, por todos os meios, da ajuda (norte-americana) à qualquer dos grupos de potências imperialistas" - conforme resolução aprovada pelo Comitê Central em fevereiro de 1.940 (53).

A partir de junho de 1.941 o PC-USA passa não apenas a defender o envolvimento na guerra, que "mudara de conteúdo", mas a fazê-lo sob a consigna de Unidade Nacional. Earl Browder afirma então sua concordância com a afirmação de Summer Welles de que "a era do imperialismo acabou". Sua avaliação da aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, fazem-no declarar que "os grupos capitalistas que decidem e planejam a política dos Estados Unidos tem interesse em ajudar ao progresso e desenvolvimento dos povos atrasados; estes podem confiar que obterão sua libertação com a compreensão das grandes potências" (54). O Partido Comunista norte-americano dissolve então seus organismos, em nome da "nova era" (55).

O "browderismo", que é anterior à dissolução da IC, teve efeitos sobre toda América Latina - tanto maiores quanto mais alinhados com os Estados Unidos estivessem os respectivos governos.

A posição anti-Partido é também defendida por militantes exilados da ANL, não comunistas. Tal foi o caso de Roberto Sisson (56). Um elemento adicional neste sentido, é que medidas assumidas por Vargas em termos de política econômica (por exemplo, a implantação da Siderurgia) eram defendidas no programa da ANL, e mesmo após, o Bureau Político do PCB, definia a luta pela industrialização como tarefa central do Partido em decorrência da autocrítica do levante de 1.935, realizada já com Prestes e muitos dirigentes nas prisões (57). O governo de Vargas alinhando-se internacionalmente no campo aliado justificava a oferta de apoio incondicional; a dissolução do PCB também podia ser vista como favorecendo a ação daquele que, na "nova era" promovia a "revolução burguesa".

A reabsorção dos "liquidacionistas" no Partido é referida por Basbaum: Após a anistia, feita a auto-crítica, "alguns liquidacionistas foram chamados ao Comitê Central, enquanto que outros, que combateram o liquidacionismo, foram afastados de quaisquer cargos políticos de responsabilidade" (58).

A Corrente Majoritária. Manter o Partido e Tudo Contra o "Eixo".

O grupo comunista que se torna majoritário, e que vai controlar a direção do PCB quando este se reconstitui, é aquele que se organiza na CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) no Rio de Janeiro, após as prisões de abril de 1.940. A dimensão deste grupo, cuja direção envolvia Maurício Grabois e Amarílio de Vasconcelos, entre outros (59), foi aumentada com a chegada ao Rio de militantes oriundos do Norte e Nordeste, no início de 1.942. O secretariado sul-americano da IC teria dado, nesta época, "autorização e força moral para reaglutinar o Partido", a Diógenes de Arruda Câmara, líder da grande "comitiva de baianos ... Armênio Guedes, Aydano Ferraz, Milton Caires de Brito, Oswaldo Feralva, João Falcão, Carlos Marighela" que chegava ao Rio de Janeiro (60).

Foi a CNOP e o grupo "baiano" que articulou a realização da chamada "Conferência da Mantiqueira" em agosto de 1.943.

Participaram "delegações do Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados ...".

Além da escolha de um Comitê Central, a "Conferência" tratou de elaborar uma linha política e discutir as tarefas de organização partidária" (61), recusando, pois, a proposta "liquidacionista". Naquele momento, os quadros representados pelos delegados presentes não ultrapassavam de algumas centenas, conforme avaliações posteriores.

Quadros "históricos", como Basbaum, não foram chamados a participar da reunião, que sob a alegação de necessidade de segurança excepcional não fora preparada por quaisquer debates auto-críticos. As "delegações dos Estados" na verdade eram quase todas compostas por quadros

que não mantinham contato com suas "bases" há meses ou anos - tal era o caso do Pará, por exemplo.- Pedro Pomar e João Amazonas, presos em Belém desde 1.940, viviam no Rio de Janeiro desde 1.941, para onde tinham fugido.

Os comunistas de São Paulo, de que trataremos a seguir, eram representados por "delegados" que não refletiam a proposta majoritária que circulava no Estado. De todo modo, desde o secretariado-geral de "Bangu", a linha política oficial tinha evoluído para a mais direita proposição de colaboração de classes

Na "Conferência", mais do que o posicionamento do grupo pela manutenção do Partido, foi decisiva a escolha "in absentia", de Prestes como secretário-geral ("com apenas um voto contra") (62), o que serviria, mais tarde para legitimar o grupo.

Na medida em que a orientação elaborada pela Conferência tornou-se majoritária, sendo apresentada sempre como a orientação partidária dos anos da guerra, é mais fácil reconstituí-la, bem como à praxis levada a efeito a partir de suas postulações.

A linha política aprovada era a de "União Nacional", entendida como de "apoio incondicional" a Vargas - "na guerra e na paz". Vargas se tornara "o presidente que declarara guerra ao Eixo"; as reivindicações levantadas pelo PCB passavam a se constituir, assim, basicamente, na defesa da abertura de um espaço político que propiciasse o apoio ao governo, na luta contra o nazi-fascismo europeu; assumia-se a orientação que a ampla maioria dos PC's de todo o mundo viria a seguir. A única divergência com os "liquidacionistas" dizia respeito à continuidade da organização.

A linha de União Nacional, sob a direção de Vargas já era proposta por Prestes em 1.942. Em telegrama dirigido desde a prisão ao jornal "La Razón", de Montevideo, Prestes afirmava que:

"O povo brasileiro ... volta-se para o senhor Getúlio Vargas na esperança de que o antigo chefe do movimento popular de 1.930 queira guiá-lo sem vacilações na luta contra a barbárie fascista. Mas para isso é necessário agir como Stálin, Churchill, Roosevelt, Chiang-Kai-

Shek: confiar no povo. É necessário abrir as prisões onde se encontram os mais consequentes lutadores antifascistas, porque só assim, consolidada a união nacional, será possível esmagar a quinta-coluna e desmascarar os agentes do inimigo que se escondem nas posições mais elevadas do aparelho estatal" (63).

No informe ao "Pleno do Comitê Nacional", realizado no Rio de Janeiro pouco antes da deposição de Vargas, é ainda Prestes que avaliza a linha política levada a efeito:

"Mas, antes disso (= da Conferência da Mantiqueira), em 1.941, iniciava-se a guerra de Hitler contra os povos soviéticos, e o nosso partido, pelos seus organismos ainda desarticulados e fracamente ligados à massa, mas ainda assim a ela ligados, e justamente por isso, soube compreender o verdadeiro conteúdo da guerra, guerra contra o nazismo, pela libertação dos povos e conseqüentemente, subordinar toda a sua atividade ao esforço máximo de fazer com que nosso governo, qualquer que fosse ele, levasse a nação a apoiar os povos em guerra contra o nazismo e a participar da própria guerra".

.....
"...decididamente (apoiamos) o governo na sua política de guerra, com correndo assim para desmascarar o fundo reacionário da agitação golpista e pseudo-democrata dos grupos que insistiam em lutar contra o governo, apesar da guerra, sob a alegação de que só um governo democrático poderia conduzir a guerra, e de que o fascismo, antes de ser combatido no exterior precisava ser derrotado em nossa própria casa" (64).

Na América Latina, onde os governos se alinharam no campo aliado até mesmo antes do ataque a Pearl Harbour, por força da ação norte-americana, outra não foi a orientação seguida pelos Partidos Comunistas após a invasão da URSS - e todos, no pós guerra, fizeram auto-críticas onde admitiam "graves erros" na política conduzida" (65).

Na prática, o PCB abandonou a preocupação com as lutas econômicas dos trabalhadores: tratava-se de auxiliar o governo a fazer a guerra, denunciar os elementos notoriamente pró-Eixo que não tinham sido afastados do governo e os liberais e comunistas que insistiam em combater Vargas. A defesa da URSS e a propaganda do heroísmo de seu povo serviam para propagandear o socialismo; na medida em que isso era feito sem a correspondente condução das reivindicações específicas dos trabalhadores, tal propaganda tendia a atingir sobretudo setores da classe média, onde se encontrava o público consumidor das

publicações editadas.

Edgard Carone listou a maior parte dos títulos que o PCB editou nos anos da guerra; Basbaum narra sua participação nesta atividade (66).

Um anúncio divulgado por Diretrizes, revista onde colaboravam membros (ou ex-membros) do PCB, mostra um exemplo do que ao mesmo tempo pode ser identificado como uma forma de evitar a censura ou aplicação ultra-fiel da linha política: o livro de Max Beer, "História do Socialismo e das Lutas Sociais" é anunciado em página inteira com a menção de que "o último capítulo do livro, a escrever, louvará o Socialismo de Vargas, no futuro" (67).

Na mesma publicação, vários comícios e passeatas são descritos, a propósito dos aniversários de Vargas, da organização e embarque da FEB. É uma constante a menção aos retratos de Stálin, nas comemorações. Futuros dirigentes nacionais do Partido aparecem como oradores constantes (Mário Alves, por exemplo, na época, estudante, na Bahia) (68). As comissões "ajudistas", que coletam auxílio para os convocados da FEB ("campanha do cigarro", da "meia de lã", da "madrinha", etc.) tem participação ativa, quando não a direção, dos comunistas, que se engajam voluntariamente junto à LBA, por exemplo. Além disso, muitos comunistas ou simpatizantes se alistariam voluntariamente na força expedicionária - enquanto a burguesia faz de tudo para poupar seus filhos do engajamento (69).

A linha política de apoio incondicional ao governo foi no entanto compreendida de forma matizada. Para alguns esse apoio significou abandonar até a reivindicação da Anistia aos comunistas presos pelo evitar da palavra de ordem. Só quando a pressão da sociedade civil sobre o governo aumentou muito é que ela passou a ser assumida integralmente (70).

As publicações da época permitem perceber variantes na condução da proposta. Encontramos, assim, textos em que se faz menção ao caráter do fascismo, "doença senil do capitalismo", aponta-se a necessidade de combatê-lo internamente, diz-se que isso se faz pelo fortalecimento

to de nossa "evolução industrial" - sem que isso, no entanto, seja associado à necessidade de se transformar o modelo político do governo (71).

A questão da democracia é colocada como uma questão de desenvolvimento econômico. Nada, exceto a ilação teórica, a propósito do fascismo, que Vargas não pudesse subscrever.

A formulação mais acabada da "União Nacional" surge no discurso de Aydano do Couto Ferraz em solenidade promovida pela Liga de Defesa Nacional, no dia 13/05/1.944.

Após comparar a conjuntura de guerra à campanha abolicionista (uma quase União Nacional ...), inventar os "tendenciosos e os descrentes, os ingênuos e os oposicionistas sistemáticos, esses que não percebem que estão sendo enredados nas malhas da 5ª coluna", e que comparam as condições distintas da "União Nacional" estabelecida em que outros países, de estrutura e organização econômico-social "distintas do nosso", afirma que "a agitação demagógica em torno de problemas secundários, e que seria justo em outra época ... quando não seja uma atitude criminosa (é) uma atitude de lesa-pátria".

Após a abertura da segunda frente, derrotado o nazismo, "nesse dia que não há de estar distante teremos conquistado novas formas de vida para os homens e um mundo melhor baseado nos princípios da Carta do Atlântico e das Conferências de Moscou e Teerã" (72).

O grupo majoritário e a prática sindical. O Congresso Sindical do Paraná.

" a) Despertar nos trabalhadores do Paraná o sentimento de sindicalização, respondendo desse modo ao vibrante apelo do Presidente Vargas ..."

" b) Apoiar incondicionalmente o governo do presidente da República, na sua política de guerra, pela segurança de nossa soberania, independência, estudando ao mesmo tempo, os meios práticos e eficientes de tornar efetiva essa colaboração patriótica, tanto no que diz respeito ao Governo Federal ; como ao governo estadual do Exmo. Sr. Manoel Ribas".

.....

" d) Baseados na declaração do Presidente da República, de que o governo tem uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas ao contrário, congrega todos, pregamos pela união vigorosa de todos os trabalhadores do país".

(Objetivos do Congresso Sindical do Paraná. O Dia, Curitiba, 20/10/1943).

No "Pleno Ampliado" de agosto de 1945, João Amazonas apresentou Informe sobre a atuação sindical do PCB nos anos de guerra.

Após enfatizar os efeitos da repressão sobre o Partido, durante o Estado Novo, fala da orientação dada aos quadros: "Adotamos uma posição a favor da produção em massa e contra quaisquer agitações que prejudicassem o esforço de guerra do país, ao mesmo tempo em que apelávamos ao governo no sentido de melhorar os salários, embora que dessa maneira pouco precisa. A defesa de nossa linha política nos sindicatos era feita através de campanhas patrióticas, de comemorações cívicas, etc!"

"Iniciamos também um trabalho de cúpula junto as diretorias dos sindicatos, que foi proveitoso, e através do qual pudemos mobilizar amplas massas e debater em Congressos Sindicais os problemas mais sentidos das classes trabalhadoras" (73).

A luta contra a estrutura sindical, "estatizada" pela ditadura, era

por certo uma tarefa extremamente difícil, que importaria em levantar com decisão a questão da democracia no país, a partir das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores. A "questão democrática" era no entanto postergada, e tratava-se principalmente, de acordo com a política definida na "Conferência" de 1.943, de se utilizar os sindicatos para os objetivos da guerra contra o Eixo. De toda a forma, a intervenção do Estado na vida sindical não era sentida já como passível de ser, a curto prazo, mais que reduzida. Amazonas, em seu Informe, fala da primeira metade dos anos 30:

"Durante alguns anos ainda o Partido combateu o ministerialismo, isolando-se das grandes massas, que, nele, viam a possibilidade de se organizar e lutar por melhores condições de vida. A partir de 1.934 nossa orientação começava a modificar-se ..."

.....

"É certo que se tivéssemos apoiado o decreto nº 19.770, indiscutivelmente democrático, teríamos fortalecido as organizações operárias e estabelecido uma base de massas que nos daria maiores possibilidades de luta contra o fascismo" (74).

O "sectarismo" - ou numa outra análise possível, a derrota, motivada por outros fatores, apenas - do início da década de 30, serviria para justificar a orientação dos anos 40.

O responsável pelo Informe Sindical relata, ainda, a presença de uma oposição às teses defendidas para a atuação nos sindicatos. Segundo ele, houve que "(lutar) contra o sectarismo dos que encaravam o sindicato como simples apêndice da ditadura e contra os que viam no trabalho sindical uma maneira de fortalecer o governo sem com - prender essa necessidade"

No informe sobre o "trabalho de massas", de Pedro Pomar é que surgiria uma auto-crítica que seguramente caberia na avaliação do trabalho sindical:

"Não soubemos tampouco ligar o trabalho de massa patriótico às reivindicações econômicas e até certo ponto políticas do povo" (75).

Procuramos levantar dados sobre a ação prática derivada da linha política de 1.943. Acompanhamos, assim, na Imprensa, o primeiro dos cinco Congressos Sindicais realizados entre 1.942 e 1.944 (76) - em

seu texto, Amazonas diz que o Congresso de Curitiba resultara e fora conduzido pelos comunistas.

O Congresso Sindical do Paraná.

A estrutura sindical imposta buscava impedir a articulação horizontal dos trabalhadores. O desenho de organização sindical decretado fora facilitado pela inexistência de Centrais Sindicais fortes na história do movimento operário brasileiro, embora tentativas de organizá-las tenham ocorrido desde a infância de nosso Sindicalismo. Durante o Estado Novo não foram montadas sequer as principais confederações verticais de trabalhadores, previstas na legislação: a CNTI e a CMEC são de 1.946.

A realização de Congressos operários reunindo sindicatos de diferentes categorias consistia-se numa prática que, se não era explicitamente proibida pela legislação, também em nada era por ela incentivada; dadas as medidas de controle adicionais derivadas do "estado de guerra", sua ocorrência dependeria de expressa autorização governamental. Assim, nos anos 42-44 (e mais a frente também) temos de entender que a realização dessas reuniões também responderia às solicitações do Estado. Os interesses governamentais parecem claros: inserem-se no quadro mais geral da política de cooptação, que além de responder ao projeto institucional de dominação burguesa, tem em vista no horizonte as fatais reformulações que o fim da guerra traria.

O Congresso de Curitiba foi realizado entre os dias 7 e 10 de novembro de 1.943. A imprensa cobriu a preparação e as sessões de abertura e encerramento; não divulgou detalhes sobre os debates nem transcreveu as teses aprovadas.

O Estado do Paraná possuía em 1.943 apenas 31.522 trabalhadores na indústria, pelos dados do IAPI. Em 1.940 existiam pouco mais de 2.200 estabelecimentos fabris; o setor que gerava maior valor era o metalúrgico, que obtinha quase quatro vezes mais que o têxtil, que o secundava (dados de 1.941: respectivamente 94 e 24 milhões de cruzeiros).

Existiam, em 1.943, 19 sindicatos de empregados no Estado; não temos dados sobre o número de associados. Tudo leva a crer que a maioria destas organizações tinha nascido já pela ação do Ministério do Trabalho.

Os ferroviários (não incluídos entre os contribuintes do IAPI, e portanto, não computados no número de trabalhadores acima) tinham se destacado entre as categorias mais organizadas do Estado, até 1.935. Com a guerra, as ferrovias foram ocupadas por força policial, que exercia vigilância ostensiva sobre os empregados. Além do caráter estratégico da rede de comunicações, a medida justificava-se pela presença de muitos imigrantes (ou de seus primeiros descendentes) alemães e italianos, no Estado.

Sobre a ação anterior dos comunistas, sabemos da existência de um comitê regional do PCB no Paraná, dissolvido pela polícia em 1.937, durante uma reunião - foram presos 12 dos 15 participantes (77); não temos dados sobre a reconstituição posterior do organismo.

Organização, objetivos, divulgação.

A organização do Congresso, relatada e amplamente divulgada na imprensa local, deixa claros alguns pontos.

O primeiro diz respeito à aceitação, pelos dirigentes sindicais, do espaço político institucionalizado pela legislação. A idéia do Congresso é atribuída ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro; ele procura o Delegado Regional do Trabalho, que a partir daí convoca os presidentes dos diversos sindicatos para uma reunião, presidida pela autoridade, a qual comparecem 13 sindicatos (78)

A Comissão Organizadora do Congresso, então formada, reunir-se-ia na Inspeção do MTIC; o Delegado do Trabalho seria, ainda seu presidente. É ele, em pessoa, que percorre as redações dos jornais propagando o conclave (79).

As finalidades do Congresso, foram então definidas, e colocavam em segundo plano as questões trabalhistas específicas. Melhor ainda - não há nenhuma referência a problemas trabalhistas específicos. O Congresso visava fortalecer a União Nacional em torno do governo, ao qual se oferece, na conjuntura, apoio incondicional.

Quatro dirigentes sindicais ouvidos a respeito da "importância do Congresso", apontam na mesma direção: "... O Congresso dará apoio ao presidente da República, incentivando-o a lutar contra o nazismo, inimigo da humanidade"; "O Congresso vem de encontro as aspirações do povo, porque vai resolver um dos mais sérios problemas de um país em guerra: defender e divulgar princípios que visem criar a mentalidade de guerra necessária a mobilização do povo para a guerra..."; "É oportuna a realização do Congresso para unir os trabalhadores a cooperar mais ainda para a defesa e vitória do Brasil"; "... Não poderia continuar por mais tempo a indiferença dos trabalhadores, em face de nossa situação bélica. Assim é que, aproveitando a passagem do sexto aniversário do Estado Novo e tendo em vista as palavras do Presidente Vargas, da necessidade de sindicalização em massa, da necessidade de criação de uma consciência nacional de guerra anti-fascista é que nós nos reuniremos em Congresso, afim de votar apoio incondicional a S.Excia. e resolver problemas de nossa classe" (80).

A publicidade do Congresso foi motivo para extensas louvações à política trabalhista de Vargas, repetindo o ramerrão das "palestras" de Marcondes Filho na Voz do Brasil (81).

A programação fazia coincidir seu encerramento com o aniversário do Golpe de Estado; as atividades previstas tinham o caráter de festa governamental (82). E coincidiam, ainda, com a instalação da Federação das Indústrias do Estado - dentro da concepção corporativista de colaboração entre capital e trabalho.

O Congresso: o apoio incondicional a Vargas

"No edifício da antiga Câmara dos Deputados ...", "ocupando a presidência de honra o Interventor ...", "tomaram acento à mesa o dr. Alexandre Beltrão, edil curitibano, o Cel. Roberto Glasser, presidente do Conselho Administrativo do Estado, o dr. Mário do Amaral, representando a Justiça do Trabalho, o Dr. Carvalho Chaves e ... o representante do Sr. Arcebispo Metropolitano ..." (83).

Estava aberto o Iº Congresso Sindical do Paraná; presentes 16 sindicatos e uma Associação Profissional. Deve ter sido uma solenidade muito cansativa: dez oradores a louvarem os tempos novos da Era Vargas. O discurso do representante do Sindicato dos Empregados na Indústria do Couro (lembramos: foi este sindicato que sugeriu à DRT a realização do Congresso) se destaca, pelo fato de conter propostas políticas claras a propósito da conjuntura. E, se não reproduz as louvaminhas que fazem de Vargas o sujeito histórico da organização dos trabalhadores, documenta bem a proposta política do PCB (84).

As teses discutidas durante os dois dias de trabalho podem ser divididas entre aquelas diretamente relacionadas com a proposta de União Nacional e aquelas que diziam respeito a questões trabalhistas específicas. No primeiro caso: "Que se deve fazer para alcançar a sindicalização em massa?", "Qual a maneira eficiente de colaborar com os governos do Presidente Vargas e Manoel Ribas, no sentido de ajudar a nossa pátria a vencer esta guerra". "Como elaborar e apoiar as medidas governamentais contra os aproveitadores da guerra".

No segundo caso, foram abordadas a "Criação do salário profissional", "Redução da Idade Limite para a Aposentadorias", "Aposentadoria Mínima" (85).

Desconhecemos as resoluções aprovadas; no entanto, a simples menção das temáticas discutidas mostra a subordinação das questões específicas ao apoio que se pretende oferecer ao governo - não é referida nenhuma discussão a respeito da questão de reajustes salariais, por exemplo.

O encerramento do Congresso contou com a presença das mesmas autoridades presentes à abertura, à excessão do Interventor. A "passeata o

perária" prevista no Programa parece não ter ocorrido, uma vez que não constou, dela, notícia (86).

Conseguindo êxito relativo na utilização de canais como a Liga de Defesa Nacional, a Sociedade dos Amigos da América ou tendo sucesso em articulações sindicais de cúpula, os militantes da corrente majoritária do PCB não lograram se ligar mais efetivamente aos trabalhadores, na conjuntura isso teria significado não considerar como secundárias suas reivindicações imediatas. Contudo, não sofreram o desgaste que, diante de vários setores trabalhistas, os PC's de outros países latino-americanos tiveram de purgar logo a seguir: aqui a repressão estatal e patronal tinha atingido tanta monta que pouco espaço tinha restado aos trabalhadores (87).

Deram, por certo, como o Congresso Sindical do Paraná indica, um pouco de sangue a uma realidade sindical que mais a frente, tenderia a se perpetuar.

Os Comunistas de São Paulo: Contra o Fixo, Contra o "Estado Novo".

Em São Paulo (e, em outros estados, com expressão menor) paralelamente à existência da CNOP, reestruturavam-se organizações comunistas. Basbaum em, suas memórias, é quem dá um relato sintético da ação do "grupo paulista".

"Desde 1.937 o PC praticamente havia deixado de existir em São Paulo. Depois disso, restava apenas pequeno núcleo de camaradas teimosos, que tentavam pelo menos conservar o que existia. Mas era muito maior o número daqueles que estavam afastados, ou por haverem sido expulsos - como Heitor e Saccheta, ou simplesmente por se haverem desligado das atividades partidárias por motivos particulares os mais diversos. Entre esses, o Mário Schemberg, Caio Prado, Pachá e outros. Enquanto os que ainda estavam ligados ao Partido aceitavam a liderança de Prestes e começavam a mexer-se e a integrar-se na nova ordem de coisas, e entre os quais depois de Honório e Osvaldo Costa se salientava Bangu ... outro grupo, mais numeroso e não menos disposto, se recusava a aceitar a nova ordem e a liderança de Prestes.

Estes haviam mandado vários emissários para falar com o antigo dirigente da Coluna ... Pleiteavam um Congresso Nacional, antes de qual

quer medida, e somente aceitavam a liderança de um Comitê Central e uma linha política saída desse Congresso".

Prestes teria alegado "falta de condições" para isso. O grupo manteve-se assim, afastado, e realizava trabalho de base em bairros operários (o autor cita o Ipiranga) e, dadas as condições dos Sindicatos, buscava outras formas organizacionais, "decidindo-se que a luta contra a constante elevação do custo de vida poderia ser levada a efeito pela organização de cooperativas de consumo ..." (88).

Os comunistas desta facção, "independentes até 1.945" acreditavam poder combinar a luta contra o fascismo internacional com a luta democrática, isto é, anti-Estado Novo, no "front" interno; buscavam somar forças com as oposições "liberais" a Vargas (89).

Elias Chaves Neto foi um dos militantes que em São Paulo pretendiam esta orientação; lamentavelmente deixou poucos elementos a respeito:

"Alguns comunistas empenhavam-se na organização de uma frente anti-fascista, criando a Liga dos Trabalhadores Democráticos, que rapidamente, chegou a contar com um grande número de aderentes".

Mais tarde, já em 1.945, "A Liga dos Trabalhadores Democráticos foi dissolvida, integrando-se os seus elementos no MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), constituído pelos comunistas que seguiam a orientação da CNOP" (90).

A situação em São Paulo era na verdade algo mais complexa que o registrado por Basbaum e Carone. Até 1.945 ... "em cada canto surgia uma linha política". Isso porque muitos dos remanescentes comunistas que permaneciam militando no meio sindical assumiram uma posição de independência em relação à CNOP e ao Comitê Nacional estabelecido na Conferência da Mantiqueira, sem manter vínculos com o grupo de intelectuais que igualmente recusavam sua orientação.

Ao que foi possível estabelecer, estes sindicalistas tentaram combinar as lutas políticas, pelo rompimento com o Eixo, pela constituição da FEB, com as lutas econômicas específicas dos trabalhadores.

Um dos militantes dessa tendência relata algumas experiências. Uma

delas antecedente às medidas de controle de preços e reajustes salariais determinadas por Vargas em 1.943: a formação, em várias cidades do interior do Estado "onde o movimento sindical era mais coeso" de "comissões de combate à carestia", que em São Bernardo do Campo, por exemplo, reunia "desde o clero até o PC" promovendo passeatas e debates. O depoente vê como resultado da formação dessas organizações a criação da Coordenação de Mobilização Econômica, numa avaliação excessiva, a nosso ver.

Antes da decretação da CLT, o ante-projeto foi publicado "para receber sugestões". Atuando nos sindicatos, militantes tentam mobilizar os associados para o debate a respeito, e memoriais são enviados ao MTIC,

"Entre as muitas sugestões mandadas, figurava a do fracionamento do direito de férias e indenização", "a partir do primeiro mes de emprego", "multas pesadas para os infratores das leis trabalhistas", etc.

As dificuldades da atuação neste plano, porém, eram claras:

"Propunhamos suprimir as Federações e Confederações Sindicais em favor das Uniões Estaduais e de uma Confederação Geral dos Trabalhadores", mas não se obtinha consenso entre os sindicalistas - e "mesmo" comunistas de outros Estados não endossavam a proposta". Assim, nem ao menos a "sugestão" foi enviada ...

Na greve de Utinga, já referida, militantes comunistas estão entre seus organizadores - assumindo, assim, uma forma de luta prescrita pela linha da Mantiqueira,

A associação de objetivos políticos à luta econômica aparece na descrição da atuação dos comunistas, quando da visita de Vargas a São Paulo em 1.942: o governo do Estado e a delegacia do Trabalho mobilizam os Sindicatos, fornecendo transporte, recursos para propaganda, etc. O DOFS define os dizeres das faixas que seriam exibidas no desfile programado; agentes seus supervisionam a própria pintura das palavras de ordem.

Outras faixas, no entanto, são preparadas pelos comunistas, e no dia da manifestação "espontânea", expostas: "Por um salário-mínimo que não seja de fome", "Abaixo o fascismo, viva a democracia", "Abaixo o

Imperialismo", "Por uma Justiça do Trabalho Rápida e Gratuita", "Liberdade Sindical", etc. (91).

Foi também em sindicatos paulistas que surgiram as "Comissões de Apoio ao Esforço Bélico", logo proibidas por decreto-lei (92).

A posição dos intelectuais de São Paulo que fazem a oposição a Vargas está baseada por outro lado, num elemento concreto: na luta pela democratização, que envolve a obtenção da Anistia e a liberdade de imprensa, é nos liberais que vão ser encontrados aliados naturais. Afinal, eles, se não tem presos políticos, tem exilados. Além disso é muito difícil separar o Vargas que encarcerava Prestes, do Vargas que faz guerra ao eixo, quando se pensa no peso dos setores sociais da classe média, oposicionistas, em São Paulo. Assim, para muitos intelectuais marxistas, o caminho natural era a formação de uma "União (ou Frente) Democrática" e não de uma "União Nacional", que significava apoiar "incondicionalmente" o governo (94).

Em publicações da época esta posição chegou a ser claramente defendida. Aqui, a luta contra o fascismo na Europa era vista sobretudo como um "conflito ideológico", e a luta da FEB serviria para que se adquirisse "em toda a plenitude o direito de auto-determinação democrática", "pelo expurgo dos fermentos totalitários", no país (95).

Papel decisivo, no entanto, teve Prestes, desde a prisão. Seu prestígio serviria para fortalecer o grupo oriundo da CNOP.

Em junho de 1.944, numa clandestina "Carta a um amigo" responde a um bilhete onde são feitas críticas ao "autor do discurso pronunciado no último comício da Liga de Defesa Nacional" - sem sombra de dúvida, pelo contexto, o de Aydano do Couto, que resumimos atrás. Prestes fica com a posição do último:

"A unidade nacional não é um fim, mas um meio - o instrumento que devemos forjar e aperfeiçoar na luta contra o nazismo. É claro que agora, durante a guerra, uma unidade deve e pode ser alcançada em torno do governo. É no seu processo que conseguiremos a pacificação da família brasileira pela anistia, assim como as liberdades civis e a prática da democracia no país" (grifo nosso: palavras de Aydano).

"Evidentemente que é impossível prever a que nível já teremos chegado nesse longo e difícil processo de unificação, quando terminar a guerra. Mas, qualquer que seja ele, terminada a guerra, a luta pela unidade nacional deve continuar..." "É difícil imaginar um Estado Novo que resista à derrota do nazismo". (...)

"O que há, na América do Sul são governos ditatoriais que nós, anti-fascistas, apoiamos ou combatemos, conforme a política externa dos ditadores, a favor ou contra as nações unidas...". "A política interna e todas as outras questões nós as subordinamos no interesse máximo da luta contra o nazismo"

"Essa questão de guerra ideológica é uma questão de palavras ... contém mostrar ao povo que a guerra não é ideológica, já que do lado de cá colaboram amistosamente a URSS, socialista, com os Estados Unidos e a Inglaterra, capitalistas. E já foi decidido em Teheran que essa colaboração persistirá no após guerra" (...) (96).

Além da palavra de Prestes, no insucesso da proposição dos intelectuais pesava o fato de que seguramente não eram firmes as ligações entre eles e os quadros operários de São Paulo. Sem terem chegado a constituir uma organização alternativa, logo após a Anistia, uns e outros acabaram por aceitar a direção do Comitê Central escolhido em 1.943 (97).

Uma União Indesejada

Se os comunistas não canalizaram nos anos de guerra a insatisfação econômica dos trabalhadores para a luta democrática, conseguiram no entanto ocupar posições em alguns sindicatos e entidades da sociedade civil. Era isso que, basicamente, pretendiam, além de colaborar no esforço da guerra, de forma nitidamente acrítica.

Durante todo período estudado, a ação do Estado se mantivera inalterada em relação ao PCB - os anos do Estado de Guerra foram anos de permanência da política repressiva que vinha desde 1.935. Mais que isso, a acusação de "comunismo" servia para estigmatizar a todas as oposições que se explicitavam.

Em 1.942, quando providências adicionais de controle à imprensa são anunciadas, Marcondes Filho (Ministro da Justiça, então) as justifica. Não deixa dúvidas sobre a compreensão da aliança anti-Eixo, que

coloca o Brasil ao lado da URSS: "Não há ... aliança de regimens , mas de povos que defendem as respectivas soberanias. O elogio aos regimens diferentes, porque de povos aliados, importaria em depreciação do nosso". E a censura é uma defesa contra os comunistas: "É sabido que o comunismo, hoje, oculta a sua propaganda sob as divisas da democracia. Louvar esta forma de governo, sem reconhecer, ao mesmo tempo que o Estado Nacional, no Brasil, é uma grande democracia... é combater o regime ou propagandear ideologias nefastas"(89).

A CLT trazia o veto ideológico à participação nas direções sindicais (99) - e como já recordamos, Filinto Muller, o arqui-repressor, chefiava o Conselho Nacional do Trabalho em plena época da "campanha de sindicalização". Condenações de comunistas pelo Tribunal de Segurança Nacional continuaram a ocorrer (100).

A participação dos comunistas nas entidades civis envolvidas no esforço de guerra era dificultada pela polícia. Pedro Pomar refere o fato: "Com a nomeação de Coriolano de Goes para a Chefatura de Polícia" (1.944) ... (ocorreu um) "movimento de perseguição cínica aos organismos que sustentavam a luta patriótica, principalmente contra os nossos camaradas". Esta perseguição levou a prisões e a um "descenso momentâneo" das atividades "ajudistas" (101).

Mais do que ao aparelho policial deve ser creditada, no caso, a repressão. O Gal. Manoel Rabelo, em carta ao Cel. Alcides Etchegoyen , antes mesmo da constituição formal da Sociedade dos Amigos da América, solicitava sua colaboração "no sentido de evitar a infiltração de comunistas ou integralistas" (102).

No Estado de Pernambuco acompanhamos os "festejos" da derrota da ANL, entre 1.942 e 1.944. Ainda aí "o apoio incondicional" ao governo é desconhecido, e toda oposição ao regime, associada à ação dos comunistas.

Nos tres anos o orador principal das "comemorações" foi Etelvino Lins, à época Secretário da Segurança, e depois, Interventor. Em 1.944, Etelvino faz um balanço de resoluções recentes dos Partidos'

Comunistas do Uruguai , Chile e México e a propósito, diz que:

"Veio-nos à lembrança, ainda, o linguajar suspeito e confuso desse arremedo de Manifesto que está sendo agora mesmo distribuído, cautelosamente, nos meios intelectuais e militares do país, pela nova entidade, a União Democrática Nacional, a mais recente tentativa de ressurreição da famigerada ANL" (103).

Os comunistas buscavam uma "União Nacional" indesejada pelo governo. Foram admitidos na legalidade, a nosso ver, como resultado de uma luta na qual não empregaram suas, ainda que reduzidas, forças.

Na luta pela democratização do país, os trabalhadores, contudo, tinham se envolvido, demonstrando sua insatisfação, desmoralizando a paz social que Vargas apregoava.

Os dirigentes comunistas tinham se empenhado firmemente pela participação brasileira na guerra, no esforço contra o Eixo. Perceberiam o ganho de um espaço político, a própria legalidade do Partido, principalmente como um resultado, imediato, da derrota do fascismo e da aliança das democracias burguesas com a URSS; isso se refletiria decisivamente na condução de sua política, na conjuntura de pós-guerra imediato.

- (11) Por exemplo, condutores de veículos, jornalistas, ferroviários. O presidente do primeiro sindicato referido é ameaçado, por isso, de "ser afastado da diretoria, pelo DOPS" - Diretrizes, 03.06.1943. Referências à escassez e especulação, in: Diretrizes, 29.04.1943.
- (12) Folha da Manhã, 19.10.1943, citado por WEEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil"... p 105. Os sindicatos referidos são os dos trabalhadores marceneiros, metalúrgicos, chapeleiros e da indústria de borracha, de São Paulo, e os da construção civil e metalúrgicos, de Santo André. O Trabalhador Gráfico de janeiro/fevereiro de 1944 publicou matéria intitulada "O aumento de salários não correspondeu à expectativa", dizendo que só os que percebiam menos de Cr\$ 600,00 tinham sido beneficiados com a medida salarial decretada por Vargas em novembro.
- (13) Ver Capítulo I.
- (14) Do 1º Secretário da Embaixada dos USA no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado, 22.09.1944 (USNA 832.655/9 - 2244).
- (15) Na série pesquisada, a tônica é dada pelos artigos de louvor ao regime; alguns deles chegam a ser provocativos, dirigidos aos "velhos" operários, "acostumados com as greves" como este (assinado por R. do Valle, presidente do Sindicato em 1942) e publicado na edição aqui citada:
- "Felizmente, dizem os novos (operários), hoje gozamos de direitos, desde que se cumpra com o dever: não precisamos alterar com os encarregados de serviço nem tampouco com os empregadores. Havendo quaisquer incidente na casa em que se trabalha, é bastante recorrer ao nosso sindicato que tudo será resolvido a contento, sem ser preciso paralisar o trabalho e sem mesmo ficar mal vistos com os empregadores. Não é melhor assim? Tudo dentro da ordem e da disciplina".
- A coexistência de diferentes conteúdos expressa, por certo, a vitalidade possível de um sindicato "histórico", na conjuntura.
- (16) O Trabalhador Gráfico, fevereiro de 1943.
- (17) Em 1944, de acordo com a arrecadação anual, o sindicato não teria mais que 850 sócios; de fevereiro/1943 a fevereiro/1944, associavam-se 219 trabalhadores, saindo 133. A diretoria eleita em 1944 só toma posse em 1945, impedida pelo DOPS, e o boletim que utilizamos deixa de circular por dez meses.
- (18) VIADERO, Pedro. "Roteiro a Seguir", O Trabalhador Gráfico, março/abril de 1946.
- (19) Em 1944, segundo José Albertino Rodrigues, (op. cit. p 130) e -

existiam 403.223 sindicalizados. Em julho deste ano, só os contribuintes do IAPI somavam 1.189.556 trabalhadores (Tabela VII).

- (20) ERMILCO. "As Correntes Políticas do Movimento Sindical". "Os Sindicatos Independentes", in: Vanguarda Socialista, 01.02.1946.
- (21) O Congresso Brasileiro de Escritores foi realizado em São Paulo entre os dias 22 e 26 de janeiro; sua Declaração de Princípios, que não pode ser publicada na imprensa, na ocasião, reivindicava "legalidade democrática", "governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto", ajustamento da "organização política do país aos princípios ... pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas" (Literatura, nº 4, Janeiro/Junho 1947, pp 59/60).
- Adolf Berke Jr., novo embaixador norte-americano, chega a 24 de janeiro. Côco Monteiro fala em anistia, "mudanças políticas"; "o posições governistas" seriam a Liga de Defesa Nacional e a Sociedade dos Amigos da América (CARONE, Edgard. Estado Novo... p 298). Heitor Franco, um liberal, afirma: Vargas "surpreendia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso, no sentido da democracia" (FRANCO, Virgílio de Mello. A Campanha da UDN. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946, p 13).
- (22) Hélio Silva, por exemplo, em seu volumoso trabalho documental a propósito da deposição de Vargas (1945: Porque Depuseram Vargas...) não incluiu, nem na "cronologia" nenhuma referência a ação dos trabalhadores na conjuntura, embora dedique muitas páginas ao FCB.
- (23) No documento, informa a Vargas que ocorrera "paralisação do tráfego ferroviário em todo o Estado; dos bondes, na capital e no Rio Grande; greves nas minas de carvão. Porto Alegre ficou sem transportes e sob ameaça de se ver privada do fornecimento de carvão e de energia elétrica. Como os grevistas da Carris tivessem obtido algumas concessões, voltaram ao trabalho, mas o atendimento de suas reivindicações estimulou os operários de outras indústrias, e daí o alastramento da greve a alguns setores da massa trabalhadora. Diante disso, à semelhança do que fizemos, com bons resultados, no tocante à Viação Férrea, tomei a deliberação de não me entender com as comissões de trabalhadores senão depois de voltarem ao trabalho. Essa resolução deu bons resultados... A designação de um interventor militar para as minas, para onde seguiu acompanhado de força do exército, acalmou os ânimos; o trabalho já voltou, ali, à normalidade e a medida alcançou salutar efeito psicológico entre os demais operários" (CARONE, Edgard. Estado Novo... pp 124/125. O documento citado sem referências, é de 10.04.1944).
- (24) Depois da saída de Filinto Muller da chefia de polícia, esta foi ocupada pelos coronéis Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo. SILVA, Hélio. Porque Depuseram Vargas... p 226.

- (25) CARONE, Edgard. Estado Novo... p 310.
- (26) Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, tinha sido eleito vice-presidente da S.A.A. e foi impedido pela polícia de tomar posse, no Automóvel Clube. Em seguida, renunciou à chancelaria. CARONE, Edgard. Estado Novo... p 311.
- Neste momento, Marcondes Filho já se movimentava juntamente com Benedito Valadares e Francisco Campos, na busca de uma proposição institucional alternativa para a carta de 37. CARONE, Edgard Estado Novo... p 315.
- (27) "Relatório Confidencial preparado pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem", agosto de 1944, in correspondência - Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Embaixador no Rio de Janeiro, 26.08.1944, USNA 832.504/8 - 2644.
- (28) Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Encarregado de Negócios Interino da Embaixada no Rio de Janeiro, 28.02.1945. USNA 832.504/2 - 2845.
- (29) Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Embaixador no Rio de Janeiro, 28.02.1945, USNA 832.504/2 - 2845.
- (30) Depoimento de F.R., ex-dirigente do PCB, 1976. Mais tarde um dos principais líderes do movimento grevista, Armando Mazzo, foi eleito prefeito de Santo André.
- (31) MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979, p 41. A informação é retirada do Embassy Reports de 28.09.1944.
- (32) Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Embaixador no Rio de Janeiro, 28.02.1945, USNA 832.504/2 - 2845.
- (33) Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Encarregado de Negócios Interino da Embaixada no Rio de Janeiro, 28.02.1945, USNA 832.504/2 - 2845.
- Do Consul Geral dos USA em São Paulo ao Embaixador no Rio de Janeiro, 28.02.1945, USNA 832.504/2 - 2845.
- (34) Depoimento de F.R.
- (35) Diretrizes, 28.06.1945. A notícia diz que foi a "primeira greve" da categoria. Em junho de 1945 os enfermeiros de São Paulo negociavam reajustes através do sindicato.
- (36) CHAVES Neto, Elias. Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, pp 67/68.
- (37) Em seu Congresso de fundação o PCB aceitou por unanimidade as

21 condições de adesão à III Internacional, O partido participou oficialmente do IVº Congresso da organização, sendo aceito como membro "simpatizante". A propósito, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio, Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p 123; BANDEIRA, Moniz et alii. O Ano Vermelho. A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967, pp 283/300; 407/418; PEREIRA, Astrogildo. Formação do PCB. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

- (38) "A respeito da criação de uma frente única anti-imperialista nas colônias e semi-colônias, é preciso levar em conta, antes de tudo, a diversidade de condições sob as quais se desenvolve a luta anti-imperialista das massas, o diferente grau de maturidade do movimento de libertação nacional, o papel do proletariado neste movimento e a influência do Partido Comunista sobre as extensas massas. O problema se apresenta de modo diferente no Brasil e na Índia, na China, etc. No Brasil, o Partido Comunista, que com a criação da Aliança Nacional Libertadora, estabeleceu um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única anti-imperialista, tem que fazer todos os esforços para continuar alargando no futuro esta frente, por meio da incorporação em primeiro lugar, das massas de milhões de camponeses, orientando-se para a criação de destacamentos de um exército popular revolucionário, entregues, sem reserva, à revolução, e trabalhar pela instalação no poder da Aliança Nacional Libertadora". DIMITROV, G. A Unidade Operária Contra o Fascismo. (Informe ao VIIº Congresso Mundial da IC, em 02.08.1935). Belo Horizonte, Aldeia Global/História, 1978, p 53.
- (39) CLAUDIN, Fernando. La Crisis del Movimiento Comunista, tomo I, Ruedo Iberico, 1970, p 146. No VIIº Congresso da IC, Togliatti foi o responsável pelo "Informe" sobre o problema da Paz: "Para nós é absolutamente fora de discussão que existe uma identidade entre a política de paz da URSS e a política da classe operária e dos partidos comunistas nos países capitalistas". (Citado por CLAUDIN, F., op. cit., p 148).
- (40) A IC "sempre viu a questão da revolução nos países coloniais ou atrasados ... de modo secundário". Entenda-se, a respeito da "frente popular" que o autor não discute exatamente se o expansionismo alemão era ou não o "inimigo mais perigoso" da América Latina, mas sim preocupa-se em discutir a forma pela qual isso era definido - isto é, pela identificação entre os interesses da política externa soviética e os do proletariado mundial. Na conjuntura (mais precisamente, em 1937) Maurice Thorez, diria a propósito das colônias francesas que elas corriam o risco de cair em poder dos fascistas, se se tornassem independentes naquele momento. Daí que o interesse dos povos coloniais, "devia ser o de unidade com o povo francês"

- "o direito ao divórcio" não significava "a obrigação de divorciar", afirmava o dirigente do PC francês. (CLAUDIN, F., op. cit., pp 242/243).

- (41) "Ultimamente, o presidente Vargas, premido pela opinião pública democrática de seu país e do continente americano, teve gestos louváveis, como o de começar remessas de café para a população civil da heróica Espanha republicana" ... "a pressão democrática no Brasil e na América (= pode-se esperar que) levariam o presidente Vargas a dar passos consequentes no caminho da verdadeira defesa da soberania do povo brasileiro..." - "La Correspondence Internationale", 17.12.1938, citado por CARONE, E., Estado Novo... p 225.
Os comunistas presos enviaram congratulações a Vargas após a repressão do ataque ao Catete.
- (42) CLAUDIN, F., op. cit., pp 243 e 248.
- (43) CLAUDIN, F., op. cit., pp 13/14.
- (44) O PC Chinês não figurava entre os signatários da Resolução que extinguiu a IC.
Fernando Claudin considera a dissolução da III Internacional como uma concessão de Stálin aos aliados, no sentido de forçar a abertura da segunda frente contra os nazistas (como diz William Foster, do PC-USA) mas sobretudo como forma de demonstrar às democracias capitalistas que a URSS não pretendia "utilizar a crise econômica e política criada pela guerra para despertar a consciência política das massas populares e precipitar a queda da dominação capitalista, como preconizara o VIIº Congresso da IC" (p 13).
"(A IC)... dita uma linha uniforme a todos os partidos, em lugar de chamar-lhes a elaborar com toda iniciativa a política que melhor respondesse às peculiaridades concretas da luta de cada país. Isto é, a resolução não dissolve a IC baseando-se em que o método da direção do movimento revolucionário de cada país desde um centro revolucionário falhou historicamente" (p 23).
- (45) BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol. 3, 2ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, s/d, p 120.
- (46) Isso porém, precisa ser dito uma vez que se vulgarizou um tipo de interpretação, que por mais que se sofistique, faz dos comunistas os verdadeiros sujeitos de toda derrota sofrida pelos trabalhadores. Essa "busca do demônio oculto" faz com que se esqueça, por exemplo, que a Lei de Segurança Nacional de 1935 é anterior ao levante da ANL, ou ainda que em 1941 o PCB não possuía mais que uma ou duas centenas de militantes fora das prisões. (O número é de "João Andrade", depoimento, in CARONE, E. Estado Novo... pp 228/229).

(47) O período do pacto germano-soviético "foi um período sombrio e trágico para os comunistas europeus. Da noite para a manhã ... os comunistas se encontraram isolados das massas, privados de todos os aliados.

"Nos países ameaçados pela agressão hitlerista, os comunistas eram os representantes do partido cujo chefe pactuava com o inimigo nacional, favorecendo a agressão". "A medida em que se dava a ocupação, eram p esos pelos compatriotas ou pelos alemães" (CLAUDIN, F., op. cit., p 249).

Na América Latina maior foi o prejuízo dos comunistas quanto mais amplo era seu espaço político. Na Colômbia a frente mantida com o Partido Liberal na CGT foi rompida (1940); no México, o VIIIº Congresso Extraordinário do PCM substitui a direção do partido; no Chile, Argentina, Perú ocorrem fatos semelhantes.

(48) A busca de "legitimidade" que leva os grupos comunistas à procurar contatos com os encarcerados é demonstração adicional de sua fragilidade.

(49) A participação de brasileiros na guerra civil espanhola ainda não foi objeto de estudo acadêmico. Mais de duas dezenas de militantes do PCB (e/ou da ANL) participaram do conflito, a maioria deles ex-militares. Além de referências esparsas, conhecemos as memórias de José Gay da Cunha (Um Brasileiro na Guerra Espanhola, Porto Alegre, Globo, 1946). Um semanário editado em 1946, O Libertador, em seu primeiro número, relaciona os combatentes, resumindo sua biografia. Por esta publicação, estiveram na Espanha: Carlos da Costa Leite (major) - servia na guarnição de Bagé em 1935, tendo se asilado em Montevideo. Joaquim Silveira dos Santos (tenente); esteve no México, com Heloísa Prestes e Anita Leocádia. Apolônio Pinto de Carvalho (tenente artilheiro) que chegou a capitão, no exército republicano, e como "maquis", na França, ao posto de Coronel dos F.F.I., servindo sob as ordens do Gal. Tassigny. Carlos Brunswick Franca, tenente aviador; Roberto Morena, operário; José Homem Correa de Sá - cabo aluno da Escola de Aviação Militar; David Capis - trano da Costa - cabo aluno da Escola de Aviação Militar; Durval Miguel de Barros, tenente do 3º R.I.; Walter José Benjamim - tenente da aviação militar; Celso Pinheiro (?), José Gay da Cunha - tenente aviador; Neno Canabravo Lucas - tenente da cavalaria; Hermenegildo de Assis Brasil - cabo aviador; Dinarco Reis - tenente aviador; Nelson Alves (?); Homero de Castro Jobim (?); Delsy Silveira, aspirante-aviador; Ely Silveira - aspirante aviador.

Participaram ainda da luta "brasileiros, filhos de espanhóis que tinham vivido aqui" e "vários israelitas nascidos no Brasil" - como Waldemar Gutnik e Waldemar Roytberg, que daqui tinham sido expulsos. Enéas de Andrade (cabo aluno da Escola de Aviação Militar) morreu em combate.

Neno Canabravo, que ficou na Europa como correspondente de guerra foi "o único brasileiro que assistiu à queda de Berlim". Com

a derrota dos republicanos espanhóis, os membros das Brigadas Internacionais permaneceram dois anos internados em campos do sul da França, tomando destinos (e assumindo posições políticas) diferentes, após. Entre os que cumpriram pena na Ilha Grande estão David Capistrano e Costa Leite. O Libertador (Pela União Nacional, para a democracia e o progresso). São Paulo, 23.02.1946.

(50) " - Desde que voltei ao meu país, sempre sustentei a mesma opinião. Na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor quais - quer espécies de organismos ilegais, respondeu o dr. Lacerda, sublinhando bem a expressão ilegais".

E prosseguiu:

- A nossa atitude deve ser de 'cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das horas eixistas e sua miserável quinta coluna'. Devemos ajudar o governo a organizar a União Nacional.

- E qual é, em sua opinião, Dr. Fernando, a mais séria consequência da reorganização de partidos ilegais?

- A criação ou reorganização de partidos ou quaisquer organismos ilegais, contra as leis em vigor - enquanto essas leis não forem consideradas pelo próprio governo como inadequadas a seu esforço popular e à União Nacional anti-hitlerista - ajudaria a obra do Eixo e de sua quinta-coluna.

- Por que?

- Porque, respondeu imediatamente o dr. Fernando Lacerda, por que criaria embaraços ao povo e ao governo, daria armas aos agentes do eixo para tentar impedir todas as medidas lembradas pelo presidente Vargas, para que o Brasil possa cumprir o seu dever histórico atual, na derrota rápida e total do inimigo número um de nosso povo e de toda a humanidade" (Diretrizes, 27.05.1943).

(51) Entrevista de J.D. ao autor, 1977.

(52) Gregório Bazerra afirma que só se submeteu a proposta de União Nacional por disciplina partidária. "Eu, pessoalmente, a chave que Getúlio devia cair pelas armas".

BEZERRA, Gregório. Memórias (Primeira Parte 1900-1945). Rio de Janeiro, Civ.Brasileira, 1979, p 307.

Diante da proposta de desativar o PCB, Prestes, ainda na prisão, registrava sua exacerbação:

"... devo lembrar a quem tanto teme o nome do Partido que igualmente perigoso é o de Luiz Carlos Prestes; não será o caso, então, a fim de evitar provocações, de acabar logo com a vida de tão incômodo indivíduo ou mesmo convidá-lo a que se suicide de uma vez? Os trotskistas não poderiam desejar nada melhor. E autorizado por quem fala esse senhor em nome de comunistas presos? Não mereceriam estes ao menos alguns respeito?

.....
 Os que são contra o trabalho ilegal que se metam debaixo da cama e esperem ou desesperem, porque talvez nem mesmo os empre - gos que solicitam não lhes dê o governo".

PRESTES, Luiz Carlos. "A Propósito da Reorganização de Nossas Forças" (22.05.1944), Problemas Atuais da Democracia, Rio de Janeiro, Vitória, 1947, pp 61/62.

Um mês depois, Prestes ainda trata do assunto, comentando um discurso de Aydano do Couto Ferraz, identificado com a linha "da Mantiqueira". Reafirma sua posição de defesa da organização partidária, mas não está muito seguro da sobrevivência do Partido:

"Se ainda me for dado falar em público, jamais deixarei de reafirmar minha qualidade de marxista e membro do Partido, caso ainda exista" (grifo nosso).

PRESTES, Luiz Carlos. "Carta a um amigo" (20.06.1944), op.cit., p 65.

- (53) IAKOVLEV, N. História Contemporanea de los Estados Unidos, vol. II, Buenos Aires, Ed. Futuro, p 31.
- (54) RAMOS, J.A. El Partido Comunista en la Política Argentina. Buenos Aires, Coyoacán, 1962, p 52 - citado por ARAUJO, R.O. et FUENTES, M.M. El Partido Comunista Mexicano. México, El Caballito, 1973, p 245.
- (55) Em julho de 1945 o PC dos USA realizou um Congresso Extraordinário com vistas a sua reconstrução, passando a direção à William Foster. Em fevereiro de 1946 Browder foi expulso das fileiras do Partido, acusado de "traição ao marxismo-leninismo" e de ter "se vendido ao capitalismo monopolista". IAKOVLEV, op. cit., pp 121 e 196.
- (56) Em março de 1939, Roberto Sisson, no "Congresso Internacional Democrático" de Montevideo, define as reivindicações da ANL: União Patriótica Nacional, Siderurgia, Anistia. Em 1942 lança manifesto contra a "reorganização de precaríssimos partidos ilegais", o que beneficiaria "apenas à quinta coluna". A propósito, ver CARONE, Estado Novo... p 224.
- (57) Em agosto de 1937 o Informe apresentado pelo então secretário-geral, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangú) era transformado em Resolução pelo Bureau Político, que realizava então reunião (Pleno) ampliada. Conhecemos apenas parte do documento:
 "O proletariado não deve impelir a burguesia sozinha para o poder e ficar à margem das coisas ... O proletariado deve marchar com ela, participar com ela no poder num governo de bloco no qual tomem parte as várias classes oprimidas..."
 "Não há portanto porque nos encher de receios e temer fazer bloco com todas as forças da burguesia nacional oprimida..."

"Devemos levantar os problemas da industrialização do país, problemas que correspondem à revolução burguesa e à liberdade nacional, tais como:

- a) exploração do petróleo, do ferro, do carvão e de outras fontes de riquezas nacionais;
- b) criação de uma indústria pesada (altos fornos, fabricação de maquinarias, etc.);
- c) proteção e desenvolvimento da lavoura em bases nacionais (café, açúcar, algodão, etc.), libertando-a dos entraves de origem imperialista".

"... E assim a criação de uma indústria nacional, nos quadros do regime burgues, irá criar e reforçar uma burguesia nacional. Mas, ao mesmo tempo, reforçará também o proletariado e criará condições para assegurar a continuidade do movimento para que o proletariado, com seu Partido de classe, ao lado de outros aliados, leve avante a obra de emancipação do povo e de sua própria classe".

Problemas nº 9, Rio de Janeiro, abril de 1948, p 45.

- (58) BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol. III, p 128.
- (59) BASBAUM, Leôncio. Uma Vida em Seis Tempos (Memórias). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p 178.
- (60) Como muitos memorialistas, Basbaum comete equívocos. Peralva diz-se simpatizante do PCB quando vem da Bahia para o Rio em 1937. Nesta qualidade permanece no D.F. até 1940. Perdendo contato com o Partido, viaja para o Chile e a Argentina, só retornando em meado de 1941. Em 1942 ingressa na FAB e segue para Salvador, onde restabelece ligações com o PCB; é destacado pela Aeronáutica para Fortaleza e Recife. Só volta ao Rio no começo de 1946 (PERALVA, Osvaldo. O Retrato. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960).
Carlos Marighela foi preso em São Paulo em 1939, só sendo libertado com a Anistia (CARONE, Edgard. Estado Novo... p 222).
- (61) CHELCOTE, Ronald. The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration. New York, Oxford University Press, 1974.
- (62) O voto divergente foi relatado por Diógenes de Arruda Câmara em debate na UNICAMP pouco antes de sua morte. Segundo ele, partiu de um ex-soldado, que se recusou a votar em Prestes "porque oficial será sempre oficial".
- (63) PRESTES, Luiz Carlos. op. cit.,... p 43.
- (64) PRESTES, Luiz Carlos. "Os Comunistas na Luta pela Democracia, (Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno Nacional do PCB, em agosto de 1945, 'Pleno da Vitória')", op. cit., ... p 136.

(65) Buscamos, em vão, uma excessão. Na Europa ocupada pelas tropas alemães os Partidos Comunistas experimentaram, após os anos negros do Pacto germano-soviético, um crescimento acelerado - as sumiram o peso principal da resistência ao inimigo. Na maior parte da América Latina, o contrário é que ocorre: defender a união nacional significava alinhar-se ao lado de ditaduras ou, no mínimo, dissociar-se das lutas econômicas dos trabalhadores, sob o pretexto do esforço de guerra.

Na Colômbia, o PC realizou em agosto de 1944 um Congresso, no qual mudou de denominação, passando a se chamar Partido Socialista Democrático. Gilberto Vieira, secretário-geral, explicou assim a medida: "O nome do Partido Comunista não responde a realidade nacional, porque agora não se luta pelo comunismo na Colômbia, porque o essencial para nós é que nossa pátria se ja livre e próspera, supere o atraso econômico que herdamos da feudalidade". O Ministro do Trabalho estava presente, representando o Presidente no Congresso. Meses antes, fora promulgada lei que restringia o direito de greve. (PECAUT, Daniel. Política y Sindicalismo en Colombia. Bogotá, La Carreta, 1973, pp 203 e 223).

Após a invasão da URSS, mudou pela segunda vez em menos de dois anos a direção central do Partido Comunista Mexicano. "Impõe-se a revisão da tática de luta da classe operária. A luta... pelas reivindicações da classe operária e das massas populares deve realizar-se levando em conta o dever principal da defesa da pátria. Isto quer dizer que os operários devem esgotar todos os recursos para solucionar os conflitos sem chegar a greve, a não ser naqueles casos extremos..." (Unidade Nacional", folheto do PCM citado por ARAUJO, R.O. et FUENTES, M.M., op. cit. p 272).

O PCM passou então a defender "a modernização do equipamento militar do país, melhoria nas relações com os Estado Unidos e o estabelecimento das relações com a França Livre e a URSS. No plano sindical a unidade se dá pela aceitação das Confederações controladas pelo PRM". Em consequência, "o número de militantes e organismos de base decresceu sensivelmente".

Em janeiro de 1946 o PCM realizaria nova auto-crítica: (nossa linha política) "conduziu a que o Partido se colocasse nas piores condições de um partido reformista, até o grau de manifestar-se contra os movimentos econômicos dos operários, propondo que estes renunciassem a suas lutas..." ARAUJO, R.O. et FUENTES, M.M., op. cit., pp 272 e 286 (A auto-crítica é citação de "La Voz del Mexico", Mexico D.F., 09.01.1946).

Nos diversos países da América Central, onde "a guerra não resultou em nenhum desenvolvimento industrial", as ditaduras "em nome do esforço comum contra o nazi-fascismo fizeram postergar as reivindicações políticas e sindicais". Ao fim do conflito vários movimentos rebeldes ocorreram, "dirigidos pela pequena burguesia e com respaldo de massas". "Os comunistas não tiveram nenhum papel (nas rebeliões), primeiro, por seguirem sua palavra de ordem internacional e segundo, porque

as (demais) esquerdas desconfiavam deles em vista de suas teses apaziguadoras, inclusive para com os ditadores ..." PIERRE-CHARLES, Gerard. "Dominacion y Dependencia", in: TOLEDO, M. Montefort et alii. Centro América, Subdesarrollo y Dependencia, México, UNAM, 1972, pp 353 e 57.

O que é curioso é que Browder, e não a IC, figuraram sempre como a matriz responsabilizada pelos "erros" admitidos em auto-críticas posteriores.

- (66) CARONE, Edgard. Estado Novo... pp 238/240.
- (67) Diretrizes, 27.01.1944.
- (68) Diretrizes, 04.02, 11.02, 29.04, 09.09.1943; 31.01, 27.01.1944.
- (69) A propósito da disposição de luta dos "filhos-família", ver ANDRADE, José X. Goes et alii. Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB. Rio de Janeiro, 1948.
Sobre o Depto. Trabalhista da Liga de Defesa Nacional: "A Liga de Defesa Nacional e a Frente Interna". O Periódico, Revista Mensal dos Amigos da América. Rio de Janeiro, julho de 1943.
- (70) "a leitura do que escrevemos naquela época em publicações legais mostra que muito mais poderíamos haver dito, porque, ao alertar o povo contra as manobras divisionistas dos que atacavam o governo, seria igualmente possível mostrar o quanto se reforçaria a União Nacional com a prática da democracia e a liberdade dos presos políticos" - PRESTES, Luiz Carlos. "Os Comunistas na Luta pela Democracia".... op. cit. ... p 137.
A propósito de anistia, ver capítulo IV.
- (71) "... Não devemos esquecer a possibilidade que tem o fascismo de sobreviver a guerra ... O nazi-fascismo não é meramente o saque alemão, nipônico ou italiano, é sim uma etapa de apodrecimento, uma espécie de doença senil - TRUNCADO".
"O dever dos democratas que ficam é, por conseguinte, combater se bem que com armas diferentes dos que vão - o mesmo fascismo internacional ... Precisamos fazer uma luta ampla e popular contra o fascismo. Como?
Levantando uma bandeira que toque amplamente as legítimas aspirações da massa de nosso povo. Nós, brasileiros, estamos no limiar de uma era industrial em que podemos deixar para trás as heranças negativas de nosso passado escravocrata e feudal. Devemos mostrar que a luta contra o fascismo está entrosada, como de fato ninguém pode negar, com os problemas de nossa evolução industrial. Indústrias de base, substituição do latifúndio pela pequena propriedade rural ou talvez por novas formas cooperativistas, bons meios de transportes, finanças sólidas e independentes, um nível de vida mais alto para a massa trabalhadora, maiores possibilidades de empreendimento para os industriais, uma estrutura social mais apta à evolução rápida, li -

quidação do analfabetismo, difusão popular da cultura, incremento da higiene e da saúde pública ... tudo que significasse estes alvos próximos de nossa evolução histórica pode ser conseguido a partir da base da nossa luta presente". ("Corpo Expedicionário e Revolução Industrial". Editorial, RENOVACÃO, abril 1944, pp 3 e 38).

- (72) Liga de Defesa Nacional. "O Caminho da Vitória na Guerra Patriótica", Rio, 1944, transcrito por CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, Difel, 1979, pp526/531.
- (73) AMAZONAS, João. Pelo Fortalecimento e Unidade Sindical. Rio, Horizonte, 1945, p 17.
- (74) AMAZONAS, João. op. cit., pp 7/8.
- (75) POMAR, Pedro. Os Comunistas no Movimento de Massa, Rio, Horizonte, 1945, pp 39/40.
- (76) Ocorreram reuniões deste tipo no Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A realização destes Congressos é referida por LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. 2ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1977; TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Vitória, 1962; AMAZONAS, João. op. cit., ... Nenhum vai além da referência aos temas debatidos (custo de vida, esforço de guerra); apenas os do Paraná e Minas Gerais tem suas datas precisadas pelos autores. O fato de não ter sido organizado nenhum Congresso em São Paulo tem provável significado que mais a frente será levantado.
- (77) CARONE, Edgard. Estado Novo... p 219.
- (78) Os sindicatos representados são os dos empregados no Comércio, Construção Civil, Artefatos de Couro, Metalurgia, Alfaiates, Bebidas, Hotéis, Carris, Madeira, Mate, Gráficos, Bancos, Pannificações. (Gazeta do Povo, 20.10.1943).
- (79) Gazeta do Povo, 26.10.1943; Diário da Tarde, 27.10.1943.
- (80) O Dia, 20.10.1943. Respectivamente, declarações de representantes dos Sindicatos dos Gráficos, Carris, Metalúrgicos, Couro.
- (81) Uma das matérias, por exemplo, "conta" a história do movimento operário e sintetiza, assim, o papel dos sindicatos, na primeira república:
"As organizações operárias continuaram inúteis, sem realizações práticas, até 1930, quando foram lançadas no Brasil as bases de uma nova política social pelo presidente Getúlio Var

gas", "Congresso Sindical Paranaense", in: Diário da Tarde, 27.10.1943.

(82) O Programa previsto era o seguinte:

"Dia 07.11.1943 - 10 horas - Sessões Cinematográficas oferecidas pelo DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) aos trabalhadores e suas famílias.

20 horas - instalação do Congresso, na sede do Conselho Administrativo do Estado.

Dia 08.11.1943 - Discussão e aprovação de moções, teses e resoluções.

20 horas - Instalação da Federação das Indústrias do Paraná.

Dia 09.11.1943 - Prosseguimento e término dos trabalhos.

Dia 10.11.1943 - 14 horas - Sessões cinematográficas promovida pelo DEIP.

16 horas - Sessão solene de encerramento.

17 horas - Grande Passeata Operária em homenagem ao Presidente da República".

(Gazeta do Povo, -05.11.1943).

(83) O Dia, 09.11.1943.

(84) "A realização deste primeiro Congresso dos Trabalhadores do Paraná tem importância capital para o momento histórico em que ele se efetua. É o marco inicial da unificação das classes laboriosas do país...". (...)

"O Congresso se instala, quando o Brasil atravessa uma situação especial. Há um ano e tres meses que nos achamos envolvidos na atual guerra mundial ao lado dos demais povos democratas, para extirparnos da terra o maior inimigo dos trabalhadores: o Nipo-Nazi-Fascismo. Esse fato provocou em todas as camadas sociais do país, a partir das altas esferas governamentais até os mais humildes núcleos associativos de operários, o desejo de unificar as forças internas, para, numa coesão nacional, o Brasil enfrentar os carrascos da democracia, da liberdade, da paz e do bem estar dos povos!"

"Não é de hoje que se vem falando, que se vem escrevendo e irradiando através das rádio transmissoras, sobre a necessidade de unificar os brasileiros, em torno da política do governo. Até então, antes de entrarmos na guerra, estávamos sob a atmosfera da desconfiança recíproca, havendo muitos setores da opinião pública nacional ... como que estabelecendo uma rede de boicote surdo, passivo, ao governo do Presidente Vargas". (...)

"... a luta contra as idéias e doutrina integralistas é lenta, porque ainda não adotamos um meio eficaz de atingir todos os setores sociais, com os argumentos convincentes da doutrina poli

tica democrática, a única que nos poderá servir, para nortear o povo brasileiro tão avesso aos regimes de tirania". (...)

"A concretização da política de guerra do governo, só efetivamente produzirá efeitos compensadores, se tiver como fundamento a confiança mútua entre governantes e governados...".

"É daqui que levantamos a bandeira que pode servir de proclamação aos trabalhadores de todo o Brasil, em apoio incondicional ao esforço de guerra.

Essa palavra de ordem é a síntese atual das aspirações nacionais. Por ela o povo brasileiro sacrifica suas reivindicações justas, mais adiáveis, oferece seus filhos mais capazes e valentes para lutar nos campos de batalha, e suporta estoicamente os rigores da situação criada pela guerra, desde que sejam condições irremovíveis para o povo e governo E notai bem, não haverá palavra de ordem política lançada no país, que consiga obter seus objetivos, sem que tenha por base as aspirações dos trabalhadores das cidades e dos campos!.....

"Não é possível negar nem esconder que, como já disse anteriormente, a existência em certos setores das camadas sociais, de resquícios da velha política de oposição sistemática a tudo que é do governo, sem concessões nem conformismo com a situação política do país. Essa conduta de inúmeros homens públicos de valor incontestável prejudicará os esforços do povo brasileiro para adotar uma diretriz nacional, em face do problema principal, a ser resolvido no momento, e que importa na preservação da própria vida do Brasil, como nação soberana, livre e democrática". (Do discurso de Bernardo Borda Filho. O Dia, 09.11.1943).

- (85) O Dia, 20.10.1943 e 30.10.1943.
- (86) AMAZONAS, João (in: op. cit.) refere-se à "pouca base de massa" (...) com que contou o evento.
- (87) No Uruguai, onde a greve dos frigoríficos (janeiro de 1943) é acusada de ser provocada pela 5ª coluna, a União Geral dos Trabalhadores (criada em 1942), dirigida por Enrique Rodrigues, do PCU, sofre sucessivas defecções até, em 1945 "só reunir sindicatos dirigidos pelo PC".
O mesmo ocorre no Peru, onde o PC se associa ao Ministério do Trabalho contra os sindicatos da AFRA (1944). Em meados de 1945 os apristas conquistam a Confederação dos Trabalhadores do Perú. A condenação da greve dos mineiros bolivianos, que resulta em massacre promovido pelo governo, esvazia igualmente o prestígio dos comunistas daquele país. A propósito: ALEXANDER, Robert J. A Organização do Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1967.
- (88) BASBAUM, Leôncio. Uma Vida em Seis Tempos (Memórias). p 191 / 192. Na verdade, as comissões pró-cooperativas eram ligadas aos Sindicatos e orientadas pelo MTIC (Depoimento de F.R.).

- (89) CARONE, Edgard. Estado Novo ... pp 229/233.
- (90) CHAVES Neto, Elias. op. cit., pp 69 e 72.
- (91) Depoimento de F.R., 1976.
- (92) Ver Capítulo I.
- (93) A oposição a Vargas, no movimento estudantil paulista, por exemplo, é continuada. A propósito, ver CARONE, Edgard. Estado Novo...
- (94) "O grupo paulista chegou a reunir-se com elementos liberais do Partido Democrático de São Paulo, em encontros de que chegaram a participar tanto o velho fundador do PCB, Astrogildo Pereira, quanto o líder udenista Virgílio de Mello Franco". (Informação de Antonio Candido de Mello e Souza, citado por MARANHÃO, Ricardo Frota de Albuquerque. "A Conjuntura do Pós-Guerra Imediato", Cadernos de História 15, São Paulo, CEHAT-USP, 1975, p. 70).
Astrogildo Pereira, em junho de 1945, ainda aparece apoiando Eduardo Gomes e constituindo uma "Esquerda Democrática Unificadora" (Diretrizes, 08.06.1945). Carlos Lacerda refere-se a um "Comitê de Ação Revolucionária", formado por comunistas cariocas, que tinha pretendido manter o apoio ao Brigadeiro (Diário Carioca, 22.11.1945)
- (95) "O Brasil (= contudo) está integrado numa luta ideológica decisiva para o futuro da humanidade. E é sobretudo porque se trata de uma guerra de ideologias, de concepções de vida antigônicas, que o nosso país dela participa e deve continuar participando. Não se trata apenas de defender nossa pátria contra a agressão externa, ou de vingá-la por uma agressão já praticada ...".
É por isso que os brasileiros lutarão na Europa ou na Ásia e não só no solo e nas águas do Brasil contra o inimigo nazi-fascista. Eles lutarão para que seu país seja beneficiado pelos frutos ideológicos desta guerra, para que adquiram em toda a plenitude o direito de auto-determinação democrática...".
"Sua tarefa, sua batalha, estará também aqui, no solo pátrio, na luta pelo expurgo dos fermentos totalitários e pelo desenvolvimento de nossas liberdades econômicas, sociais e políticas".
("O Brasil, a Guerra e a Democracia". Ilustração, setembro de 1943, pp 2 e 14).
É difícil distinguir este discurso, daquele que os liberais veiculam. Guilherme de Figueiredo, por exemplo, assina "União em Torno de Idéias chama-se Democracia":
"... trata-se de impedir que por trás de nossas costas, enquanto avançamos, e aquém das trincheiras que ocupamos no ter

reno lavrado pelas armas de fogo não germinem as sementes do macegal que desejamos destruir" (...).

"União Nacional a base de princípios: por amor a liberdade, união com liberdade. Esse amor à liberdade não se faz com abdições, com transigências - mas somente com os compromissos morais, para que os exércitos vitoriosos, ao regressarem, não encontrem novas cabeças de Hydra que pretendem haver aniquilado".

- (96) PRESTES, Luiz Carlos. "Carta a um amigo". Problemas ... 20.06 1944, pp 63/68.
- (97) O depoente F.R., operário e militante sindical, que trata como "direitista" a CNOP e a "linha da Mantiqueira" fala também que "a falta de combatividade" impediu o sucesso da ... "Constituinte com Vargas".
Em maio de 1945, Caio Prado Jr. declarou extinta a "Aliança Democrática Popular" em cuja organização se empenhara, "devido ao discurso de Prestes" em São Januário. (Diretrizes, 01.06. 1945).
- (98) BITIC 99, novembro de 1942 (Pronunciamento em 08.10.1942). Curioso é que um texto de Diretrizes, divulgado na mesma semana em que se reúne a Conferência da Mantiqueira, alerta igualmente para o uso subversivo da propaganda democrática: "a democracia é hoje em dia bandeira sob a qual a quinta coluna, descoberta e atacada em suas posições fascistas, se acolheu para continuar, a luta pela sabotagem, contra a popular e verdadeira democracia..." ("Unidade e Esforço de Guerra", Diretrizes, 26.08.1943).
- (99) "art.513. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional: a) os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da nação ...". BITIC 104, abril de 1943 (Anteprojeto).
- (100) Em outubro de 1942, por exemplo, todo Comitê Regional do PCB em Pernambuco e mais militantes de base, num total de 15 implicados, receberam penas entre 2 anos e 6 meses e 8 anos de prisão. A propósito: Diário de Pernambuco, 28.10.1942 e Jornal Pequeno (Recife), 12.01.1941.
- (101) POMAR, Pedro. Os Comunistas no Movimento de Massa. Rio de Janeiro, Horizonte, 1945, p 39.
- (102) SILVA, Hélio. Porque Depuseram Vargas ... cronologia. A carta é de 26.12.1942; a Sociedade foi inaugurada a 01.01.1943.
- (103) Jornal Pequeno, 28.11.1944.
No discurso de 1942, o Secretário de Segurança de Pernambuco, associa o inimigo atual (a Alemanha) aos inimigos de 1935: "Os mártires de 1935 morreram em luta contra o comunismo, como

morreram em luta contra todos os credos exóticos que lançaram a intranquilidade no mundo e pretendem abalar os alicerces da civilização cristã".

"O inimigo de todos os tempos procura agravar a confusão reinante em proveito de sua ideologia.

Sejamos claros e objetivos.

Vede o desembaraço com que ele se arroga o privilégio de falar em patriotismo e a facilidade com que descobria, até bem pouco, traidores em todos os recantos".

.....
 "A sabotagem do regime instituído a 10 de novembro, o boycott de qualquer campanha contra o comunismo (sic) e uma sub-reptícia propaganda do liberalismo democrático, constituem outras tantas recomendações das circulares secretas do partido vermelho" (Diário de Pernambuco, 29.11.1942).

Em 1943, o tom é patético:

"Jamais foram tão intensas - falemos com clareza indispensável - as atividades dos extremistas de esquerda, numa preparação subversiva que visa como dizem eles, o após-guerra quando esperam instituir inicialmente um liberalismo que lhes permita o assalto definitivo ao poder".

As publicações sobre a URSS, são execradas:

"A essa literatura que anda a descrever as excelências e as realizações materiais de um regime que realmente tudo mecanizou, colocando o homem e a máquina no mesmo plano; à propaganda despudorada de que o regime russo não é totalitário, ao trabalho subversivo dos falsos patriotas que, a essa altura, já se atreveu a rondar o ambiente sagrado dos quartéis, a essa criminosa confusão que se procura estabelecer numa hora em que as nossas vistas estão voltadas para o combate a um perigo mais próximo - o totalitarismo de direita; a tudo isso, senhores, responderemos ..." (Jornal Pequeno, 28.11.1943).

Decididamente o repressor de plantão em Pernambuco recusava-se a aceitar o apoio dos comunistas ao governo. E, em todos os anos citados, organizava a "festa" com representantes dos Sindicatos, "Centros Educativos Operários", Círculos Católicos, escolares uniformizados e "delegações de estabelecimentos fabris", naturalmente, "cedidos" para o "decór" pelos industriais.

É significativo assinalar que no pronunciamento de 1944, Etelvino referia o envio ao Tribunal de Segurança Nacional, de inquérito anticomunista ainda no mes anterior.

A nomeação de tal personagem para a interventoria do Estado, em substituição a Agamenon Magalhães, às vésperas da Anistia, é um indicador adicional de que não se pretendia dar mãos livres aos comunistas.

P a r t e I I

A Conjuntura do Pós-Guerra Imediato

CAPÍTULO III

O MOVIMENTO TRABALHISTA.
DA CONVERSÃO "DEMOCRÁTICA" DE VARGAS AO
DECRETO-LEI 9.079

C A P I T U L O I I I

O MOVIMENTO TRABALHISTA:DA CONVERSÃO "DEMOCRÁTICA" DE VARGAS AO DECRETO-LEI 9.070

O período que compreende o ano de 1945 e o primeiro semestre de 1946 corresponde a um momento crucial da história política brasileira. Impossível pensar este período sem referir, presente e condicionando decisivamente a evolução da luta política no país, a rápida mudança da conjuntura internacional. Neste breve espaço de tempo o jogo de forças mundial se altera radicalmente. Marcado até a queda de Berlim pela principalidade da colaboração entre as democracias capitalistas e a URSS, com vistas à destruição final do poderio militar dos Estados do Eixo, passa a conjuntura internacional quase que imediatamente a ser caracterizada pela competição em torno das "áreas de influência" que caberão a cada um dos componentes do bloco aliado. Para usar uma fórmula consagrada, a rendição japonesa assinala, ao mesmo tempo, o fim da guerra mundial e o início da "guerra fria".

No final de fevereiro a sociedade civil brasileira conquistara já, frente ao Estado, um espaço político mínimo, no qual, explicitando seus interesses de classe, agia no sentido da redefinição - favorecida pela situação mundial - do modelo institucional implantado em 1937.

A deposição de Vargas, o governo Linhares, a eleição e o começo do governo Dutra tem de ser compreendidos à luz da luta de classes em plano mundial e local. Nossa pretensão, aqui, é a de acompanhar a atuação dos trabalhadores neste momento crítico da construção de uma "ordem democrática" que acabaria por permanecer até 1964.

As balizas cronológicas que utilizamos, fugirão assim, ainda uma vez, àquelas que

são tradicionalmente aceitas pela historiografia. A queda de Vargas, por exemplo, não serve para estabelecer nem o marco da superação do "Estado Novo", nem para visualizar sua persistência, sob a ótica dos interesses de classe dos trabalhadores.

Acreditamos possível, considerando as relações entre trabalhadores, Estado, burguesia e partidos políticos, estabelecer entre março de 1945 e março de 1946 uma história do movimento trabalhista dividida em momentos distintos, ainda que - como sempre ocorre quando se periodiza, em cada um destes momentos estejam presentes características do ^{momento} anterior e as do próximo. Embora com a preocupação de ampliar ao máximo a base geográfica das informações, o que logramos nos garante apenas confiabilidade para os marcos do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, centros, de toda forma, de um movimento que acaba por se estender em plano nacional.

DE MARÇO A OUTUBRO. A REINSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO TRABALHISTA

No capítulo anterior consideramos a importância da insatisfação trabalhista, expressada pelos movimentos reivindicatórios que surgem, espontâneos (no sentido de não organizados nos sindicatos ou partidos), durante o ano de 1944 e nos dois primeiros meses de 1945. A nosso ver, eles alcançaram significação política na medida em que, proibidos por uma legislação que vigorava não apenas de direito, mas também de fato, significavam que o modelo institucional começava a ser questionado também pelos trabalhadores, numa escala que tendia a se tornar insuportável para a burguesia e os titulares da máquina do Estado.

Quando Vargas marca eleições, suspende a censura e decreta a Anistia, antecipa-se a uma evolução, de outro modo inevitável, do conflito social, e consegue dividir a quilho que vinha sendo construído praticamente sem comando e mesmo contra a vontade de potenciais direções políticas (como a do PCB): a unidade anti-ditatorial de

amplos setores sociais.

Com as medidas "democratizantes" Vargas restabelece, ao menos até outubro, canais institucionais, controláveis, para a prática oposicionista. A prática, desde aí, de uma oposição irremediavelmente dividida.

Acompanhar o movimento operário (e trabalhista, em geral), de março a outubro, é acompanhar também o processo de sua reinstitucionalização: as leis repressivas continuam a vigorar, de direito, mas não se as aplica. De um lado, pelo vigor que a insatisfação trabalhista demonstra possuir; de outro, porque o projeto de cooperação permanece de pé, assumindo agora novas formas.

As Greves de Março - Campinas, São Paulo

As greves de 1945 são referidas por vários autores, embora a utilização insuficiente de fontes tenha por certo contribuído para diminuir o vulto que lhes é atribuído. Com efeito, é comum a referência à agitação trabalhista do primeiro trimestre de 1946 como início de um "primeiro surto grevista" (1).

Expontaneidade extrema: muitas paralisações se iniciam mesmo antes que sejam formalizadas exigências aos patrões; comissões negociadoras que se constituem durante a greve. Sindicatos encarados como algo exterior à categoria: intervêm a posteriori, como mediadores, e não como portadores das reivindicações. Em aparente contradição com o caráter "selvagem", "explosivo" que estas características lhes conferem, muitas das paredes são do tipo "greve branca": a coesão e decisão da luta mantém os empregados em seus locais de trabalho, braços cruzados, expostos à permanente pressão dos patrões ou da polícia.

Um clima geral de insatisfação, que ultrapassa setores ou categorias profissionais: as greves se estendem pela proximidade geográfica dos estabelecimentos.

A Cia. Paulista era considerada a empresa ferroviária que melhor remunerava seus empregados, submetidos, em contrapartida, a rígida disciplina funcional (2). Negociações para a concessão de reajustes vinham se arrastando entre a empresa e o

sindicato desde dezembro de 1944. Desconhecemos detalhes a respeito dos entendimentos. No dia 24 de março, a empresa concedeu aumentos que elevavam o salário - hora de R\$ 1,85 para R\$ 2,00. Descontentes, na madrugada do dia 26, os trabalhadores de várias seções, somando mais de um milhar de homens, cruzaram os braços, sem no entanto se afastar dos locais de trabalho.

A direção da empresa promove, então, reuniões com os chefes de seção; o titular da DRT-SP, acompanhado do presidente do Sindicato dos trabalhadores e do delegado do DOPS entram em contato com os grevistas. A reunião das autoridades com "representantes de várias turmas de grevistas" ocorre no prédio da Delegacia do Trabalho. É aí que se explicita a reivindicação dos trabalhadores: querem R\$2,50 por hora de serviço; só aí é que se estabelece que um Memorial, dirigido aos empregadores, seria redigido. A imprensa noticia que se obtém a promessa de retorno ao trabalho (3). Tal, no entanto, não ocorre: "os grevistas não aceitam a intermediação do sindicato".

Dia 27, às sete horas da manhã, no pátio da Estrada de Ferro, estão novamente o delegado da DRT, o presidente do Sindicato e o responsável pelo DOPS, que tentam convencer os trabalhadores a voltar ao serviço, ainda em vão.

O "memorial" é entregue a Cia., que se recusa a negociar com os trabalhadores em greve. Os prejuízos já são grandes: leite, aves, veículos aguardam carregamento (4).

Neste momento, trabalhadores de outras empresas já estavam em greve, levantando reivindicações semelhantes: o pessoal dos carris (Cia. Campineira de Tração, Força e Luz) e da Cia. Paulista de Transportes (subsidiária da ferrovia).

O procurador da Justiça do Trabalho é quem propõe, dia 29, diretamente aos ferroviários da Paulista, a instalação do dissídio, ex-ofício.

Na reunião estavam presentes, além dos grevistas, "grande número de operários da Mogiana". A proposta foi aceita, e a primeira audiência judicial marcada para o dia 2 de abril (5).

Os jornais, ao mesmo tempo, publicam matéria paga conciliatória da empresa: queixa-se que "os operários grevistas não se dirigiram à diretoria para pedir quaisquer providências em matéria de salários", pondo-se "logo fora dos quadros legais", mas afirma que desde que voltem ao trabalho, "a Cia. irá de encontro às necessidades do operariado" (6).

Com efeito, os trabalhadores retornam ao serviço, no dia seguinte. A Cia. paga os dias parados e concede o aumento solicitado (7), o mesmo fazendo a Cia. Paulista de Transportes. O pessoal dos bondes prosseguirá ainda em greve, uma vez que a empresa não os atende; como trabalham em serviço de utilidade pública, dispõem-se a restabelecer o tráfego, "sem cobrar aos passageiros". A proposta não é aceita, mas sua divulgação deve ter tido efeito favorável sobre a opinião pública (8).

Tratando Vargas como "benquista patrono do proletariado nacional" os sindicatos de Campinas remeteram ao Presidente um telegrama, onde dizem que "a colossão de movimentos grevistas nesta cidade foi fruto de ato de desespero originado pelos salários ínfimos e alto custo de vida" e formulam reivindicações: decretação de 40% de reajuste salarial imediato "para todos os salários nacionais", "medidas urgentes para conter o custo de vida", "salário-profissional" e "participação justa nos lucros dos empresários" (9).

Neste momento, as greves já se incorporavam ao cotidiano do país ocorrem em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Minas ... apesar de decretado o fim das limitações à prática dos dissídios coletivos.

Todos Atores em Cena: As Greves de Maio. São Paulo

Em maio de 1945, São Paulo vive um clima de greve geral, onde o padrão descrito até aqui se fortalece - às primeiras vitórias econômicas se somavam já a Anistia e a rendição alemã, como elementos que provavelmente favoreciam a disposição de luta dos trabalhadores; como acicate, a alta incontrolada do custo de vida.

Nos setores têxtil e metalúrgico ocorreram greves gerais na capital; pararam a São Paulo Railway, "todos os frigoríficos", a Good Year, fábricas de chapéus, indústrias químicas e farmacêuticas ("num movimento quase geral"), algumas empresas gráficas, de cerâmica, etc. (10). O padrão "geográfico" de extensão das greves começa a coexistir com paredes por setor profissional; as fábricas são abandonadas pelos trabalhadores e já se formam piquetes.

No 1º de maio, Vargas anunciava que o Ministro do Trabalho, "com a invulgar atenção que dedica aos assuntos de sua importante pasta, estuda presentemente a forma de melhoria dos salários, tendo em vista as necessidades atuais e o custo de vida em cada região" (11).

Promessas como estas não detinham mais os trabalhadores; Vargas não quis ou não teve força para promover, como em 1943, quaisquer reajuste geral dos salários. Preferiu, provavelmente, investir nas "excelências" dos mecanismos da Justiça do Trabalho para minimizar os conflitos que eclodiam - uma forma, também de legitimar "sua" obra social e ganhar adeptos.

Nos primeiros dias de maio realizou-se em Terezópolis, Rio de Janeiro, a maior das reuniões patronais até então organizadas no país: a "Conferência das Classes Produtoras do Brasil", reunindo "perto de mil delegados, das associações de comércio, indústria, agricultura, representando todas as regiões" (12).

João Daudt D'Oliveira, na abertura dos trabalhos situava o momento histórico, caracterizando-o como marcado por um clima de "revolução social". Mais do que os anos de guerra, devia preocupar o após-guerra:

"Estes longos anos de guerra constituindo a anormalidade, criaram uma situação artificial para muitas das atividades da produção. A volta do regime de paz promete-nos abalos ainda mais violentos, de consequências imprevisíveis, e para os quais estamos completamente despreparados".

Aquele que seria o primeiro presidente da Confederação Nacional do Comércio compreende a dimensão do renascimento de um movimento operário. Boa parte de sua intervenção é dedicada à necessidade do estabelecimento da "cooperação" entre o Capital e o Trabalho.

"Cada vez mais se impõe ... que se esqueçam os ressentimentos das lutas passadas e as incompreensões ...".

"Necessitamos todos de uma anistia recíproca, muito ampla e profunda ...".

Neste contexto,

"A dignidade do trabalho significa, antes de mais nada, a plena efetividade dos direitos civis e políticos dos trabalhadores, como os de quaisquer cidadãos ... Há porém a considerar ainda os direitos próprios da classe - o de associação e livre manifestação, o do contrato coletivo e mesmo o de greve.

O respeito a estes direitos e o seu irrestrito exercício, conduzem ao caminho para se evitar as manifestações turbulentas ..." (13).

Ao fim da Conferência, foi aprovada e divulgada a "Carta Econômica de Terezópolis", que incorporava este posicionamento, "recomendando" a "liberdade de associação, sem restrições além das ditadas pelo senso comum, e conseqüentemente, favorecer o movimento sindical. Para isso (= cabe ao Estado) assegurar o regime de unidade sindical, ... liberdade administrativa, com inteira autonomia para gerir os fundos sociais, eleger e destituir diretorias ... em assembléias gerais ..." (14).

Para a classe dominante, a repressão pura e simples vinha de ser o principal instrumento de contenção das reivindicações trabalhistas; a nova conjuntura internacional, a remontagem das instituições políticas e a eclosão das lutas operárias exigia agora que se pedisse "anistia" aos trabalhadores e se admitissem direitos mínimos a seu movimento. Esta atitude, evidentemente, podia não ser a de cada setor do empresariado, ou de cada industrial, em particular. Mas referendada numa reunião tão representativa, significava uma tendência e uma orientação importante.

Muitas das empresas atingidas pelo movimento grevista paulista eram de propriedade norte-americana. Escrevendo ao Departamento de Estado, Adolf Berle Jr. acompanha as "45 ou mais greves" de São Paulo (15). Considerava, ainda em abril, que "é sem dúvida de essencial justiça essa fixação (= de reajustes salariais, na base de 40%) a qual está de fato muito atrasada" (16).

No fim do mes o embaixador reuniu-se com 15 empresários norte-americanos na ca

pital paulista. Na reunião chega-se à um "consenso geral" a respeito das greves,

"Primeiro - As reivindicações trabalhistas são razoáveis, na sua maioria. A primeira dificuldade (sic) não é a agitação trabalhista, mas o alto nível dos preços, devido parcialmente à inflação e consideravelmente à evidente exploração";

"Segundo - A menos que a situação dos preços seja controlada, a fixação agora seria simplesmente repetição do problema com os trabalhadores...";

"Terceiro - Agentes de esquerda do governo (sic) estão provavelmente encorajando os trabalhadores em suas reivindicações por aumento salarial, mas isso tem relativamente pouca importância";

"Quarto - Fábricas (de propriedade) brasileira e americana devem concordar se possível com uma política comum, tentando encontrar uma solução imediata para um aumento de salários, e também induzir o governo a tomar medidas contra os altos preços, principalmente em vestuário, calçados e alimentos essenciais" (17).

Havia, pois, uma tendência a assimilar as reivindicações trabalhistas também no âmbito das empresas norte-americanas - como já referimos, compreendidas entre as que melhores salários pagavam aos operários. Podemos pensar, por outro lado, que da parte da Embaixada, não existia, pelo menos neste momento, nenhuma caracterização "política" mais clara das greves: os tais "agentes de esquerda" ligados ao governo não eram responsabilizados pela situação.

Órgãos de imprensa de oposição acusavam o governo federal de estimular as greves, vistas como instrumento da proposta continuista de Vargas. Marcondes Filho, no início de abril, respondera a essas críticas: "desejo aplaudir os delegados brasileiros, discordando do sistema de greve na conferência do México..."; aplaude também "os dirigentes das Federações e de Sindicatos... que publicam veementes apelos aos seus companheiros para mostrar que todas as questões de salários podem ter solução dentro da legislação trabalhista, procurando assim evitar as desvantagens das greves..." (18).

Ocorreria, sim uma mudança que, a nosso ver, indicava a preocupação que tinha Vargas com o desgaste político a que se via submetido: a repressão policial às greves não era mais assumida a nível federal, ficando a cargo dos governos estaduais.

As negociações estabelecidas em decorrência dos movimentos grevistas de maio man

têm-se dentro do padrão descrito para as greves de março, em Campinas. Em muitas empresas, primeiro os operários param as máquinas para depois, através de comissões aparentemente improvisadas, levarem aos patrões suas reivindicações. Pede-se, em geral, 50% de reajuste sobre todos os salários.

Em alguns casos, o Sindicato é procurado pelos grevistas, mas o procedimento mais comum é o inverso - os dirigentes buscam as oficinas paralizadas, oferecendo sua intermediação.

Organizado em abril, surge em cena o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), aconselhando os operários a que voltem ao trabalho, à espera de negociações, "ou, se assim preferirem" a "se recolherem as suas casas ... mas que não se exponham nas ruas ou nas fábricas à exploração de falsos líderes, justificando qualquer ação policial para a manutenção da ordem ..." (19).

O MUT considerava que "o legítimo direito de greve, reconhecido na "Conferência de Chapultepec só deve ser usado quando esgotados todos os meios legais disponíveis" (20). Com este discurso é que representantes do MUT participam das negociações, agora realizadas em Palácio.

Com efeito, não é a Justiça do Trabalho, mas o governo do Estado que servirá de mediador no caso das greves dos têxteis e dos metalúrgicos. Acompanhemos o processo relativo ao primeiro setor, melhor documentado na imprensa paulista.

O Interventor (Fernando Costa), em pessoa, é que preside as negociações entre empregados e empregadores; dia 19, a reunião se encerra com o compromisso patronal de apresentar proposta concreta de aumento para os grevistas. Dia 21, Humberto Reis, presidente do Sindicato das Indústrias, apresentando sua oferta, elogia o sindicato trabalhista pela "boa vontade" e "dedicação" em prol da harmonia social. Cita os exemplos dos Estados Unidos e do México, "em que as classes se confraternizam, assinando Cartas de Paz do Trabalho".

Seu colega, do sindicato patronal do Rio de Janeiro, presente à reunião, lembra aos trabalhadores "a relevância dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil perante as Nações Unidas ... na reconstrução da Europa". As greves,

se determinassem "uma, pequena que fosse, interrupção desse fornecimento (= de tecidos) prejudicaria de forma definitiva a economia nacional", da mesma forma que "abalaria a reputação do parque industrial" do país. Já vimos a real dimensão dos compromissos de fornecimento têxtil assumidos pelo Brasil, em capítulo anterior. Se um ano antes, ao ser decretada a "mobilização" dos trabalhadores o patriotismo era invocado, agora se fazia mais necessário recorrer-se a ele - com menores efeitos, contudo.

O MUT, presente, pede que se faça o acordo e que se volte ao trabalho. São várias horas de "calorosas discussões" - fixam-se afinal, aumentos que variam de 20% a 40%, de acordo com as faixas salariais, até o teto de R\$ 1.500,00 (remunerações superiores a esta quantia são acrescidos de R\$ 300,00 mensais, fixos) (21).

A Secretaria de Segurança Pública promete repressão aos piquetes grevistas, na mesma edição jornalística que noticia o acordo dos têxteis. A velha forma de "resolver" o problema trabalhista não fora arquivada; apenas, não podia ser usada com a facilidade de meses atrás. As ameaças não impedem a paralisação do São Paulo Railway - são 10.000 homens de braços cruzados, interrompendo todo tráfego entre o porto de Santos, São Paulo e o interior. Amplia-se a greve dos metalúrgicos, até aí não solucionada, inicia-se a das indústrias químicas e farmacêuticas (22).

A repressão afinal se faz presente; "a policia política prendeu cerca de 400 ... chamados de comunistas" (23).

A sede do MUT foi varejada, dia 26, apesar de toda sua ação conciliatória e nomes conhecidos são detidos, ainda que por algumas horas (24). Em junho, "apesar da quase cessação das greves em São Paulo", "as celas estão se aproximando de sua capacidade máxima", relata Cecil M. P. Gross, consul americano em São Paulo. Na Cia. de Carris (Transway) a greve não eclodira ainda "devido à maneira implacável com que cada indivíduo que tenha se aventurado em agitações tem sido preso" (25).

As medidas policiais não bastam para promover o refluxo das greves, e as injunções políticas não permitem avançar na repressão além de certo limite. Assim o governo do Estado tem de continuar a patrocinar diretamente vários entendimentos entre empregados e patrões. As tabelas aprovadas nas negociações relativas ao setor têxtil servirão de base a vários outros acordos e decisões judiciais (26).

Categorias que não chegam a ir à greve, iniciam negociações através de seus sindicatos, e vão percorrer, ainda que submetendo os juizes à pressão de massa, a via crucis da justiça do trabalho. Neste caso estão os trabalhadores em cerâmica, fábricas de chapéus, de móveis e marcenarias, indústria de papel, os comerciantes, panificadores, bancários, têxteis do interior paulista, operários da construção civil - numa lista seguramente incompleta, e que se refere apenas a São Paulo (27).

De Junho a Outubro de 1945: "Queremos" e Concessões.

O Auge da Conciliação

A dificuldade de se obter um levantamento completo, mesmo em relação ao Estado de São Paulo, das greves ocorridas, não invalida a constatação de que a partir de junho é sobretudo através da via judicial que aumentos vão ser obtidos pelos trabalhadores.

A tendência parece ter sido a reprodução, nos diversos Estados (e inclusive, no interior paulista), da mesma sequência de fatos: greve espontânea (e por vezes, "selvagens") (28); negociações envolvendo autoridades não ligadas a Justiça do Trabalho e diretorias sindicais - paralelamente ou não à repressão policial (29); aumento da iniciativa dos sindicatos, precedida ou não da organização de núcleos do MUT, (30), dissídios coletivos.

Os sindicatos voltavam a ser procurados pelos trabalhadores. Intensa campanha de sindicalização era dirigida pelo MUT (31).

Podemos afirmar com segurança que muitas greves foram evitadas por empresários ou sindicatos patronais que perceberam a tempo a oportunidade de realizar acordos ou conceder "espontaneamente" reajustes, antes delas ocorrerem (32).

Os meses de junho a outubro assinalam o auge da campanha "queremista", e alguma concessão aos trabalhadores que postulavam reajustes seria agilizada no âmbito da Justiça do Trabalho; medidas favoráveis a um melhor funcionamento dos sindicatos serão também adotadas.

O movimento "queremista" iniciara-se no mesmo momento em que Vargas marcou as eleições presidenciais. Seguramente nasceu dentro do Ministério do Trabalho (33) refletindo provavelmente os interesses de todo um grupo político que, mesmo com a vitória de um Dutra ("o candidato oficial") nas eleições, temiam por seu futuro.

Já em março Segadas Vianna reunia-se com dirigentes sindicais em vários Estados, obtendo afirmações do tipo "só Vargas inspira confiança aos trabalhadores" (34). Entre os meses de junho e outubro, comitês "queremistas", propositalmente dirigidos por nomes desconhecidos, são fundados em todo o país. Manifestações de massa acontecem principalmente no Distrito Federal, e atos de hostilidade à campanha de Eduardo Gomes também se sucedem (35).

Se é fácil localizar a direção intelectual do que se tornaria mais a frente a base urbana do PTB, mais difícil é analisar a composição da "massa queremista", do qual seguramente muitos trabalhadores industriais participavam.

Arnaldo Spindel se propôs a levantar hipóteses a respeito, ainda que partindo de equívocos graves (36). Busca encontrar resposta para o engajamento pró-Vargas dos trabalhadores, numa análise que privilegia a "estrutura" de classe, respaldando-se nos vários estudos de matriz sociológica já referidos por nós no capítulo I. Constituída de migrantes rurais, vivendo o "intervalo de tempo entre a chegada no urbano e a tomada de consciência de sua situação de explorado" (37), a classe operária teria assumido uma posição "defensiva" - "No queremos Getúlio estava implícita a ameaça que um processo de redemocratização sem

o controle de Vargas representava para o esboço de cidadania que o Estado Novo havia desenhado para estes trabalhadores urbanos" (38).

No capítulo I buscamos, na política desenvolvida pelo Estado nos anos de guerra, encontrar elementos capazes de justificar o respaldo popular de Vargas. Para chegarmos a respostas mais convincentes a propósito da dimensão que assume este prestígio, teríamos seguramente de obter mais informações a propósito da organização das manifestações queremistas (ao menos no Distrito Federal), conhecer o perfil dos manifestantes (39). Recusamos, em princípio, explicações como as dadas por Spindel, desalicergadas de base empírica.

Acreditamos muito mais pertinente pensar que - jovem, ou de formação antiga, com grau maior ou menor de consciência política a classe operária (ou: os trabalhadores) viu-se diante de duas candidaturas militares que seguramente não tinha por que considerar como suas. Quer pela má catadura dos postulantes, quer pelas alianças políticas que eles representavam, dizendo "queremos Vargas" também diziam "não queremos Dutra", "não queremos Gomes". O temor de uma democracia sem Vargas, é no entanto, bastante questionável. A palavra de ordem do PCB, pela Constituinte, recusava o fato real da ocorrência da campanha eleitoral para a escolha de um Presidente da República. Fortalecia, assim, a articulação na da "espontânea", como vimos, de uma proposta para a qual (tudo indica), o principal interessado só fora conquistado tardiamente.

O isolamento de Vargas com relação as diversas facções burguesas se afirmara com a edição da chamada "Lei Malaia" (40) - contra a qual houve a mais absoluta unanimidade por parte dos empresários. A "totalidade das associações agrícolas, comerciais e industriais" do país assinava em 20 de julho longo documento dirigido ao Presidente, no qual se condenava integralmente o texto legal ("impedimento à livre iniciativa", que "entrava a formação de capitais nacionais e a importação de capitais estrangeiros, viola os compromissos internacionais assumidos ..."). No texto, dizia-se que "assunto ... tão relevante e complexo, só poderia ter solução satisfatória através de um Parlamento", onde "fosse possí-

vel colher a média do pensamento nacional" (41).

Se para a burguesia "nacional" Vargas não mais representava a "média do pensamento nacional", para os norte-americanos, interessados no mínimo na destinação a ser dada às divisas acumuladas com a guerra, ele não representava seguramente a melhor opção (42).

O aparelho militar não pretendia mais, igualmente, associar seu destino ao ditador - as duas candidaturas, saídas de seu corpo, bem o diziam (43).

Só quando se configurou a seu redor o vazio político é que Getúlio assume fazer concessões às direções sindicais, naquilo que pode claramente ser caracterizado como seu mais forte "aceno" aos trabalhadores organizados nos sindicatos.

Importa aqui ter claro que, por maior que fosse o personalismo orientador da ação política de Vargas, ele era portador de um projeto burgues para a sociedade. Isso ele demonstra quando, às vésperas do golpe que o depõe, assume atender reivindicações sistematizadas pelo PCB (através do MUT), de forma a que, no entanto, o ganho político recaia sobre o, seguramente mais frágil (enquanto força mobilizável para sua própria sustentação) PTB - criado para servir de "anteparo à corrida comunista" (44).

No final de setembro a comissão executiva do PTB telegrafara ao Presidente solicitando maior autonomia para os sindicatos. Isso, no texto do apelo significava apenas "permissão de reeleição de diretorias" e "posse dos eleitos sem anuência prévia do Ministério do Trabalho" (45).

Dia 10 de outubro, falando aos queremistas, Vargas recomenda-lhes o ingresso no PTB ao mesmo tempo em que antecipa as eleições para Governadores de Estado. No dia seguinte é que "atende" ao pleito "dos trabalhistas" (46).

Toda a articulação de forças contrárias ao acirramento do confronto entre o Capital e o Trabalho, teve no entanto, sucesso apenas relativo. Vários acordos assinados por diretorias sindicais, considerados insatisfatórios pelos trabalhadores, foram questionados no período. A tentativa do Estado e da maioria das dire

goes sindicais no sentido de apresentar o dissídio coletivo como forma mais aguda de luta (ou de forma mais avançada de negociações) seguramente não obteve êxito integral (47).

Obtivemos o registro de pelo menos uma categoria que, demonstrando grande disposição de luta, não aceitou a solução "conciliatória" acertada por seu sindicato na Justiça do Trabalho, obtendo vitória significativa, após. Os trabalhadores na indústria de trigo, massas e biscoitos, negociavam, através de seu Sindicato, reajuste salarial, no Rio de Janeiro. O dissídio coletivo foi à Justiça do Trabalho, por falta de acordo; o sindicato dos trabalhadores aceitou a proposta patronal de 30% de aumento nos vencimentos (48).

As maiores indústrias do ramo se concentravam nas proximidades do porto, onde é descarregada a matéria prima, transportada por via marítima. A notícia do acordo judicial chegou, no mesmo dia (16 de agosto) aos trabalhadores. A paralisação das atividades foi imediata, para os que trabalhavam no "Moinho da Luz"; a greve se estendeu a seguir aos moinhos vizinhos (49).

No dia seguinte, uma das empresas, o Moinho Fluminense, acatou a reivindicação original dos trabalhadores, que pleiteavam R\$ 300,00 de acréscimo sobre quaisquer salários. Para os menos remunerados, a maioria, isso importava em 73,3% de aumento (50).

Quatro mil operários permaneceram parados por onze dias. Realizavam assembléias em praça pública quase que diariamente. Os patrões enviaram (dia 19) representantes à assembléia, "negociando" diretamente com os trabalhadores: oferecem 45% e "criticam o MUT". São vaiados, da mesma forma que o presidente do sindicato trabalhista, este aos gritos de "pelego". A polícia está presente e hostiliza os grevistas (51).

Uma comissão é encarregada de procurar o chefe de polícia, após outra assembléia em que ocorrem provocações (52). O sindicato dos trabalhadores agiliza novas negociações na Justiça do Trabalho, mas deixa de enviar diretores à "assembléia permanente" dos moageiros (53); o MUT se mantém presente, pede ordem e dirige os

trabalhos.

A Justiça do Trabalho deu ganho de causa aos trabalhadores, após 11 dias de greve. Até então, segundo matéria paga do Moinho Inglês publicada na imprensa, o Conselho Regional do Trabalho não tinha concedido mais que 40% de reajuste a quaisquer categoria em dissídio arbitrado (54).

O PERIODO LINHARES

O golpe de 29 de outubro não trouxe para o movimento operário e trabalhista em geral nenhuma modificação significativa em termos de espaço político - institucional disponível a curto prazo. A "massa queremista" quedou-se a espera dos acontecimentos; todos os autores que procuraram encontrar indícios de uma tentativa de resposta imediata da parte dos trabalhadores à derrubada de Vargas, limitaram-se a encontrar a obscura reação dos operários da Light, no Rio de Janeiro - devidamente contida pelo PCB (55). A disposição de não-resistência frente ao golpe partira do próprio Vargas, sob a alegação de que se devia evitar derramamento de sangue. Comum às lideranças burguesas brasileiras, tão humanísticos propósitos podem ser lidos também como demonstração de fidelidade extrema à própria classe que representam: algum sangue operário derramado podia ser cobrado, mais a frente, por uma classe chamada, assim, a participar dramaticamente da História (56).

Apesar das ameaças às sedes do PCB e de algumas prisões, nenhuma ação repressiva mais ampla foi assumida contra os militantes operários, sindicatos ou Partidos. Mantidas as eleições presidenciais de 2 de dezembro, convocada afinal a Constituinte, nem Dutra, nem Gomes - homens do aparelho militar e catalizadores das frações da burguesia, tinham porque hostilizar abertamente os trabalhadores. Tinham aceito o processo eleitoral como forma de obtenção do poder, precisavam - também - de votos populares. A nosso ver, dentro de uma perspectiva burguesa, o caminho recém-percorrido pelo movimento operário, canalizado rapidamente para

espaços confiáveis (a Justiça do Trabalho, e mesmo os sindicatos dependentes do Estado), não justificava medidas dramáticas.

O PCB, por sua vez, encontrava-se protegido pela lógica da conjuntura internacional e também pela destinação que poderia dar a seus votos - votos que poderiam faltar à facção burguesa que assumisse (Linhares, evidentemente não contava) mais de perto a repressão. Para quaisquer surpresas, a Constituição de 37 vigorava, e se o Tribunal de Segurança Nacional era afinal extinto, a Lei de Segurança Nacional permanecia de pé.

Alguma retração da movimentação sindical pode ter ocorrido - Linhares compôs um ministério mais identificado com a UDN, e direções arqui-pelegas podem ter se sentido arqui-ameaçadas. O clima de relativa liberdade em que se deu a campanha eleitoral, o papel que Vargas acabaria por nela assumir (apoiando o candidato vitorioso), acabaram, provavelmente, por apagar os temores imediatos dos dirigentes sindicais não-comunistas que, por uma razão ou por outra, haviam filiado suas entidades ao MUT.

Spindel assinala com justeza a intensa movimentação, divulgada pela imprensa comunista, no sentido da rápida realização de Congressos Sindicais, nos quais se discutiria a constituição de Uniões Estaduais, bases da pretendida CGT (57). Ao mesmo tempo, núcleos do M.U.S.P. (Movimento Unificador dos Servidores Públicos) se constituíram, reivindicando reajustes salariais e o direito à sindicalização.

Em dezembro, a par de greves localizadas, a esta altura de menor expressão (58) a questão do abono de Natal vai propiciar uma intensa agitação, pela primeira vez de âmbito nacional.

A gratificação de fim de ano era uma instituição antiga, de cunho paternalista, voluntária e não regulamentada. Uma tradição sujeita aos humores patronais, que na ambiência conquistada pelas lutas econômicas de 1945, vai ser transformada em objeto de reivindicação dos trabalhadores de todo o país: quando não usual, exigida; quando incorporada à política da empresa, questionada no montante e na data do pagamento. O desfecho, não atendidas as pretensões dos assalariados, em

muitos casos, foi a greve (59).

O movimento que deu relêvo à reivindicação, funcionando seu resultado vitorioso como exemplo a ser seguido, foi o desencadeado no setor de energia e carris urbanos - concessão do Estado, por quase todo o país, ao grupo Light.

O trust canadense (que teria sob Dutra um advogado seu na chefia de Polícia do Distrito Federal) negociava com o governo Linhares ajustes nas concessões que de tinha. O decreto-Lei 8.421, assinado por concedia aos trabalhadores nas empresas do grupo Light, um abono de Natal equivalente a um salário mensal (60).

Abruptamente, este decreto-Lei foi revogado, numa medida a propósito da qual a suspeita de alta corrupção não seria descabida. Os trabalhadores da empresa, no Rio de Janeiro, abandonaram o serviço, com "surpreendente rapidez" (61). Imediatamente, a greve se estendeu a São Paulo, atingindo o setor de carris na capital e em Santos; em várias outras cidades ocorreram paralizações parciais ou totais (62). O consul norte-americano em São Paulo, relatando a deflagração do movimento ao Secretário de Estado, informa ter ouvido o vice-presidente da Light: ele considerava a greve "um protesto contra o governo", "inspirado pelos comunistas" (63).

Seguramente a direção do PCB nada tinha a ver com a eclosão da parede (64), mas a opinião da empresa prevaleceu: sédes do MUT foram varejadas, vários de seus dirigentes são presos, só sendo libertados quando o governo restabeleceu o benefício e os serviços se regularizaram (65).

A luta pelo abono vai prosseguir em janeiro, levando "milhares de trabalhadores ^{ocorre} texteis" à greve, exigindo a concessão, em São Paulo (66). Como sempre nestes casos, muitos industriais que não tiveram suas oficinas paralisadas foram provavelmente envolvidos pelo espírito natalino, ainda que tardiamente, e ... concedaram a gratificação (67).

Começava ao mesmo tempo que o ano, sobretudo para os texteis e metalúrgicos de São Paulo, a segunda luta salarial encaminhada através de paralizações espontaneamente iniciadas a partir das empresas.

É aí que o projeto de unidade sindical proposto pelo MUT vai sofrer os primeiros abalos: previsto para o começo de janeiro, o Congresso Sindical de São Paulo sofrerá ruidosas defecções.

A campanha contra o MUT e a "infiltração comunista" na vida sindical é capitaneada pela Igreja, e seguida de perto por dirigentes sindicais vinculados, agora, ao PTB.

A convocação para o Congresso Estadual de São Paulo fora assumida pelo MUT, União Geral dos Trabalhadores de Santos, Federação dos Textéis, vários sindicatos e mais os Círculos Operários Católicos do Ipiranga e Cambuci (68). Após a greve da Light, às vésperas da abertura dos trabalhos do Congresso, veio a público uma Nota assinada por 5 Federações de Sindicatos, condenando o encontro como "divisionista" e "ilegal" - uma vez que o MUT violava a estrutura de relações sindicais previstas na CLT. No Rio de Janeiro a Federação dos Círculos Operários Católicos chamava a promoção de "atividade comunista", à qual seus filiados não deveriam comparecer (69). Organizava-se a chamada "Coligação Sindical" que iria, em São Paulo, identificar-se com o PTB e contrapor-se à liderança do PCB no meio sindical.

O Congresso se realiza, e "núcleos do MUT" participam... em substituição a direções sindicais que não aceitam nele se representar; as direções "coligadas" são, aparentemente, franca minoria no conjunto das entidades de classe (70).

A posse de Dutra se aproximava, e confirmava-se a "reserva" de seu Ministério do Trabalho para o PTB (71). Ao apagar das luzes de seu governo, Linhares assinaria dois decretos dirigidos contra a máquina sindical montada no Estado Novo, mas que se voltavam também contra o PCB. O primeiro texto legal extinguiu as comissões responsáveis, no MTIC, pela aplicação do Imposto Sindical e formação de dirigentes sindicais (72). O segundo declarava "livre a organização sindical", ainda que mantivesse a figura do sindicato oficial - aquele que, atingidos certos critérios de representatividade, fosse reconhecido por uma "Comissão Nacional de Sindicalização" (73).

Sabemos que a unidade sindical, vista por alguns apenas como conquista expressa dos trabalhadores, era (é) no Brasil também uma forma de controle do Capital via Estado, sobre o movimento operário - e foi nestes termos que ela foi aqui implementada. Longe de Linhares, contudo, a proposta de diminuir este controle. Representando o pensamento católico (74), mas sobretudo o setor mais reacionário da UDN, o projeto não era considerado necessário pela burguesia como um todo. Foi letra morta, por falta de defensores (75).

Linhares passaria o cargo com o sistema financeiro do país em crise: os bancários estavam em greve nacional.

A GREVE NACIONAL DOS BANCÁRIOS

"A um bancário que tem fome,
não se diz: espere"

(lema dos grevistas)

Praticamente todos os autores que trataram da conjuntura do pós-guerra, se referiram ao movimento grevista dos bancários, desencadeado no Rio de Janeiro a 23 de janeiro de 1946. A nosso ver, a par de equívocos empíricos, fáceis de serem corrigidos, deixaram escapar certas características que tornam a primeira greve nacional desencadeada após a queda de Vargas um momento de inflexão das lutas trabalhistas então travadas, daí nosso interesse em fazer constar aqui um estudo mais detalhado do assunto.(+)

(+) O que se segue é uma versão condensada e revista de nossa monografia "Bancários: Greve Nacional", Campinas, mimeo, 1977. O mesmo texto serviu de base à comunicação no XXX Simpósio Anual da SBPC (Fortaleza, 1979). A publicação da dissertação de mestrado de CANEDO, Leticia Bicalho. O Sindicalismo Bancário em São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1978, contribuiu para aclarar varios pontos que na primeira versão surgiam obscuros.

Os Bancários e o Mundo do Trabalho

Números

A obtenção de dados exatos sobre o contingente dos bancários brasileiros é difícil. Em 1940 o Censo os diluía entre os 41.219 empregados no "comércio de imóveis, valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização" (76). Em 1943 o Ministro do Trabalho referia a existência de 30.000 (77); os jornais de janeiro-fevereiro de 46 anotavam "cerca de 40.000".

A rede bancária que empregava esses trabalhadores era distribuída muito desigualmente pelo país. Em 31.12.1945 existiam 509 "matrizes" bancárias, "subordinadas à Superintendência da Moeda e do Crédito", excluídos os escritórios e cooperativas de crédito, caixas econômicas e "certos bancos oficiais". Os locais de trabalho - 2.047, somadas as "matrizes", "agências" e "filiais" estavam concentrados na razão de 80%, em cinco Unidades da Federação: São Paulo (640), Minas Gerais (450), Distrito Federal (257), Rio Grande do Sul (152), Rio de Janeiro (141). Toda a região Norte possuía 27 estabelecimentos (Pará: 12); o Nordeste, 133 (Pernambuco: 36); o Centro-Oeste, 50 (Goiás: 34). (78)

O Banco do Brasil controlava 1/3 do movimento bancário total. Os bancos estrangeiros, num total de 35 matrizes, tinham vulto maior que o da média dos estabelecimentos nacionais: participavam do sistema com 3,1% do Capital investido, 5,1% e 2,1%, respectivamente, dos "depósitos populares" e "a prazo fixo, com vencimento prévio".

Grande número de estabelecimentos tinha ação apenas estadual ou regional, o que vai explicar o comportamento, durante a greve, de alguns banqueiros que buscam soluções localizadas - e rápidas - para o conflito (79).

O bancário

Nos comunicados dos grevistas, encontramos a preocupação constante de desenhar para a população o contraste entre as exigências patronais para ingresso na profissão e as reais condições de trabalho que os funcionários enfrentavam.

Ao bancário se exigia "instrução secundária", "se possível completa". A admissão supunha exames de "portugues, matemática, dactilografia, contabilidade", e conforme o caso, "frances, ingles, taquigrafia". Dos caixas e conferentes se exige um curso de "grafodactilografia bancária", feito na Polícia. Em serviço, o bancário deveria usar "traje social"; para obter emprego, o candidato devia comprovar "não ter dívidas, títulos protestados, antecedentes policiais" (80).

Trabalhava-se seis horas diárias, mas não em um só expediente (na década de 50 é que os bancários obtiveram o chamado "horário corrido"), de segunda a sábado. Era comum, no entanto, a burla da lei:

"... muitas vezes os senhores banqueiros usam de artil muito explorativo, como seja, o de nomear-nos chefes ou sub-chefes, apenas acrescentando ao ordenado comum essa comissão de E\$ 100,00, e dessa forma, ficamos fora do horário regulamentar ... na obrigação de trabalhar não 6 horas, mas 8 horas durante o mes ...".

O adicional, diz o texto, era inferior ao que significaria o pagamento das horas-extras ao funcionário "comissionado".

Do mesmo texto que estamos utilizando, vem as informações sobre salários:

"... iniciamos nosso trabalho com um ordenado que varia de E\$ 400,00 a E\$ 600,00, conforme os bancos. No fim de dois anos, atingimos de E\$ 600,00 a E\$ 900,00; com 10 ou 20 anos, vamos às casas de E\$ 1.200,00 a E\$ 1.600,00".

Os dados referem-se a São Paulo, onde o salário mínimo era na ocasião de E\$ 360,00 (no Rio: E\$ 380,00; Porto Alegre, E\$ 320,00; Recife, E\$ 240,00; Belo Horizonte, E\$ 270,00). Assim, a faixa máxima de remuneração atingia, a ser exato o texto, de cinco vezes, aproximadamente, o salário mínimo regional (81).

Dentro da categoria, os funcionários do Banco do Brasil constituíam um setor ma is bem aquinhoado. Sua participação na greve ocorreu em solidariedade aos colegas dos outros estabelecimentos, sendo várias as referências ao fato de "não terem no momento, nenhuma reivindicação específica a fazer". Constituíam a "elite" da categoria.

O auto-reconhecimento dos bancários é tema extremamente complexo. Durante a greve, o discurso dos boletins, enfatizando a qualificação cultural exigida para o desempenho profissional matiza, de forma que reflete a percepção de um status não-proletário, a condição social assumida pelo grupo. Ao mesmo tempo, a par dos baixos salários percebidos, há vários indicadores das más condições de saúde da categoria, derivadas em parte de condições de trabalho nada higiênicas (82).

Entre uma percepção prolétária e pequeno burguesa de sua inserção social, os bançários vivenciaram no após guerra, uma tendência que apontava a nosso ver na primeira direção. A greve que deflagaram é um seguro indicador deste fato (83).

A tradição de luta

A "Associação dos Bancários de São Paulo" foi criada em 1923. A história das lutas travadas pelos bancários paulistas até 1944, aparece descrita no trabalho de Letícia Canêdo. Não pudemos descobrir as datas de fundação de organizações sindicais em outros Estados, como por exemplo, o "Sindicato Brasileiro dos Bancários", do Rio de Janeiro. As Federações de Bancários de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro só surgem em 1958; em 1946, já existia a Federação no Rio Grande do Sul.

O status dos bancários, entre os assalariados urbanos, associado à combatividade da categoria, fez deles pioneiros na obtenção de direitos trabalhistas (84). A primeira lei de estabilidade no emprego, aos 2 anos de serviço, bem como a organização de um Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPB), foram obtidas através de greves que mobilizaram vários sindicatos, em 1934. A luta por estas reivindicações conseguiu superar, momentaneamente, o intenso choque de tendências

políticas e ideológicas que marcavam então a rica vida sindical dos bancários; o centro diretor do movimento parece ter sido São Paulo (85).

No início de 1935, o Sindicato Brasileiro dos Bancários, já referido, mobilizou-se contra a Lei de Segurança Nacional, chegando a promover greve-relâmpago (efetivada também pelos gráficos) de protesto, em fevereiro (86). Ao lado da luta política, os bancários encaminhavam em todo país a reivindicação do salário mínimo profissional - assumindo, ainda uma vez, uma posição pioneira. O projeto que tramitava no Congresso foi rejeitado, e o parecer contrário da Comissão de Legislação Social da Câmara foi utilizado, em 1946, como instrumento de propaganda dos banqueiros (87). Na condução da luta, chegou a haver greve contra "a displicência da Câmara" (e demissão de funcionários), em Salvador (88).

O PCB teve influência considerável na condução das lutas travadas pelos bancários em 1934/35. Com a repressão ao levante da ANL, vários dirigentes sindicais do Rio e São Paulo foram aprisionados (89).

No período compreendido entre 1936 e 1943 os órgãos de classe dos bancários vivem o lugar comum do sindicalismo brasileiro. Funcionava em São Paulo, desde 1934, um sindicato "amarelo", paralelo aquele reconhecido pela ampla maioria da categoria; a força deste último pode ser medida pelo fato de que é ele - mesmo reprimido e dirigido por conciliadores - que incorpora o primeiro, na fusão de 1939 (90).

No Rio de Janeiro o sindicato só foi reorganizado em 1943. Iniciava sua carreira de dirigente sindical o Sr. Ary Campista, ainda hoje na cúpula da CNTI (91).

A legislação trabalhista diferenciada conquistada até 1934 pelos bancários nunca chegara a ser integralmente respeitada pelos banqueiros.

O início do "Estado Novo da classe operária" tinha significado para estes empregadores a oportunidade de "limpar" seus estabelecimentos de muitos ativistas (92). A ELT serviu para atirar os empregados de instituições financeiras na vala comum dos assalariados em geral, sem que ocorresse qualquer reação das direções sindi-

cais (ao menos em São Paulo) (93).

A entrada do Brasil na guerra gerou grave problema adicional para a categoria. Um total de 1.100 funcionários dos Bancos liquidados extra-judicialmente pelo fato de terem capitais pertencentes às nações do Eixo (94), viram-se desempregados. O fato gerou uma intensa movimentação na direção dos sindicatos, e estes encaminharam o problema ao governo. Em junho de 43 Vargas estabeleceu que a re de bancária deveria absorver os desempregados, compulsoriamente (95).

A medida serviu como tema da propaganda governamental, inclusive nos boletins dos sindicatos. Contudo, "até 1944, ainda havia bancário eixista sur teado, mas desempregado" (96).

A par dessa questão, extremamente mobilizadora, a guerra trouxe ainda a possibilidade de organização da categoria a pretexto do apoio ao esforço de guerra. No Banco do Brasil foi formada um "Conselho Anti-Eixista", eleito pelos funcionários, embora obrigado a reunir-se com a presidência do Banco (97). Em São Paulo, no Rio, Salvador, constituíram-se "Comissões de Assistência ao Bancário Convocado", que aglutinaram os elementos de oposição às diretorias pelegas. Ma is tarde (1945), as "Comissões" se transformaram nos "Centros Democráticos dos Bancários", que teriam papel importante na formação do MUT (98).

Em São Paulo, os bancários conseguem fundos suficientes para a compra de um avião de treinamento para a FAB, além de custear a formação de dez pilotos (99).

Desconhecemos detalhes, em plano nacional, sobre a amplitude dos dividendos po líticos colhidos com esta atuação; em São Paulo, elementos de oposição, vitori osos nas eleições de 1943, só conseguiram tomar posse em março de 1945 (100). Alguns dos eleitos eram (ou se tornariam) militantes do PCB, como veremos mais a frente.

A Retomada das Lutas Econômicas: 1945

A entrada do Brasil na guerra serviu para justificar, em 1942, a recusa dos banqueiros de São Paulo em atender a um memorial do sindicato dos bancários que pleiteava reajuste de 30%. Em 1944, o dissídio coletivo pretendido não pode ser encaminhado à Justiça: a legislação de "emergência" liquidou a possibilidade (101).

Em 1945, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul os bancários encaminharam paralelamente reivindicações de reajuste salarial, ao mesmo tempo em que retomavam a luta pelo salário profissional. Diretorias recém-empossadas, ligadas ao MUT desde sua organização, buscaram o caminho traçado pela CLT.

A questão do reajuste salarial, em São Paulo, deu lugar a dissídio coletivo. Em junho, os bancários obtiveram reajustes que variaram entre 15 e 45%, após a intervenção de Fernando Costa (102). Em agosto, o não cumprimento do estipulado levou os funcionários dos bancos Moreira Sales e Comércio e Indústria a entrarem em greve, por poucos dias. O sindicato mediou a questão (103).

Em setembro, foi firmado acordo no Rio de Janeiro, estabelecendo-se aí os mesmos índices de São Paulo como "abono", retroativo ao mês de junho. Salvo aumentos espontâneos (ou derivados da fixação dos salários-mínimos, em 1943), era a primeira melhoria salarial que a categoria obtinha desde, pelo menos, 1939 (104).

A grande aspiração dos bancários era, no entanto, fixação do salário profissional. Apenas os médicos e jornalistas (inclusive pessoal de ráiodifusão) gozavam da vantagem; os últimos tinham-na obtido em novembro de 1944 (105). É dentro do espírito de "unidade nacional" que os sindicatos carioca e paulista obtêm em 18 de junho, a constituição de uma comissão paritária (dois representantes

dos bancários e dois dos banqueiros) presidida por funcionário do Ministério do Trabalho, que se dedicaria a estudar o problema.

A comissão trabalhou até novembro. As conclusões, consideradas favoráveis pelos bancários, foram então encaminhadas ao Ministro do Trabalho de Linhares, Major Carneiro de Mendonça, para que este as submetesse à sanção presidencial, sob a forma de decreto-lei.

Muitas das deliberações da comissão paritária foram obtidas pela votação de 3 x 2, sendo os banqueiros voto vencido: o funcionário que presidia os trabalhos mostrava-se sensível aos interesses dos trabalhadores. O projeto fixava 10 funções, estabelecendo uma carreira de progressão funcional, e valores salariais diferenciados para 4 regiões geográficas. Previam-se as gratificações de comissionamento, condições de transferência, etc. (106).

Para os banqueiros, tais medidas significavam uma interferência inadmissível na gerência de seus negócios. O Ministério do Trabalho protelava a solução da questão.

Os acordos estabelecidos em São Paulo e no Rio de Janeiro não tinham sido exten didos a todo o país. A desvalorização dos salários da categoria fora destes cen tros era assim, muito grande - isso aumentava, seguramente, a tensão.

Ligados ao PCB, estavam, seguramente, diretores sindicais do Rio e de São Paulo. Conhecemos a posição do Partido (e do MUT, onde o PCB era hegemônico), a propósito das formas de luta dos trabalhadores. Outras tendências político-partidárias se faziam representar na categoria; seguramente nenhuma delas tinha influência nacional (107). É a pressão das bases que vai levar os sindicatos a assumir a deflagração e condução da greve: isso, do Piauí ao Rio Grande do Sul (108).

A Greve. A um bancário que tem fome ...

No mes de janeiro são realizadas assembléias de bancários em quase todas as capitais. No dia 19, há reunião geral no Sindicato de São Paulo. Um dos representantes dos bancários cariocas, que participara da Comissão Paritária, fala sobre o ante-projetu de Lei e propõe o estabelecimento de uma "coordenação dos bancários brasileiros". Os bancários resolvem manter-se em reunião permanente. Existem, organizadas em São Paulo, "40 comissões", o que nos sugere o número dos principais estabelecimentos bancários da capital.

No dia, 21, ao anoitecer, no Rio de Janeiro, estão presentes bancários de São Paulo e Belo Horizonte. Junto com seus colegas cariocas, lideram uma concentração nas escadarias do Ministério do Trabalho. São recebidos pelo Ministro, que promete "ainda esta semana", encaminhar o anteprojeto ao Presidente da República.

No mesmo momento, em São Paulo, a assembléia dos bancários delibera enviar um memorial ao Interventor, pedindo sua interferência junto ao Ministro. Telegramas são enviados por bancários "de todo o país" àquela autoridade.

No Rio, dia 23, uma Assembléia Geral reúne "quatro mil bancários". Estão presentes o presidente da Federação dos bancários gaúchos, o presidente do sindicato paulista, representantes das entidades de Minas e Pernambuco. A greve geral é decretada. Em São Paulo, no mesmo momento, uma passeata vai ao palácio levar ao interventor o Memorial preparado pelo sindicato. São "cinco mil pessoas", que ouvem o representante do Executivo (que tem a seu lado o secretário da Segurança Pública) prometer uma intervenção pessoal junto ao Ministro do Trabalho (109).

Há um descompasso, assim, nas ações de cariocas e paulistas. No dia seguinte os bancários paulistas aderem em assembléia geral, à greve decretada no Distrito Federal. A greve se estenderia "como mancha de óleo", nas palavras de uma matéria jornalística (110).

No Ceará a greve se inicia dia 28, e na Bahia, a 29. Após a posse de Dutra é que se inicia no interior do Piauí, por exemplo. Total ou parcial, ela se estende pelo resto do país desde o dia 24. "Mensagens telegráficas (= chegadas ao Sindicato do D. F.) dão conta de que estão em greve os bancários de Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte, interior de Minas, Curitiba, São Luiz, Recife, Maceió, cidades do interior de São Paulo" (111). Em Recife, de 19 bancos, 12 já não funcionam no primeiro dia de greve (112).

A adesão do Banco do Brasil é decisiva para o movimento, dado o peso do estabelecimento no sistema financeiro do país. Aqui também a greve ocorre por etapas: no Rio, dia 24, 300 funcionários já estão em greve; não tem reivindicações específicas a fazer, estão parados em solidariedade. Dia 25 quase todos abandonam o serviço. Em São Paulo o mesmo ocorre dia 27; no resto do país, dia 28.

Uma vez paralisadas as atividades nas agências do banco oficial, todo o sistema entra em colapso: cessa o sistema de compensação de cheques, por exemplo, dele dependente.

Duas questões relevantes devem ser aqui levantadas, a primeira a propósito do momento político em que ocorre a greve; a segunda, às especificidades que caracterizam o movimento.

A 19 de fevereiro tomaria posse o General Dutra. Vários textos se referem a questão da oportunidade do movimento na época em que ocorreu (113). O sindicato dos bancários de São Paulo justificou, já sob o novo governo, a situação:

"Verificamos que o Sr. Carneiro de Mendonça adotava dois pesos e duas medidas no encaminhamento de decretos ao Presidente da República: agia com rapidez se o assunto era prejudicial aos trabalhadores ... retardava porém o despacho de projetos, desde que redundassem em benefícios para os que trabalham por uma pátria maior" (...) "Se não quisemos esperar mais, é porque sabíamos que, em se tratando de questão estudada pelo governo Linhares, o seu ~~reexame~~ pelo novo governo prolongaria indefinidamente sua solução" (114).

Os grevistas, ainda que sob uma liderança política difusa, jogaram com duas possibilidades: a primeira, que seria a de através das consequências que o movimen-

to teria para a economia do país, obter uma solução favorável ainda provinda do ministro Carneiro de Mendonça. Outra, a de que se prolongando o movimento, a solução seria obtida através do, já anunciado, novo Ministro do Trabalho, Sr. Negão de Lima, personagem notória da articulação do golpe de 37, agora membro do PTB. Este teria interesse em evitar um desgaste político imediato, atendendo as pretensões da categoria.

A greve desencadeada, salvo engano, era, na conjuntura, a primeira que seria dirigida (e não apenas "mediada") pelos sindicatos, ao menos na maior parte do país. Outra característica do movimento é o papel que o Estado deverá assumir: pelo caráter da principal reivindicação levantada ele é parte no conflito. A greve é feita para obter do Estado um decreto-Lei. Quer fosse por razões táticas (evitar a explicitação do confronto), quer fosse pela percepção de que o Estado assume comportamento ditado imediatamente pelos banqueiros, é a estes últimos que os grevistas, ao deflagarem a parede, encaminham suas reivindicações e condições para a volta ao trabalho (115).

Estas especificidades, potencializadas pelo caráter nacional que o movimento pretende e assume desde o primeiro momento, serão retomados mais a frente.

A Greve no Governo Linhares. Ascenso.

"Estão de pé as disposições da Constituição de 1937 ...".

(Carneiro de Mendonça, Ministro do Trabalho)

"O estímulo individual é a mola mestra do aperfeiçoamento e do progresso das instituições".

(Sindicato dos Bancos, São Paulo).

Dia 24, mal deflagrada a greve, antes mesmo que os banqueiros se pronunciem pela imprensa, o governo assume duas medidas contrárias aos trabalhadores. Pelo decreto-Lei 8.830, promovia-se a moratória por tres dias. Com isso, buscava-se diminuir a repercussão da paralisação sobre o comércio, que de fato, comunica se sen-

tir "desafogado" (116).

Em declarações à imprensa, o Ministro do Trabalho informava ter mandado arquivar o processo que continha as conclusões da Comissão Paritária: "No pé em que estão as coisas, eu já considero o assunto deslocado da alçada do Ministério do Trabalho para o setor do Ministro Pires do Rio (Chefe de Polícia) e do Desembargador Ribeiro da Costa, porque, diante do fechamento dos bancos, haverá medidas que dependem do Ministério da Fazenda" . . . " . . . ainda estão de pé as disposições da Constituição de 1937, da legislação trabalhista e do Código Civil sobre a greve. O fato de haver uma Conferência Internacional considerando legal o direito de greve não obrigou ainda o governo a adotar esse pensamento". A solução ficaria para "o futuro governo" (117).

Os bancários que se preparem, portanto, para um movimento prolongado. A última semana do governo Linhares conhecia uma intensa agitação trabalhista, explicitada por greves que ocorriam desde o Ceará até o Rio Grande do Sul. "De pé a Carta de 37", ela era, no entanto, utilizada de uma forma não homogênea. A repressão policial ocorre com a violência do Estado Novo contra os salineiros de Camocim (Ceará), os mineiros de carvão de São Jerônimo e Butiá (Rio Grande do Sul). Operários textéis paulistas (do Lanificio Paulista Ltda), derrotados em dissídio coletivo, "pedem demissão coletivamente", "com o compromisso de cumprir aviso prévio". São detidos pela polícia (118).

Ao mesmo tempo, há greves que não sofrem repressão - como a que atinge a Otis (Rio de Janeiro), a Cia. Paulista de Aninhagens, a Quimiográfica Radium, vários estabelecimentos gráficos (em São Paulo), etc. Não havia, e por algum tempo ainda não haverá, um padrão repressivo claramente estabelecido. No caso dos bancários, comunicados policiais são distribuídos, alertando para a ação dos piquetes (como em São Paulo); a polícia guarda os bancos (e os fura-greve) em algumas cidades (Recife, Rio, Curitiba) - mas não há prisões. A tática anti-greve do Estado será a de tentar promover um desgaste progressivo do movimento.

A reação dos banqueiros frente a greve aparece nos jornais de domingo, dia 27 .

Extensa matéria paga, ainda acenando com a conciliação, embora "a greve não tenha justificativa" e possa "servir a interesses ocultos", enumerava as razões pelas quais o Sindicato dos Bancos (São Paulo) não se dispunha a aceitar as reivindicações dos grevistas (119). Escrevendo a seu Sindicato, o diretor-presidente do Banco Brasileiro de Descontos, Amador Aguiar, propõe a criação de uma lista negra nacional de bancários. O furor do signatário expressava também a impotência de empresários que sentiam a impossibilidade de uma repressão fulminante, que liquidasse a greve (120).

Havia empresários dispostos a ceder, no entanto. Em São Paulo, o Banco Continental S/A declarava concordar com o projeto (121). Em Recife, o presidente do Sindicato patronal local procurou os grevistas, em assembléia geral e propôs negociações a nível estadual (122).

No Rio de Janeiro, João Daudt D'Oliveira, na qualidade de presidente da Confederação Nacional do Comércio, se apresentou como mediador. Reunindo-se com os banqueiros, obteve uma contra-proposta, que levada à Assembléia Geral dos trabalhadores, às vésperas da posse de Dutra, foi recusada.

"Os banqueiros propunham conceder o salário-profissional, apenas para o Rio de Janeiro e São Paulo; em contrapartida, nem citavam nossas principais reivindicações: o estabelecimento de critérios para as promoções de funcionários e contínuos, e os aumentos quinquenais". Aceitar o acordo seria "abandonar os colegas do interior" (123).

A disposição de luta dos bancários estava em seu auge. A imprensa registrou a intensa mobilização que a categoria alcançava - quer nos trabalhos de finanças, recolhendo fundos para o "Banco da Fome", quer participando das comissões de divulgação, contatos com deputados, quer acorrendo diariamente aos locais de assembléia permanente, de onde saíam passeatas, grupos que fazem comícios, etc. (124).

Convidados a dar sua solidariedade, dos diversos partidos políticos apenas o PCB respalda integralmente o movimento através de sua imprensa e de seus parlamentares. Um "setor trabalhista da UDN", presente à assembléia que decretara a greve, se solidarizou também com a luta (126).

A Greve no Governo Dutra. O Ministro do Trabalho, um Banqueiro

"fazendeiro; diretor das Indústrias Reunidas Minas Gerais S/A; diretor da Cia. Imobiliária Rio-Minas S/A; ex-interventor do Banco Alemão Transatlântico; presidente do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais ..." (do curriculum do Ministro do Trabalho, Sr. Negrão de Lima)

"O atendimento dessas exigências, num crescendo, criaria ambiente próprio para o estabelecimento da ditadura comunista"

"A greve" ... "é uma manobra sutil de elementos comunistas infiltrados".

(de dois manifestos dos banqueiros paulistas)

Dutra toma posse com o sistema bancário totalmente desorganizado. Em Recife, onde a greve chega a atingir 100% do pessoal, agiotes cobram 20% para descontar cheques (126). Em São Paulo, altos funcionários da administração cometem erros crassos na tentativa de substituir os grevistas e manter o atendimento ao público, a ser verdade o que diz o boletim dos grevistas:

"... alguns banqueiros, que pela primeira vez trabalham, deram como resultado no fim do dia terem pago um cheque falso de R\$ 200.000,00, e um outro de R\$ 150.000,00, sem assinatura ..." (127).

A Assembléia Permanente dos bancários, no Rio de Janeiro, decidia fazer uma passeata em homenagem ao general Dutra, no dia de sua posse. Sob o pretexto de que tal manifestação não constava do programa oficial, a polícia nega-lhe licença. "Os bancários, contudo incorporam-se individualmente, à massa", o nome de Negrão de Lima é "aclamado pela Assembléia" (128). Havia uma expectativa favorável face a posse do indicado de Vargas, que garantira ao PTB o cargo-chave de Ministro do Trabalho.

Os banqueiros, por razões diferentes e mais sólidas deviam também olhar com agrado a posse do militar e de seu ministro-banqueiro. Nas vésperas do ato, tinham recheado os jornais com matéria paga não-assinada, em que a condenação do salário-

profissional pretendido era mais áspera, ainda, que a anteriormente divulgada . Divulgava-se igualmente a exposição de motivos que o Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro remetera ao major Carneiro de Mendonça, criticando as conclusões da "comissão peritória" referida (129).

A tendência conciliatória tinha sido derrotada entre os patrões. A palavra cabe ao novo governo. De imediato ela se faz ouvir. Negrão de Lima divulga nota em que diz:

"Não poderá (o Ministério) negociar com grevistas apressados ou impatriotas, pois a legislação social brasileira prevê amplas possibilidades de entendimento entre as partes".

A noite, contudo, recebe a comissão dos bancários, e os autoriza a divulgar que estes não se incluem entre os "grevistas impatriotas e apressados", e que, com eles, negociaria. Estes adjetivos se aplicavam, pois, a grevistas empenhados em movimentos de menor alcance e amplitude ...

Mais eficaz que a dubiedade do Ministro do Trabalho, foi a nota divulgada pela Presidência do Banco do Brasil:

"O Banco do Brasil, de acordo com a orientação traçada pelo governo federal, considerará como falta o não comparecimento ao serviço de seus funcionários em greve, e aplicará aos grevistas as sanções regulamentares em vigor".

Comentando seu efeito, diz a Vanguarda Socialista: "(foi) o golpe mais profundo sofrido pela parede ... foi de fato, meia derrota". Isso, porque, apesar da Assembléia em que se vota, no Rio, a permanência dos funcionários daquele estabelecimento na greve, há o retorno maciço ao trabalho.

Dia 5 de fevereiro o movimento se normaliza nas agências do Banco oficial. O retorno é feito sob protesto, mediante promessas de nova adesão e de manutenção da solidariedade irrestrita, etc. - mas o fato concreto é o retorno ao trabalho (130).

A moratória é prorrogada mais uma vez.

O movimento sofre, assim, um golpe considerável; os banqueiros ocupam os jornais, com novo "A Pedidos" responsabilizando pela primeira vez o PCB pela greve, pro-

pondo negociações sobre uma "participação nos lucros das empresas" que substituiria a idéia do salário-profissional (131).

Desde a semana anterior, telegramas estão sendo enviados aos bancários pelos patrões: promete-se demissão por abandono de serviço. Os jornais publicam, dia 3, nota do Sindicato dos Bancários, alertando-os a respeito do texto da Lei ("abandono de emprego só fica caracterizado após 30 dias", "greve não é abandono de serviço", "a Ata de Chapultepec garante o direito de greve", etc.).

Dia 4, segunda-feira, é apresentado como "dia-decisivo" por outra matéria dos bancários. Prosseguirão as negociações com o Ministro do Trabalho, conclama-se a categoria para assembléias.

Nelas, o clima é passional: os presentes fazem juramentos de fidelidade à luta. "Ou a vitória, ou o abandono da profissão".

Como dissemos, nesta data os funcionários do Banco do Brasil retornam ou se preparam para retornar ao trabalho.

Em São Paulo, é enviado telegrama a D. Carmela Dutra, esposa do Presidente, pelas bancárias, "mães e irmãs de bancários".

Em Fortaleza há passeata. No Piauí, aderem os trabalhadores de Campo Maior e Florianópolis (132).

O Ministro do Trabalho tenta obter da comissão grevista a volta ao trabalho. Usa de má fé: a Ata da reunião anterior é entregue, para assinatura, aos sindicalistas. A redação da ata, contudo, contém o compromisso de retorno ao trabalho, como condição "aceita" para que o projeto volte a ser estudado ...

Após "leitura cuidadosa", a comissão se nega a assinar o documento; novas negociações ficam marcadas para o dia seguinte (133).

Dia 5 de fevereiro, já sem o concurso dos colegas do Banco do Brasil, o número de grevistas vai diminuir. A partir desta data é que a referência aos fura-greves vai aumentar, na Imprensa.

É o caso de Santos, onde dia 8/2 são denunciados funcionários do Banco do Estado

de São Paulo, na assembléia permanente local, por voltarem ao serviço. Caso mais grave é o de alguns membros da diretoria do Sindicato, na capital do Estado - furam a greve. Entre eles, se inclui o vice-presidente e o primeiro-secretário da entidade. (134)

Os grevistas contudo, resistem. Nas sedes dos Sindicatos, Clubes de Bancários, locais de reuniões, são afixadas as listas dos furadores (Campinas, Santos, São Paulo ...). Em Recife, onde alguns bancos colocam anúncios nos jornais, oferecendo emprego, é "enforcado simbolicamente" o "traidor nº 1, o cabilouco Antônio Luiz Filho, do Banco Comércio e Indústria" (135).

A solidariedade é que dará sustentação ao movimento, sobretudo a partir das primeiras declarações de Negrão e do retorno dos funcionários do Banco do Brasil.

Somente quando Dutra assume o governo é que os jornais do PCB passam a criticar seu Ministro do Trabalho, divulgando o fato de que ele próprio é banqueiro. A "Comissão Permanente do Congresso Sindical de São Paulo", os diversos núcleos do MUT, etc, serão rapidamente mobilizados. Em São Paulo a "Comissão ..." reúne 20 sindicatos e federações, da capital, ABC e interior (no dia 2 de fevereiro), lançando Manifesto: "nosso papel é o de evitar sempre que possível a greve, e só permitir que somente se realizem quando tiverem sido gastos todos os meios possíveis de que dispõe o trabalhador ...". "Do bom êxito da greve dos bancários depende o êxito das demais" (136).

O movimento dos bancários ganhara tal amplitude que tinha, já, assumido um caráter estratégico. O PCB colocava toda sua capacidade de mobilização a serviço da luta da categoria.

Resolve-se que os sindicatos aderentes ao Congresso deveriam realizar assembleias, lançar manifestos, promover comício inter-sindical (realizado, com sucesso dia 7/2); enviar telegramas ao Presidente e ao Ministro do Trabalho; empenhar-se em campanhas de finanças (um dia de salário para o fundo de greve) etc.

A opinião pública é favorável aos grevistas. Comediantes, cantores, casas de es

petáculo os auxiliarão. É o caso por exemplo, de Manoel da Nóbrega, Orlando Silva, dos circos de Arrelia e Piolin - só para citar nomes (de São Paulo), ainda hoje conhecidos. Em Pernambuco, falava-se de um amistososo entre o Náutico e o Esporte, com renda para os grevistas. Estudantes de São Paulo lançam manifestos (137).

A solidariedade é maciça. Inúmeros movimentos grevistas estão ocorrendo neste momento, por todo o país, e muitos outros estão prestes a eclodir. São movimentos espontâneos, carentes de uma coordenação política que os fizessem ultrapassar seu caráter de luta por objetivos econômicos específicos e imediatos.

Embora o sistema financeiro permaneça desorganizado - desde o dia 5, bancos que tem pessoal suficiente trabalhando não podem pagar cheques, pois o sistema de compensação "estourou" - e o trabalho de agitação e propaganda dos grevistas se intensifique, governo e patrões se mantêm intransigentes (138).

Dia 6 todos os jornais cariocas publicam uma "Nota" ameaçadora dos banqueiros:

"O Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, Associação Bancária do Rio de Janeiro, Sindicato das Casas Bancárias, em nome dos associados desta cidade, convidam os funcionários destes que tem faltado ao trabalho, a comparecer dia sete à hora habitual, assinar o ponto e dar execução aos serviços que nos são confiados. Esta convocação é feita para os fins previstos no artigo 723 da Consolidação das Leis do Trabalho".

No mesmo dia é assinado o decreto-Lei nº 967, que prorroga por 15 dias a moratória. Era uma forma de quebrar o ânimo dos grevistas, e cortar a esperança de solução próxima para suas reivindicações.

O Ministro do Trabalho age na mesma linha do decreto da Moratória: resolve desarquivar o anteprojeto dos bancários, e solicitar que novas representações (patrões e empregados), sob sua presidência pessoal, formem comissões para estudar o texto. Na prática, essa medida significava a não transformação imediata do anteprojeto em Lei. Já era o sexto dia do governo Dutra, e o 13º da greve.

O Comando de Greve recua. Aceita a mediação da UDN, diminuindo sensivelmente su

as exigências: aceita "novos estudos" a propósito do salário-profissional, em troca da não punição, pagamento dos dias parados e de "imediate" e "substancial" aumento salarial para a categoria (139).

Deixava-se de lado a exigência que era feita diretamente ao Estado; tornavam-se principais as questões que dependiam dos patrões, compreendido aí o problema sa larial. A exigência do pagamento dos dias parados ganhava, na conjuntura, um significado político. Sua aceitação envolvia a legitimação, a nível nacional, do direito de greve - em "plena vigência" da carta de 37.

Os banqueiros se sentem fortes. Como foi documentado dias depois, a ameaça de demissão, tornada pública, nascera de sugestão do próprio Negrão de Lima (140). Recebendo a comissão mediadora udenista (senador Hamilton Nogueira, deputados Paulo Sarazate e Domingos Velasques), não apenas recusaram-se a atender a contra-proposta dos bancários, como fazem novas ameaças: "retirar dos bancários su as conquistas anteriores - o horário de seis horas, a estabilidade aos dois anos" (sic) (141).

Acordo

Ad mesmo tempo em que prossegue a guerra de comunicados, com os banqueiros beirando a histeria, apontando os comunistas como únicos responsáveis pela greve - inserida num plano maior de "desmoralizar a Assembléia Constituinte", recém-instalada - (142). A UDN publica nota, responsabilizando os Bancos pela continuidade da greve: "... enquanto os bancários se mostravam transigentes quanto à possível aceitação de nossa fórmula, os empregadores se recusavam a admití-la, até como base para negociações" (143). O PTB, afinal, "nomeia comissão para apresentar solidariedade aos grevistas e tratar junto aos bancários e o Ministério do Trabalho, da solução da parede"; deputados do PSD vão, agora, parlamentar com o comando de greve (144).

Não temos condições de avaliar o número de grevistas nos dias finais do movimento

to. Os comunicados diários dos banqueiros paulistas referem cifras decrescentes falando por fim em "menos de um terço" dos funcionários. É difícil se aceitar estes dados. Os sindicatos e locais de reuniões permanecem cheios: "milhares", é a expressão da grande imprensa para quantificar a assistência. A noite "shows artísticos divertem a família bancária".

Doze sindicatos do Rio de Janeiro enviam representantes que são recebidos pelo Ministro Negrão de Lima. Solidarizam-se com os bancários. Entre os visitantes está o presidente do MUT-Nacional, recebido no entanto, apenas na qualidade de representante do Sindicato dos Oficiais Marceneiros.

Após mais um fim de semana, no dia 11 (segunda-feira) reúnem-se bancários e banqueiros, sob a presidência de Negrão. Em São Paulo, à noite, Orlando Silva faria um show para os grevistas. Iniciava-se a disputa do troféu "Salário Profissional", em "torneio futebolístico reunindo dezesseis equipes grevistas, de igual número de Bancos".

Os banqueiros transigem. A volta ao trabalho é acertada nas bases da contra-proposta de que a UDN tinha sido mediadora (145); ocorre de forma organizada, no "segundo expediente" do dia seguinte.

Assembléias e passeatas comemoravam a vitória econômica. "Decidia-se" a destituição de fura-greves, membros de diretorias sindicais; votava-se que os funcionários do Banco do Brasil, também beneficiados, entregariam aos sindicatos a importância recebida como aumento no primeiro mes.

Nas portas dos Bancos, eram vaiados os funcionários que trabalhavam o primeiro expediente. Os jornais traziam "Notas de Agradecimentos" (146).

A greve terminava com a expectativa de uma próxima solução para a questão do salário-profissional. Só nos anos 60 é que, contudo, a categoria o obteria, em condições seguramente mais desfavoráveis que as pleiteadas em 1946.

O ganho econômico foi significativo - R\$ 300,00 equivaliam a 75% do maior salário mínimo vigente no país. No entanto, foi necessário que o Conselho Nacional

do Trabalho homologasse o acordo assumido - em final de junho de 1946 - para que boa parte dos Bancos incorporasse de fato aos salários de seus funcionários o reajuste (147).

No Banco do Brasil o reembolso dos dias parados só foi efetivado após a solução caso por caso, de processos individuais (148). O Sindicato dos Bancários de Rio de Janeiro foi submetido à intervenção ainda no primeiro semestre de 1946. Bancos como o Brasileiro de Descontos e alguns estabelecimentos estrangeiros promoveram transferências e demissões (149).

A greve nacional dos bancários constituir-se-ia no ápice da luta econômica que os trabalhadores vinham desencadeando desde 1944. Tinham os bancários conseguido que seus sindicatos assumissem e coordenassem uma greve iniciada para pressionar o Estado; obtiveram que o PCB assumisse uma posição ao menos mais combativa.

A greve servira, como disse um dirigente sindical carioca, para "rasgar o artigo 723 da CLT". "Este artigo não será abolido, por que, para aplicá-lo, seria necessário demitir (no D.F.) mais de seis mil grevistas" (150).

Este fora seu principal ganho.

Durante a greve, já instalada a Constituinte, vivenciando o processo final de "sua" redemocratização, a burguesia industrial rompia com o tom conciliador da Conferência de Terezópolis.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reunia-se para "estudar o assunto grevista". Os "esclarecimentos" prestados por "associado presente em Chapultepec", levavam a entidade a "concluir" que "os que recorrem à greve estão contra a Lei". Isso porque, o "Brasil aceitou o projeto (de resolução sobre o direito de greve) com a ressalva de que este direito não seria reconhecido nos países em que a Magna Carta proíbe a greve ..." (151).

No mesmo dia em que era assinado o acordo pondo fim ao movimento, a bancada do PCB obtinha a aprovação de um requerimento, pela Assembléia Constituinte, diri-

gido ao Presidente da República, onde se solicitava que o Executivo informasse se reconhecia ou não o direito de greve (152). Outra responderia com o decreto Lei 9.070, de 16 de março, limitando brutalmente a legalidade de fato que os trabalhadores tinham conquistado para sua forma de luta mais avançada. Começava uma nova etapa de repressão ao movimento trabalhista.

NOTAS CAPÍTULO III

- (1) Arnaldo Spindel (O Partido Comunista na Gênese do Populismo, Análise da Conjuntura de Redemocratização no Após-Guerra, São Paulo, Símbolo, 1980) fala no "surto grevista" que se "inicia" em 1946; Francisco Weffort refere-se a "apenas 8 greves" ocorridas em 1945, em sua tese de livre-docência. Na verdade, como veremos, estaremos aí diante de uma "segunda onda" grevista que movimentará inclusive setores profissionais que em 1945 já tinham as sim se manifestado.
- (2) O Consul americano em São Paulo refere-se à greve como prova da gravidade da situação dos trabalhadores paulistas, uma vez que a E. F. é "provavelmente a mais bem dirigida ferrovia do país" e nela chega a ser "surpreendente" o "espírito de empresa e moral" de que estavam possuídos "até mesmo os porteiros". Do Consul em São Paulo ao Embaixador dos USA no Rio de Janeiro, 28.03.1945. U.S.N.A. 032.504/3 - 2845.
- (3) Folha da Manhã, 27.03.1945.
- (4) Folha da Manhã, 28.03.1945.
- (5) O pessoal de carris urbanos pede aumento de R\$ 200,00 mensais para os trabalhadores maiores e R\$ 100,00 para os menores. Após a paralisação, acorrem ao Sindicato; é aí que se redige o memorial que o órgão de classe levará à DET, pedindo a instalação do dissídio. A greve, da mesma forma que na ferrovia, fora iniciada após concessão do reajuste salarial, considerado insuficiente. (Folha da Manhã, 30.03.1945).
- O pessoal da Mogiana, recusava da mesma forma o reajuste que a empregadora oferecia: entre R\$ 100,00 (salários de 350,00) e R\$ 90,00 (salários de 660,00) mensais. A questão foi encaminhada através de dissídio (Do Consul em São Paulo ao Embaixador dos USA no Rio de Janeiro, 28.03.1945. U. S. N. A . 032.504/3 - 2845).

- (6) Folha da Manhã, 30.03.1945.
- (7) A Folha da Manhã de 01.04.1945 noticia que a empresa concedeu R\$ 603,00 mensais para os menos remunerados, "ao invés de R\$ 500,00", como "era esperado".
- (8) Folha da Manhã, 01.04.1945.
- (9) O telegrama é assinado por nove sindicatos. A primeira proposta considerada, segundo noticiário, era de que uma comissão de grevistas fosse a Petrópolis, onde esteve Vargas, pedir sua interferência.
Folha da Manhã, 20.03 e 01.04.1945.
- (10) A Folha da Manhã acompanha vários dos movimentos. Ver por exemplo as edições de 22, 24, 25, 26, 27, 29 de maio de 1945.
- (11) BMTIC nº 129, maio de 1945, encarte.
- (12) D^o OLIVEIRA, João Daudt. Exposição feita à Comissão de Investigação Econô-
mica e Social da Assembléia Constituinte, apresentando os pontos de
vista das Classes Produtoras do Brasil face aos problemas econômicos
do país na atualidade. Rio, s/ed., 1946.
- (13) D^o OLIVEIRA, João Daudt. Conjugação de Abalos, Conjugação de Esforços, in:
BMTIC nº 132, agosto de 1945, pp 102/103, 111/112.
- (14) CARONE, Edgard. A Terceira República (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976,
p 340.
- (15) Do Embaixador dos USA no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado. 29.05.
1945. U.S.N.A. 832.5045/5 - 2945.
- (16) Do Embaixador dos USA no Rio de Janeiro à Secretaria de Estado, 16.04.1945.
U.S.N.A. 832.5045/4 - 1645.
- (17) Do Embaixador ... à Secretaria de Estado. 20.05.1945. U.S.N.A. 832.5045/5 -
20.45.

- (18) BNTIC nº 129 ("Falando aos Trabalhadores", 05.04.1945).
A Conferência referida é a que resulta na "Ata de Chapultepec", que considera legítimo o direito de greve.
- (19) Folha da Manhã, 22.05.1945.
- (20) Folha da Manhã, 25.05.1945.
- (21) Folha da Manhã, 22.05.1945. Os salários-base para o acordo são de dezembro de 1944, incorporados quaisquer "abonos" concedidos.
- (22) Prova adicional da espontaneidade da greve desta última categoria é o fato da tese da Annez Andraus Troyano, centrada no Sindicato, não referir o movimento; a autora trabalhou a história da entidade e sua documentação, provavelmente sem ter podido buscar a imprensa da época.
- (23) Do Embaixador dos USA no Rio de Janeiro à Secretaria de Estado, 29.05.1945. U.S.N.A. 832.5045/5 - 2945.
- (24) Foram presos Jorge Amado, Caio Prado Jr., Elias Chaves Neto, Joaquim Câmara Ferreira, Clóvis Graciano, etc. Folha da Manhã, 27.05.1945. CHAVES Neto, Elias, op. cit., p 72
Tres dias antes, no estádio de São Januário, acontecia o Comício de Prestes, onde a plataforma do MUT era explicitamente referida como inscrita na proposta de União Nacional, e as greves, desestimuladas. No entanto, pedia-se ao governo uma "elevação considerável isto é, de cento por cento, pelo menos, dos salários mínimos; e elevação geral de todos os salários e vencimentos inferiores a mil ou mil e quinhentos cruzeiros por mes" (PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op. cit., p 89.
- (25) Do Consul em São Paulo ao Conselheiro da Embaixada dos USA no Rio de Janeiro, 09.06.1945. U.S.N.A. 832.5045/6 - 945. Nesta correspondência, o Consul indaga: "it is a question: how long a time the docile temperament of the São Paulo working class will keep them submissive" (por quanto tempo o dócil temperamento da classe trabalhadora de São Paulo a manterá submissa).
- (26) A FIESP teria "recomendado" aos Sindicatos Patronais paulistas que nenhum

reajuste que implicasse em maiores vantagens que as obtidas pelos textéis fosse concedido. Cf. O Trabalhador Gráfico, nº 154, São Paulo, junho de 1945.

- (27) A propósito, ver a coleção da Folha da Manhã, maio/junho de 1945.
- (28) Exemplo de "greve selvagem" seria a ocorrida em Ribeirão Preto, que resulta em "saques e depredações", conforme o descrito em Diretrizes de 16.06.1945. A publicação, simpática aos movimentos trabalhistas, justifica o fato pelas "dificuldades e custo elevado de vida".
- (29) Os exemplos de negociações são inúmeros. Diretrizes publica uma "Coluna Sindical" que cobre não apenas as estabelecidas no Distrito Federal, mas em vários Estados.
- (30) Foi comum a prática de núcleos do MUT, recém constituídos, encaminharem memoriais aos sindicatos patronais - obtendo-se então, reajustes. O núcleo dos textéis, em Friburgo (RJ), por exemplo, obteve entre 15% e 35% de reajuste para os trabalhadores, dessa forma.
- (31) Um crítico exarcebado do PCB via assim a nova situação dos Sindicatos:
 "O MUT tem, no momento, todas as condições para ser o substituto ideal e o instrumento hábil da política queremista da ditadura. Aparentando independência em face as organizações partidárias, o MUT pode arregimentar para suas fileiras grande número de adeptos: conduz os operários para os sindicatos e para os comitês profissionais e explorando habilmente essas possibilidades, vence, temporariamente, a resistência dos militantes independentes.
 Em poucos meses a situação sindical se modificou. Hoje os sindicatos se encontram acrescidos de novos associados e a vida sindical desperta de seu longo sono ditatorial. Isto, porém se deve principalmente à série de dissídios coletivos que se sucedem e que acarreta como consequência imediata o retorno do interesse pela vida sindical.
 A orientação dos mutianos não se diferencia politicamente da de seus colegas amarelos. Para eles os Sindicatos nada mais são, no momento, que meros trampolins políticos para o queremos de esquerda, pois desejam dominar o movimento sindical em benefício do PC e sua 'linha justa'.

.....

Prestes fala em conciliação de classes, os mutianos ardem de desejo em

substituir a justiça do trabalho na ação conciliatória ...".

(LEITE, Hilcar. "O que virá depois", Vanguarda Socialista, 29.09.1945).

- (32) Registramos, por exemplo, o caso dos chapeleiros e cervejeiros, do Rio (Diretrizes, 13.08 e 03.09.1945), tecelões de Campos (Diretrizes, 02.06.1945), metalúrgicos de Maceió (Diretrizes, 03.09.1945).
Os percentuais neste caso, oscilaram entre 30 e 35% - inferiores aos obtidos através de greves ou dissídios.
- (33) "Esses movimentos, inicialmente espontâneos e mais de getulistas enraivecidos que de partidários, foi dando valor ao movimento trabalhista que, como é obvio, nasceu dentro do Ministério do Trabalho". (...) "O núcleo inicial era do Ministério do Trabalho, porque os operários lá estavam". PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. "A Criação do Partido Trabalhista Brasileiro", in: Ensaio de Opinião nº 1. São Paulo, 1975, p 10.
- (34) Esta declaração específica é de um grupo de presidentes de Sindicatos da Bahia, com os quais Segadas se reúne. Folha da Manhã, 27.03.1945.
- (35) Noticiário sobre o queremismo aparece no Jornal O Globo, do Rio de Janeiro, em coluna diária. Um resumo deste noticiário pode ser consultado em VALE, Osvaldo Trigueiro. O General Dutra e a Redemocratização de 45. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
A Folha da Manhã e Diretrizes, por nós pesquisados, descrevem vários comícios da UDN que foram dissolvidos pela ação do movimento.
- (36) Considera, por exemplo, que quando se abre em 1945 um espaço para a manifestação dos trabalhadores, "iremos encontrar essa massa trabalhadora encajada, não em um movimento reivindicatório ao nível econômico, mas sim em um movimento eminentemente político", o que já vimos ser falso. SPINDEL, Arnaldo, op. cit., p 60.
- (37) SPINDEL, Arnaldo, op. cit., p 65.
- (38) SPINDEL, Arnaldo, op. cit., p 61.
- (39) A imprensa da oposição fala em "elementos recrutados pela policia"; a situacionista refere sempre a "trabalhadores".

(40) Decreto-Lei 7.666, de 22.06.1945. Dispõe sobre os atos contrários a ordem social e econômica.

O texto está em CARONE, Edgard. A Terceira República ... pp 197/203.

(41) O documento é reproduzido integralmente por CARONE, Edgard. A Terceira República ... pp 369/377 e foi publicado em toda imprensa na ocasião.

Na época, a lei anti-trust foi comentada como constituindo medida assumida contra o grupo Chateaubriand (A propósito, Diretrizes, 23.06.1945).

(42) A propósito, ver VERGARA, Luiz. Eu Fui Secretário de Getúlio Vargas , pp 244/245.

(43) A propósito, SILVA, Hélio, op. cit., pp 224/266.

(44) A definição da finalidade política da criação do PTB é de PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, op. cit., p 17.

(45) Vanguarda Socialista, 05.10.1945.

(46) Decreto-Lei 8.080, 11.10.1945.

Werneck Vianna provavelmente desconhecia o conceito de autonomia sindical esposado pelo PTB em 1945, quando, tratando da atuação da bancada do partido na Constituinte, analisou a emenda que ela apresentou a propósito da organização sindical, contra o "intervencionismo estatal". A emenda do PTB dava aos sindicatos o "direito de arrecadação e aplicação do imposto sindical", sendo subscrita por Benício Fontele, Segadas Vianna, Euzébio Rocha, Baeta Neves, Benjamin Farah e outros. Na justificativa, falava-se no "amadurecimento do movimento sindical", que tornava, agora, dispensáveis as disposições vigentes desde 1939/1941.

O autor apresenta a emenda e sua defesa como argumento na direção de que "o populismo que se organiza em torno da figura carismática de Vargas , nesta quadra ..., se reveste de um conteúdo emancipacionista do sistema tutelar". (VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p 266).

O que tinha mudado para os antigos "queremistas", a nosso ver não era a percepção da maturidade dos trabalhadores. O que mudara é que, sob Dutra, o PTB não era governo. E não havia porque o PTB defender o controle dos sindicatos (e dos fundos sindicais) por um governo que não era o seu.

Em setembro de 45, o "queremos" ainda era governo.

Em 4 de outubro, um dia após o comício "queremista" de resposta as declarações de Berle Jr., a propósito da "democratização" brasileira o Minis-

tro do Trabalho nomeou comissão para estudar o aceleramento dos processos de dissídios trabalhistas (Portaria nº 41, do MTIC). Dia 15 seis novas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (3 no Distrito Federal, 2 em São Paulo, 1 na Bahia) foram criadas, pelo Decreto-Lei 8.087. Os textos legais estão no BMTIC nº 135, novembro de 1945.

- (47) Curiosa é, por exemplo, a manchete sindical de Diretrizes em 25.07.1945. "Os trabalhadores da Construção Civil lutam pela melhoria de seus salários. Irão até o dissídio coletivo" (grifo nosso).
- (48) Diretrizes, 08.08.1945.
- (49) Diretrizes, 17.08.1945.
- (50) Diretrizes, 18.08.1945 e 27.08.1945.
- (51) Diretrizes, 20.08.1945.
- (52) Diretrizes, 23.08.1945.
- (53) Diretrizes, 25.08.1945.
- (54) Diretrizes, 27 e 28.08.1945.
- (55) WEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista ..." p
- (56) Hélio Silva reproduz o depoimento do Mal. Renato Paquet, comandante da Vila Militar, que afirma a possibilidade de resistência com que contava Vargas (SILVA, Hélio, op. cit., pp 253/255).
- (57) Durante os meses de novembro e dezembro ocorrem atividades preparatórias aos Congressos Sindicais previstos, em várias cidades de São Paulo, no Distrito Federal, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná. A propósito ver coleção do Hoje.
- (58) Como exemplos: Em Campinas, cidade onde o fato de 4 prefeitos terem se suicidado no cargo durante o ano, não era ocorrência que se pudesse desligar da intensa agitação trabalhista, funcionários da limpeza urbana, água e obras públicas cruzam os braços em meados do mes exigindo reajustes salariais (Hoje, 17.12.1945).

A Western Telegraph Co. tem seus funcionários em greve, inicialmente no Rio e depois em outras cidades, por uma extensa pauta reivindicatória: "tratamento mais humano e respeitoso aos empregados brasileiros", 10% de gratificação, "conforme a Circular de Londres", "contrato coletivo de trabalho, incluindo-se pagamento de feriados e domingos", horários de acordo com a CLT, participação, mantida a mesma proporção que nas filiais do resto do mundo, na distribuição de dividendos, etc.

(Hoje, 22.12.1945).

(59) Alguns sindicatos divulgam pela imprensa solicitações de abono, mas a luta a propósito da gratificação foi travada a nível da empresa, variando de simples encaminhamento de abaixo-assinado, protestos contra o valor concedido - como o dos operários da Tecelagem Assunção (São Paulo), que recebem apenas R\$ 25,00, reuniram o total e estensivamente o doaram a uma casa de caridade, divulgando o fato na imprensa (Hoje, 04.01.1946) - , recusa em receber a importância oferecida - como na Fiação e Tecelagem Assad S/A (São Paulo), onde ao invés de R\$ 200,00 exigiram o equivalente a 200 horas de trabalho (Hoje, 04.01.1946), até a greve.

(60) Hoje, 27.12.1945.

(61) Hoje, 27.12.1945.

(62) Em Pernambuco e na Bahia houve tentativa; no Ceará, chega a haver a greve.

(63) De Welch (??) ao Secretário de Estado, São Paulo, 27.12.1945. U.S.N.A .
032.5045/12.2745.

(64) Weffort serve-se do exemplo desta greve para mostrar a permanência da palavra de ordem de "apertar os cintos", levada a frente pelo PCB. Resenha declarações de dirigentes do MUT, núcleo da Light (D.F.), contrários a greve (WEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista ...", pp 89/90). No HOJE de 03.01.1946, já após a vitória da greve, há extensa matéria que relata a "coragem" dos responsáveis pela sub-estação de energia elétrica da capital paulista que "resistiram ao piquete grevista" até que a polícia chegasse, "evitando que São Paulo ficasse as escuras".
Na Folha do Povo, da mesma data, a coluna "Rumo aos Sindicatos" afirma que "os operários da Transway não foram à greve devido ao PCB", reproduzindo declarações de quadros partidários que "evitaram a provocação da quinta-coluna".

(65) Hoje: 27,28,29,30, 31.12.1945.

Ocorrem manifestações de rua pela libertação dos presos, em São Paulo. Em janeiro, Linhares revogou o decreto-Lei 3.366 de 25.06.1941 que obriga a Light a manter o serviço de bondes na capital paulista - a empresa não tinha interesse em seguir explorando o serviço. Começava a compra de ferro-velho pelo Estado; a Prefeitura de São Paulo teve de iniciar negociações para indenizar a Cia. (Hoje, 04.01.1946, 21.01.1946). Houve repressão, posterior, aos grevistas: em São Paulo, p. exemplo, 26 motorneiros e condutores foram suspensos (Hoje, 04.01.1946). Em Santos a Cia. City não pagou os dias parados (Hoje, 03.01.1946).

(66) Hoje, 05.01.1946.

(67) A imprensa comunista, preocupada em apontar aos trabalhadores o caminho das "negociações pacíficas", divulga várias destas "medidas espontâneas" ou "vitórias da política de ordem e tranquilidade".

(68) "Nota da Comissão Organizadora do Congresso Sindical de São Paulo", Hoje, 07.01.1946.

(69) A nota das Federações está no Diário Popular de 05.01.1946; a posição da organização católica é referida no Hoje de 22.01.1946. Durante o período eleitoral a Liga Eleitoral Católica ocupara-se de ampla campanha contra o PCB. A identificação entre a "Coligação Sindical" e o PTB é feita pelos comunistas a partir da greve nacional dos bancários. A propósito, ver Hoje, 15.02.1946.

(70) Nas edições de 5 e 7 de janeiro o Hoje divulga a presença, na direção do jornal, de trabalhadores que não aceitam a posição assumida pela diretoria de seus sindicatos - metalúrgicos, trabalhadores na indústrias de vestuário, etc.

(71) O Compromisso fora assumido por Dutra, como parte das articulações que garantiriam o apoio de Vargas a sua candidatura. O texto está em SILVA, Hélio, op. cit., p 313.

(72) Decreto-Lei 8.739 de 19.01.1946. "Cria a Comissão Nacional de Sindicalização, extinguindo as Comissões de Enquadramento Sindical, Imposto Sindical e Técnica de Orientação Sindical". BMTIC nº 139.

- (73) Decreto-Lei 8.740 de 19.01.1946. BMTIC 139, março de 1946.
- (74) Ver Capítulo I.
- (75) Estado de São Paulo 19 e 24.01.1946.
 MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Brasiliense, 1978, p 75.
 A Conferência de Terezópolis, referida, posicionara-se pela unificação dos sindicatos.
- (76) IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, vol II, Rio de Janeiro, 1950 , p 34.
- (77) BMTIC 107, julho de 1943, p 361.
- (78) IBGE. Anuário Estatístico, 1947, Rio de Janeiro, 1948.
- (79) Os dados sobre o Banco do Brasil estão em Vanguarda Socialista, 01.02.1946. Os demais no Anuário Estatístico 1947, citado.
- (80) "Os bancários de São Paulo ao público". Hoje, 04.02.1946.
- (81) "Os bancários de São Paulo ao público" ...
- (82) A incidência de tuberculose era elevadíssima, sendo ao lado das "neuroses" a doença típica profissional. O IAPB a partir de 1943 passou a custear internações "até por um ano" para seus associados portadores da infecção (Decreto-Lei 5.722 de 24.08.1943), (BMTIC : 109, setembro de 1943).
- (83) Para o início dos anos 30, Letícia Canêdo reproduz vários textos publicados na imprensa bancária paulista, onde as percepções ideológicas conflitantes se expressam (op. cit., pp 56/65).
- (84) Em 24.12.1925, o decreto-Lei 4.982 concedia férias anuais de 15 dias aos bancários. A medida, burlada, é reafirmada em 1933 (decreto-Lei 23.103 , de 19.08); o horário de trabalho foi fixado em seis horas diárias, no mesmo ano (decreto-Lei 23.322, de 03.11). (SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado . São Paulo, Dominus/USP, 1966, pp 213 e 90, respectivamente).

- (85) A estabilidade é obtida pelo decreto-Lei 24.614 de 09.07.1934 (SIMÃO, Azis, op. cit., p 90). A propósito da greve: CARONE, Edgard. A República Nova ... p 141 e CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., pp 57/61.
- (86) Manifesto divulgado em janeiro de 35, pelo sindicato carioca a propósito do primeiro projeto de Lei dizia "entraremos em estado de sítio permanente. Desaparecerá a liberdade crítica. Deixará de existir o direito de reunião. Serão fechados os jornais que discordarem do governo ..." (CARONE, Edgard. A República Nova ... p 334).
- (87) Exposição de motivos contrária à aprovação do projeto, publicada como matéria paga dos banqueiros no Jornal do Comércio de 13.06.1935 é parcialmente transcrita por CARONE, Edgard. A Segunda República, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, pp 232/239.
O parecer dos legisladores acompanhava o espírito da "Exposição de Motivos": "Ou se fixa um salário diverso para as diferentes indústrias, ou um grupo de indústrias - salário mínimo especial - ou se fixa um salário mínimo vital. Na primeira hipótese, criam-se vantagens para certas classes de atividades, com violação frequente da mais comensal justiça social; carreiam-se para estas atividades privilegiadas as energias que alhures se poderia empregar; suscitam-se competições e choques entre essas espécies de trabalhadores e as demais, incitam-se ciúmes, invejas, prejudicialíssimas" (Folha da Manhã. 31.01.1946).
- (88) CARONE, Edgard. A República Nova ... pp 122 e 141.
- (89) CARONE, Edgard. A República Nova ... p 124; CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p 63.
- (90) CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., pp 65/75.
A fusão foi ligeiramente anterior ao decreto-Lei que a tornaria obrigatória; a autora que utilizamos acredita que a medida legal era conhecida das duas diretorias antes de entrar em vigor.
- (91) Folha de São Paulo, 18.11.1977
- (92) Ver Capítulo I.
- (93) "Somente em 1945, a Diretoria, no seu relatório, lamentou a perda da esta-

bilidade aos dois anos, a conversão do direito à estabilidade em indenização de dois ordenados por ano de serviço, a exclusão do pagamento de horas extraordinárias para os quadros de chefia, além do decreto que tirou dos empregadores a obrigação de pagar aos empregados enfermos os salários completos de 30 dias".

CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p 111.

- (94) Os bancos atingidos foram o Alemão Transatlântico, Germânico da América do Sul, Frances e Italiano para a América do Sul. O decreto de liquidação é de 24.08.1942 (Decreto-Lei 4.612).
- (95) Decreto-Lei 5.576 de 14.06.1943 (BMTIC nº 107, julho de 1943).
- (96) CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p 111.
O novo emprego dos trabalhadores era definido por sorteio. O decreto fixava uma indenização irrisória (um mes de salário) para os prejudicados.
- (97) Diretrizes, 14.01.1943. Astrogildo Pereira, então fora do PCB, não foi extranho a esta organização.
- (98) CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p 111; Diretrizes, 25.06.1946.
- (99) Folha Bancária, outubro de 1965.
- (100) CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p 112.
- (101) CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., pp 173/174.
- (102) Folha da Manhã, 29.06.1945.
- (103) Diário de São Paulo, 07.08.1945; Diretrizes, 08.08.1945.
- (104) Correio da Manhã, 29.06.1945.
- (105) O Decreto-Lei 7.037, que estabelecia níveis especiais de remuneração para o pessoal da imprensa pode ser pensado como já fazendo parte das medidas conciliatórias de Vargas; ao mesmo tempo, contribuía para aumentar os atritos com o grupo de Chateaubriand. É seguramente a este que o Presidente se refere, quando discursa no Automóvel Club, em banquete que jornalistas lhe oferecem em março de 1945:

"... chefes de empresas jornalísticas que são ao mesmo tempo industriais, fazendeiros ou comerciantes, que do trabalho jornalístico retiram os proventos para essa multiplicidade de aplicações lucrativas, não tem razões honestas para se oporem ao cumprimento das medidas governamentais" (BMTIC nº 116, abril de 1945, encarte).

(106) As práticas seguidas no Banco do Brasil parecem ter servido de modelo para a carreira funcional definida no anteprojeto. A tabela referida era a seguinte:

FUNÇÃO	REGIÕES			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Praticante	950	900	800	700
Datilógrafo	1.000	950	850	750
Escriturário "A"	1.150	1.100	1.000	900
Escriturário "B"	1.450	1.400	1.300	1.200
Escriturário "C"	1.750	1.700	1.600	1.500
Escriturário "D"	2.050	2.000	1.900	1.800
Escriturário "E"	2.350	2.300	2.200	2.100
"Boy"	500	450	400	-
Servente	650	600	500	-
Contínuo	850	800	700	-

Regiões: 1ª Distrito Federal e São Paulo (capital).

2ª Salvador, Belo Horizonte, Recife, Santos, Fortaleza, Niterói, Porto Alegre, Manaus, Juiz de Fora, Belém "e mais tres cidades".

3ª Maceió, Vitória, Goiania, São Luiz, Corumbá, João Pessoa, Teresina, Petrópolis, Aracaju "e outros".

4ª "O resto do país".

Fonte: Hoje, 04.02.1946.

(107) No próximo Capítulo discutiremos as propostas "alternativas" ao PCB.

(108) O jornal Vanguarda Socialista, cujos articulistas tinham em comum a crítica à proposta política do PCB, publicava em 04.01.1946 uma "Carta ao Leitor" que critica a atuação "conciliadora" dos sindicatos:

"Diante da demagogia ministerialista do Estado Novo e da passividade comprovada por parte da diretoria do nosso sindicato, agora reforçada pela atuação do chamado Movimento Unificador dos Trabalhadores, edição em brochura do PCB, que perante as autoridades estadonovistas e patronais acon-

selha paz e amor, os velhos bancários sentem-se desiludidos com as medidas tomadas a respeito.

Os velhos companheiros que tomaram parte da greve de 1933, único meio pelo qual os bancários obtiveram algumas de suas reivindicações, estão, como já disse, desiludidos - mormente vendo que os elementos que lideraram a célebre greve - como Spencer, Bittencourt e outros, atualmente aconselham seus companheiros a usar o recurso burocrático, estadonovista, fascista (?) do dissídio, colocando nas mãos dos funcionários ministeriais a decisão econômica de sua vida".

Na Bahia, o presidente do sindicato não apoiou a greve, que lá se iniciou dia 29.01, apesar de suas declarações na imprensa, contrárias ao movimento (Vanguarda Socialista, 01.02.1946). Em Pernambuco, o sindicato dos bancários não participa do MUT; o jornal local do PCB só traz notícias da greve após sua deflagração no Estado, apesar de cobrir a vida sindical local em coluna diária (Folha do Povo, 25.01.1946: conclama à greve, já deflagrada).

(109) Folha da Manhã, 24.01.1946.

(110) "Inicialmente a situação da maioria dos Estados não era como a daqui, o que fez com que o movimento não estalasse em todo o país; ao contrário, a greve estendeu-se como mancha de óleo. Mesmo aqui, no Rio de Janeiro, no primeiro dia de greve houve Bancos que abriram suas portas ..." (Vanguarda Socialista, 01.02.1946).

(111) Folha da Manhã, 25.01.1946.

(112) Folha do Povo, 25.01.1946.

(113) Vanguarda Socialista, 08.02.1946, faz críticas à expectativa que teria a liderança dos bancários em relação ao governo Dutra - "democrático", por oposição a Linhares.

(114) Folha da Manhã, 02.01.1946.

(115) Exige-se dos banqueiros:

- a) Assinatura do decreto-Lei do salário-profissional;
- b) Pagamento de quinquênios;
- c) Criação de quadros, inclusive para contínuos, com direito a promoções;

- d) Extensão do acordo firmado no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1945, entre banqueiros e bancários às regiões onde tenham sido realizados acordos semelhantes, bem como o seu cumprimento integral por parte de todos os estabelecimentos do país, sindicalizados ou não;
- e) que nenhum bancário do Brasil sofra qualquer coação, demissão, transferência ou outra qualquer forma de pressão pelo fato de ter tomado parte na greve atual, ou de reclamar seus direitos;
- f) Que nenhum bancário sofra descontos pelas faltas ao trabalho motivadas pela greve;
- g) Que os representantes dos banqueiros possuam representação nacional para discutir, resolver e assinar em nome de todos os estabelecimentos bancários do país, no entendimento com os bancários" (Folha da Manhã, 25.01.1946).

(116) Ficavam suspensas a exigibilidade dos títulos, o andamento das execuções fiscais, os protestos e prescrições de dívidas. O texto do decreto e os comentários estão na Folha da Manhã de 25.01.1946.

Dia 28 a moratória foi prorrogada por mais três dias (Folha da Manhã, 29.01.1946).

(117) Folha da Manhã, 25.01.1946.

(118) Vanguarda Socialista, 08.02.1946; Folha do Povo, 24.01.1946; Hoje, 05.02.1946.

(119) Em resumo, dizem os patrões:

- Os banqueiros foram voto vencido nas questões centrais debatidas pela comissão paritária formada no MTIC;
- O anteprojeto "transformaria os bancos em organizações burocráticas ... trazendo dificuldades à administração;
- "Convertido em lei, o projeto viria contribuir para o afrouxamento do estímulo individual (= aos funcionários), que é a mola mestra do aperfeiçoamento e do progresso das instituições";
- Os bancos há pouco, tinham "concedido" aumento aos seus funcionários; "o nível de salários pretendido não poderia ser suportado por muitos bancos";
- As medidas pretendidas, se concretizadas, levariam a um novo encarecimento do crédito, à alta do custo de vida, à redução do pessoal bancário, visto que "várias agências se tornariam deficitárias".
- "... é do interesse dos bancos agir com espírito de conciliação a harmo-

nia de empregados e empregadores ...", embora a greve "não tenha justificativa" e possa "servir a interesses ocultos (Folha da Manhã, 27.01.1946).

- (120) O texto foi publicado em clichê pelo Hoje de 25.02.1946, após o fim da greve, portanto. A carta é datada de 25 de janeiro. Amador Aguiar propondo o "cadastro nacional de bancários", dizia que esta e outras medidas: "acautelarão os interesses dos bancos em geral ... Citamos por exemplo, o caso que hora se dá com referência à greve dos bancários. Geralmente os líderes desse movimento são maus funcionários, cuja principal preocupação é a de fomentar a rebelião, eis que os bons funcionários, realmente bons, tem possibilidades de acesso pelo valor, sem necessidade de recorrer a meios não recomendáveis. Tais líderes, com o tempo, poderão ir sendo afastados nas oportunidades que surgirem; prevenidos pelo sistema que hora sugerimos, nenhum banco ousaria reempregá-los, como é natural"...
- (121) O porta-voz do Banco Continental era o Sr. Hugo Borghi, acionista do banco e constituinte eleito pelo PTB.
- (122) Folha do Povo, 31.01.1946. A matéria diz que o representante patronal "auxiliou financeiramente o movimento". Um bancário de Pernambuco, enviado ao Rio, fala do ocorrido:
 "Não contamos em Pernambuco com a intransigência total dos banqueiros; muitos destes subiram ao nosso sindicato, no sentido de dar uma solução regional ao impasse. Nós que havíamos assumido um compromisso nacional, agradecemos a sua colaboração, mas recusamos qualquer entendimento nesse sentido".
- (123) Folha da Manhã, 31.01.1946. Declarações de dirigente sindical carioca.
- (124) Em São Paulo os grevistas se reuniam no Centro do Professorado Paulista, na sede hoje demolida da rua da Liberdade. Em 31.01, o "Banco da Fome" paulista já obtivera R\$ 130.000,00, no Rio, os grevistas ocupavam os salões da Associação dos Empregados no Comércio. As decisões relativas às negociações deveriam ser tomadas no Rio, cabendo às Assembléias Gerais nos Estados referendar ou não as deliberações.
 A propósito da campanha de finanças e organização dos grevistas nos últimos dias do período Linhares, ver por exemplo, Folha da Manhã, 30.01 e 01.02.1946.

(125) Prestes, no Rio; Milton Caires de Brito e José Maria Crispim, em São Paulo, falaram aos grevistas. Nesta última cidade o deputado Campos Vergal, do PRP, foi a única exceção entre os parlamentares não comunistas: apoiou a greve, formalmente, comparecendo à assembléia.

(126) Folha do Povo, 03.02.1946.

(127) Hoje, 04.02.1946.

(128) Tribuna Popular, 01.02.1946.

(129) "A Pedidos" sem assinatura pede repressão aos grevistas:

"a eclosão da greve dos bancários não foi contra a recusa dos Bancos em atender-lhes as pretendidas reivindicações, mas ao fato do digno Ministro do Trabalho, recusando-se a ceder à pressão feita contra sua autoridade ... que consistia na ameaça de greve ...".

(...)

"Parece-nos que o direito de greve deve cessar ante o absurdo de seu exercício contra o uso legítimo da autoridade do governo, na defesa de suas atribuições" (Diário Carioca, 30.01.1946).

A "Exposição de Motivos", que ocupa meia página, em resumo, diz:

1 - "Salário mínimo vital" e "salário profissional" são instituições contraditórias; o parecer (já citado) da comissão de Legislação Social da Câmara de Deputados (1935), é o primeiro argumento neste sentido. A CLT, os pareceres de seus elaboradores, o Tratado de Versalhes e a própria Ata de Chapultepec são também assim utilizados.

2 - "Dentro das aspirações nacionais temos a recomendação da Carta Econômica de Terezópolis que diz: Quanto à política de salários acham necessário restringir a ação do Estado à fixação do mínimo vital ... abstendo-se o Estado de intervir na formação de outros níveis de salário".

3 - O estabelecimento do salário profissional para uma determinada categoria cria "privilégios de classe". A remuneração não seria mais ao trabalho, mas sim a categoria, à classe, à hierarquia, a casta do trabalhador. "Mas os securitários não serão equiparados aos bancários? os serviços não são semelhantes, as adaptações equivalentes, as exigências de indumentária, a nutrição e outras são idênticas? ...". "Para estes não há as mesmas regalias: trabalham oito horas, ao invés de seis; não ficaram vitalícios no segundo ano ... falecem-lhes privilégios" (...).

"... o projeto não visa a classe operária, ou dos trabalhadores braçais

... mas à classe dos trabalhadores de escritório, de escol em sua especialização. Nem na Rússia Soviética, sob a ditadura do proletariado, se faz coisa igual".

4 - Depois de criticar os decretos que estabeleceram, antes, salários profissionais para outras categorias" ("... diplomas que romperam a sistemática de nosso direito social, rasgaram a bandeira da igualdade democrática ..."), o texto faz comparações entre os salários de médicos e juizes, em Minas e no Rio Grande do Sul, com os salários/máximos que os funcionários poderiam alcançar, pela proposta, "demonstrando-se" que os bancários ganhariam salários maiores que "profissionais de curso superior".

5 - O projeto, finalmente, é apresentado como fonte de "perturbação na Administração", uma vez que prevê comissões, quadros numéricos para as funções, etc.

Conclui: "Parece (o projeto) visar ao aniquilamento do progresso do bom elemento, garantindo o acesso à massa ineficiente e pouco esforçada, já garantida pela vitalidade inicial dentro de dois anos. É o desestímulo, e a proibição do justo prêmio ao mérito" (Folha da Manhã, 31.01.1946).

(130) Hoje, de 04/02 diz que os grevistas "abrirão mão do concurso dos colegas do Banco do Brasil"; Tribuna Popular de 05/02 noticia que na assembléia dos funcionários, a maioria votou pela permanência na greve; A Folha da Manhã de 05/02 noticia que o pessoal da agência Santos trabalhou, na véspera. A Folha do Povo de 03/02 desmente o "furo do Banco do Brasil; dia 07/02, noticia que os funcionários "voltaram ao trabalho, doando quatro mil cruzeiros ... ainda solidários", etc.

(131) "Única solução aceitável e justa para atender a todas as exigências dos bancários (é) a participação nos lucros que excederem a remuneração justa (sic) do capital ... associando sua sorte à das instituições de que fazem parte, sem criar para as mesmas ônus unilaterais que não estão em condições de suportar".

Sugere-se a realização de negociações imediatas para isso, através do Ministério do Trabalho.

"Essa medida (= o arquivamento do anteprojeto do salário-profissional) enfraquecerá no futuro quaisquer novas explorações demagógicas das massas pouco esclarecidas ...". "O atendimento dessas exigências, num crescendo, criaria ambiente propício para o estabelecimento da ditadura comunista" (Folha da Manhã, 02.02.1946. O texto é assinado pelo Sindicato dos Bancos de São Paulo).

- (132) Hoje, 05.02.1946; Tribuna Popular, 05.02.1946.
- (133) Tribuna Popular, 06.02.1946.
- (134) Folha da Manhã, 07.02.1946; Hoje, 11.02.1946, 13.02.1946.
- (135) Folha do Povo, 08.02.1946. Os banqueiros de São Paulo divulgam dia a dia, números que apontam a redução do número de grevistas. Ver Folha da Manhã, 2 a 11.02.1946.
- (136) Hoje, 05.02.1946.
- (137) O estilo é delicioso: "Nós estudantes, não corroídos pela praga das ambições mesquinhas, hasteamos bem alto nossa bandeira de combate pela injustiça, colocando-nos impavidamente ao lado dos bancários, corroídos pela tuberculose, que gemem vítimas dos exploradores.
Nós, estudantes, vimos a público concitar aos bancários para que continuem firmes em sua luta, pois é a luta de todo nosso povo que ainda sofre os restos de quinze anos de negrume estadonovista".
.....
"Bancários! Os jangadeiros do Nordeste, os seringueiros do Amazonas, os faiscadores de Goiás, os peões gaúchos, as favelas do Rio e todos os povos explorados da América tem os olhos voltados para sua unidade, e esperam um só coisa: Vitória!" (Hoje, 05.02.1946).
A inabilidade dos banqueiros no "Memorial" dirigido a Carneiro de Mendonça e tornado público (nota 129) foi aproveitada pelos securitários do Rio, que hipotecando solidariedade aos bancários, respondem ao documento patronal:
"A afirmativa daqueles senhores, querendo recusar aos bancários as justas reivindicações pleiteadas, ou (dizendo) que os securitários tem serviços semelhantes àqueles, aptidões equivalentes ... sem gozar das mesmas regalias, não vem em absoluto desmerecer as razoáveis aspirações dos mesmos, mas pelo contrário, documentar pública e oficialmente a situação de dificuldades em que se debatem os empregados em seguros e capitalização, enquanto prosperam e proliferam os que exploram essa fonte de negócios ...".
"A situação difícilíssima dos securitários ainda não era contudo do conhecimento geral; no entanto, devemos agradecer aos Srs. banqueiros a divulgação que agora deram desta situação, comparando-a em nível ainda inferior à tão precária dos colegas bancários, já sobejamente conhecida ..." (Tribuna Popular, 05.02.1946).

- (138) Dia 5 os Ministros do Trabalho e Fazenda, além do chefe de polícia, se reúnem com os banqueiros. Os bancários não são recebidos. Nas ruas vendem-se bônus da greve.
- (139) Folha da Manhã, Hoje, Tribuna Popular, 07.02.1946.
- (140) Dia 8 de fevereiro a Tribuna Popular publicou fac-símile de telegrama enviado pelo Sindicato dos Bancos do Rio a seu congênere em Niterói. Dizia : "Ministro do Trabalho sugeriu a esse sindicato publicação amanhã da seguinte nota ..." -- seguia-se o texto ameaçador efetivamente publicado. O jornal abria manchete: "De que lado está o PTB?".
- (141) Hoje, 08.02.1946.
- (142) Dias 7 e 8, em diferentes jornais, sai um "A Pedidos" dos banqueiros, iniciado por títulos de 2 cm de altura: "Coincidências que Devem Servir de Advertência", trazendo o texto mais agressivo dentre aqueles que pudemos consultar. Em resumo:
- A greve atinge a "minoridade da classe" (Em São Paulo, "de sete mil bancários, só dois mil não estão trabalhando") é "uma manobra sutil de elementos comunistas infiltrados".
 - A greve foi "preparada cuidadosamente para explodir nas vésperas da instalação da Constituinte como processo de desmoralização do regime" ao mesmo tempo em que a "ação da bancada comunista na Constituinte é caracterizada pelo evidente propósito de desmoralizar a Assembléia ...",
 - "Vejam os bancários quais os parlamentares que lhes vem recomendando intransigência ..." -- cita Prestes, Abdel Chermont, no Rio de Janeiro, em São Paulo, foram os deputados do PCB que acorreram ao Sindicato dos bancários. "Os demais parlamentares da oposição deixaram de atender ao convite ... certamente por haver percebido que sua presença iria prestigiar ... ao próprio Partido Comunista, agora empenhado em solapar as bases do regime democrático".
 - A greve "... foi mais extensa e está sendo sustentada com mais agressividade exatamente nas cidades onde o Partido Comunista mostrou no último pleito estar melhor arregimentado: Santos, Campinas, Sorocaba".
- O documento termina dizendo que a maioria dos grevistas tem pouco tempo de serviço, e que além das lideranças muitos dos grevistas são simplesmente membros do PC, e que arrastam consigo companheiros "inadvertidos" (Folha da Manhã, 08.02.1946).

Nos dias de que estamos tratando, são divulgados novos textos dos grevistas.

Dia 7/2, é a resposta à proposta de substituição do anteprojeto de salário o profissional pela participação nos lucros "que excederam a justa remuneração do capital" (Resposta dos Bancários a um Memorial dos Banqueiros que é uma Peça de Escamoteação).

No documento, lembram os bancários que a argumentação usada pelos patrões é a mesma que usavam em 1934, "quando os bancários se lançaram a movimento idêntico, pela conquista do Instituto e da Lei da estabilidade". "... dizendo que a concessão dessa reivindicação ia ser o fim do mundo, pois ninguém mais se disporia a trabalhar, se cada um tivesse efetivamente seu emprego garantido por lei". (...) A lei foi obtida, e os lucros dos Bancos só fizeram crescer.

- A proposta de participação nos lucros é mera manobra dos banqueiros. "Os bancários não tem dúvida em aceitar o oferecimento ... desde que os empregadores estejam dispostos a dar participação substancial e comprovada na renda dos estabelecimentos. Sempre disseram que capital e trabalho são forças que se equivalem na produção. Assim sendo, deveriam ter participação idêntica ... o que vale dizer que dos lucros caberiam 50% para o capital e 50% para o trabalho". "Mas isso não é tudo ... deveria haver participação igual de capitalistas e empregados na direção das sociedades por meio de um Conselho Misto de Administração" ... "(estes administradores) controlariam e dirigiriam a contabilidade, apurariam os verdadeiros lucros, incluindo-se neles os resultados das caixinhas-negras que frequentemente existem para descarga de certos resultados positivos e não convenientes nos balanços" ... "Compariam os senhores banqueiros a participação com essas garantias e bases gerais? Claro que não" (Hoje, 07.02.1946).

Extensa também é a resposta dada às acusações de que a greve seria um movimento dirigido pelos comunistas, e a serviço do PCB:

"Satisfeitos viviam os senhores banqueiros, e eles choram aqueles tempos - por ocasião em que qualquer reivindicação era proibida como heresia, quando os sindicatos eram meras expressões ministerialistas, para aplaudir, sempre aplaudir ...". (...)

"Pretendem eles que o fato de muitos colegas não se terem solidarizado com a classe em luta ... é prova de que existe a convicção de que o movimento apresenta tendências político-partidárias, a serviço dos comunistas. Mas sabem os senhores banqueiros, e eles devem estar escarnecendo destes casos vergonhosos, que só a tibieza, a vacilação, o mórbido espírito de subserviência e traição à classe é que constituem o móvel dessa passividade dos fuões, mas nunca (aquela justificativa im procedente) ...".

Narra ainda o texto a visita e apoio de parlamentares não comunistas aos Sindicatos: Campos Vergal (do Partido Republicano Progressista), Euzébio Rocha Filho, do PTB.

"Afinal de Contas", os banqueiros "dão grotesca demonstração de ignorância e de má fé, ao procurarem fazer crer que lutar por melhores salários só pode ser coisa de comunistas" (Hoje, 08.02.1946).

O terceiro texto é anterior, e se refere à nota formal dos banqueiros, invocando o artigo 723 da CLT, que prevê demissão (justa causa) em caso de greve. É no dia 7 que o sindicato carioca divulga sua resposta:

"... o direito de greve é uma conquista dos exércitos da Nações Unidas na luta contra os regimes de opressão. Os bancários incorporados à FEB também lutaram pela assinatura da Ata de Chapultepec, que considera a greve um direito legal dos trabalhadores" (Tribuna Popular, 07.02.1946).

(143) Hoje, 08.02.1946.

(144) Hoje, 09.02.1946.

(145) "Bases do Acordo"

1 - Nenhum empregado em estabelecimento bancário do país, seja qual for o seu tempo de serviço, será demitido, transferido, suspenso ou coagido, nem sofrerá qualquer penalidade pelo fato de ter participado direta ou indiretamente da greve a que o presente acordo põe termo, ou por haver de qualquer forma, reclamado seus direitos.

2 - O período de afastamento dos empregados em estabelecimentos bancários de seu trabalho durante a referida greve, ou em consequência dela será considerado como de efetivo exercício para todos efeitos legais, inclusive para percepção de salários e demais proventos, comprometendo-se os bancários em retribuição, a colaborarem para a normalização dos serviços no mais curto espaço de tempo possível.

3 - Para todos os efeitos legais ficam definitivamente incorporados aos salários dos empregados em estabelecimentos bancários os abonos que estejam atualmente percebendo.

4 - O acordo de 25 de setembro de 1945 firmado no Rio de Janeiro, entre banqueiros e bancários fica tornado extensivo as regiões onde não tenham sido realizadas acordos semelhantes, e bem assim, será integralmente cumprido por parte de todos os estabelecimentos bancários do país.

5 - A todos empregados de estabelecimentos bancários do país, qualquer que seja seu tempo de serviço, será concedido aumento de R\$ 300,00 nos respectivos salários, independente da incorporação a que se refere a cláusula

terceira.

6 - Este aumento será a partir de 01.01.1946, sendo, seu pagamento devido a partir desta mesma data.

7 - Ficam mantidas as gratificações de caráter geral que vinham sendo pagas habitualmente, de acordo com o critério vigente nos respectivos estabelecimentos.

8 - As partes signatárias do presente acordo designarão representantes dentro de dez dias desta data, para procederem ao reexame das conclusões do projeto de salário-profissional dos empregados em estabelecimentos bancários e das outras reivindicações constantes do ofício de 24 de janeiro próximo-findo, endereçadas aos senhores banqueiros por intermédio do Sindicato dos Bancos desta capital, e cuja cópia, devidamente autenticada, fica fazendo parte integrante deste acordo.

9 - O aumento concedido pela cláusula quinta será levado em consideração no reexame mencionado na cláusula precedente".

(Hoje, 13.02.1946).

(146) Hoje, Folha do Povo, Tribuna Popular, 12 e 13.02.1946.

(147) Hoje, 28.06.1946.

(148) Vanguarda Socialista, 15.03, 22.03, 04.05.1946. O Banco do Brasil recusou-se, ainda, a aumentar seus funcionários. Era presidente da instituição o Sr. Guilherme da Silveira, industrial textil (Fábrica Bangu, D.F.).

(149) A Federação dos Bancários gaúcha também sofre intervenção (Portaria nº 101, 11.07.1946, in: BMTIC nº 144, agosto de 1946).

(150) O banco do Sr. Amador Aguiar chegou a obrigar seus funcionários a assinarem documento "desistindo do aumento e autorizando o desconto dos dias parados". Hoje, 23.03.1946.

Dos bancos estrangeiros, pode ser referido o Holandes Unido, citado como "repressor" na imprensa do PCB.

(151) Tribuna Popular, 08.02.1946.

(152) Folha da Manhã, 08.02.1946.

(153) Anais da Assembléia Constituinte, vol. I, p 116.

CAPÍTULO IV

O PCB E AS OUTRAS ESQUERDAS:
DA ANISTIA À POSSE DE OUTRA

C A P Í T U L O IV

O PCB E AS OUTRAS ESQUERDAS: DA ANISTIA À POSSE DE DUTRA

A 18 de abril de 1945, véspera do aniversário de Vargas, foi assinado o decreto-Lei que concedia a Anistia. Centenas de prisioneiros, Agildo Barata o mais antigo, Prestes o mais popular, deixaram para traz anos de cárcere. Era a culminância das medidas liberalizantes assumidas pelo governo, em resposta à intensa pressão da sociedade civil. Em decorrência da intermediação (e pressão) norte-americana, dia 2 tinha sido anunciado o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, lançada a candidatura Eduardo Gomes; Dutra já fizera, igualmente públicas suas intenções. A Sociedade dos Amigos da América, voltava a funcionar, eram reintegrados na Faculdade Nacional de Direito Hermes Lima e outros professores dali afastados pelo golpe de 1937.

Em prol da Anistia, desde o Iº Congresso Brasileiro de Escritores (dezembro de 1944) que os pronunciamentos se sucediam. A campanha ganhara as ruas, e sem perder seu caráter de reivindicação assumida principalmente pela pequena burguesia urbana, ganhava também penetração em setores operários.

No início de março, na primeira entrevista coletiva que, em anos, concedia à imprensa, Vargas dizia que a Anistia devia ser deliberada pelo Congresso a ser eleito. A "ordem social" e as "exigências das forças armadas" teriam de ser levadas em conta, daí a postergação da medida (1).

Comícios pela Anistia começaram a ser promovidos, alguns deles a pretexto das vitórias da FEB, na Itália. No dia seguinte à entrevista de Getúlio, eles ocorrem no Rio, Belo Horizonte, Campinas (São Paulo). Nos comícios paulistas, há a ação de provocadores policiais (2).

No final de março, a campanha tinha se espalhado por todo o país. Personalidades ligadas ao governo são convidados aos comícios; oradores se identificam como "dirigentes do PCB". Os primeiros, por vezes são impedidos de falar, pelas vaias; os segundos, são bastante aplaudidos (3).

Uma "semana nacional pela Anistia" acontece a partir de 6 de abril, no Rio de Janeiro. A imprensa noticia várias vezes que "o decreto da Anistia estaria pronto". Contudo, foi só depois que Dutra afirmou sua concordância com a legalidade de um Partido Comunista (em carta de 16 de abril), ainda Ministro da Guerra, que o decreto 7.474 foi editado. Nesta questão o governo não se antecipara: a campanha pela anistia reunia todas as oposições e sua tendência seria seguramente a de se popularizar ainda mais.

Com a libertação dos comunistas presos, o PCB passou a ser o "Partido de Prestes"; as tendências contrárias às resoluções da "Conferências da Mantiqueira" serão majoritariamente absorvidas. É do "Partido de Prestes" que trataremos, inicialmente.

I. O PCB E A "UNIÃO NACIONAL" - DA ANISTIA A POSSE DE DUTRA

"Com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período de desenvolvimento pacífico".

(Stalin)

Quaisquer estudo que se pretenda realizar a propósito da atuação do PCB na conjuntura do pós-guerra imediato, sobretudo a propósito das relações mantidas por este Partido com os trabalhadores urbanos, coloca-nos necessariamente diante de um debate que envolve já, pelo menos, cinco pesquisadores, que em teses destinadas à obtenção de diferentes graus acadêmicos, (ou ainda, em textos provisórios), abordaram apaixonadamente a questão.

Não trataremos, assim, de um tema original, mas sim de um objeto a propósito do qual muita energia já foi gasta. E se a ele nos dedicamos, foi sem a pretensão de chegarmos a formular abrangentes hipóteses originais, mas pensando em contribuir para o esclarecimento de algumas questões insuficientemente tratadas, quer pelo desconhecimento, quer pela apressada utilização de fontes. Se não chegarmos, assim, à originalidade, ao menos contribuiremos para o debate, pelo questionamento de hipóteses que alicerçam as grandes formulações.

A primeira tentativa de abordar o problema das relações PCB - classe operária, na conjuntura da "redemocratização", é devida a Francisco Weffort, que publicou um texto que, ligeiramente modificado, viria a se constituir num dos capítulos de sua tese de livre-docência. (4). No âmbito do CEBRAP, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins replicaram às análises tornadas públicas, através de um texto não publicado (5). Francisco Weffort, mantendo suas posições, que ganharam forma mais acabada na tese de livre-docência (6), respondeu às críticas que recebera.

Embora os textos debatidos no CEBRAP jamais tenham sido publicados (e apesar mesmo da expressa proibição de transcrição ou citação neles contidos), eles serviram de ponto de partida para o posicionamento de Luiz Werneck Vianna (7) e, mais recentemente, de Arnaldo Spindel - este último, num trabalho especificamente dedicado ao tema (8).

Neste arrolamento prévio de trabalhos que interessam ao assunto, não pode ser deixada de lado a tese de doutoramento de Maria Hermínia, (9) que embora não trate especificamente do período 1945-1947, implica numa "atualização" das hipóteses mais gerais que anteriormente defendera a propósito do caráter do Estado Novo, do significado da figura de Vargas, etc. As análises contidas em sua tese não implicam, a nosso ver, numa reformulação radical da compreensão que no trabalho anterior explicitava, daí que a consideraremos ainda presente a propósito de vários aspectos da questão.

O "debate" travado pelos pesquisadores referidos se dá em torno de algumas questões básicas, arroladas em parte por Spindel.

Elas seriam, em primeiro lugar, a motivação (principal ou dominante) que leva o PCB a buscar a aliança com Vargas (ou, ainda, a oferecer, mais a frente, sua colaboração a Linhares e Dutra); em seguida, o caráter que assume esta aliança, tendo o PCB mantido ou não em seu interior uma autonomia; os objetivos perseguidos pelo PCB com sua política (sobretudo sindical), e os efeitos posteriores da posição assumida pelo Partido.

Para responder a estas questões, os autores explicitam ou deixam subtendidas premissas, que dizem respeito sobretudo às características da(s) contradição(ões) que percorre(m) a sociedade brasileira, ao caráter do Estado, e ainda, em grau menor do

que seria de se esperar, a práxis autonôma dos trabalhadores na conjuntura.

A propósito deste aspecto, deve ser referido ainda o trabalho de Ricardo Maranhão (10), de todos o que mais dele se ocupou. Sua dissertação de mestrado centrou-se, todavia, no período Dutra - o que não impediu que formulasse hipóteses destinadas a compreensão do período da crise final do governo Vargas e do interstício Linhares.

Nesta parte, retomaremos algumas das preocupações levantadas no Capítulo II, referentes à ação do PCB frente aos setores sociais que este Partido pretendia representar.

A Linha Política do PCB (I). A Análise de Conjuntura

A dissolução formal da III^a internacional, não tinha significado para os comunistas brasileiros a oportunidade de passar a formular autonomamente seu pensamento político. Todas as análises realizadas pelo PCB em seu período de legalidade, inaugurado de fato com a Anistia, assumiram sempre um referencial maior: a leitura soviética da situação internacional.

Esta leitura era percebida com status de verdade científica, definida que seria a partir dos interesses mundiais do proletariado e da revolução socialista internacional. Não se a via como derivada de outra perspectiva - a dos interesses nacionais da URSS. Não se a questionava - um elemento muito grande de religiosidade estava incorporado ao frágil pensamento marxista brasileiro.

O PCB não seria uma exceção, no conjunto dos Partidos Comunistas; provavelmente, exemplificava a regra.

A propósito da conjuntura internacional, o dirigente da nação soviética, arrasada, com vinte e tantos milhões de mortos a lamentar, dizia: "com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período da guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico" (11). Esta percepção era assumida por Prestes já em seu primeiro pronunciamento após a Anistia, quando ainda não formalmente exercendo as funções de Secretário Geral, mas falando, já, em nome do Partido. Cal

cada em graves equívocos, seria igualmente esta a compreensão de toda a direção partidária.

O caráter contraditório da aliança estabelecida contra o Eixo, entre os Estados capitalistas e a URSS era minimizado, mais que isso, se dizia que "a aliança das tres grandes nações se baseia não em motivos acidentais e temporários, mas em interesses vitais e permanentes", objetivos que asseguravam, "agora mais que antes, a possibilidade de que elas continuem juntas, para a paz... (12).

Além disso, "o caráter democrático dos maiores países capitalistas, onde se concentra o grande capital financeiro", tinha enfraquecido "a catadura reacionária e colonizadora do imperialismo, abrindo para os povos dependentes novas perspectivas, mais promissoras, no caminho da luta pela emancipação nacional". Em suma, "Com a derrota militar do nazismo foram sem dúvidas quebrados os dentes do imperialismo, que já não pode agora tão facilmente apelar para os canhões em defesa de seus privilégios, e da ação extorsiva que quizer continuar a exercer nos países dependentes e colonial contra a vontade dos povos oprimidos" (13). O recuo do imperialismo dependeria do "cumprimento fiel dos acordos de Teherã" (14).

Nestas análises, o otimismo ou a "esperança" substituíam a compreensão de que os acordos de Teherã tinham sido obtidos após a vitória de Stalingrado e a contra-ofensiva soviética - a abertura de uma "segunda frente" ocorrendo quando as divisões russas se dirigiam já para a fronteira alemã. Como diz Basbaum, os aliados ocidentais queriam a derrota alemã, mas não a vitória soviética (15). A compreensão mais correta de que os acordos de Teherã não resultaram de um entendimento obtido a partir de interesses coincidentes, mas sim das vitórias soviéticas, teria se desdobrado na compreensão de que o recuo efetivo do imperialismo seria resultado de novas e urgentes vitórias, em outros fronts.

Mais do que a realidade poderia fazer supor, Prestes via o proletariado vivenciando uma conjuntura internacional extremamente favorável à consecução de seus objetivos históricos. Em tal circunstância, mandaria uma elementar noção de estratégia, que se propusesse um "avançar, acelerado" - antes que o inimigo refizesse suas forças e, em melhores posições, pudesse contra-

atacar. Ou, em outras palavras, antes que os "dentes quebrados" do imperialismo, as "cáries do Capital, fossem substituídas por novas e afiadas presas. Contudo, para a direção do PCB a contradição Capital versus Trabalho, que os trabalhadores brasileiros espontaneamente colocavam nas ruas, não estava na ordem do dia.

Em sua primeira entrevista após a Anistia, dizia Prestes: "faltam, para uma revolução socialista (no Brasil) não só as mais elementares condições subjetivas, como as mais elementares condições objetivas" (16).

A fragilidade da organização do proletariado e dos demais setores sociais explorados era, com efeito, uma realidade. Não eram, contudo, as "condições subjetivas" que mais levavam Prestes a formular sua proposta tática. Compreendia ele que a contradição mais sentida pelo proletariado não era a que o opunha à burguesia: "Num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva".

Estruturalmente, pois, a questão central a resolver era a de "sepultar os restos feudais", "de maneira que (se) torne possível o desenvolvimento mais livre e rápido do capitalismo no Brasil(17).

Vargas, sua revolução de 1930 e seu Estado Novo não tinham sido capazes de realizar este desenvolvimento capitalista. Seu governo só se mantivera devido à política externa que levava à frente: "graças ao bom senso e ao ódio antifascista das grandes massas, sobretudo do proletariado" - que face ao engajamento de Vargas junto dos Aliados, ainda o apoiavam (18).

Na ótica de Prestes, coincidiam notáveis interesses sociais e políticos no Brasil (19). O proletariado pretendia, em primeiro lugar, o fim das estruturas e da exploração "feudal".

Isso também interessava a burguesia, que via a necessidade de ampliar o mercado interno, cabendo para tal transformar os "servos" ou "semi-escravos" dos latifúndios em assalariados(20). Buscava-se encontrar os elementos de oposição entre "industriais" e "latifundiários" ou "senhores feudais" - não se buscava (ainda que para minimizar) o que tinham de comum seus interesses(21).

Mais curioso é o apelo que Prestes fará aos "senhores feudais": com boa vontade, eles também poderiam apoiar a "União Nacional". Deveriam para isso, modernizar suas explorações, tornando-as capitalistas. Do contrário, teriam, fatalmente, de "abandonar a agricultura por falta de braços, isto é, falta de servos ou escravos (SIC), cabendo nesse caso ao governo entregar suas terras às massas camponesas, para que as explorem diretamente em benefício próprio" (22).

Assim, da mesma forma que na argumentação que usa para exigir de Vargas reformas institucionais (= antes que o povo se revolte), Prestes vale-se da luta de classes para "assustar" a "classe feudal". Reformai, senhores feudais. Tornem-se burgueses, antes que a luta de classes se explicita nos seus domínios...

Diante de tal ultimatum, e de tão distante perigo, os "senhores feudais" que Prestes "descobria" na realidade brasileira, provavelmente apostariam na repressão (reforçando-a) ou na capacidade de procriação de seus "servos" - mais rápida que o êxodo para as cidades... antes de "aderir" à proposta de transformação burguesa que Prestes formulava.

Já assinalamos aqui a compreensão do imperialismo observada na conjuntura. A dimensão do conflito nação versus imperialismo era atenuada pela nova conjuntura mundial que se abria com o pós-guerra: "O próprio progresso nacional, a elevação do nível de vida das massas e a industrialização do país significando aumento da riqueza nacional, tornarão menor o peso relativo do capital estrangeiro em nossa economia e reduzirão automaticamente sua influência política" (23).

O próprio conflito entre os interesses da burguesia nacional e os da capital estrangeiro era uma questão menor. De dentes que brados, o imperialismo não podia obstaculizar, como no passado, o desenvolvimento industrial. Quando a lei anti-trust de Vargas foi editada, o PCB se calou. Por esta análise, a luta de classes, quer no plano interno, quer no plano internacional, parecia abolida. Era como se a vitória sobre o nazismo significasse a mudança das leis do desenvolvimento histórico.

A política de União Nacional possibilitaria conjugar interesses que o PCB considerava não apenas conciliáveis mas, mais que isso, coincidentes num plano de longa duração. A questão da condução da "União Nacional", como a de qualquer política de alian

ça, dependia do acesso ao poder. Era aí que se colocava a questão da aliança com Vargas.

A Linha Política do PCB (II). A Aliança com Vargas

Como assinalamos, a questão das motivações que levam o PCB a buscar a aliança com Vargas, mesmo após a guerra ter seu curso definido e o ditador ter sido forçado a conceder a Anistia, por fim à censura, etc., se constitui em questão central da polêmica travada pelos autores que trataram da conjuntura.

Para Francisco Weffort, "os comunistas apoiariam naquele momento a qualquer governo, desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra" (24). Outros fatores, relativos a composição social e formação ideológica dos quadros do Partido seriam também relevantes na compreensão da proposta - que não passaria, assim, por nenhuma identificação entre Vargas e um setor mais progressista da classe dominante.

Para Maria Herminia e Carlos Estevam, é outra a compreensão dos fatos. Vargas seria o representante dos interesses burgueses industrializantes - e fortalecê-los significaria, em face da impossibilidade de uma ação política independente do proletariado, combater o binômio latifúndio-imperialismo (25), sendo isso percebido pelo PCB.

Em sua tese de doutoramento, Maria Herminia revê parcialmente sua compreensão da identificação entre a burguesia industrial e Vargas, matizando-a, na medida em que passa a enxergar na política levada a frente pelo Estado (e portanto, por Vargas), "um grau elevado de autonomia face aos interesses constituídos na sociedade brasileira" (26). A nosso ver, esta alteração não supõe por si só, que se considerem revistas as análises do texto anterior. A aliança com Vargas significaria, ainda, uma aliança entre o PCB e os interesses industrializantes presentes na conjuntura.

Werneck Vianna chega a conclusões semelhantes. Para este autor, embora "deixando ao largo... a verificação empírica" (da veracidade da proposição), a contradição "que se apresenta como dominante para um vasto espectro de protagonistas sociais"

era a que situava "a nação versus o imperialismo e o latifúndio", ou a "indústria versus agricultura de exportação e capital comercial e financeiro externo" (27). "A Constituinte com Vargas, uma forma particular de redemocratização pelo alto, consistia na tentativa política de prosseguir na consecução (= das propostas nacionalistas ou industrializantes) sob o sistema representativo liberal, mantendo-se o primado do Estado na dimensão econômica" (28).

A justificativa da proposta do PCB surge em Werneck Vianna desenvolvida a partir de informações incorretas, que o fazem caracterizar o aceno de Vargas às classes subalternas de forma mais radical que Maria Hermínia e Carlos Estevam. Com efeito, data a organização do MUT de abril de 1944. Sabemos que o MUT surge após a anistia, em abril de 1945; analisando um "populismo de 1944", trata de um fenômeno que efetivamente não existiu (29).

A atitude pró-Vargas dos comunistas durante o período 1943-45 derivava, para este autor, da compreensão de que "a contradição democracia versus fascismo"...

... "consistia na contradição dominante em toda e qualquer formação social, subordinando todas as demais à sua resolução". Com o fim da guerra, o PCB teria mantido a mesma percepção de uma "hierarquização" de contradições. O acúmulo de tensões sociais tendia a "elevar para primeira plano o antagonismo capital versus trabalho, em detrimento das tarefas políticas de redemocratização do país e da conservação de seu ritmo de industrialização". O PCB ("ator político situado na perspectiva da classe operária"), "optara pela redemocratização pelo alto ...", tendo como alternativa "a adesão a uma conspiração para a qual não fora convocado (SIC), nem onde se desejava sua participação". "Ademais", prossegue, "não podia (se) desconsiderar o fato empírico decorrente das novas relações do Ministério do Trabalho com as classes subalternas, que as desembaraçavam do sistema tutelar" (30)

Arnaldo Spindel, autor que mais recentemente discutiu as questões que nos ocupam (e o fez pretendendo revisar as colocações conflitantes do debate promovido pelo CEBRAP), não se refere ao trabalho de Werneck Vianna, da mesma forma que desconhece a tese de doutoramento de Maria Herminia. Ao contrário dos auto-

tores anteriores, sua dissertação tem como objetivo específico a conjuntura 45-47, e a relação PCB + trabalhadores constitui sua preocupação maior.

Para ele, a opção que faz o PCB pela tentativa de aliança com Vargas "inclui-se no âmbito mais geral das diretrizes de ordem e tranquilidade, preconizadas por Stálin, que tomam força a partir da dissolução da internacional Comunista". No entanto, esta orientação geral é submetida a uma "reciclagem" em sua aplicação: "Se olharmos com atenção perceberemos claramente que a política pregada por Stálin adequa-se perfeitamente aqui lo que o PCB considerava suas necessidades frente ao cenário político brasileiro" (31).

O Partido Comunista, definindo-se como partido "de todo o povo", "necessitava reforçar seus liames com a massa que pretendia re apresentar e legitimar-se no interior do sistema político. Isso só seria possível desde que conseguisse entrar na partilha dos bens distribuídos pela estrutura burocrática" (32).

Assim, não se tratava apenas de cumprir a linha internacional seguida pelos PC's: isso seria "viver no mundo da lua", diz o autor. O PCB pretende, em resumo "instalar-se junto as massas e frente ao conjunto do sistema político", mais precisamente obter o "controle dos mecanismos do Ministério do Trabalho" (33).

A partir de nossas considerações anteriores, temos, inicialmente, de rejeitar a compreensão de Maria Herminia e Carlos Estevam: não há como negar, como os demais autores citados já fizeram, que a linha política seguida pelo PCB é uma reprodução daquela que o IC, ao se dissolver, determina para os comunistas de todo o mundo. Considerações relativas às contradições internas do país eram pura e simplesmente consideradas secundárias para a definição da tática a ser seguida. A "hierarquização de contradições" a que se refere Werneck Vianna realmente ocorria na formulação da proposta comunista. Contudo, e a par do duvidoso caráter marxista que possa ser atribuído a tal procedimento metodológico, nada indica que o apoio a Vargas em 1945 tenha derivado da substituição, na "hierarquia" de contradições a enfrentar, daquela que opunha democracia versus fascismo pela que confrontava a nação versus o imperialismo.

Pudemos observar, nas palavras de Prestes, que o PCB acreditava na possibilidade de uma colaboração efetiva entre a nação

e o capital estrangeiro - daí não ter sido assumida pelo Partido a defesa da "Lei Malala", e nenhuma crítica a Browder, ter sido formulada pelos porta-vozes do PCB antes que o dirigente comunista norte-americano caísse em desgraça em seu próprio partido.

Por diversas vezes, e como já foi assinalado, avaliando a evolução da proposta política do PCB, Prestes só encontra razões derivadas da política externa seguida por Vargas para justificar o apoio oferecido ao governo (34). Sua política econômica era criticada textualmente. Prestes chega a apontar como única medida valorizável neste campo, a construção da Usina de Volta Redonda. Vargas falhara em conduzir a industrialização, a "revolução burguesa".

A questão do "aceno às massas" assumido por Vargas deixa o plano das intenções apenas quando as greves por melhores salários já se somavam à expressão das outras oposições ao governo. Spindel assinala que a Emenda Constitucional nº 9 era uma demonstração de que Vargas não pensava em mobilizar as massas urbanas para se manter no poder: a lei eleitoral privilegiava os pequenos Estados em detrimento dos centros urbanizados (35).

A "popularidade" de Vargas, a nosso ver, apenas se somava como elemento menor às razões de política internacional em que o PCB se ancorava para manter, em 1945, sua adesão ao governo. É muito mais pertinente pensar que Prestes contribuiu para prestigiar Getúlio quando lhe ofereceu apoio, do que crer numa "competição" de prestígios, percebida pelo PCB e na qual, a priori, ele se sentia derrotado.

Mas, realmente, a direção comunista não "estava no mundo da lua". Pensava mecanicamente a coincidência de interesses entre a revolução mundial e os cânones da política externa soviética, dava status de ciência (ou de religião) às análises de conjuntura propaladas por Stálin. Ainda que tudo isso significasse na prática abandonar a tória marxista, o PCB não tinha abandonado a proposta de chegar ao poder. Não pela adesão a uma "re-democratização pelo alto" ou pretendendo acriticamente obter o controle (apenas) do Ministério do Trabalho: nossa hipótese é que as pretensões do PCB eram bem maiores. Pretendia-se uma associação no Poder com Vargas - associação que se imaginou possível, possibilidade de cuja dimensão subjetiva é difícil dizer.

Apresentando um programa de tímidas reformas (36), pretendendo obter a confiabilidade da classe dominante, pregando "ordem e tranquilidade", o projeto comunista era o de ganhar espaço no aparelho de Estado - numa dimensão bem maior que aquela, as sinalada por Spindel e Werneck Vianna, - e isso, a curtíssimo prazo.

A este respeito, temos os melhores indicadores nas próprias pa lavras de Prestes. No comício do Estádio de São Januário, di zia:

"É chamando ao poder homens de prestígio popular que compreendam o povo e saibam e possam falar com o povo é que o governo se reforça e chegará a inspirar confiança à Nação na marcha sem retrocessos para a democracia, para as eleições livre e honestas que almejamos" (37).

No Pacaembú, negando "cambalachos" com o governo, reproduz, um mes após, quase as mesmas palavras:

"Mas a ordem e tranquilidade de que necessitamos para chegar efetivamente a eleições livres e honestas não dependem só de nós... Dependem igualmente da atitude das demais correntes po líticas e muito especialmente da atividade governamental, da rapidez, coragem e audácia com que souber marchar o governo pa ra a frente no caminho da democracia. Mas para tanto, torna-se cada vez mais urgente afastar do governo reacionários e fascistas notórios, chamar ao poder homens de real prestígio popular, que compreendam o povo e saibam e possam falar com o povo" (38).

Não nos parece difícil identificar, num momento em que os comu nistas recusavam-se a formar frente com os liberais, que os "ho mens de real prestígio popular" só podiam estar no PCB.

Falando numa reunião de químicos industriais, em 21 de junho, Prestes é explícito: "o PCB está disposto a participar de um go verno popular, democrático e progressista" (39).

O acesso ao poder seria viável a partir de duas premissas: o efetivo isolamento político de Vargas não lhe deixaria at rnas alternativas; a "colaboração" das "democracias capitalistas" com a URSS, sendo duradoura, colocaria a hipótese de um PC não-revolucionário participando de governo latino-americano fora do in dex do capital internacional.

Na medida em que Vargas não chama ao governo "homens de pre stígio popular" e que o movimento queremista se constitui, fabricado pelos "reacionários e fascistas notórios" - que buscam ba

ses populares de apoio a Vargas, sem o concurso do PCB - é que o Partido passa a enfatizar a luta pela Constituinte. Sem abandonar jamais as hipóteses que tinham sido principais logo após a Anistia.

Após a deposição de Vargas, quando reunido o "Pleno do Comitê Nacional", em janeiro de 1946, avaliando os resultados das eleições as palavras de Prestes permitem pensar na mesma direção:

"Perdera o senhor Getúlio Vargas a confiança das classes dominantes e dos agentes do capital estrangeiro em nossa terra ... que agora o temiam porque voltava-se para o povo e tentava ampliar a base social de seu governo - coisa que não soube fazer, vacilando sempre entre os interesses populares e os da classe reacionária a que pertence, à qual resolveu afinal capitular sem luta, traíndo os setores populares que nele confiavam... O Sr. Getúlio Vargas preferiu ceder aos seus interesses de classe e defender, como chefe, os da massa getulista ou queremista ..." (40).

Assumindo uma proposta não revolucionária de acesso ao poder, a Constituinte pela qual propugnava o Partido tinha de ser a Constituinte com Vargas - da qual se esperou sempre o convite a participação no governo.

O convite não ocorreu; restou a alternativa de ser fiel ao discurso e tentar nas urnas um ganho de espaço político que fizesse o PCB reconhecido como representante do proletariado diante da classe dominante.

A Linha Política do PCB (III). O Governo Linhares e a Candidatura

Fiuza

Com a deposição de Vargas, a alternativa perseguida pelo PCB como via de participação no poder tornava-se ainda mais distante. A convocação da Constituinte, que Vargas não fizera, mostrava, após o golpe, que a principal bandeira política dos comunistas não era, afinal de contas, tão potencialmente progressista.

O PCB, logo após o 29 de outubro, declarou suas boas intenções frente ao novo governo, ao mesmo tempo em que reafirmava os apelos de "ordem e tranquilidade" dirigidos aos trabalhadores. Manteve a mesma proposta de União Nacional - a linha política perseguida tinha matriz numa análise da conjuntura internacional que Hiroshima e Nagасаqui não alteraram de imediato.

Confirmadas as eleições presidenciais, o PCB viu-se diante da falta de alternativa, já que negara apoio a Gomes e Dutra. Este último recebia a adesão dos integralistas, praticamente o único grupo político que o PCB não considerava de possível inclusão na "União Nacional". Mesmo assim, derrotar Dutra não surge como objetivo principal do PCB; o candidato da UDN era o escolhido do "imperialismo decadente".

A única opção que restou ao PCB foi a de afirmar independência, lançando candidato próprio. Esta atitude aparentemente negava a proposição unitária perseguida - mas ao mesmo tempo confirmava que só os comunistas aspiravam à "União Nacional" propaganda deada.

Yedo Fiusa foi apontado após vários nomes terem se negado a concorrer pela legenda do PCB. Foi, ao que tudo indica, uma escolha pouco discutida mesmo no Comitê Nacional do Partido (41).

Uma hipótese não desprezível (também registrada por Spindel) é a de que a escolha de um colaborador do Estado Novo (Yedo era primo de João Daudt d'Oliveira, velho amigo de Vargas) fora pensada como passível de obter o apoio do deposto. Tal explicação da escolha foi, ao menos, veiculada na ocasião (42). A justificativa de Prestes falava de um "candidato civil", um "técnico"; um candidato não-comunista que aceitava a tese da "União Nacional" - embora não trouxesse consigo nenhum reforço ao eleitorado que os comunistas eram capazes de mobilizar.

O resultado eleitoral, ainda que considerado uma vitória, não aproximava o PCB do poder: a tática de "União Nacional" seria mantida, mas no "Pleno..." realizado em janeiro, alterações na condução do movimento operário seriam efetivadas. Os trabalhadores atropelavam "seu" Partido.

"União Nacional" e o Movimento Operário (I). Da Anistia às Eleições de Dezembro

Reconhecendo bons propósitos no governo "que declarava guerra ao Eixo", apostando no caráter progressista da burguesia - em sua quase totalidade "anti-imperialista e anti-feudal", aspirando a um governo de União Nacional no qual estaria represen-

tado, o PCB ao longo de todo ano de 1945 buscou assumir o papel de conciliador nos conflitos capital versus trabalho que tinham voltado a se explicitar.

No comício de São Januário, Prestes afirmava sua percepção do papel que deveria exercer o proletariado na conjuntura: cabia-lhe "um papel dirigente e fundamental" no "grande esforço de unificação nacional". Os sindicatos deveriam ser a "garantia máxima da ordem", por seu intermédio mais facilmente se exerceria "a vigilância do movimento operário" (43). Os sindicatos tinham, assim, uma função política decisiva a desempenhar - favorecer a cooperação de classes, garantir a pretendida aliança com Vargas.

Em agosto, no "Pleno da Vitória", o Partido oficializava sua orientação em relação ao movimento operário.

O Partido devia, como "vanguarda da classe operária... dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas...". O "maior perigo" que ameaçava o PCB era cair no "seguidismo": "se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural, em virtude da crise econômica e depois ^{de} tantos anos de reação foi, e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta coluna, serviríamos inconscientemente a estes e cometeríamos o maior de todos os crimes contra o nosso povo" (44).

No informe sobre os Sindicatos, João Amazonas desenvolve mais de perto a compreensão que tem o Partido sobre o movimento espontâneo dos trabalhadores:

"Essa crescente disparidade entre salários e custo de vida gera um descontentamento que pode levar ao desespero. É um combustível perigoso à política de União Nacional porque não faltarão inimigos da democracia para insuflar greves e violências com que justificariam depois medidas restritivas à liberdade. É preciso encararmos a realidade e remover essa ameaça constante" (45)

A greve era afirmada como um "direito sagrado da classe operária". "Entretanto, ... é uma arma que só deve ser usada como último recurso, depois de esgotadas todos os meios pacíficos, e quando os patrões se colocam intransigentemente contra as reivindicações mínimas dos trabalhadores, e assim, contra os interesses da União Nacional e do progresso do país".

Medir o grau de "intransigência" capaz de justificar uma greve,

algo de muito subjetivo, surgia como tarefa partidária, provavelmente. E, na prática, isso significava tentar evitar todas as greves:

"Não é estranho e esses agitadores (= "insufladores de greve a todo o custo, que visam criar um ambiente de confusão e violência para justificar medidas antidemocráticas") muitas das greves verificadas nos últimos meses"...

"Entretanto, as condições de vida do povo são tão difíceis que às vezes, espontaneamente, a massa é levada a atos de desespero.

No caso de que não tenhamos podido evitar as greves, então os comunistas devem colocar-se a frente do movimento e fazer um apelo aos patrões para que atendam as justas reivindicações apresentadas" (grifo nosso).

Não se percebia, a não ser para apontar os riscos do "seguidismo", a existência de um movimento operário espontâneo; o conteúdo potencialmente político da insatisfação econômica dos trabalhadores era desconhecido; a fim de se garantir a colaboração de classes, as "perigosas" manifestações de "desespero" dos trabalhadores deveriam ser direcionados acriticamente para a legalidade da Justiça do Trabalho. Transmitia-se a idéia da "coincidência" possível de interesses entre burguesia e proletariado, ao mesmo tempo em que se diminuía a importância mobilizadora das lutas econômicas imediatas - os sindicatos tenderiam a se esvaziar após as vitórias (46).

Na campanha eleitoral de novembro, a posição do Partido não foi modificada: falando em Recife, Prestes consegue ainda inventar as greves, situando a ineficácia da luta operária desligada das transformações "anti-feudais" que propugna para o meio rural:

"O operário pode gozar do direito de greve, mas que vale fazer greve se os patrões dispõem de uma reserva colossal de mão de obra barata, desses camponeses que por qualquer Cr\$ 5.00, ou menos talvez aqui no Nordeste, vem substituir o operário da cidade?"(47).

Em seu Informe de Agosto sobre o trabalho sindical, Amazonas assume uma proposta de tipo corporativista, que no plano do conflito Capital versus Trabalho propiciaria a ordem e a paz social necessária para o projeto de "União Nacional":

"Cabe aos sindicatos lutar pela organização nas fábricas e locais de trabalho de comissões mistas de produção que concorram para solucionar as dificuldades surgidas, tanto no que diz res

peito aos salários como também a uma maior eficiência da produção, e por melhores condições de trabalho. Os sindicatos de empregados e empregadores devem firmar acordos mais gerais sobre seus problemas e os que interessem o progresso nacional" ...
 "... seria oportuno estabelecermos as bases para a criação dum Conselho Nacional de Produção, integrado pelos patrões, pelo governo e pelos operários, representados por seu partido de classe, o Partido Comunista, e os sindicatos".

Tratava-se de ampliar a proposta, já por nós referida no capítulo anterior, aprovada na "Conferência de Terezópolis" (48).

A propósito da organização especificamente operária, o PCB apontava para o revivescimento da atividade sindical e para a constituição de organismos unitários, montados a partir de articulações de cúpula e não organizados no curso de lutas comuns. O MUT e a CTB foram as fórmulas principais nesta última direção, o "Movimento..." nascido em embrião nos Congressos Sindicais de 1943/44, nos "Comitês Democráticos" do primeiro trimestre de 45.

As reivindicações que o MUT faz ao governo reafirmadas no "Informe" de Amazonas (49), não fazem mais que, como Weffort já apontou, pretender uma maior eficácia para a organização sindical existente. Sem o perceber, o PCB contribuía para legitimar a essência corporativista da legislação sindical.

A este autor e a Ricardo Maranhão, devemos os mais completos estudos existentes a propósito do MUT e das diversas organizações sindicais de cúpula organizadas pelo PCB (50).

Uma questão, polêmica, é abordada por Weffort. O não questionamento, por parte do PCB (através do MUT) do instituto do Imposto Sindical se constituiria no principal indicador da aceitação pelo Partido da submissão dos órgãos de representação dos trabalhadores frente ao Estado. Discutimos em outra parte (capítulo I) a criação do Imposto Sindical, principal mecanismo da agilização do sindicalismo assistencial-burocrático implantado pelo Estado Novo.

Com efeito, a linha política do PCB, dirigida para a prevenção da agudização do conflito social, mais que quaisquer outras considerações, é que levaram o MUT a não se engajar com mais firmeza numa luta pela autonomia e independência dos sindicatos. Deve ser aqui assinalado, porém, que nenhum grupo de tendência política de esquerda (se excetuarmos os anarquistas), o que inclui os trotskistas do P.S.R., fez, na conjuntura, da abolição do tributo uma bandeira.

Assumir posição diversa significaria ^{ter} caído num mero doutrinarismo. Todos os grupos e "Partidos" de esquerda buscaram, desde antes da entrada do Brasil na guerra, ocupar espaço no aparelho sindical. Como veremos mais adiante, os maiores críticos do PCB se limitavam a exigir que os fundos derivados do Imposto fossem integralmente controlados pelos trabalhadores - o que, se obtido, teria significado o fortalecimento do poder político dos sindicatos. Ainda que a política do MUT não fosse a de propor a unidade sem princípios, pedir o fim do Imposto Sindical em nada ajudaria a levar os trabalhadores aos sindicatos nem hipoteticamente, ajudaria a construção de um outro aparelho sindical, paralelo ao oficial. E isto, também não estava na ordem do dia de nenhuma tendência política, além daquela assinalada. Pedir o fim do imposto sindical seria pedir o fechamento puro e simples de um grande número de sindicatos - espaços, de algum modo, que cabia transformar.

Ricardo Maranhão dedicou-se a buscar, apesar de toda a dificuldade do objeto, elementos a propósito das organizações operárias nas empresas. Analisou 33 das greves ocorridas em São Paulo no ano de 1946 e concluiu que em 15, o movimento eclodira decidido e organizado por "comissões nos locais de trabalho". No mesmo espaço entre janeiro e maio de 1947, dentre 22 movimentos estudados, 12 tiveram esta mesma característica (51).

Difícil é averiguar até que ponto, nos anos referidos, tenha havido participação do PCB na montagem destas comissões. A propósito, vale citar artigo publicado no Hoje em dezembro de 1945, onde em tom de descoberta da pólvora, se fala de uma "experiência a ser aproveitada": a constituição de "organizações de base nas oficinas" de tal forma que "os agitadores nela nada consigam" (52). A direção do PCB, que era quem possuía acesso às colunas do jornal, propunha, na prática comissões anti-greve... As comissões de greve, ao menos em 1945, seguramente foram criação espontânea dos trabalhadores ou de quadros partidários rebeldes.

Pensando o Brasil como país onde os trabalhadores sofriam mais de "um insuficiente desenvolvimento capitalista" que da exploração do Capital, a organização que surgirá nas fábricas, proposta pelo PCB, será preferencialmente a disciplinável célula partidária, destinada a semear o cumprimento da linha política

de colaboração ordeira com os patrões, garantia do "desenvolvimento pacífico" em plano internacional.

O Modelo Partidário: um "Partido de Novo Tipo"

A questão do "modelo" de Partido a ser reconstituído figura como uma das questões mais enfatizadas nos textos do PCB. Tratava-se da necessidade de adaptar ou substituir a velha estrutura partidária por uma outra, compatível com a nova era. O partido de quadros, clandestino teria de deixar de existir.

A primeira adequação adviria do grupo social a que o PCB pretendia agora representar. O partido alargava sua auto-percepção de "partido do proletariado" para se pretender um "partido de todo o povo" (53). Arnaldo Spindel assinala o fato - o objetivo do PCB seria "a conquista das massas urbanas de uma maneira geral e também da pequena burguesia que servira de base para o tenentismo" (54).

O mesmo (3) Partido que no passado expulsava de seu Comitê Central dirigentes não-operários, às vésperas da revolução de 30, buscava abarcar agora aquela que fora a base social da ANL.

"Em vez do pequeno partido ilegal que fazia agitação e propagava a idéia geral do comunismo e do marxismo, precisamos agora de um grande partido realmente ligado à classe operária e as forças decisivas de nosso povo, um Partido a que se agregue a parte melhor da maioria camponesa de nosso campo, um Partido enfim que pela sua ampla composição social tenha de fato força e capacidade necessária para dirigir o nosso povo na luta pelo progresso e independência, na luta pela liberdade e a justiça social, na luta por um governo popular".

"Precisamos enfim de um Partido bem diferente daquele nosso velho e glorioso Partido, em que nós, os militantes mais velhos, nos fizemos como combatentes tanto melhores e mais úteis, quanto mais conseguíamos resistir a perseguição policial e viver incôgnitos no meio das grandes massas.

Heje, precisamos de um partido de novo tipo, de um grande Partido bem ligado às massas, e nós, também, cada um de nós, precisa adaptar-se as novas condições, desenvolver as qualidades novas que cada um de seus militantes vai exigir o nosso Parti

do, grande e legal" (55).

Para atender aos requisitos da justiça eleitoral, um Estatuto fora desenhado rapidamente, deixando de lado as referências ao marxismo-leninismo e à ditadura do proletariado (56).

Na prática, o PCB manteve as normas e estrutura anteriores, só que agora, e ao menos no papel, as células ou organismos de base chegavam a contar com centenas de inscritos. A filiação era aberta a todos. Nos comícios de novembro - dezembro de 1945, milhares de trabalhadores se inscreveram no PCB.

O grupo comunista de São Paulo propugnara a realização de um Congresso, ainda durante a guerra, que servisse para a definição não apenas de um programa, mas também de uma direção. Como vimos, tal não foi a proposta acolhida por Prestes ou pela maioria dos então militantes.

Foi com base no Comitê Central escolhido pela Conferência da Mantiqueira que se constitui a direção nacional que deveria, através de procedimentos autoritários (cooptação de quadros para a direção, nomeação de dirigentes para os comitês estaduais e municipais, etc) permanecer muitos anos à frente do Partido. A apresentação do PCB como "o Partido de Prestes", dos candidatos inscritos como "os candidatos de Prestes", expressava quase que literalmente a realidade de um centralismo de decisões destinado a obter integral obediência à linha política. Mas que, em contrapartida, impedia que a direção fosse vitalizada pelas aspirações e propostas oriundas das bases, e mais que isso, da própria classe operária em seu movimento espontâneo.

O debate, na imprensa partidária, era praticamente inexistente. As "teses" do Comitê Nacional foram invariavelmente transformadas em resoluções nas Conferências realizadas em 1946; seguramente, as propostas para o IV Congresso, adiado face a decretação da ilegalidade do Partido, teriam certamente o mesmo destino.

O "partido de novo tipo" acumularia, assim, problemas de dois tipos. De um lado, mantinha os defeitos da estrutura interna de poder anti-democrática, característica do modelo soviético sob Stálin. De outro, criava a vulnerabilidade derivada do abandono das medidas de segurança típicas da época de clandestinidade compulsória - vulnerabilidade que se explicitaria, de forma dramática, em 1947.

Mobilização Popular e Adesão ao PCB

Em janeiro de 1946 o PCB reunia entre 100 e 150 mil filiados, seu candidato a presidência da República obtivera cerca de 10% do total de sufrágios; a bancada eleita para a Assembléia Constituinte (14 deputados, 1 senador) era a quarta bancada partidária. Estes números tinham sido alcançados em pouquíssimo tempo (57).

Analisando até aqui a tática política assumida pelo Partido, verificamos que ele se distanciava do movimento espontâneo dos trabalhadores, buscava desestimular seus posicionamentos mais agressivos - como as greves -, acenava para a colaboração de classes como forma do proletariado alcançar não apenas melhores condições de vida, mas o próprio poder. Naturalmente que uma pergunta tem de ser respondida: afinal, o que levava, apesar de tudo, o PCB a experimentar tão amplo respaldo popular?

Nesta direção, podemos levantar hipóteses que, se não esgotam o tema, ao menos procuram contribuir para iluminar a questão. Alguns elementos genéricos são sempre referidos. O primeiro diz respeito ao prestígio de que passou a gozar a URSS, após a invasão alemã e principalmente a partir da vitória de Stalingrado. Apesar de toda censura que proibia o elogio a "regimes diferentes do nosso", "ainda que de aliados", o fato é que durante praticamente tres anos a opinião pública acostumou-se a acompanhar, na primeira página dos jornais, a resistência e depois o avanço soviético sobre as tropas nazistas; diminuiu a propaganda anticomunista e desde 1943 publicações favoráveis à URSS passaram a ser editadas (58).

O prestígio de Prestes e dos comunistas presos cresceu, seguramente, na mesma proporção. Na prisão, eles eram o símbolo da resistência à ditadura - a desilusão de um amplo setor da intelectualidade com a proposta do "cavaleiro da esperança" anistia do (59), comprova que, para a opinião pública, a proposta de colaboração "na guerra e na paz" com Vargas, era pouco conhecida ou desacreditada.

As tentativas de Eduardo Gomes de uma aproximação com Prestes, mesmo após seus primeiros pronunciamentos em liberdade, mostram o peso que ele e seus companheiros, como oposição ao governo, possuíam (60).

Os comícios de São Januário e Pacaembú homenageariam o Prestes da Coluna, o Prestes da ANL, o Prestes encarcerado e que tivera a esposa morta num campo de concentração nazista - não o Prestes da colaboração de classes. Mas este teria o espaço político do outro para iniciar a construção de um partido de massas - num país sem partidos, num país sem massas organizadas.

A ausência de organizações "concorrentes" parece-nos um dado decisivo para o sucesso da empreitada a que se lançaram os comunistas. O modelo político do Estado Novo pretendia que os sindicatos e mais umas poucas entidades servissem para avaliar o regime e conseqüentemente o pacto de dominação que ele representava. Fracassara, apesar dos esforços nesta direção. A partir da emenda Constitucional nº 9 e da proposta continuista de Vargas, o PTB começa a ser fabricado - mas até outubro, sua única proposição é o "Queremos". Das tendências socialistas (marxistas ou não) que divergem do PCB ou de sua linha política, trataremos mais a frente. Por enquanto, basta registrar que não foram capazes de viabilizar nenhuma proposta alternativa de organização popular.

Um elemento deve ser aqui situado e desenvolvido. Malgrado suas análises estratégicas e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o PCB conseguiu concretizar fórmulas organizacionais, demonstrando, ao menos durante algum tempo, extrema competência a mobilizadora.

Lembramos que, durante longos anos, não existiam canais institucionais que fizessem a ligação entre a população e o Estado. A sociedade civil tinha perdido a possibilidade de interferir até mesmo na ação administrativa do Estado - naquele tipo de ação que serve inclusive para "legitimar" o aparelho de dominação de classe, fazendo-o surgir ideologicamente diante do povo como "coisa pública" e não "coisa de classe".

O PCB percebeu isso claramente ao propor a constituição dos "Comites Populares Democráticos", denominação genérica que será aplicada a milhares de organizações que, em poucos meses, surgem por todo o país. São propostos justificados pelo processo eleitoral previsto, como organismos que atuarão nos bairros, nas fábricas, nos sindicatos (61).

Muitos deles, acreditamos, nasceram espontaneamente (desligados da ação dos quadros do PCB ou de quaisquer outra ação par

tidária) - refletiram o potencial de insatisfação popular existente. Outros, ainda à margem do PCB, foram obra meramente eleitoral de postulantes às candidaturas legislativas. Caberia aqui a realização de estudos monográficos, extremamente difíceis pela ausência de fontes. De todo modo, parece que, se estes últimos tenderam pura e simplesmente a desaparecer, após o 2 de dezembro, nos primeiros a atuação do PCB acabou por se fazer presente, "politizando-os" e fazendo com que permanecessem.

A atuação dos Comitês era fartamente registrada pela imprensa, e não apenas pelos jornais ligados ao Partido Comunista.

No Rio de Janeiro, parecem ter surgido simultaneamente em bairros proletários e de classe média. Chegaram a ser frequentados, ao menos entre abril e junho de 1945, pela oposição liberal e da esquerda não-comunista, que frente a clara definição pró-Vargas do PCB, delas se afastaram (62).

A maioria dos Comitês aparece como organização de bairro, levando reivindicações por melhoramentos urbanos: pedem calçamento, "chafarizes", transporte coletivo, melhoria dos serviços de correio, construção de abrigos em paradas de bonde, mudanças nos horários de trem, etc., (63).

X Em vários casos, as reivindicações, fáceis de atender, eram obtidas - e isso fortalecia os Comitês.

X Foram também organizados comitês de profissionais, que tinham claramente função de atuação no meio sindical, provavelmente em entidades onde o PCB não conseguiu competir com as diretorias (64). Comitês de Empresa, menos comuns, surgiram em bairros ou cidades - fábricas, reivindicando melhorias nas condições de locação e protestando contra o sistema policial de controle a que usualmente eram submetidos os trabalhadores que recebiam moradia das empresas (65).

Ao mesmo tempo em que serviam para expressar reivindicações e mobilizar para lutas específicas, os Comitês buscavam prestar serviços. Uma das atividades mais comuns eram os cursos de alfabetização para adultos, prática que se iniciou com vistas ao alistamento eleitoral, mas que se manteve depois (66).

Em São Paulo, boa parte dos 86 Comites Democráticos existentes realizaram a decoração natalina das ruas, em dezembro de 1945. Atividades de lazer eram promovidas com frequência;

a organização de festejos populares de tradição religiosa também fez parte (ao menos em Pernambuco) das preocupações dos CCDD (67). Práticas de tipo assistencialista, embora menos comuns, também foram registradas (68).

Os Comitês típicos (de bairro) participaram ativamente do alistamento eleitoral - 30 000 novos eleitores obtiveram o documento hábil, só em São Paulo, capital (69) - e, desde o primeiro momento, desenvolveram atividades caracteristicamente políticas: conferências, comícios - a propósito dos grandes temas do PCB (70). Em agosto de 45, Pedro Pomar alertava para o sectarismo e a excessiva politização na prática dos Comitês:

"Nem sempre temos compreendido a natureza ampla desses organismos, e, por isso mesmo, não são poucos os que agrupam apenas membros e simpatizantes do Partido, subestimando a mobilização dos moradores locais...".

"Os que levantam reivindicações gerais e debatem alta política tem pouco apoio popular. Mas aqueles que lutam pelas coisas mínimas, sentidas por todos, crescem rapidamente" (71).

Os Comitês (marcadamente em São Paulo, acreditamos) ao longo de 1946 foram se transformando cada vez mais em organismos para-partidários: se em 1945 surgem propostas de "congressos de comitês" ou reuniões inter-comitês (72), em 1946 a imprensa do PCB divulga deliberações de uma "Comissão Organizadora de Democratização e Reivindicações Populares" que envia aos Comitês "sugestões" sobre a ação dos CCDD - num procedimento caracteristicamente partidário (73).

Seguramente, esta prática favoreceu a repressão aos CCDD, além de tender a retirar deles o caráter massivo e de espaço de manifestação não-partidário (74). Mas o papel de "celeiro de quadros" foi cumprido - e o PCB que, na maioria dos casos chegava até o bairro, era um PCB que se identificava com os problemas populares mais imediatos. A ligação entre o horário dos trens, o chafariz, a festa do Capim e a "alta política" de colaboração de classes não era percebida em termos práticos.

A eficácia dos Comitês como instrumento de mobilização foi descoberta por outros partidos, e ao mesmo tempo em que o PCB foi sendo acuado e colocado fora da lei, entravam em cena os políticos do PTB, PSP ..., acenando com uma proposta semelhante na forma, mas diversa em seu possível conteúdo estratégico (75).

A serem verdadeiros os números levantados por José Albertino, a adesão aos sindicatos trabalhistas em 1945 não ocorreu em escala acentuada. O total de sindicalizados passou de 463 223 (1944) para 474 943 (76) apesar de todo empenho do MUT, e, até outubro pelo menos, das autoridades governamentais.

De todo modo, como já foi assinalado, as organizações sindicais se aproximaram dos trabalhadores - quer pela condução de negociações com os patrões, quer por uma presença mais constante nos locais de trabalho. A própria prestação de serviços assistenciais deve ter aumentado, em 1945. Foi preferencialmente, acreditamos, pela cooptação de dirigentes sindicais que o PCB deve ter tido êxito inicial nesta área.

O programa e a tática do PCB, além da política de cooptação de quadros (não se discriminando aderentes por convicções religiosas, por exemplo) devem ter ajudado o Partido a atrair parcela do contingente ^{de} sindicalistas preocupados com questões econômicas de interesse dos trabalhadores, pouco politizado e dotado de uma criticidade reduzida em relação a Vargas e ao modelo sindical vigente.

A rápida mudança de conjuntura, no governo Dutra, deve ter feito com que muitos deixassem de lado, rapidamente, a militância.

Outras propostas de organização da população podem ser referidas aqui, embora nenhuma delas, pelo vulto, fosse comparável a importância dos Comites.

Durante a guerra, a experiência de atuação do PCB na Liga de Defesa Nacional tinha servido para a conquista de um espaço político, de uma tribuna, e seguramente, propiciado o crescimento de seus quadros. A participação de comunistas na FEB foi já referida, também. No após-guerra, as organizações de ex-combatentes foram criadas com o incentivo e a participação de militantes, por todo o país. A proposta do PCB era de que essas entidades não se limitassem a lutar pela obtenção de vantagens materiais e assistenciais aos "pracinhas" (77), mas que mantivesse de pé as bandeiras democráticas "pelas quais o Brasil combatera" (78). Muitas das organizações de ex-combatentes posicionaram-se contra a Carta de 37, pelas liberdades democráticas, contra a rearticulação integralista no PRP. Foram um espaço de discussão e serviram à politização da população, também.

A legenda da FEB fez com que ex-combatentes fossem chamados a participar das listas de candidatos do PCB às eleições para a Constituinte e legislativos estaduais.

Pedro Pomar, no "Informe" já referido, lista ainda outras frentes de "trabalho de massa" que deveriam ser objeto da preocupação do PCB: organizações cívicas e recreativas, organizações femininas, de juventude - clubes esportivos ("que tem de 15 a 20 sócios, sem sede ou material esportivo") secundaristas, entidades religiosas... (79). Todas estas frentes foram de alguma forma atacadas, e trouxeram ao PCB militantes - ainda uma vez, sem que as proposições de "alta política", a nosso ver, prejudicassem, num primeiro momento, resultados positivos para o Partido.

União Nacional e Movimento Operário (II). O Pleno de Janeiro de 1946

O Comitê Nacional do PCB reuniu-se em janeiro de 1946, num "Pleno Ampliado" que seria dedicado à análise dos resultados das eleições de dezembro e à definição da ação partidária na Constituinte.

A situação internacional se alterava rapidamente. As bombas atômicas, a intervenção britânica na Grécia e na Indonésia prenunciavam já a guerra fria; nos Estados Unidos, mais de um milhão de trabalhadores estavam em greve; na Argentina, os portuários paralisavam Buenos Aires. O Informe de Prestes preferia minimizar estes indicadores que negavam o "desenvolvimento pacífico" profetizado por Stálin, mas não atribuía mais apenas aos "restos fascistas" as ameaças que pesavam sobre a paz; o imperialismo voltava a ser identificado também ao Capital monopolista presente nos Estados Unidos e na Inglaterra, e claramente afirmava-se que "reagrupava suas forças". No entanto, apenas se matizava a análise de conjuntura propagandeada ao longo de todo ano anterior, sem que se alterassem as conclusões dela decorrentes:

"Precisamos adquirir a convicção profunda, inabalável, científica de que a paz é possível neste mundo de após-guerra para que possamos efetivamente lutar por ela. Ser revolucionário não é ficar preso a dogmas e não querer ver as possibili

dades novas que tenham de fato raízes na própria realidade objetiva. Não acreditar na possibilidade de que o imperialismo enfraquecido tenha de ceder por algum tempo e continuar colaborando pacificamente com o Estado soviético é de fato assumir uma atitude oportunista, desarmar o proletariado ante os manejos guerreiros do imperialismo, é servir, enfim, aos interesses da reação e do fascismo porque ao fascismo é que interessa a desordem, o caos, a guerra mundial contra a URSS e guerra civil contra os povos nacionalmente oprimidos" (80).

O otimismo tinha que dar o tom à análise da conjuntura nacional. Agora, a derrubada de Getúlio era vista como elemento positivo, favorável a União Nacional, objetivo amplamente reafirmado:

"A ironia da história... entregou aos reacionários e fascistas criadores e usufrutuários da ditadura do Estado Novo, a missão de por abaixo o ditador e seus agentes nos Estados, limpando assim o terreno para um maior sucesso dos esforços unitários dos comunistas, para os quais é certamente muito mais fácil ganhar agora para a União Nacional certas pessoas e camadas sociais ainda intransigentes ou incapazes de compreender o apoio político que davamos aos atos democráticos do governo deposto a 30 de outubro" (81)

Alguma coisa mudara na proposta política do PCB, no entanto; a possibilidade de participar do poder, admitido o Partido como confiável representante do proletariado num governo de União Nacional, era agora, mesmo para quem olhasse a conjuntura com as lentes róseas de Prestes, um objetivo distante. O Partido precisava contar com uma ação de maior prazo; a política de ordem e tranquilidade precisava ser, ainda que timidamente, revista (82).

O Pleno do Comitê Nacional ocorria imediatamente após as greves da Light, pelo abono de Natal. A ação desenvolvida em relação a estes movimentos espontâneos, além de seguramente afastar o PCB dos trabalhadores, não fora capaz de evitar a repressão sobre o MUT.

Por outro lado, as direções sindicais mais direitistas tendiam a se afastar de proposta unitária do PCB - afinal, o governo Vargas tinha caído e Linhares preparava-se para golpear a estrutura sindical do Estado Novo, o que não devia ser estranho a eles. A campanha eleitoral reavivara a pregação anti-comunista da Igreja, para quem sutilezas de linha política nada significavam. (83).

Assim, ao mesmo tempo em que valorizava a ação desenvolvida

em 1945 em favor da "ordem e tranquilidade", Prestes dizia que "a má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para os golpes militares levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Este desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se foi até poucas semanas atrás de menor importância, já agora precisa ser corrigida com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica...". (grifo nosso)

"Houve da parte de nossos militantes uma grave incompreensão de nossa linha política, porque lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha agravar a situação econômica das massas, é lutar contra a carestia de vida, contra a inflação e portanto, por aumento de salários e melhores condições de trabalho".

O crescimento das organizações populares e o fortalecimento do movimento sindical não poderia ser consolidado "através da passividade, do conformismo, de uma atitude defensiva, mas da luta consequente pela melhoria progressiva da situação social e econômica das grandes massas".

O combate ao desvio direitista "dos militantes" (e não do Partido ou de sua direção) serviria para que se dessem "novos passos no caminho da União Nacional" (84).

Os efeitos práticos da reprimenda de Prestes se fizeram sentir quando da eclosão da Greve Nacional dos Bancários - quando, pela primeira vez, na conjuntura o PCB passou a apoiar um movimento paredista, colocando a seu serviço o poder de pressão de que dispunha.

A Aplicação Quotidiana da Linha Política

Até aqui, tratamos o PCB "por inteiro", sem levantar uma questão: até que ponto as bases (e até mesmo organismos intermediários) aplicaram no cotidiano a linha política assumida pela organização?

A questão é relevante, ainda a propósito da tentativa de com

preender os sucessos do Partido em termos de mobilização e multiplicação de quadros. Os elementos empíricos disponíveis para chegar a uma resposta são escassos. O controle das direções sobre os órgãos de imprensa do PCB impediu que hoje se conheçam eventuais posições críticas à orientação proposta. Depoimentos tomados a posteriori tendem a refletir análises assumidas após as autocríticas oficiais, sucessivamente formuladas (85).

Nas autobiografias de militantes, a referência a divergências aparece - mas são enunciadas como "resolvidas" a favor da direção, na ocasião. (86)

Confrontando-se os Informes de Prestes em agosto e janeiro de 45, verificamos que no primeiro a ênfase autocrítica é dirigida contra o perigo "esquerdista" de seguir o espontaneísmo das massas. No segundo, a tônica é dada pela condenação do "desvio oportunista de direita", e os insucessos na contenção das greves, como já vimos, devem ter pesado, aí.

Ricardo Maranhão discute a questão, citando o depoimento de um militante: "em vão o Partido procura aplicar essa política (= de "apertar os cintos"), e não foram poucos os companheiros que ao tentar aplicá-la foram vaiados e agredidos pela massa. Foi o caso por exemplo do líder gráfico Rocha Mendes e do metalúrgico Armando Mazzo. Os operários foram plenamente vitoriosos. Nessa questão voltaram as costas ao Partido" (87). A prática, descrita anteriormente, de louvar os quadros de base que contiveram greves, na imprensa partidária, pode ser vista, assim, como um "esforço" necessário ao disciplinamento dos militantes "rebeldes". Seu número é, no entanto, uma incógnita.

No nordeste, a histeria anticomunista, em grande medida alimentada pela Igreja, a dominação política dos proprietários de terra - tratados como "senhores feudais", e portanto, excluídos da "União Nacional" - impediam a prática tranquila da pregação da colaboração de classes. Neste sentido, as memórias de Gregório Bezerra, onde são narrados sucessivos incidentes na campanha eleitoral de 1945, constitui-se em indicador não desprezível das vicissitudes da aplicação da linha política.

O lapso de tempo decorrido entre o início da ampla pregação de "união nacional" e a adoção de uma postura mais agressiva

em relação à condução das lutas econômicas dos trabalhadores foi talvez suficientemente longo para impedir que o proletariado e as massas populares em geral tivessem voz mais ativa na reformulação institucional do país - mas foi um tempo curto demais para permitir que eventuais alternativas organizacionais se firmassem. Se isso for somado aos elementos anteriormente levantados - teremos provavelmente a explicação do porque multidões pensavam o PCB como "seu partido".

O PCB surgiu, para milhares de trabalhadores, não como o Partido que mandava "apertar os cintos", mas como o Partido que desafiava a exploração econômica, a miséria. Neste Partido, os trabalhadores confiaram, nele se inscreveram, ainda que por pouco tempo.

II. As Outras Esquerdas

Trotskistas; ex-trotskistas que se dizem também "ex-stalinistas"; socialistas que se consideram marxistas - ou não, membros do PCB que se recusam a aceitar a linha política ditada pela direção, todos eles tinham em comum no período que estudamos, uma reduzida ou nula influência sobre o movimento operário e trabalhista em geral. Constituíram, no decorrer do ano de 1945 e mais além, organizações de diversos tipos e dimensões, formulando propostas alternativas às do PCB, porém assumindo sempre como fator de aglutinação a negação deste Partido ou de sua prática. A dimensão positiva de seus posicionamentos, (salvo para algumas destas correntes, a propósito das eleições presidenciais de dezembro) foi sempre suplantada pelo preocupação de negar o PCB. O registro de suas presenças na cena política atende, aqui, ao interesse de se verificar (face inclusive ao amplo debate posterior sobre a atuação do PCB), quais as alternativas pensadas e propostas por estes críticos de Prestes e de seu Partido, no momento mesmo da conjuntura.

1. O PSR. A Constituinte, sem Vargas. Prestes para Presidente e a "Frente Única Operária"

Edgard Carone é praticamente o único autor que se propôs a sistematizar a história da dissidência trotskista do PCB, formalizada em 1931 com a constituição da "Liga Comunista Internacionalista" (89). Como reflexo do rompimento entre Trotski e os trotskistas norte-americanos (1934), a propósito da avaliação do modelo soviético (90), a "Liga" se cindiu, fundando Mário Pedrosa em 1936, no Rio, o Partido Operário Leninista (P.O.L.).

Em 1937, a questão do apoio às candidaturas José Américo ou Armando Salles, dividindo os organismos estaduais do PCB fez com que a maioria do "Comitê Estadual de São Paulo", "a organização comunista do Paraná, fragmentos do aparelho de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco" rompessem com o Partido, aderindo à proposta trotskista (91). A figura principal desta cisão é Hermínio Saccheta.

Em 1938 o P.O.L. foi desarticulado pela polícia, a partir da prisão da escritora Patrícia Galvão (92); o grupo de Saccheta sofreu a mesma sorte, com a prisão de seu principal dirigente (93).

A morte de Trotski e as divergências entre seus seguidores, a questão da oportunidade da organização da IV^a Internacional, fizeram com que vários dos trotskistas brasileiros revissem suas definições programáticas. Em 1941 Mário Pedrosa, retornando do exterior, dispõe-se a "organizar um Partido Socialista Independente ... já desligado do trotskismo". (94).

Saindo da prisão, "com a vida desorganizada", Saccheta e outros ex-dirigentes do antigo Comitê Regional do PCB em São Paulo, lentamente se rearticulam, em 1943. É aí que surge o "Partido Socialista Revolucionário" (PSR), que se filiará a IV^a Internacional através do Socialist Workers Party (SWP), "passando a funcionar como seção brasileira da IV" (95).

Os diversos grupos que se denominavam trotskistas, durante os anos 30, chegaram a ter razoável influência sobre o movimento sindical paulista. Saccheta atribui à maciça propaganda da rádio Moscou, além da repressão policial que se seguiu a 1935/37, a fragilidade orgânica e o declínio da influência da "tendência" no movimento operário: "Laura Brandão, diariamente, em ondas curtas, acusava os trotskistas de agentes nazistas".

A invasão da URSS e o conseqüente incremento da popularidade de Stálin, a par das defecções de muitos intelectuais (como Mário Pedrosa e outros), fizeram do grupo que se rearticula no PSR um número insignificante de ativistas. "Em nosso melhor momento, não ultrapassamos os 400 filiados" - e este momento se situaria fora da conjuntura que analisamos.

Até março de 1945, aproximadamente, os trotskistas se diluem na ampla frente informal que combate a ditadura Vargas. Alguns folhetos chegaram a ser editados pelo "Partido" mas não tivemos acesso a qualquer deles (96).

A reduzida base de influência do PSR era São Paulo. Fora de São Paulo havia militantes no Rio de Janeiro e no Paraná. Conhecemos documentalmente as propostas políticas do grupo em 1945, pelo jornal Vanguarda Socialista, cujas colunas serviram à expressão de suas posições (e de críticas a elas)

até que surge a publicação própria "Orientação Socialista", em outubro de 1946.

A matriz das propostas do PSR, como de resto a de todos os grupos de igual filiação na época, era o "Programa de Transição" escrito por Trotski para o congresso de fundação da IVª Internacional, em 1938 (97). Uma discussão mais ampla a propósito da perspectiva teórica dos trotskistas escapa a nossos objetivos. Importa aqui assinalar quais as propostas que, derivadas de sua particular compreensão da conjuntura mundial e nacional, foram formuladas para a conjuntura brasileira. Até a lei Constitucional nº 9 o PSR propunha a "derrubada da ditadura", com a constituição de um "governo provisório" que faria a convocação de uma Assembléia Constituinte. Como força revolucionária, contava com a formação de uma "frente operária", desqualificando quer o "campesinato", considerado contra-revolucionário, quer a "burguesia nacional".

A palavra de ordem da Constituinte foi mantida, após a Lei - uma "Constituinte sem Vargas"; frente às eleições presidenciais, recusaram-se a apoiar quaisquer dos candidatos. A negativa de apoiar Eduardo Gomes foi objeto de acirradas críticas por parte dos editores da Vanguarda Socialista (98).

Saccheta afirma que os militantes "votaram em Prestes para a presidência", o que na prática significava a anulação do voto (99).

No movimento sindical, o PSR controlava a direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e possuía influência, ainda, sobre outras poucas organizações da capital paulista - como o Sindicato dos Vidreiros, por exemplo (100). Foi através principalmente do primeiro Sindicato que o "Partido" pode explicitar suas divergências com a proposta sindical do PCB.

Respondendo às críticas de "Murilo", que afirma que (os militantes do PSR) "que ocupavam posições dirigentes nos sindicatos adaptaram-se inteiramente ao regime totalitário da CLT e até hoje não tomaram nenhuma posição que os levasse a se oporem ao Ministério do Trabalho", mantendo os organismos "submetidos ao controle estatal", sem que seu Partido assumisse "nenhuma posição prática na luta pela autonomia sindical e pelo reconhecimento do direito de greve" (101), "CC Ipe roig" relata "dois fatos que provam" a combatividade do Parti

do, explicitando-se aí suas preocupações.

O primeiro seria a participação numa reunião de "Centro de Debates Sociais", de São Paulo, quando "elementos do PSR" propuseram "uma frente" com os anarquistas, "contra os pelegos e anti-prestista". Na ocasião "Aristides Lobo, colaborador da Vanguarda Socialista, fez obstrução à discussão", que, assim, em nada teria resultado.

A segunda referência é a participação do Sindicato dos Jornalistas no 19 Congresso Sindical de São Paulo, onde apresentou tese sobre o direito de greve ("vetada pela comissão de Legislação Trabalhista") e sobre "autonomia, liberdade e enquadramento sindical", esta última aprovada (102).

No final de 1946, já com órgão de imprensa próprio, o "Partido" publicou um "Plano de Reivindicações Transitórias", quase uma transcrição literal, em muitos pontos, do "Programa de Transição" de 1938 (103). A principal atividade política encaminhada, pelo que a leitura da coleção permite perceber era a participação de oradores do PSR numa "tribuna livre" que funcionava na Praça do Patriarca, "nos parapeitos da Galeria Prestes Maia", onde "militantes pecebistas, petebistas, anarquistas, trotskistas e liberais puderam se conhecer de perto", numa prática volta e meia proibida pela polícia (104).

Propagandeando a "degenerescência" soviética, invectivando o PCB como "agente dos interesses stalinistas" e fazendo alguma propaganda doutrinária, o PSR praticamente nada conseguiu em termos de ligação com a massa trabalhadora.

O presidente do Sindicato dos Vidreiros, que participou do Congresso de fundação da CTB descrevia assim a correlação de forças no meio sindical, em 1946:

"Podemos afirmar que no Congresso não havia terceira corrente, apesar dos seus 2.300 delegados, mesmo porque os únicos Partidos que atuam no meio sindical são dois (= o PCB e o PTB). Uma terceira corrente poderia ter surgido; não surgiu por falta de tempo e coordenação. Elementos isolados como anarco-sindicalistas, socialistas, anarquistas, comunistas dissidentes pretenderam fazê-lo, mas não foi possível. Foram apanhados de surpresa". (SIC).

"O grupo comunista era infinitamente menor que o grupo trabalhista, não obstante, conseguiu dominar em toda linha ... enquanto os comunistas eram apoiados fortemente pela imprensa

do Partido, defendiam a liberdade sindical, os trabalhistas choramingavam como crianças no Ministério do Trabalho... se tivessem um pouco de dignidade e orientação política, teriam ganho o Congresso com a maior facilidade...".

"Com a fundação da CGTB os comunistas passaram a dominar completamente o movimento sindical no Brasil e enquanto a terceira corrente não se organizar serão eles os únicos dirigentes das massas e poderão manobrar a vontade na política de colaboração de classes..." (105).

A "terceira corrente", redentora do proletariado ... "por falta de tempo" ou mais provavelmente pela atuação doutrinária e sectária de seus proponentes, jamais se formou.

Nas eleições para a Câmara de Vereadores, em São Paulo, o PSR inscreveu um candidato, na legenda do PSB - Antonio D'Elia, "membro do conselho diretor da Associação dos Servidores Municipais" e "secretário-geral do Clube Municipal". Sua votação mostra o alcance da ação do PSR: "obteve menos de 700 votos" (106).

2. A Dissidência do PCB: Pela Aliança com os Liberais

No "Pleno Ampliado" de janeiro de 1946, foram expulsos do PCB Silo Meireles, Cristiano Cordeiro (fundador do Partido, em 1922) e outros militantes, a maioria dos quais ex-aliancistas. O primeiro fora responsável pelos contatos que Prestes mantivera com Eduardo Gomes, em abril do ano anterior. A razão da expulsão do grupo (que rompera formalmente com a direção do PCB quando do lançamento da candidatura Fiuza) era a divergência quanto às alianças que a proposta de "União Nacional" supunha. Tinham se mantido como opositores de Vargas, sem aceitar as teses da C.N.O.P., e persistiram na tentativa de juntar forças com o grupo que acabou por formar a "Esquerda Democrática", pensavam a candidatura Eduardo Gomes como capaz de catalizar a frente nacional anti-fascista que devia por fim a estrutura de poder desenhada pelo Estado Novo.

O principal documento que conhecemos a propósito da proposta deste grupo é a carta aberta de Silo Meireles, dirigida a Prestes, em novembro de 1945. O texto considera em primeiro lugar, a necessidade da União Nacional, uma vez que "a derrota militar do fascismo no mundo não correspondeu, de modo algum, a sua necessária derrota no plano político e ideológico". Passa, a seguir a extranhar que a "União ..." proposta

por Prestes, viesse a "afastar de seu seio setores populares enormes" e lista, extensamente, estes setores e personalidades, a começar por Miguel Costa, João Mangabeira, Herculino Cascardo, Maurício de Lacerda..., os militares que tinham se oposto ao golpe de 37, os estudantes, os signatários do Manifesto dos Mineiros, etc.

Discorda da análise de conjuntura internacional de Prestes: "Os mesmos fatores que geraram, na esfera do capital financeiro, a reação fascista pelo mundo afora, estão ainda bem vivos e atuantes. ... Longe de estar com os dentes quebrados' ... o certo é que o imperialismo rasga, desafiadoramente, nesta hora, aos olhos pasmados do mundo, a Carta do Atlântico e as Quatro Liberdades do inolvidável presidente Roosevelt, mas sacrando os povos da Indonésia, da China e da Indochina, ao mesmo tempo em que contemporiza com velhos e corroídos instrumentos da reação, como Salazar, Franco et cetera".

Da mesma forma que o grupo da "Esquerda Democrática" e os editores da "Vanguarda Socialista", responsabilizava, finalmente, o PCB pela rápida mudança verificada no caráter da UDN: o PCB teria feito "tudo ... no sentido de empurrar, seja lá como fosse, para o campo da reação, a candidatura Eduardo Gomes" (107).

Na mesma data em que Silo Meireles divulgava este texto, o candidato da UDN prosseguia em seus pronunciamentos anticomunistas, iniciados na formatura do C.P.O.R. de Belo Horizonte, em setembro. Falando em Sorocaba, Eduardo Gomes afirmava que "se o capitalismo dominador leva à opressão do proletariado, a chamada ditadura em nome do proletariado que está sendo experimentada na Rússia, constitui também uma forma de escravidão..." (108).

A dissidência limitou-se criticar a aliança política com Vargas; desconhecemos quaisquer críticas à atuação sindical ou condução do movimento operário que tenha sido formulada, escapando a este marco. A imprensa do PCB se dedicou, após a expulsão formal do grupo, a criticá-lo como sendo constituído de "traidores" e adjetivos semelhantes. Desconhecemos réplica - e ao que tudo indica, ela não ocorreu.

3. Os Socialistas

"Os agrupamentos pequeno-burgueses e esquerdistas afloram em abundância em 1945", diz Carone (109) e refere a articulação de tres organismos: a União Democrática Socialista ("composta de intelectuais pequeno-burgueses e ténue número de operários), surgida em São Paulo, (1943) e cuja ação principal se deu no movimento estudantil; a Esquerda Democrática (formada em parte por pessoas que participaram da fundação da UDN, "antigos membros da Aliança Nacional Libertadora, ... de alguns ex-membros do PCB, de socialistas independentes e socialistas católicos..."), que acaba por absorver a UDS e o pequeno grupo sobrevivente do Partido Socialista Brasileiro, de 1934, que voltou a lançar manifesto em maio de 1945 (110).

Além destes organismos, temos de considerar o também heterogêneo grupo, constituído em sua maioria de ex-trotskistas (antigos militantes da "Liga Internacional" isto, é do "Partido Operário Leninista", principalmente) que edita, a partir de 1945, o jornal Vanguarda Socialista, no Rio de Janeiro.

A publicação, que visava "fazer propaganda da idéia socialista e preparar, sem imediatismo quadros para o futuro", " não (sendo) órgão de nenhum partido, não (estando) sujeita a nenhuma disciplina partidária", "não (sendo) um jornal de agitação para a massa", definia-se como "um jornal de vanguarda", constituiu-se no principal veículo de debate de idéias políticas de esquerda editado na conjuntura. Recusando as matrizes stalinistas e trotskistas, com grau diferente de profundidade, seus editores buscaram fórmular análises alternativas para a conjuntura.

Face ao sectarismo do PCB, o jornal era considerado simplesmente "trotskista" na imprensa do Partido. Muitos dos artigos publicados, ainda em 1945, poderiam melhor ser classificados como orientados por uma perspectiva reformista, de tipo socialdemocrata; a transformação do jornal em veículo do novo PSB, a partir de 1948, sob o lema "Socialismo e Liberdade" veio a comprovar a tendência. No editorial que citamos, "Diretivas", publicado no número 1, se diz que "Os atuais Partidos Comunistas representam de uma parte o passado e da outra, os interesses do Estado soviético. Estão condenados à cisão em face das con

tradições sociais e políticas do mundo atual. Uma parte se transformará, definitivamente, em um instrumento totalitário da atual tendência à estatificação do capitalismo. A outra ... irá fundir-se às melhores forças proletárias que seguem hoje no campo da Segunda Internacional e constituirão com outros grupos os futuros Partidos Socialistas, que serão a síntese do que de melhor trouxe o bolchevismo russo e o que de permanente e fecundo se contém no socialismo ocidental ..." (111)

Todos os grupos e organizações referidos aqui tiveram em comum a defesa da candidatura Eduardo Gomes, vista como representativa das tendências mais democráticas da sociedade brasileira. Persistiram nesta posição mesmo depois do discurso do Brigadeiro assumir nítida definição anticomunista; a exemplo da dissidência do PCB, responsabilizaram a política de Prestes pelo fato.

A análise da "Vanguarda ..." considerava que a palavra de Ordem da Constituinte "era justa e oportuna no começo deste ano (1945), quando a ditadura cambaleava, hesitante, e havia perdido a iniciativa, ao passo que as forças democráticas ainda não completamente definidas e arregimentadas, estavam na ofensiva". ... "Naquela época teria sido possível mobilizar todas as forças contra a ditadura, e da derrubada desta teria resultado um governo provisório esteiado no povo, e por isso mesmo, com autoridade para convocar uma Constituinte soberana e livre".

A contra-ofensiva de Vargas, favorecida pelo PCB, provocando o "surto infeccioso do quererismo" tinha alterado o quadro político: a oposição se dividia, e "o lema da Assembléia Constituinte não podia mais servir de bandeira de agitação contra o Estado Novo; o apoio à candidatura Eduardo Gomes passou a ser o meio mais seguro e certo de levar o combate à ditadura até o fim". A "luta contra o fascismo estadonovista perdeu o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder, para tomar a aparência de uma 'campanha presidencial'" (112).

Em outro texto, de outubro, apontava-se para o perigo de se insistir na palavra de ordem da Constituinte: "um caminho legal foi traçado pelo jogo e contra-jogo das forças em presença, contra a vontade do próprio ditador", e uma "explosão

social" poderia tomar "um caráter não revolucionário ou progressista" (113). Temia-se a reprodução do fenômeno argentino.

O jornal, ao apontar o caminho das regras do jogo definidas por Vargas, minimizava o caráter "reacionário" das forças que apoiavam Eduardo Gomes: "um ramo arcaico e retrógrado do modo de produção ... conservadores, mas não fascistas". A postura "liberal" que assumiam os "coronéis" era associada àquela da nobreza territorial inglesa, que "ferida de morte pela lei que abolia os direitos sobre a importação de trigo", em 1846, "passou a sustentar as medidas liberais em favor do proletariado contra a burguesia industrial em ascensão", resultando daí a lei das 10 horas de trabalho, etc. (114). O "liberalismo" destas forças sociais, em 1946, não era associado, assim, a um conluio com o imperialismo (ou a seus restos agonizantes), como pensava o PCB.

Carone, analisando a atuação dos grupos que enumera, diz que "o impasse entre objetivos e realização se deve não ao programa, mas ao limite imposto às suas atividades, pois a maior parte dos militantes não tem vivência dos problemas de outras classes; o seu trabalho político, também se faz nas horas-extras e não permanentemente como o dos comunistas" (115).

O "amadorismo" político parece efetivo, e a falta de ligação com o movimento operário no cotidiano de suas lutas faz... com que o grupo que tem uma proposta mais detalhada sobre a questão trabalhista - a U.D.S. -, acabe por se diluir, como o do primeiro PSB, na "Esquerda Democrática" - que elege dois constituintes: Domingos Velasco (Goiás) e Hermes Lima (Distrito Federal) (116).

Nenhuma proposta alternativa de organização e mobilização popular seria formulada; na luta sindical, não disputariam espaço ao PCB. Domingos Velasco, como foi referido em outra parte, criticou a constituição dos Comitês Democráticos Populares através da imprensa (117).

Sem se constituir numa organização, o grupo de intelectuais da "Vanguarda ..." se limitava a divulgar artigos assinados que criticavam a passividade do PCB frente à legislação social implantada por Vargas, no que não chegava a se constituir numa plataforma de ação sindical. Uma pequena nota publicada

em novembro fala da necessidade de revogar o imposto sindical, "porque ele era usado corruptamente" (118); - análises abrangentes como as que surgem a propósito da conjuntura política, não ocorrem a propósito da luta sindical.

Com a queda de Vargas e a definição da candidatura Fiuza, a "Vanguarda ..." divulgará sucessivas matérias ofensivas ao PCB, adjetivando de "pecebentos" seus quadros, num procedimento que não contribuía, seguramente, nem para popularizar Gomes nem para elevar o nível do debate político sobre a conjuntura (119).

Em janeiro de 46, a publicação se assume como questionada pelo fato de não ter avançado na direção de uma definição partidária; "passada a campanha eleitoral, corre o risco de ficar na rabada" da UDN. Critica-se, então a proposta da E.D. (120) - mas já em abril, no Congresso que a organização realiza, o grupo da "Vanguarda..." estará presente, participando da estruturação do novo PSB, do qual os marxistas não terão controle (121).

As "outras esquerdas", praticamente sem raízes entre os trabalhadores, tendo em comum apenas a rejeição - por razões distintas - do Partido Comunista, não alcançariam nenhuma influência sobre a condução das lutas populares (122).

NOTAS - CAPITULO IV

- (1) O Globo, 03.03.1945.
- (2) O Comício da Praça da Sé, promovido por estudantes, resultou em dez feridos. A nota dos promotores descreve o ocorrido: "Havíamos decidido fazer o primeiro comício democrático destes últimos dez anos e propagamos amplamente nossa iniciativa, sem a menor malícia ... no entanto, a polícia secreta da ditadura através de agentes provocadores, especializados na técnica das ruas, não mais metralharam o povo, como em novembro de 1943. Resolveram a situação embriagando uma série de garotos, dando-lhes certa quantidade, que aliás valeu protestos entre alguns elementos menos remunerados ...". A partir daí, ocorreu a bancadaria. A Secretaria de Segurança Pública desmentiu os estudantes, dizendo em nota oficial que "o comício foi interrompido pela chuva e presença de trabalhadores que regressavam das oficinas e de inúmeros populares que aclamavam incessantemente o presidente Getúlio Vargas". Folha da Manhã, 04.03.1945.
- (3) Foi o caso do comício promovido "em homenagem à FEB", no Rio de Janeiro, dia 23 de março. João Neves da Fontoura desiste da palavra, frente aos protestos da "multidão"; Álvaro Ventura, então secretário-geral do PCB, ao falar, se identifica como comunista (Folha da Manhã, 24.03.1945).
- (4) WEEFORTH, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil"...
- (5) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares et MARTINS, Carlos Estevam. Modus in Rebus - Partidos e Classes na Queda do Estado Novo, São Paulo, mimeo, 1973.
- (6) WEEFORTH, Francisco. Sindicatos e Política, (Tese apresentada para concurso de Livre-Docência). São Paulo, xerox, 1975. A tréplica específica aos argumentos de Maria Hermínia e Carlos Estevam, é Dejemonos de Farsas Inúteis - História Crítica ou História Ideológica ?, São Paulo, mimeo, 1973.

- (7) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil...
- (8) SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo...
- (9) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)...
- (10) MARANHÃO, Ricardo. Sindicato e Democratização (Brasil, 1945-1950), São Paulo, Brasiliense, 1979.
- (11) Palavras de Stálin, referidas por Prestes ("Organizar o Povo para a Democracia". Discurso pronunciado no Estádio do Pacaembu, julho de 1945), op cit, p 92.
- (12) PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso" (Discurso pronunciado no Estádio de São Januário, a 23.05.1945), op cit, p 80.
- (13) PRESTES, Luiz Carlos. "Organizar o Povo para a Democracia", op cit, p 190.
- (14) PRESTES, Luiz Carlos. "A Situação no Brasil e no Mundo" (Entrevista a O Globo, publicada em 15.03.1945), op cit, p 73.
- (15) BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol III - De 1930 a 1960, (3ª edição), São Paulo, Alfa - Ômega, s/d, p 129.
- (16) PRESTES, Luiz Carlos. "A Situação no Brasil e no Mundo", op cit, p 69.
- (17) PRESTES, Luiz Carlos. "A Situação no Brasil e no Mundo", op cit, p 71.
- (18) PRESTES, Luiz Carlos. "A Situação no Brasil e no Mundo", op cit, p 69.

- (19) Analisando a derrota da ANL, Prestes vai mais além, dando a entender que a "União Nacional" teria sido possível também em 1935:
- "O erro estava em não estarmos à altura dos acontecimentos, em não termos conseguido ampliar a frente, a União Nacional, em não termos conseguido desmascarar por completo a propaganda fascista" (grifo nosso), (PRESTES, Luiz Carlos. "O Partido Comunista Quer, Precisa, Deseja ser Compreendido", (Discurso pronunciado no Parque 13 de Maio, em Recife, no comício "O Nordeste a Luiz Carlos Prestes", em 26 de novembro de 1945), op cit, p 169.
- (20) PRESTES, Luiz Carlos. "A Situação ...", op cit, p 71; "Organizar o Povo ...", op cit, p 108; "O PCB Quer ...", op cit, pp 170/171.
- (21) Na entrevista a O Globo, Prestes buscava no relatório das indústrias Matarazzo, recém-divulgado, apoio para sua tese a propósito das reivindicações anti-feudais da burguesia industrial. Contudo, uma outra leitura do fragmento referido pelo dirigente comunista permitiria outras conclusões: Prestes propõe uma alteração nas relações sociais de produção no campo; o industrial pretende modernizar o processo técnico de produção, referindo-se à obsolescência das instalações fabris da indústria nacional.
- (22) Questionável também é o argumento de que "o aumento do nível de vida das massas camponesas" diminuiria o êxodo rural e conseqüentemente aumentaria o salário nominal do operariado (pela diminuição da oferta urbana da força de trabalho).
- Defendendo o "desenvolvimento capitalista" do meio rural, Prestes esquecia-se do corolário social observado sempre que tal ocorrera: a separação entre produtores e meios de produção é que moveu, historicamente, o homem, do campo para a cidade.
- O êxodo rural depreciara efetivamente a remuneração da força de trabalho urbana, e a burguesia industrial disso se beneficiava; apesar disso, queixas de empresários sobre "a

falta de braços" para a indústria eram comuns. Caberia inquirir que interesse teria por outro lado, a burguesia, em apoiar medidas que na ótica de Prestes, fariam cessar o fluxo campo-cidade. Na verdade, as propostas concretas que o PCB vai encaminhar mais a frente a propósito da questão agrária, são bem mais tímidas: dizem respeito apenas a "melhoria do abastecimento nas grandes cidades".

- (23) PRESTES, Luiz Carlos ...
- (24) WEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil...", p 30
- (25) ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares et MARTINS, Carlos Estevam. Modus in Rebus ...
- (26) Dada uma ausência de hegemonia, "segmentos da burocracia estatal" são capazes de "formular uma política industrializante", à revelia de seus principais beneficiários, "os grupos industriais já instalados no Brasil". Até a entrada do Brasil na guerra, a "ação industrializante do Estado é compatível com o atendimento dos interesses dominantes, ainda que não resulte deles". Após, contudo, "a política crescentemente intervencionista do Estado começa a chocar-se com os anelos das frações de classe proprietária, forçada a arcar com parte do ônus da política de industrialização". (ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Estado e Classes Trabalhadoras ...).
- (27) VIANNA, Luiz Werneck, op cit, pp 246 et 252.
- (28) O autor nos remete à leitura que Vargas faz do golpe de 29 de outubro, em discurso no Senado a 3-7-1947, criticando a política econômica de Dutra, sob uma ótica nacionalista. (VIANNA, Luiz Werneck, op cit, p 247)
- (29) Para Werneck Vianna, desde 1944 ocorrera um progressivo abandono do regime corporativo-autoritário pelas frações das classes dominantes, e com o isolamento político de Vargas, este proporia "um novo sentido para a mobilização

das classes subalternas". "Ao invés de procurar orientá-las para dentro do aparelho estatal, como no início da década, com o objetivo de mantê-las sob controle, perceberá no movimento operário e sindical o melhor aliado para a defesa de suas posições. Daí a permissão tácita para a organização do MUT em 30 de abril de 1944, e a celebração em novembro do mesmo ano, de um Congresso Sindical em Minas Gerais. O interlocutor do chefe de Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa de assalariados em geral, para o que se despoja do fraseado de colaboração entre as classes". VIANNA, Luiz Werneck, op cit, pp 248/239.

- (30) VIANNA, Luiz Werneck, op-cit, pp 252/253.

O autor desconhece a ação espontânea dos trabalhadores, que antes da diminuição da atuação repressiva do Estado, já se fizera sentir, questionando a camisa de força da política de Vargas. Justificando a postura do PCB, a nosso ver, deixa clara uma percepção do processo que nega aos trabalhadores na conjuntura um papel de sujeito histórico: sua ação resulta de um antedatado "afrouxamento de controles" por parte do MTIC. Vai mais além, quando fala que "uma pauta operária economicista, promovendo a eclosão de aqueridos combates de classe, politizava-se malgrado ela mesmo, e não necessariamente a seu favor". Os trabalhadores quando encontram espaço para agir ... agiam contra seus próprios interesses estratégicos ...

- (31) SPINDEL, Arnaldo, op cit, p 53.

Análises que negam a determinação última da proposta de Stálin sobre a política dos PC's na guerra e no pós-guerra imediato não são originais.

Claudin refere a interpretação proposta por Giorgio Amendola, do PC italiano: "A dissolução da IC ... não teria tido lugar se Stálin não tivesse considerado vantajoso tal ato para a política soviética. Porém a coincidência entre os interesses da URSS e os do movimento operário - que havia sido condição mesma da existência da IC, se afirmava agora no momento da dissolução: o que era um impedimento para a ação estatal da URSS era também um impedimento para o desenvolvimento da iniciativa política de cada um dos

partidos comunistas, os quais tinham agora absoluta necessidade de autonomia e independência para cumprir sua função nacional".

Conhecemos já o pensamento de Claudin sobre a questão: ao se dissolver, a IC ditava uma nova linha política, que nada tinha a ver com a realização da "autonomia e independência" dos PC's. AMENDOLA, Giorgio. "Vaintecingue anni dopo la Scioglimento dell'Internazionale Comunista". *Crítica Marxista* nº 4-5, 1968, pp 70/71, apud CLAUDIN, Fernando. op cit, p 253.

(32) SPINDEL, Arnaldo, op cit, p 54.

(33) SPINDEL, Arnaldo, op cit, pp 56/57.

(34) A propósito, ver por exemplo, PRESTES, Luiz Carlos. "Organizar o Povo para a Democracia", op cit, pp 101/106.

(35) SPINDEL, Arnaldo, op cit, pp 48/49

(36) No Pleno Ampliado do C. N. em agosto de 1945, Prestes listava "providências imediatas e urgentes", que se esperava fossem postas em prática por Vargas:

"1) Equilíbrio orçamentário, vigorosa redução das despesas suspensão de todas as obras suntuárias e não urgentes, tanto pelo governo federal como pelos Estados e municípios.

2) Nenhuma emissão de papel-moeda, seja para o que for, e redução ao mínimo indispensável do apelo ao crédito. Suspensão da compra de ouro pelo Tesouro.

3) Estímulo à produção de víveres, especialmente nas proximidades dos centros de maior consumo, com a entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente. Estímulo e apoio ao cooperativismo livre e democrático, pelo crédito barato, e se possível, sem juros; auxílio financeiro e técnico ao pequeno agricultor e, se for necessário, fixação e garantia de preço mínimo para a produção aconselhada pelo governo.

4) Redução do imposto de consumo e de todos os impostos sobre as trocas internas que devem ser o mais rapidamente possível desembaraçada de todos os obstáculos atuais.

- 5) Aumento de impostos sobre a renda de maneira mais progressiva. Um novo imposto sobre Capital. Empréstimos forçados sobre lucros extraordinários em escala fortemente progressiva.
- 6) Reduzir ao mínimo qualquer tabelamento de preços, cujo único fim deve ser o de evitar a especulação e o açambarcamento dos produtos de primeira necessidade.
- 7) Eliminação na medida do possível do intermediário na venda de nossos produtos ao estrangeiro, como já se vinha fazendo ... com o cacau.
- 8) Imposto de 50 a 100% sobre valorização de imóveis a ser cobrado entre vivos e bem como das heranças.
- 9) Melhoria lenta, mais firme da taxa de câmbio do cruzeiro sobre moedas estrangeiras.
- 10) Utilização imediata dos saldos ouro no estrangeiro para adjudicação de navios, material ferroviário, usinas e material elétrico, caminhões, tratores e máquinas agrícolas.
- 11) Elevação de 100% ... sobre salário mínimo e de todos os salários inferiores a Cr\$ 1.500,00".

PRESTES, Luiz Carlos. "Os Comunistas na Luta pela Democracia" (Informe Político Apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB, em agosto de 1945), op cit, p 147.

- (37) PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op cit, p 93.
- (38) PRESTES, Luiz Carlos. "Organizar o Povo para a Democracia", op cit, p 117.
- (39) Diretrizes, 23.06.1945
- (40) PRESTES, Luiz Carlos. "O PCB na luta pela Paz e pela Democracia" (Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB, em janeiro de 1946), op cit, p .
- (41) Hélio Silva cita que Hildebrando Costa Barbosa, Prestes Maia e Edson Passos foram consultados, mas que não aceitaram candidatar-se (SILVA, Hélio, op cit, p 200). Carlos La

cerda refere ainda Luiz Frederico Carpenter e Fernando Azevedo, entre os cogitados. Para o então jornalista, "Prestes não conhecia bem o passado de Fiuza" (LACERDA, Carlos. O Rato Fiuza, Rio de Janeiro, Moderna, 1946, p 16).

- (42) Carlos Lacerda é um dos que afirmam a hipótese. Vargas não teria apoiado o candidato do PCB porque isso daria vitória a Eduardo Gomes". (LACERDA, Carlos, op cit, p 11)
- (43) PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op cit, p 91.
- (44) PRESTES, Luiz Carlos. "Os Comunistas na luta pela Democracia", op cit, p 161.
- (45) AMAZONAS, João, op cit, p 17
- (46) "Devemos estudar e debater em amplas assembléias de massa, nos sindicatos, o aumento de salários, utilizando os recursos do entendimento pacífico entre patrões e operários, as convenções coletivas de trabalho, o dissídio coletivo e, inclusive, solicitar ao governo medidas sobre o assunto".
 "O aumento de salários e a luta pela fixação de salários profissionais é uma necessidade urgente e devemos, portanto, esclarecer os patrões resistentes que sua atitude é contrária aos seus próprios interesses e aos da nação.
 Tanto a burguesia, pela falta de mercado interno que cada dia mais se reduz, está ameaçada de restringir sua produção, como o proletariado de sofrer a falta de trabalho. Mas evitemos cair num trabalho puramente agitativo em torno do aumento de salários, que na verdade, mobiliza amplas massas. Em geral, porém, obtida a vitória, mesmo parcial, o entusiasmo arrefece e volta-se à situação anterior de apatia e desinteresse pelo Sindicato, se não se liga essa luta à grande e permanente luta pela criação de condições favoráveis que permitam melhorar constantemente o nível de vida da classe operária" (AMAZONAS, João, op cit, p 17).

- (47) PRESTES, Luiz Carlos. "O PCB Quer, Precisa, Deseja Ser Compreendido", op cit, p 174.
- (48) AMAZONAS, João, op cit, p 19.
 Como exemplo da possibilidade de colaboração "progressista" de classes, era referido acordo entre a CTAL e a indústria petrolífera do México e "o rumo que toma a C. I. O. nos Estados Unidos, estabelecendo ligações de entendimento entre o proletariado e a burguesia americana para a solução pacífica das questões de produção".
 Um bom exemplo de formulação do corporativismo subjacente à tese da União Nacional surge no Editorial da "Folha do Povo" de 01.01.1946:
 "Um por todos, todos por um" (a propósito da questão dos alugueis).
 "Organizemos comitês democráticos, mistos de proprietários e inquilinos, para discutirmos organizadamente a questão. É uma fórmula democrática e justa ... Não há problemas particulares ou de classe a resolver antes da solução nacional e coletiva dos problemas de nossa pátria. E estes, só com a união de todos poderão ser resolvidos.
- (49) "É nossa tarefa, no momento, fazer uma vigorosa campanha a favor dos seguintes pontos ... primeiros passos para alcançar a liberdade sindical: 1. Diretorias eleitas livremente e empossadas sem a homologação ministerial; 2. Autonomia administrativa, compreendendo a dispensa de previsões orçamentárias e a simplificação da contabilidade sindical; 3. Autonomia dos atos das Assembléias Gerais que ainda hoje dependem da aprovação ministerial; 4. Estatutos amplos, sem a padronização obrigatória" (AMAZONAS, João, op cit, p 21).
- (50) WEFFORT, Francisco. Sindicato e Política ..., MARANHÃO, Ricardo, sindicatos e Democratização ...
- (51) MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização, pp 44, 49/50.
- (52) HOJE, 18.12.1945. A proposta fora levantada pelo então Secretário-Geral da UGT - Uruguai, Enrique Rodrigues, em palestras no Rio e São Paulo (Hoje, 15-12-1945).

- (53) PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op cit, p 83.
- (54) SPINDEL, Arnaldo, op cit, p 54.
- (55) PRESTES, Luiz Carlos. "Os comunistas na luta pela Democracia" op cit, p 150.
- (56) Respondendo à diligência do Supremo Tribunal Eleitoral, em setembro de 1945, o PCB dizia:
 "No Programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios filosóficos marxistas-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido como fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso de nossa Pátria".
 A deliberação de conceder Registro Provisório ao PCB, assumida um mes depois apresentava, no parecer do Relator, o seguinte trecho:
 "Será um partido comunista sui generis; um comunismo que se esvaziou toda substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, a respeito dos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma à inglesa". (PCB. Processo de Cassação do Registro (1947). Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980, p 99).
- (57) Gregório Bezerra chegou a Pernambuco em maio de 1945, encarregado de reorganizar o PCB. "No início, reunimos com três companheiros", narra ele em suas Memórias (op cit, p 313). Em dezembro, o Partido contava com um jornal diário e conseguiu eleger no Estado 3 deputados federais.
- (58) Assis Chateaubriand, o arqui-anticomunista escrevia em 1943: "com a destruição que vem sofrendo, a URSS muito tempo ainda após o fim da guerra, não representará uma ameaça para o mundo ocidental". (Diário de Pernambuco, 25.5.1943)

- (59) A começar por Sobral Pinto, advogado de Prestes, e muitos escritores paulistas próximos aos intelectuais marxistas. A propósito, SODRÊ, Nelson Werneck. Memórias de um Escritor (I), Rio, Civ. Bras, 1970, SILVA Hélio. Porque Depuseram Vargas p 19.
- (60) As "grandes personalidades" brasileiras em 1945 eram, sem dúvida, Vargas, Prestes, Eduardo Gomes e Dutra.
- (61) "O que convém ao nosso povo, aos homens sensatos e honestos de todas as classes, é que as próximas eleições constituam mais um fator, e considerável, de unificação nacional, de paz, de ordem e tranquilidade. E como conseguir isto?". (...) "De uma única maneira: pela organização do povo em organismos que lhes sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e nos bairros, comitês democráticos-populares que unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão ... as organizações democráticas populares da cidade, da região e Estado, até a grande União Nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas que realmente lutem pela União Nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas. É evidente desde logo que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos órgãos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defender aquele programa e de participar ativamente dos grandes e graves problemas nacionais do momento".
PRESTES, Luiz Carlos. "União Nacional para a Democracia e o Progresso", op cit, p 90.
- (62) Em junho, Domingos Velasco critica publicamente os CCDD. (Ver: Diretrizes, 04/06/1945).
- (63) Consultamos a respeito as coleções dos jornais Hoje, Tribuna Popular, Diretrizes, Correio da Manhã, Folha do Povo. Os jornais do PCB trazem colunas diárias onde a atuação dos Comitês é divulgada.

- (64) O "Comitê Democrático dos Professores do Distrito Federal", pretende melhoria salarial para a categoria, "liberdade sindical" e levanta também bandeiras políticas ("liberdade de palavra, reunião e organização partidárias, voto secreto, Constituinte, extinção do Tribunal de Segurança Nacional")- Diretrizes, 16-08-1945. O "Comitê Democrático Vanguardistas Rodoviários do Pernambuco" lança manifesto típico de oposição sindical (Folha do Povo, 23-2-46). O Comitê Democrático dos Funcionários Municipais de Santos pede abono de Natal ao Prefeito; além de negar, o Edil afirma não reconhecer a representatividade do postulante (Hoje, 28-12-1945). O Comitê Democrático dos Lapidários (Uberaba-MG) "quer organizar um sindicato" (Diretrizes, 28-06-1945).
- (65) Anotamos a prática referida, por exemplo em Paulista, Pernambuco (Folha do Povo, 01-01-1946, 02-04-1946).
- (66) Diretrizes, 15/08/1945, noticia que 123 alunos foram alfabetizados pelo C.D. de Copacabana (Rio de Janeiro). Em Recife, onde houve ampla campanha neste sentido, uma "escola-modelo" mantida em Olinda alfabetizava 257 alunos, sendo 64 adultos (Folha do Povo, 28-02-1946). Em abril de 1946, na Grande São Paulo, funcionavam 14 cursos de alfabetização, além de 4 de corte e costura e 4 outros de taquigrafia, flores, tricot, formação de rádio técnico (Hoje, 17/04/1946).
- (67) Numa região onde a Igreja era o "maior inimigo do PCB", no dizer de Gregório Bezerra, os Comitês Democráticos serviam para desmistificar a imagem dos comunistas. O exemplo abaixo, que trata de C.D. suburbano do Recife, é delicioso: "Teve lugar, domingo, a festa do Capim, do padroeiro São Severino dos Ramos. A noite da novena foi patrocinada pelos comunistas de Bomba Grande, e foi uma das mais bem organizadas, excedendo em brilhantismo a todas as demais. Uma banda de música contratada pelos noiteiros era bisada vezes seguidas, a pedido dos assistentes dos festejos ... O povo porém achou estranhável que o vigário não comparecesse para o anunciado sermão. A tarde realizou-se concorridíssima procissão, sendo que a ornamentação do andor esteve a cargo dos comunistas de Bomba Grande ..." (Folha do Povo, 28-02-1946).

- (68) "Coleta para morador necessitado" é relatada pelo C.D. da Lapa, São Paulo (Hoje, 08-01-1946). Dois C.C.D.D., pelo menos, oferecem "serviço médico gratuito", em São Paulo (Hoje, 08-05-1946).
- (69) Hoje, 15/12/1945
- (70) Os C.C.D.D. foram responsáveis pela mobilização de massa para os comícios de Prestes, a recepção à filha de Prestes (Anita Leocádia), em sua peregrinação pelo país. Em 1946, a campanha contra a Constituição de 1937 foi realizada a partir dos C.C.D.D.; em São Paulo, principalmente, a campanha contra o regime de Franco teve a mesma base.
- (71) POMAR, Pedro. Os Comunistas no Movimento de Massa. (Informe ao "Pleno de Vitória"). Rio, Horizonte, 1945, p 47.
- (72) Não recolhemos informações sobre a realização ou não destes congressos. Divulga a proposta (p. ex.) Diretrizes, 10-07-1945.
- (73) "Em continuação ... publicamos hoje frases sugeridas que devem ser incluídas em parte nos volantes a serem feitos por todas as entidades populares, as quais são as seguintes: O Povo Está Farto de Saber - Abaixo as Filas - Procuremos e Denunciemos os Responsáveis pelo Câmbio Negro - Tres Milhões de Horas de Trabalho Por Dia São Perdidas nas Filas, Somente em São Paulo - ... O Povo Brasileiro Clama Contra a Exploração dos Magnatas e Imperialistas-... O Povo não é Tatu, Precisa de Casas para Morar. Os Trusts de Materiais de Construção e os açambarcadores de terrenos são os causadores da falta de habitação para o povo - ..." (Vida nos Comitês", Hoje, 16/05/1946). "A Comissão Organizadora de Democratização e Reivindicação Populares está trabalhando ativamente para mobilizar o povo contra a atual falta de pão ... Assim está distribuindo amplamente a todos os Comitês Democráticos da Capital e dos subúrbios as seguintes sugestões: 1) Tirar volantes com frases bem sugestivas... 2) Promover comícios e sabatinas até mesmo nas casas dos membros de Comitês, em torno da necessidade urgente de uma ampla união do povo brasileiro para solucio

nar os gravíssimos problemas de ordem econômica e política que atingem o Brasil ... 5) Promover uma grande campanha para divulgar e vender o jornal democrático popular, que é o Hoje, nos bairros e nos locais de trabalho ...". ("Vi - da nos Comitês". Hoje, 18/05/1946).

- (74) Em várias cidades era comum o mesmo espaço físico abrigar o Comitê, a sede do MUT e não raro a sede provisória do PCB. Quando o MUT foi considerado ilegal, várias sedes de Comitês foram fechadas pela polícia. Como exemplo, ver no Hoje, 10/06/1946 o fechamento do C.D. de Marília, São Paulo.
- Ainda no Estado de São Paulo, depredações de Comitês foram comuns a partir de junho de 1946.
- (75) Um bom exemplo de como o PCB inclusive favoreceu isso, está na aliança que realizou com o PSP, de Adhemar de Barros, em São Paulo. No caso, o candidato, frente à "carestia da vida", colocou caminhões que vendiam gêneros alimentícios a preços baixos nos bairros, com apoio dos CCDD.
- (76) RODRIGUES, José Albertino, op cit, p 129.
- (77) A desmobilização dos ex-combatentes deixou a maior parte deles desassistidos; muitos, doentes e feridos, morreram em absoluta miséria. As reivindicações dos desmobilizados encontraram amplo respaldo popular, e foram assumidas pela maioria das correntes políticas. Sobre a situação dos ex-combatentes no pós-guerra imediato, ver por exemplo, NASSER, David. Para Outra Ler na Cama. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1947, pp 17 a 30.
- (78) A Associação dos Ex-Combatentes de São Paulo, que se dizia "apolítica", dirigida que era por um anti-comunista, foi questionada em suas posições pelo Hoje, que contrapôs a esta perspectiva a da Associação do Rio de Janeiro, que assumia posições contra o integralismo, etc. (Hoje, 29-12-1945; 07-01-1946).
- Note-se que as reivindicações específicas, imediatas, não eram, no caso, descuradas pelo PCB. Como exemplo de difu-

são de entidade que nasceu com a participação do PCB, anotamos a fundação do "Clube 2 de Dezembro", em Caruaru, Pernambuco que "reune ex-combatentes, contra o integralismo" (Folha do Povo, 3-1-1946).

(79) POMAR, Pedro. op cit. pp 48 a 51.

A reorganização da Juventude Comunista, criticada por Basbaum ("... notei que a tendência era formá-la exclusivamente com jovens estudantes, deixando de lado a juventude operária" - in: Uma Vida ..., p 198), foi entregue a Apolônio de Carvalho, e teve vida legal efêmera. A orientação proposta para a "Juventude..." aparece no folheto Os Problemas da Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, Horizonte, 1947, deste último dirigente.

(80) PRESTES, Luiz Carlos. "O PCB na Luta pela Paz e pela Democracia. Informe ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB." Hoje, 15/01/1946.

(81) PRESTES, Luiz Carlos. "O PCB na luta..." Leoncio Basbaum refere, a propósito da Conferência Nacional de julho de 46, que os delegados estrangeiros presentes "não podiam ocultar suas dúvidas sobre essa linha, mas confiaram em Prestes que se poderia tornar em um líder da América" (BASBAUM, Leoncio. Uma Vida ... p 199). No mes seguinte Browder seria expulso do Pc-USA.

(82) O clima de euforia resultante dos resultados eleitorais, referido por Basbaum (op cit., idem) não evitaria, a nosso ver, que a clara inviabilidade de uma fórmula de curto prazo de acesso ao poder fosse considerada na reformulação levada a efeito pelo PCB.

(83) A propósito, ver Capítulos I e III.

(84) PRESTES, Luiz Carlos. "O PCB na Luta..."

(85) Ver "Anexos-Documentos", III e IV.

- (86) A propósito: BASBAUM, Leôncio . Uma Vida... pp 192, 197/198; BEZERRA, Gregório, Memórias ..., vol.I , p 338. Não tratamos aqui do grupo que é expulso do PCB em janeiro de 1946. Sua ação será referida mais a frente.
- (87) MARANHÃO, Ricardo. op cit., p 65.(Depoimento de um militante)
- (88) BEZERRA, Gregório. op cit. pp 324/345.
- (89) Em 1929, sob a direção de Mário Pedrosa, recém-chegado da Alemanha formou-se no Rio de Janeiro o "Grupo Bolchevique Lênin", reunindo principalmente operários gráficos. A "Liga" foi fundada em São Paulo, com a presença de "Aristides Lobo, Benjamin Peret, Manoel Medeiros, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Salvador Pintaude, João Mateus, intelectuais e operários". "Logo a seguir funda-se a seção da Liga no Rio, da qual participam Rodolfo Coutinho, Octaviano Du Pin Galvão, José Neves, João Deladêa e outros". (CARONE, Edgard. A República Nova..., p 270).
- (90) A divergência dizia respeito à palavra de ordem "defesa incondicional da URSS", levantada pelo ex-dirigente bolchevique e refutada por J.P.Cannon, nos Estados Unidos.
- (91) CHILCOTTE, Ronald, op cit., p 50.
- (92) CARONE, Edgard. O Estado Novo ... p 219.
- (93) Hermínio Saccheta, entrevista ao autor, dezembro de 1979.
- (94) O Trabalho e Convergência Socialista. 50 anos de Combate - Tsotsky, São Paulo, 21-08-1980.
- (95) Hermínio Saccheta, entrevista.

- (96) Hermínio Saccheta refere a existência de "muito material" produzido clandestinamente pelo grupo.
- (97) O "Programa...", divulgado inicialmente sob o título "A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV^a Internacional" pretendia cobrir "a ação entre os dias atuais e o início da revolução", na palavra de Trotsky. Pretendia "ajudar as massas, no processo de luta cotidiana a fazer a ligação entre suas reivindicações atuais e o progresso da revolução socialista", "ajudar a superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução", que caracterizaria a "nova época" e "a falta de maturidade do proletariado e de sua vanguarda", debitada à conta da "traição das direções tradicionais".
- Uma "História da IV^a Internacional", ainda que desautorizada posteriormente pelos seus dirigentes, foi publicada na revista "Quatrièmme Internationale", em 1958. Os textos entre aspas são da série, assinada por PABLO, Michel (pseud.). "Vingt Ans de la IV^{eme} Internationale. 1938-1958 (Histoire de ses idées et de ses luttes)", Quatrièmme ..., Paris, janvier 1958 p 64.
- Durante a guerra a organização fundada por Trotski sofreu, em plano mundial, a repressão burguesa com redobrada força: os Estados aliados à URSS podiam justificar as medidas policiais assumidas contra os trotskistas com o fato de que eles eram considerados por Stálin como aliados da política eixista. Tal ocorreu nos Estados Unidos, França, Inglaterra, entre outros países.
- (98) A propósito, ver p. ex. as edições de 07.09.1945 e 09.11.1945.
- (99) Nas eleições para as constituintes estaduais, em 1947 a palavra de ordem era "Vote em branco para as Presidências", e "Pelas chapas populares contra a reação" - isto é, voto nos candidatos do PCB para deputado, num

"apoio crítico à plataforma pequeno-burguesa que defendem" (Orientação Socialista, 05.01.1947).

- (100) Vanguarda Socialista, 08.02.1946 (notícia ação do PSR no sindicato dos Jornalistas); Orientação Socialista, 05.11.1946 (sobre a atuação de Domingos Taveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vidro, Cristais e Espelhos de São Paulo).
- (101) "A boa vizinhança do esquerdismo e do oportunismo no seio do P.S.R.", Vanguarda Socialista, 18.01.1946.
- (102) "O PSR na luta contra o oportunismo", Vanguarda Socialista, 08.02.1946.
 "Murilo" publicou uma tréplica dizendo que o artigo de "CC Iperoiq" "só fez confirmar as críticas", uma vez que "desde março de 1945 até agora, isto é, quase um ano, o PSR só realizou duas ações a favor do direito de greve e da autonomia sindical". "O PSR só age quando tem possibilidade de fazer discursos". "Será que os 'marxistas' do PSR acreditam que só a agitação das palavras de ordem em assembléias e congressos bastam para mobilizar as massas? Onde fica o trabalho diário de organização...?" ("O PSR e a Luta pelo Direito de Greve e a Autonomia Sindical", Vanguarda Socialista, 22.02.1946).
- (103) "Plano de Reivindicações Transitórias" (...)
 "1. Pela liberdade e autonomia sindicais irrestritas e pelo direito de greve em toda plenitude; 2. Pela extinção de toda polícia e de todos os órgãos especializados na repressão do movimento operário; 3. Direito sem limitação de organização, reunião e manifestação de pensamento oral e escrito; 4. Pelo reconhecimento legal dos Comitês de Fábrica criados como contrapeso à vontade da administração capitalista; 5. Pela abolição do segredo comercial e instituição do controle operário na indústria...; 7. Pela expropriação dos Bancos particulares e passagem do sistema de crédito para as mãos do Estado;

8. Expropriação pelo Estado, sem indenização ou compra, das indústrias monopolistas e dos trusts e monopólios imperialistas; 9. Pelo confisco dos lucros obtidos com a guerra; 10. Pela expropriação de todas as fortunas acumuladas, direta ou indiretamente no exercício dos cargos públicos; 11. Centralização num Instituto Único de Pensões e Aposentadoria de todos os Institutos atualmente existentes e entregue sua direção a um Comitê constituído exclusivamente de delegados eleitos pelos próprios contribuintes; 12. Taxação apenas aos ricos, através dos impostos diretos e supressão de todos os impostos indiretos....; 13. Reforma do Imposto de Renda, com taxas altamente progressivas sobre as grandes fortunas e abolição de qualquer tributo sobre os que vivem de salários e ordenados; 14. Nacionalização das terras e entrega das mesmas aos que nelas trabalharem; abolição de todas as formas de trabalho anacrônicas como a 'meia', a 'terça' e as várias modalidades de arrendamentos; 15. Reforma completa da Lei Eleitoral. O direito de voto deve ser extensivo aos soldados, marinheiros e outras praças de pré e aos analfabetos. A Lei Eleitoral deve igualmente garantir de modo efetivo a representação das minorias, autorizando o registro de candidatos avulsos e de organizações proletárias legitimamente socialistas" (...).

Orientação Socialista, 05.01.1947.

(104) Orientação Socialista, 20.10.1946; 05.04.1947

(105) Orientação Socialista, 05.12.1946. Como vimos, a proposta de frente com os anarquistas, etc. era perseguida. Cabe aqui um breve registro.

Em maio de 1947, voltou a ser editado em São Paulo "A Plebe", sob a direção de Edgard Leuenroth, na linha anarco-sindicalista. No Rio de Janeiro os anarquistas desde o início de 1946 publicavam "Ação Direta", com periodicidade semanal.

Em 1946 chegou a ser constituída uma "União Anarquista", em São Paulo; no Rio funcionava uma "Ação Libertária". A leitura da coleção dos dois jornais permite

verificar que só após o Congresso da CTB é que os remanescentes anarquistas começam a pretender alguma ação sindical mais coordenada. A continuidade do Congresso após a proibição ministerial, diz a Ação Direta, "dá nos bastante fôlego para iniciarmos desde já os pródromos da nossa campanha dentro dos sindicatos do Ministério e fundar o Sindicato de Ofícios Vários ... célula geradora do futuro sindicato de classe independente ("Preparo da Ação Sindical", Ação Direta, 20.10.1946). Até aí, além de matéria doutrinária, o jornal carioca dava destaque à oposição anti-franquista, publicando matérias inclusive em língua espanhola. Em dezembro, inicia-se uma virulenta campanha contra as eleições: "Trabalhadores! Não Votem!" é a manchete da edição de 30.12.1946.

A influência dos círculos anarquistas era já, no entanto, mera sobrevivência. Lembrados quando das comemorações de antigas lutas, os militantes eram chamados a usar da palavra em sindicatos "históricos", como o dos Gráficos de São Paulo, da Construção Civil, em Santos ou dos Sapateiros, no Rio de Janeiro.

A "Plebe" de junho de 1947 publicou um longo texto - "As Reivindicações do Proletariado", que primava por desconhecer a situação dos sindicatos "oficiais", então, em grande número, sob intervenção. Voltados para um passado glorioso, e de mãos limpas abjurando a "política", os heróicos e idosos libertários viviam ainda em outro tempo.

- (106) Entrevista com Hermínio Saccheta.
- (107) MEIRELES, Silo. "Carta Aberta a Luiz Carlos Prestes", Uberlândia, folheto, 22.11.1945.
- (108) GOMES, Eduardo. Campanha de Libertação. São Paulo, Martins Editora, 1946, pp 280/281.
- (109) CARONE, Edgard. Estado Novo ..., p 187
- (110) A propósito, ver Manifestos: da UDS, da ED e do PSB, in: CARONE, Edgard. A Terceira República..., pp 432/447

- (111) Vanguarda Socialista, 31.08.1945.
- (112) "Posição Política", Vanguarda Socialista, 31.08.1945.
- (113) "A Provocação Queremista", Vanguarda Socialista, 05.10.1945.
- (114) Vanguarda Socialista, 31.08.1945.
- (115) CARONE, Edgard. O Estado Novo ..., p 187.
- (116) O "Manifesto" da U.D.S. fala em "Liberdade e autonomia dos sindicatos e direito de greve; "Melhoria e aplicação eficiente da legislação trabalhista. Abolição do sistema especial empregado nas indústrias consideradas de guerra. Pagamento dobrado das férias e descanso obrigatório. Justiça gratuita para os trabalhadores. Extensão da legislação social aos trabalhadores assalariados do campo"; "Ajustamento dos salários ao custo de vida e conversão dos abonos em salários", "Instituto único de previdência... Participação dos sindicatos no controle de suas rendas, para solução do problema da casa para o trabalhador", etc. (CARONE, Edgard. A Terceira República... p 441. O Programa da Esquerda Democrática coloca a "autonomia sindical e direito de greve" como um de seus "princípios"; como "reivindicações imediatas", proteção do trabalho sob todas as suas formas, com a ampliação e aperfeiçoamento da legislação vigente ", "salário mínimo justo, capaz de assegurar ao trabalhador sua manutenção e de sua família e a educação de seus filhos", "salário igual paratrabalho igual, sem distinção de idade e sexo", etc. CARONE, Edgard. A Terceira República ..., pp 444/445). O Manifesto do PSB é bastante superficial.
- (117) O pensamento político de Domingos Velasques está explicitado in: Rumos Políticos, Rio de Janeiro, Agir, 1946.- trata-se da republicação de artigos editados pelo Diário de Notícias (D.F.), em 1946: "Carta a um Comunista", "Carta a um Católico", "Carta a um Integralista", etc.
- (118) Vanguarda Socialista, 23.11.1945.

(119) Vanguarda Socialista, edições de novembro/dezembro de 1945.

(120) "Pode a muitos parecer que a Esquerda Democrática é a expressão concreta de uma tal realidade (= o núcleo de um Partido Socialista). Se bem que tenhamos razões para pensar que ainda não é este o caso, não nos move aqui a menor intenção de hostilidade àquela organização. Ao contrário, desejaríamos ser desmentidos pelos fatos."

"Mas, por seu núcleo dirigente, pela sua programação e seus documentos ideológicos, pelas tendências de muitos de seus chefes, não temos grande esperança de que a Esquerda Democrática chegue a se constituir como um partido de massa e militante. É ainda uma organização muito limitada em seu escopo, tímida na ação, cada vez mais oscilante entre a burguesia liberal e a 'linha justa'. Uma teoria parece dominar parte de seus elementos responsáveis, segundo a qual o partido não é um "partido de classe", não seguirá uma linha de luta de classes, nem se guiará por uma determinada ideologia política". Essa mesma teoria parece crer que o proletariado brasileiro ou não exercerá um papel cada vez mais eminente no desenvolvimento político do Brasil, ou de qualquer modo é monopólio patenteado do PCB. Eles parecem concordar com uma divisão de forças: ao PCB, o proletariado; a eles, a pequena-burguesia...". ("Como chegar ao Partido Socialista", Vanguarda Socialista, 18.01.1946).

(121) O jornal relata o Congresso da Esquerda Democrática, comentando as concessões que o grupo mais à esquerda, de origem marxista, teria sido obrigado a aceitar; "conci- ou-se na Convenção", para que, mais tarde, "se ganhe a hegemonia no Partido". A direita do Congresso, "minoritária", era formada pela delegação do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A "esquerda" somava os grupos de São Paulo, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte (Vanguarda Socialista, 19.01.1946).

(122) Hermínio Saccheta, na entrevista que nos concedeu chegou a afirmar: "apesar de tudo, o que havia de combativivo no movimento operário estava no PCB".

CAPÍTULO V

NOS LIMITES DA "REDEMOCRATIZAÇÃO"

C A P Í T U L O V

NOS LIMITES DA "REDEMOCRATIZAÇÃO"

O período que medeia entre a posse de Dutra e a cassação do registro do Partido Comunista, concomitante ao fechamento da CTB, período de pouco mais de um ano - que se prolonga em suas características ainda até janeiro de 1948, quando os parlamentares comunistas perdem seus mandatos - é extremamente rico para quem o observa buscando acompanhar o desenrolar do conflito capital versus trabalho e as relações entre classes e partidos políticos. A sua análise, em detalhe, suporia outra dissertação de mestrado. Interessa-nos aqui apenas deixar registrado alguns dos elementos que caracterizam a montagem final da "democracia" que o país conheceria, daí até 1964. Um registro que sirva de primeiro passo para novas investigações.

A Unidade Burguesa

As greves, os "reajustes espontâneos" e os dissídios coletivos tinham repostos, em 1945, parte da desvalorização acentuada que os salários dos trabalhadores vinham sofrendo, havia anos. A dimensão exata dos ganhos obtidos é de difícil cálculo, contudo (1). De toda forma, o custo de vida se mantivera em alta constante; ao lado disso, outros fatores tornavam cada vez mais difícil a vida dos assalariados urbanos: apesar do término da guerra, a escassez de gêneros alimentícios se mantinha aguda, fazendo das filas e do câmbio-negro instituições de um cotidiano de suplícios, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo (2).

Muitas categorias profissionais, sobretudo em São Paulo, entravam, como assinalamos, numa segunda luta por melhores salários. Textéis, metalúrgicos, ferroviários, trabalha

dores nas indústrias de borracha, possuíam já a experiência de greves vitoriosas - e, quer tendo seus sindicatos sob uma direção pelega, comunista ou "independente" acreditavam na greve como caminho mais curto para a vitória (3).

Ao mesmo tempo, as reivindicações operárias evoluem rapidamente para a exigência de melhores condições de trabalho, não se restringindo mais apenas à questão salarial.

Ocorre que agora, a atitude da burguesia tendia rapidamente a se radicalizar. A posição da FIESP mostra a pouca disposição de conceder reajustes aos trabalhadores. Na primeira semana de março (1946), a imprensa do PCB denunciava que o presidente da FIESP pedira a Dutra a decretação do Estado de Sítio, como única forma de por fim a agitação trabalhista (4). Não veio o Estado de Sítio, mas o decreto-Lei 9.070.

No caso da greve dos têxteis (fevereiro) de São Paulo, a cremos na imprensa do PCB, vários empresários se mostravam dispostos a atender os trabalhadores - nossa hipótese é de que se tratava de industriais proprietários de pequenos ou médios estabelecimentos, mais suscetíveis aos prejuízos derivados das paralisações -, mas a liderança da categoria os pressiona a reduzir substancialmente as concessões (5).

O índice de reajuste acordado (15%) seria apresentado pela Federação das Indústrias a seus associados como limite máximo a ser concedido aos trabalhadores (6); acordos obtidos "sob pressão"; orienta ainda a entidade, deveriam ser descumpridos (7).

O golpe de Estado que derrubara Vargas, levado a efeito com mais que o beneplácito, a participação direta dos dois candidatos à presidência, tinha reafirmado a unidade burguesa demonstrada no episódio da Lei Anti-Trust. Esta unidade de interesses, que seguramente suplantava quaisquer divergências a propósito de questões como o grau de interferência que devia possuir o Estado na condução da economia, aparece nitidamente caracterizada quando se analisa os Programas dos Partidos Políticos que se inscreveram para as eleições de dezembro (8).

A Constituição de 1937 permaneceria em vigor permitindo a Dutra legislar por decreto, até que a nova Carta fosse sancionada. O caráter do regime que a burguesia pretendia implantar ficava caracterizado, mostrando os constituintes, logo no início de sua atuação, os limites da "democracia" que transformariam em lei. O acordo interpartidário negociado entre o PSD e a UDN, em junho-julho de 46, significava a conciliação entre os interesses do principal partido da situação e os do mais votado grupo de "oposição" (9).

Os debates para a constituição de uma nova ordem legal serviriam de pretexto para que se tentasse retirar aos trabalhadores conquistas econômicas que tinham sido incorporadas à CLT.

O primeiro Ministro do Trabalho de Dutra, cuja atuação na Greve Nacional dos Bancários já acompanhamos, pretendeu por exemplo, por fim ao instituto da estabilidade por tempo de serviço. Numa antecipação do que, depois de 1964, seria o FGTS, Negrão de Lima propunha que os empregadores depositassem mensalmente em conta bancária 5% do valor dos salários pagos a cada trabalhador; suprimir-se-ia, assim, a indenização (10).

Um novo padrão de relacionamento entre o Estado e o movimento sindical foi sendo, paulatinamente, estabelecido, à medida que os sindicatos, a maioria deles sob a influência do PCB, foram se colocando na direção das lutas econômicas dos trabalhadores. Já em fevereiro (1946), é na Delegacia de Ordem Política e Social que, em São Paulo, se reúnem diretores de Sindicatos da "Coligação Sindical", para "iniciar campanha contra o MUT e o PCB" (11).

Enquanto se decretava a ilegalidade do MUT e as Uniões Sindicais recém constituídas eram reprimidas, os mandatos das diretorias sindicais são prorrogados, numa manobra destinada seguramente a deter o "assalto" dos quadros e elementos próximos do PCB sobre as entidades dos trabalhadores (12).

No mundo da guerra fria, Dutra e seu ministério assumiram uma postura ainda mais realista que a do Rei. Assim foi, a propósito do intempestivo rompimento de relações com a URSS, à dar mais crédito a versões correntes (13).

Na questão da repressão ao movimento operário, o Estado agiu em clara sintonia com a burguesia industrial de São Paulo, a mais atingida pelas greves de 1945/46.

Houve casos de demissões em massa, paralelos à violenta repressão policial. Em São Miguel e Utinga, nas proximidades da capital paulista, ocorre inclusive ocupação militar das fábricas. Os casos de demissão, "por justa causa", na ótica patronal, levam à Justiça do Trabalho milhares de trabalhadores (14) - ao mesmo tempo em que ela sucessivas vezes, demonstrava claramente sua conivência com os interesses patronais, por vezes postergando soluções sob o pretexto de não estar suficientemente aparelhada para atender aos dissídios instalados. A Polícia voltava a se constituir no principal interlocutor do movimento operário. Pereira Lyra, advogado da Light, à frente da chefatura de Polícia no D.F. (mais tarde chefe da Casa Civil da Presidência) acumulou tal "folha de serviços" contra os trabalhadores, que pode ser comparado a Filinto Muller (15). Em São Paulo, Pedro de Oliveira Sobrinho, repressor desde o Estado Novo, permaneceria à frente da Secretaria da Segurança Pública durante a interventoria de José Carlos Macedo Soares, rivalizando com a polícia carioca no zelo anti-operário.

A gestão Negrão de Lima foi marcada por sucessivas intervenções em sindicatos. O apoio ministerial à realização do Congresso Sindical que acaba por fundar a CTB foi, como diz Maranhão, a "última tentativa de ganhar politicamente o controle sobre o movimento sindical" (16), e terminou com a desmoralização da minoria "ministerialista" - menos de 500 entre os 2.400 delegados presentes. A fundação da entidade autônoma era desejada não apenas pelo PCB.

Menos de um mês depois, incompatibilizado com aqueles que seriam "as suas bases", Negrão de Lima foi exonerado. Em seu lugar era nomeado Morvam Dias Figueiredo - o próprio presidente da FIESP; acabavam-se os intermediários. Antes mesmo da posse do industrial, o governo reconheceria a C.N.T.I., sob direção mais que confiável (17).

Fechado o PCB, na mesma data dissolvia-se a CTB, as Uniões Sindicais, a "as dele

gações destas e de quaisquer outras associações profissionais não registradas co
mo sindicatos"; os sindicatos que tivessem a elas se filiado, automaticamente so
freriam intervenção, "até novas eleições" (18).

Quando da cassação dos mandatos do PCB, novos ajustes inter-partidários entre o
PSD e a UDN seriam realizados. O jargão "Outra, presidente de todos os brasilei-
ros" se adequava bem à compreensão de cidadania que tinha a burguesia.

Estavam estabelecidos os limites da democracia brasileira, desde aí, jamais ultra
passados.

Na Constituinte, a solução encontrada para as principais questões a propósito dos
interesses trabalhistas - a organização sindical e o direito de greve - remetiam
para a legislação já vigente (19). Constituintes da UDN e PSD, por sobre todas
as firulas verbais e toda tentativa de salvar a face - os primeiros, tendo de
atender às exigências do discurso liberal, os segundos, enfrentando as dificulda
des de defender o corporativismo, associado ao modelo fascista - não podiam admi
tir um sindicalismo autônomo, que se tornasse, no dizer de um parlamentar da UDN,
"meio de ação contra o Estado" (20).

O modelo do Vargas pró-Eixo cabia como uma luva para os interesses do Capital,
no que dizia respeito ao controle sindical. O direito de greve, esse fora con-
quistado nas oficinas - e não podia mais ser desconhecido; apenas, limitado.

O PCB nos Limites da Redemocratização

É neste quadro de acirramento do conflito Capital versus Trabalho que os sindica
tos serão procurados maciçamente pelos assalariados. No final de
1946 possuirão 68% mais associados que em 1945 (21).

As direções sindicais, se excetuarmos aquelas absolutamente corruptas, "ministe-
rialistas", como a dos metalúrgicos de São Paulo, referida por Maranhão (22), te
rão de assumir a partir daí um papel combativo. É, assim, também contra o "assal
to" das massas grevistas que Dutra prorrogaria sucessivamente os mandatos da di-

reções sindicais.

O Partido Comunista, seguramente em São Paulo, e provavelmente no resto do país, ganhará, graças à revisão (ainda que parcial) da política anti-greve que seguira em 1945, a direção de fato do movimento trabalhista.

Nos meses de fevereiro e março, o PCB desenvolveu intensa atividade contra a "Carta Fascista", afinal mantida até setembro. Nesta direção, reencontrar-se-á com a oposição liberal de que se tinha apartado radicalmente desde a Anistia .

Em face da ação repressiva de Negrão de Lima, ministro "trabalhista", e das posições assumidas pelo PTB, a Comissão Executiva do Comitê Nacional do PCB divulgará nota em que diz ter verificado "haver chegado o momento de arrancar definitivamente diante dos olhos do povo a máscara trabalhista e democrática do Sr. Getúlio Vargas e de seus lacaios do PTB" (23). Logo após, a imprensa partidária descobriria a existência de "duas alas na UDN" - uma delas, disposta a fazer oposição (24). Em nível de base, as ligações entre comunistas e "getulistas", serão reforçadas - e levarão ao sucesso da proposta do PCB no Congresso Sindical de setembro.

Em 1946 o PCB teria de assumir o ônus de capitanear greves caracteristicamente políticas, ligadas à campanha internacional desencadeada contra o regime de Franco.

A presença de muitos exilados republicanos no Brasil, além da grande colônia espanhola em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, favoreceria o esforço dispendido nesta direção, de forma a garantir inclusive respaldo popular ao boicote aos navios espanhóis, a partir de abril, em Santos.

Várias embarcações zarpariam sem efetuar as operações de carregamento e descarga, dada a absoluta adesão dos portuários à palavra de ordem internacional: em 2.300 trabalhadores, apenas 7 "furam" a decisão das Assembléias Gerais. Ao lado da luta política, os estivadores e doqueiros tinham reivindicações salariais (querem 75% de reajuste) e pretendem melhores condições de trabalho (25).

Santos, a essa época, era a "Moscou brasileira". O boicote no porto do Rio de Ja

neiro fracassou, verificando-se repressão militar na primeira tentativa, com a aplicação do decreto 9.070 (26).

O aguçamento da crise internacional, a escalada repressiva, o processo de cassação do registro do PCB que dá entrada no Supremo Tribunal Eleitoral em março (27) - em nada alterarão a linha política do Partido. Seguindo o mesmo método autoritário de (ausência de) debates, com a divulgação pela imprensa de "73 teses para discussão" (28) que seriam a seguir integralmente referendadas, reuniu-se em julho de 1946 a "Conferência Nacional" do PCB. Era a primeira, desde a de 1943, já então, plenamente oficializada pelo Partido. O Informe de Prestes, versão "literária" das "73 Teses ..." viria, apesar de todas as atualizações analíticas, confirmar a orientação até ali ditada.

Stálin já revisara a compreensão que divulgara a propósito da primeira fase da guerra mundial (definida nos anos 39/41, quando vigorava o acordo germano-soviético) como mero conflito interimperialista. O PCB acompanha a revisão: a guerra, agora, desde o início era uma "guerra de libertação contra o nazismo"; "o caráter da guerra não mudou da noite para o dia com o ataque à União Soviética"; mas antes do ataque, fora "justo ... acentuar o seu lado reacionário, já que o essencial era então desmascarar a agitação política mentirosa das classes dominantes" (29).

Repetem-se ainda as previsões de uma paz duradoura no após guerra, derivada da possibilidade concreta de colaboração entre as "democracias" e a URSS. No entanto, toda ênfase se desloca, agora para aquilo, que era apenas referido nos textos anteriores que utilizamos: a ação do imperialismo no após-guerra. Uma crise de enormes proporções ameaçava novamente o capitalismo. "Só a URSS não tem problemas internos a resolver nem crises em perspectiva" (30). Frente a esta situação, em tudo semelhante a que resultara na depressão de 1929 (31), os trusts e monopólios tinham passado à ofensiva - em busca de "novos mercados no exterior e novos campos de investimentos para seus capitais". Na América Latina, "cresce de maneira significativa a pressão do Capital ianque em luta pela exploração cada vez ma

is impiedosa das grandes massas trabalhadoras e pelo predomínio político e militar absoluto" (32).

Percevia sob o continente a "ameaça maior" do Pacto Hemisférico (33). Os golpes se sucediam - Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Costa Rica, Guatemala..., aqui mesmo, as "provocações" do imperialismo se sucediam. No entanto, face a tudo isso, o secretário geral se mantinha otimista:

"Mas a correlação das forças sociais no mundo inteiro, é ainda tão favorável à democracia que toda a agressividade imperialista esbarra impotente diante da força dos povos que lutam pela paz e pelo progresso" (34).

Comparando a realidade política brasileira, analisada em janeiro de 1945 com a situação que devia, agora, pensar, afirma:

"É evidente, sem dúvida, a diferença entre um e outro período, entre as grandes vitórias populares de 1945 ... a diferença entre essa marcha acelerada no caminho da democracia e o que se vem passando no correr deste ano, que tem sido fundamentalmente de luta em defesa das posições alcançadas, em defesa das conquistas democráticas" (35).

Os comunistas se reconheciam na defensiva, pois. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, o tom triunfalista é agora reforçado:

"O fascismo desesperado não alcançou, no entanto, até agora, nenhuma vitória decisiva ..." (.....).

O PCB "... se torna, cada vez mais, o verdadeiro dirigente da política nacional, graças ao acerto de sua linha política ...".

Não havia, apesar de todas as medidas repressivas, "provocações", etc, em curso, que "falar agora em retrocesso na marcha da democracia em nossa terra" (36).

Seguramente, esta não era a compreensão de todos os quadros: "Já houve mesmo, companheiros, que contra toda realidade objetiva do meio em que atuam, quiseram criar artificialmente formas de luta mais altas e vigorosas, concorrendo assim para separar o Partido das massas, ainda não comunistas. ... O perigo está em sermos arrastados pela paixão diante das provocações fascistas ..." (37).

Se em janeiro no "Pleno Ampliado", Prestes criticava a "passividade" e o desvio "direitista", em parte de seu Informe que agora reproduzia, agora apontava na direção inversa: o risco maior era o de "desvio esquerdista". Deveria ocorrer "um profundo exame crítico e auto-crítico dos movimentos grevistas mais recentes a fim de por a nú os desvios que se tenham manifestado na aplicação da linha política de nosso Partido. Se devemos combater intransigentemente o oportunismo dos que em nome de 'Ordem e Tranquilidade' se deixam ficar de braços cruzados, igual deve ser, e precisa ser nossa luta contra o desvio esquerdista, hoje o mais perigoso, sem dúvida" (38).

O Informe de Prestes se estende na identificação da composição reacionária do governo, na condenação do projeto de Constituição que tramitava ("uma espécie de camisa de força preparada pelos elementos mais reacionários da classe dominante") e na denúncia da tentativa de promover uma "união sagrada" contra o PCB.

Diante de tudo isso - já claros os limites da democracia que a Constituinte traria - Prestes reafirmava a necessidade de prosseguir na luta pela "Unidade Nacional", apontando as eleições para os Constituintes e governos Estaduais como ocasião em que seria "talvez mais fácil" a concretização da unidade com as "forças, correntes e partidos políticos antifascistas" (39).

Em dezembro, em uma nova reunião do C.N. do PCB, Prestes reafirma, de forma mais explícita, a orientação de julho:

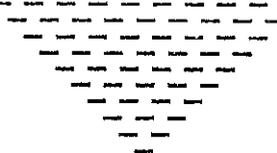
"A democracia avança e o que nos cabe fazer, a todos nós democratas é defender as posições conquistadas, agir com prudência e sangue frio diante do desespero do inimigo". (.....)

"Nada mais perigoso, nestas condições, do que qualquer erro de esquerda, a precipitação, a tendência golpista ou aventureira. Certamente não podemos ficar de braços cruzados diante dos atentados fascistas contra a democracia. A luta é indispensável, luta sem tréguas, enérgica e corajosa, mas luta pacífica e vigorosamente dentro da ordem legal estabelecida ... Mesmo no caso de golpe contra a Constituição ou contra a ordem legal estabelecida não se deverá sair do quadro rigorosamente legal do pretexto vigoroso e decidido. Porque, mesmo em tal caso o essencial é não permitir que a reação se consolide por meio de um banho de sangue ..." (40).

Basbaum popularizou a tese de que a proibição do funcionamento legal do PCB ocorreu "sem nenhuma resistência" (41).

Os fatos confirmam que o Partido, descrendo da eficácia da "provocação" que tramitava no TSE, não mobilizara suas bases e áreas de influência para a resistência. Fiel as orientações da linha política internacional, avalizando o caráter "progressista" de "amplos setores" da burguesia, ajudara a eleger Adhemar em São Paulo e concentraria esforços na tentativa de registrar uma nova legenda - o PPP (Partido Popular Progressista), destinada a substituir a impugnada, numa luta vã. Cassados os mandatos dos parlamentares comunistas, em janeiro de 1948, a formulação explícita de uma autocrítica ainda não tinha ocorrido.

NOTAS CAPITULO V



(1) Entre julho de 1944 e julho de 1946 os salários nominais pagos aos segurados do IAPI se elevaram nos seguintes percentuais (ver Tabela VII)

Brasil	49,14%
Pernambuco	30,12%
Minas Gerais	27,56%
Distrito Federal	53,13%
São Paulo	50,21%
Rio Grande do Sul	47,81%

Os diversos indicadores utilizados por Óliver Ónody (Tabela I) apontam no período de 1944-1946 incrementos nos salários reais dos trabalhadores da ordem de 7,6%, 8,1% ou 4,6% (Tabela I).

(2) A propósito da falta de pão, ver, por exemplo Hoje, 07.02.1946. Em junho, o racionamento determinava apenas 100 g dia por pessoa, em São Paulo (Hoje, 21.06.1946).

(3) Levantamentos das greves de São Paulo, em 1946, foram realizadas por Francisco Weffort, Ricardo Maranhão e Arnaldo Spindel. Não os repetiríamos, embora (como eles, de resto, o fazem) verifiquemos que certos dados - como o papel dos sindicatos na deflagração dos movimentos

(4) Hoje, 08.03.1946.

O jornal consultado se preocupa em dizer que em reunião secreta na FIESP "industriais progressistas" desmentiam o caráter político das greves operárias, alegando pela direção da entidade.

(5) Nas greves de fevereiro/março de 1946, reivindicava-se entre 30% e 50% de reajuste salarial. Obtém-se entre 10% e 30%.

(6) A propósito das divergências (?) entre industriais textéis, ver Hoje, 08.03.1946. O "teto" de 15% é referido no Hoje, 03.03.1946 e é assumido pela maioria dos sindicatos patronais. O jornal citado elogia (p. ex., a 25.03.1946),

empresas têxteis de pequeno e médio porte que concederam "pelo menos 20%" "espontaneamente", e denuncia as pressões que as malharias (micro-empresas), vinham sofrendo de parte dos grandes industriais. Hoje, 15.03.1946.

- (7) Hoje, 20.02.1946; 12.03.1946.
- (8) Ainda que diferenciados quanto à complexidade e extensão, enunciando uns apenas princípios gerais, enquanto outros se preocupam em transformá-los em reivindicações, os Partidos, em número de onze (não considerado neste número o PCB) que se registraram em 1945, não formularam Programas de Governo - se pensavam efetivamente como fazendo parte de um todo mais amplo, o sistema partidário ou mais simplesmente, um sistema de alianças partidárias que governa. Um estudo pormenorizado dos Programas Partidários permite ver a existência não de onze, mas de um único Partido - o Partido do Capital , dividido em legendas eleitorais diferentes - A propósito do discurso dos programas partidários, ver: ALEM, Silvio Frank. "O Partido do Capital: os Programas Partidários em 1945". Anais do V Simpósio da A.N.P.U.H. - São Paulo, 1980.
- (9) A propósito, ver: MOURÃO, Milciades M. Dutra (História de um Governo). Rio de Janeiro, s/ed., 1955, pp 57/70.
O Globo, 05.07.1946; 10.07.1946; Diretrizes, 10.07.1946, 16.07.1946; Diário de Pernambuco, 30.06.1946; Hoje, 11.07.1946.
O PSD possuía 54% dos assentos na Constituinte, e a UDN, 26%.
- (10) As condições que possibilitariam o saque, por parte dos trabalhadores, seriam a demissão, "doença grave", invalidez ou aposentadoria; em caso de morte, o montante caberia aos herdeiros (Hoje, 02.04.1946). Alguns dirigentes sindicais pelegos chegaram a se pronunciar favoráveis à medida. Tal foi a atitude por exemplo, do presidente do sindicato dos Gráficos, no D. F. (A propósito: Vanguarda Socialista, 12.04.1946; 26.04.1946). Promulgada a Constituição, a pretexto de que seu artigo 157 necessitava de regulamentação , muitas empresas começaram a se recusar a pagar o repouso remunerado aos trabalhadores.
O artigo dizia: "A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores"
- "VI - Repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local".
- (CONSTITUIÇÃO dos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 9ª edição, Rio de Janeiro, Aurora, 1956, pp 54/55). Exemplo de protestos a respeito aparece no Trabalhador Gráfico, dezembro, 1946; março. 1947.

- (11) Hoje, 18.02.1946.
- (12) Em julho, novo decreto fixava datas para as eleições sindicais, que acabaram sendo, contudo, novamente adiadas (Hoje, 24.07.1946).
- (13) A propósito: SILVA, Hélio, op. cit., pp 372/382; BANDEIRA, Moniz, op. cit., pp 313/314.
Em junho de 46 a "Hora do Brasil" já divulgava "injúrias à URSS" (Hoje, 13.06.1946). As pressões sobre a Constituinte, da parte de representantes dos interesses norte-americanos estão bem documentadas e seguramente reforçaram a "unidade burguesa". A propósito: BANDEIRA, Moniz, op. cit., pp 309/314 . PEREIRA, Osny Duarte. Que é a Constituição ? (Crítica à Carta de 1946 com vistas as Reformas de Base). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- (14) As demissões na Laminção Nacional de Metais (Utinga) alcançam centenas de trabalhadores; na Pirelli, registraram-se "mais de cem"; na Nitroquímica, de São Miguel, "centenas", apenas para citar dados do primeiro mes do governo Dutra. A propósito, Hoje, 04, 09, 10, 12.03.1946.
Em 1945, as juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho receberam 39.195 reclamações. Em 1946 este número atinge a 59.680 (Brasil) num incremento de 52,3% (IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1950, p 395).
- (15) A propósito, MOURÃO, Milcíades M., op. cit., pp 40/42.
- (16) MARANHÃO, Ricardo, op. cit., p 68
Já em julho, a expulsão de Negrão de Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro era pedida por Baeta Neves (Hoje, 26.07.1946). Em agosto isso acabaria ocorrendo. O Ministro, em contrapartida, diz "nunca ter, ao que me lembre, assinando ficha de filiação partidária" (Hoje, 08.08.1946).
- (17) O Congresso Sindical foi instalado em 09.09.1946. Negrão de Lima foi exonerado em 16.10.1946; a designação de Morvam é de 25.10.1946. (SOUZA, Antonio Manoel Braga. História do M.T.I.C. (1ª Parte). Rio, M.T.I.C., 1955, p 34). O decreto que reconhece a CNTI é desta última data (BMTIC : 148, novembro de 1946).
- (18) Diário de Pernambuco, 08.05.1947.
Em junho de 47, Roberto Simonsen discursava no Senado, "em nome das classes produtoras", defendendo a "sábia decisão" do STE, que determinava a ilegalidade do PCB (SIMONSEN, Roberto. As Classes Produtoras e o Partido Comunista.

Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947).

- (19) Os dispositivos da Constituição que tratavam do assunto diziam: "Art.158. É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.
art. 159. É livre a associação profissional ou sindical sendo reguladas pe-la lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções de delegados pelo poder públi-co". (Grifos nossos)
- (CONSTITUIÇÃO dos ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, op. cit., p 56). Esta solução, de resto aplicada à Justiça do Trabalho, deixava "aberta a possibilidade de se legitimar a legislação anterior, desde que julgada compatível pelos órgãos judiciários competentes com o espírito da nova Carta", o que de fato ocorria (VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p 268).
- (20) As palavras são de Ferreira de Souza, eleito com apoio da Liga Eleitoral Católica. Citado por VIANNA, Luiz Werneck, op. cit., p 263.
- (21) Os números absolutos são 474.943 (1945) e 797.691 (1946). (RODRIGUES, José Albertino, op. cit., p 130).
- (22) MARANHÃO, Ricardo. op. cit., p 48.
- (23) Hoje, 13.03.1946.
- (24) Hoje, 18.03.1946. São citados, nominalmente, José Américo de Almeida e Virgílio de Melo Franco.
O presidente da "Comissão Provisória Pela Revogação da Carta Fascista de 1937" em São Paulo era Júlio de Mesquita Filho, presente ao comício de "50.000 pessoas" de 23.02.1946 (Hoje, 25.02.1946). Após a repressão policial ao comício do PCB no Rio de Janeiro (Largo da Carioca, 23.05.1946), que resulta em mortos e feridos graves, Prestes visitou a UDN e propôs a Virgílio de Melo Franco um plano de ação comum contra Dutra (Hoje, 27.05.1946).
- (25) Em maio Negrão de Lima vai a Santos e comparece ao Sindicato dos Estivadores, onde assiste à reafirmação do boicote, votado em sua presença por "milhares de trabalhadores".
Segue-se violenta repressão às declarações do Ministro: a greve é dirigida por "comunistas estrangeiros", que "criaram em Santos a classe dos bagrinhos" e que assim, vivem da exploração dos "trabalhadores brasileiros". A narrativa de viagem do Ministro inclui a descrição de uma visita que recebera no Hotel, às 2 horas da manhã, por parte de tres estivadores dispostos a "denunciar as violências" dos tais comunistas estran-

geiros ...

Centenas de prisões e cassações de licenças de estivadores ocorrem, a seguir mas só em julho é que os navios espanhóis voltam a ser atendidos, por trabalhadores vigiados por baionetas.

O noticiário da greve, repressão, solidariedade e andamento judicial dos processos está nas coleções de Hoje de abril/agosto de 1946. A surrealista descrição da viagem de Negrão e seus contatos com os estivadores "democráticos" está p. ex., na Folha de Manhã de 10.05.1946 ("Milhares de Brasileiros são explorados por comunistas estrangeiros em Santos").

A concessão de 54% de reajuste (ao invés dos pretendidos 75%), anunciado pelo Ministro após sua viagem ao litoral paulista, somava-se a promessa de construção de casas populares para os "bagrinha" os "pobres patrícios explorados" de fala de Negrão. Isso não deteve a parede, contudo.

(26) Hoje, 23.05.1946.

(27) O pedido de cassação dá entrada a 23.03.1946. Na mesma semana Goés Monteiro declara que "não havia incompatibilidade entre democracia e fechamento de um partido político" (Hoje, 31.03.1946).

Em abril, o parecer de Temistocles Cavalcanti, pelo arquivamento da petição, foi derrotado - pelos mesmos 3 x 2 que fechariam o PCB um ano após (SILVA, Hélio, op. cit., p 384).

(28) As "teses" foram publicadas no Hoje de 17 e 18.06.1946.

(29) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata para os Problemas do Povo". Informe Político apresentado à IIIª Conferência Nacional do PCB, op. cit., p 420.

(30) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 424.

(31) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 425.

(32) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", pp 426/427.

(33) Proposto por Trumann, em maio de 1946.

(34) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 428.

(35) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 429.

- (36) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 430.
- (37) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 432.
- (38) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 433.
- (39) PRESTES, Luiz Carlos. "Solução Imediata ...", p 441.
- (40) PRESTES, Luiz Carlos. "Em Marcha para um grande Partido Comunista de Massas",
op. cit., p 499.
- (41) "No mesmo dia já os membros do Comitê Nacional e funcionários do PCB abandonavam a sede, depois de carregar todos os documentos existentes ... E os comunistas se recolhiam silenciosos, surpresos, decepcionados, às suas casas. No dia seguinte, um funcionário da Justiça fechava e lacrava a sede central na Rua da Glória ... Nenhuma resistência. Nenhuma só voz, quer dos operários, quer da burguesia, se levantava em protesto contra o que era uma visível e flagrante violência contra os termos expressos na Constituição". (BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol. III, pp 189/190).

ANEXOS

TABELAS

TABELAS

(Tabela I)

"BRASIL - Salário Médio na Indústria de Transformação"

ANO	Sal. Médio Nominal (Cr\$)	Índice	Sal. Real (Cr\$)	Índice (A)	Índice (B)
1939	228	100	228	100	-
1940	240	105	227	100	100
1941	262	115	222	97	96
1942	279	122	211	93	92
1943	319	140	208	91	90
1944	411	180	196	86	86
1945	475	208	188	83	80
1946	612	268	211	93	90
1947	709	311	192	84	80
1948	797	349	206	90	83

"Fontes: IAPI. Mensário Estatístico-Atuarial, fevereiro de 1954.
IBGE, Anuário Estatístico 1955, 1958. Desenvolvimento & Conjuntura, março de 1958.

(Índice A) - Desenvolvimento & Conjuntura, fevereiro de 1960

(Índice B) - Desenvolvimento & Conjuntura, dezembro de 1958".

Extraído de ONODY, Oliver. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, s/ed., 1960, p 263.

(Tabela II)

Índices Ponderados do Custo de Vida da Classe Operária
na Cidade de São Paulo

1939 = 100,0

ANO	Alimentação	Habitação	Total*
1941	121,0	113,6	118,7
1942	133,6	216,3	132,6
1943	153,0	125,2	153,6
1944	200,8	220,4	209,8
1945	245,3	270,1	259,1
1946	312,4	357,6	296,2
1947	373,2	482,5	385,9
1948	425,1	477,4	418,0

* Os outros indicadores considerados e não transcritos são: vestuário, combustível, assistência médica - farmacêutica - dentária, fumo, artigos de limpeza doméstica, móveis, transporte, "diversos".

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico 1951, p. 333.

(Tabela III)

CUSTO DE VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
"ORÇAMENTO MENSAL PARA UMA FAMÍLIA DE 7 PESSOAS"

1912 = 100

ANO	ALIMENTAÇÃO	ALUGUEL	TOTAL ⁺
1937	279	331	327
1938	309	317	341
1939	309	325	350
1940	315	382	363
1941	333	380	406
1942	359	405	453
1943	404	406	503
1944	541	405	556
1945	646	405	647
1946	742	405	725
1947	842	506	930

⁺ Os outros indicadores considerados e não transcritos são: combustível e luz, criados, vestuário, "móveis - utensílios - roupa de cama e mesa, etc".

Fonte: BMTIC 166, junho de 1948, pp 197/198.

(Tabela IV)

"CUSTO DE VIDA NO BRASIL"

(Números-Índice)

ANO	SÃO PAULO	DISTRITO FEDERAL
1944	71	74
1945	88	86
1946	100	100
1947	130	122
1948	141	126

Fonte: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Conjuntura Econômica.

Citado por ÓNDY, Oliver. A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, s/ed. ,
1960, p 127.

(Tabela V)

"Brasil, Índice do Custo de Vida" a

ANO	Índice	Porcentagem Anual de Aumentos
1939	100	-
1940	106	6,00
1941	118	11,32
1942	132	11,86
1943	153	15,91
1944	209	36,60
1945	252	20,57
1946	290	15,08
1947	368	26,90

Fontes: (1939/44) = PREFEITURA do Município de São Paulo. Índice Ponderado do Custo de Vida da Classe Operária na Cidade de São Paulo; (1945/47) = Média Ponderada São Paulo/Distrito Federal, FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Conjuntura Econômica (*)
Preparado por ONODY, Oliver. A Inflação Brasileira. Rio, s/ed., 1960, p 128

(*) Reproduzido em nossa tabela nº IV.

(Tabela VI)

BRASIL, INDICADOR DE PREÇOS

1919 = 100

ANO	PREÇOS-INDICE
1935	114,9
1936	138,2
1937	162,1
1938	161,2
1939	157,6
1940	165,8
1941	186,3
1942	206,8
1943	253,9
1944	288,7
1945	360,9

Fontes: "Para o período 1930/38 o indicador de preços foi elaborado com base em dados obtidos para 14 produtos, do IBGE. Anuário Estatístico do Distrito Federal. 1938, pp 441-43; Anuário Estatístico do Brasil. 1939-40, pp 459-60 e 1382-3; Anuário Estatístico do Brasil. 1941-45, pp 314-9.

De 1939 a 1945 foram utilizados os dados referentes ao índice de preços dos produtos agrícolas, exclusive café, do índice de preços por atacado da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estatística e Econometria".

Preparado por SUZIGAN, Wilson et VILLELA, Anibal, in: Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, pp 424/425.

(Tabela VII)

SALÁRIO MÉDIO INDUSTRIAL NO BRASIL

(Estimativa de Salários dos Segurados do I.A.P.I., mes de julho)

ANO	BRASIL Nº Seg - S.M.	PERNAMBUCO Nº Seg - S.M.	MINAS GERAIS Nº Seg - S.M.	DISTRITO FED. Nº Seg - S.M.	RIO DE JANEIRO Nº Seg - S.M.	SÃO PAULO Nº Seg - S.M.	RIO GR. DO SUL Nº Seg - S.M.
1942	968	53	77	162	81	353	69
1943	1.044	73	79	175	82	384	76
1944	1.189	63	87	194	90	471	90
1945	1.249	70	90	208	90	491	95
1946	1.297	75	87	215	87	530	101
1947	1.171	63	70	198	75	458	97

Nº Seg.: Número de Segurados, em milhares.

S.M.: Salário Médio, em Cruzeiros, valor nominal.

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico: 1941-45, 1947, 1950.

(Tabela VIII)

SALARIO MÉDIO DOS COMERCIARIOS NO BRASIL - 1946

	PERNAMBUCO	MINAS GERAIS	DISTRITO FEDERAL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	RIO GR. do SUL
Nº Seg. - S. M. N.º Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.	Nº Seg. - S.M.
526	22 - 540	36 - 589	123 - 902	18 - 556	159 - 630	42 - 601

Nº Seg.: Número de Segurados, em milhares

S. M. : Salário Médio, em Cruzeiros, valor nominal

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico, 1950

(Tabela IX)

PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1940

UNIDADE	'Estabelecimentos	PESSOAL OCUPADO			
		Total	Administração	Empregados	Operários
Acre	34	244	45	24	175
Amazonas	212	4.036	272	351	3.413
Pará	666	12.739	755	1.389	10.595
Maranhão	703	7.853	756	672	6.425
Piauí	164	1.849	139	120	1.590
Ceará	789	9.857	866	1.132	7.859
Rio Grande do Norte	593	6.531	512	1.140	4.879
Paraíba	737	15.229	739	1.280	13.210
Pernambuco	1.877	68.309	2.013	8.969	57.327
Alagoas	687	14.775	731	1.481	12.563
Sergipe	743	13.681	803	1.440	11.438
Bahia	1.766	28.932	1.842	3.729	23.361
Minas Gerais	6.224	89.606	6.450	8.889	74.267
Espírito Santo	984	5.502	708	648	4.066
Rio de Janeiro	2.405	55.044	2.887	6.674	45.483
Distrito Federal	4.169	151.799	6.945	21.395	123.459
São Paulo	14.225	329.344	18.655	37.824	272.865
Paraná	2.264	26.651	2.841	3.359	20.451
Santa Catarina	2.847	27.899	3.292	3.592	21.015
Rio Grande do Sul	6.557	82.731	9.796	12.027	60.908
Mato Grosso	402	5.872	453	1.070	4.349
Goiás	370	2.180	370	315	1.487
BRASIL	49.418	960.663	61.958	117.520	781.185

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 1947. Rio de Janeiro, 1948, p 135

(Tabela X)

PESSOAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA POR SETOR DE PRODUÇÃO - 1941

INDÚSTRIAS	PESSOAL ATIVO					
	TOTAL GERAL	SEGUNDO A CATEGORIA				
		NA ADMINISTRAÇÃO		NAS FABRICAS E OFICINAS		
		Total	%	Total	%	
Alimentação	170.194	29.875	30,6	140.319	16,5	
Fumo	14.992	681	0,1	14.311	1,6	
Química	44.553	7.980	8,1	36.573	4,3	
Borracha	8.424	1.046	1,0	7.378	0,0	
Madeira e Vime	65.696	8.893	9,1	56.803	6,7	
Papel e Papelão	15.586	1.973	2,0	13.613	1,6	
Couros e Peles	77.258	5.683	5,8	71.575	8,4	
Textil	255.454	9.730	9,9	245.724	29,0	
Vestuário	29.260	5.392	5,5	23.868	2,8	
Cerâmica e Vidros	41.820	4.117	4,2	37.793	4,4	
Beneficiamento de Produtos Minerais	17.314	900	0,9	16.414	1,9	
Metalúrgica	107.339	11.830	12,1	95.509	11,2	
Construção e Mate- riais de Construção	67.611	4.579	4,7	63.032	7,4	
Diversas	28.817	4.624	4,7	24.175	2,8	
TOTAL	944.318	97.321	100	846.997	100	

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico, 1941-45. Rio de Janeiro, 1946, p 106.

ANEXOS

DOCUMENTOS

ANEXO I

"Programa Mínimo de União Nacional - Novembro de 1945"

"Os candidatos registrados sob a legenda do PCB, comunistas ou não, comprometem-se ante a nação, a serem no parlamento os mais intransigentes e infatigáveis lutadores contra o facismo e a tudo fazerem pela ampliação e consolidação da democracia em nossa terra. Sua atividade no parlamento ficará subordinada aos seguintes preceitos, por todos voluntariamente aceitos, como programa mínimo de união nacional:

I - Os eleitos do povo, senadores e deputados, devem reunir-se em assembléia única conforme determina a Lei Constitucional nº 13 para, como poder soberano, emanção direta da Nação, constituir-se em Assembléia Constituinte, que proclamará a imediata caducidade da carta reacionária de 10 de novembro de 1937.

II - A Assembléia Constituinte decidirá soberanamente a respeito do governo da República que substituído ou confirmado no poder, passará desde logo a ser mero delegado da Assembléia Constituinte, perante ela responsável coletiva e individualmente por todos os seus atos.

III - A Assembléia Constituinte poderá desde logo, antes de entrar propriamente na discussão sobre a futura Constituição, elaborar uma Declaração dos Direitos e Deveres do Cidadão segundo os imortais princípios das revoluções americanas de 1775 e francesa de 1789, mas acrescida dos direitos sociais essenciais e indispensáveis nas democracias modernas. Serão assim proclamados to -

dos os direitos do homem e do cidadão: liberdade de consciência; de religião (de ter ou não ter religião); de manifestação de pensamento, pela imprensa, rádio, etc., liberdade de reunião, de associação política, inviolabilidade de domicílio e o sigilo da correspondência. E, como direitos sociais essenciais: o direito à instrução, para todos sem distinção e não ser o valor individual revelado; o direito ao trabalho e ao repouso; o direito à assistência paga pelo Estado para acidentes, doenças, invalidez, aposentadoria digna para os velhos trabalhadores. Completa igualdade de direitos para a mulher.

IV - Quanto à Constituição democrática a ser adotada, seus princípios fundamentais serão os seguintes:

1) Toda soberania reside na nação - o único poder legítimo é o que vem do povo.

Nestas condições, os deputados nada mais são que mandatários dos que os elegeram e perante eles responsáveis. Aos eleitores, portanto (os Le) o direito de cassar a qualquer momento o mandato de seus representantes.

2) O voto é direito inalienável de todo cidadão maior de 18 anos, homem ou mulher independentemente do nível cultural (menos analfabetos) e profissão que exerçam, inclusive soldados e marinheiros. Só o sufrágio direto, secreto e universal é realmente democrático. As eleições para a Assembléia devem ser feitas por listas de partidos políticos e o sufrágio rigorosamente proporcional às forças de cada partido, dentro de cada unidade da Federação.

3) Todos os cargos administrativos importantes, cargos de governo, principalmente, devem ficar nas mãos de representantes eleitos pelo povo, desde o município até os órgãos superiores do poder.

4) O governo federal (poder executivo) será exercido por um conselho de ministros escolhidos e nomeados pela Assembléia de representantes do povo e frente a ela responsáveis. A mesa da Assembléia acompanha todos os trabalhos do governo, controla sua atuação e defende a Constituição.

5) O Presidente da República deve ser eleito pela Assembléia de representantes do povo e não tem poderes a ela superior.

6) Como regra geral os juizes devem ser eleitos pelo povo. A justiça será serviço público gratuito.

7) Estados, Municípios e Distrito Federal terão completa autonomia política e administrativa, regendo-se pelos preceitos constitucionais que adotarem, respeitada a Constituição da República.

8) As grandes propriedades abandonadas ou mal utilizadas junto aos grandes centros de consumo e as vias de comunicação já existentes deverão passar ao poder do Estado para que sejam gratuitamente distribuídas aos camponeses sem terras.

9) Na Constituição será assegurada a supressão do feudalismo econômico e financeiro. Todos os trustes que pelo poderio econômico possam impedir na prática o gozo das liberdades teoricamente proclamadas, e aqueles cujo poderio passem a ameaçar a indústria nacional, devem ser por via constitucional imediatamente nacionalizados pelo governo.

10) Será mantida rigorosa separação do Estado da religião. Liberdade na prática de todas as religiões. Laicidade do ensino público.

V - Mas além do interesse pela nova constituição, os senadores e deputados do povo na Assembléia Constituinte, ou mesmo nas duas casas do parlamento, tudo farão em defesa dos mais imediatos interesses da Nação, lutando:

1) Pela manutenção da paz mundial, pela rutura de relações com os governos facistas, especialmente da Espanha e Portugal; pela solidariedade das Nações Unidas, em apoio à carta de São Francisco e da política de paz e colaboração sob a égide do Conselho de Segurança Mundial e das três grandes nações democráticas - USA, Inglaterra e URSS.

2) Pela prática da democracia interna, em defesa intransigente dos direitos civis do cidadão.

3) Contra o fascismo, pela dissolução imediata dos bandos integralistas, quaisquer que sejam seus nomes, e prisão e processo de seus chefes, como traidores nacionais.

4) Contra a carestia de vida, através de medidas praticas contra a inflação.

5) Pela efetiva aplicação da legislação trabalhista sob o controle dos principais interessados em seus sindicatos realmente livres e autônomos. Ampliação da Justiça do Trabalho e imediata substituição dos juizes que não forem livremente eleitos.

6) Pela imediata extensão dos direitos sociais aos trabalhadores agrícolas.

7) Pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado, inclusive empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral.

8) Pela rápida liquidação dos restos feudais na agricultura em defesa da massa camponesa, contra a exploração dos grandes fazendeiros reacionários.

9) Pela entrega de terras à agricultura, junto aos grandes centros de consumo e as vias de comunicação existentes, aos camponeses pobres que as queiram diretamente para trabalhar.

10) Pela imediata dissolução de todas as policias políti -

cao e processo criminal contra os carcereiros e carrascos polici-
ais que maiores crimes cometeram durante a reaçao.

11) Pela imediata democratizacão do ensino, sua simplifi-
cacao, de maneira a assegurar instrucao primaria tecnico-profis-
sional, e na medida do possivel secundaria, gratuita ao mais am-
plas massas da populacao.

12) Pelo socorro medico e hospitalar imediato as vitimas
das endemias que maiores males causam a nossa populacao, especifi-
camente a tuberculose. Protecao a maternidade e a infancia.

13) Pela democratizacão de nossas forcas armadas e sua a-
parelhagem progressiva, de maneira a constituirem elemento cada
vez mais eficiente em defesa da democracia e da independencia na-
cional.

14) Pela revisao dos contratos mais lesivos aos interes-
ses nacionais com as empresas nacionais ou estrangeiras.

15) Pela revisao geral dos sistemas de impostos e substitui-
cao rapida dos impostos indiretos, sobre a renda e o capital.

ANEXO II

"Manifesto de Janeiro"*

Pedro Pomar Iê, dia 29.01.1948, na Câmara de Deputados, Manifesto do C.N. do PCB, assinado por Luiz Carlos Prestes.

"Ao Povo Brasileiro"

"Novos golpes, cada vez mais sérios e perigosos, acaba a reação de desferir contra as conquistas democráticas do nosso povo.

O governo de traição nacional, de fome, e do terror policial de Dutra, dá novos passos no caminho da ditadura e da completa entrega de nossa Pátria aos banqueiros norte-americanos.

É neste momento que nos dirigimos aos patriotas e democratas, aos operários e camponeses, intelectuais e funcionários públicos, jovens e velhos, homens e mulheres, enfim à nação inteira, para alertar a todos dos perigos que ameaçam a soberania de nossa pátria e estão levando o nosso povo já reduzido a fome mais negra - ao completo aniquilamento físico, e para convocar as massas à luta sem tréguas e sem vacilações pela liberdade e a democracia, contra a exploração feudal e capitalista. Contra o imperialismo ianque, pelo progresso e pela independência do Brasil.

Nessa luta, nós, comunistas brasileiros, estaremos agora como no passado, à frente de nosso povo, dispostos a impedir que nossa pátria se transforme em colônia do imperialismo americano e que os nossos patrícios sejam transformados, pela traição dos senhores das classes dominantes e do governo de Dutra, em escravos do dólar.

Concidadãos:

Mais uma vez, em nossa vida republicana, é a Constituição posta de lado pelo poder executivo que, senhor da força e dos dinheiros públicos, sobrepõe-se aos outros poderes, compra deputados e senadores, protege-se em suas negociatas e obtém para suas arbitrariedades a cumplicidade subserviente de juizes que rasgam e violam as leis para defender interesses pessoais e da classe social a que pertencem.

Os acontecimentos que se precipitaram nesses últimos dias vieram revelar à nação inteira o que valem para as classes dominantes em nossa terra as leis votadas pelos seus representantes, inclusive a Constituição da República. A liberdade de imprensa vem sendo violentamente desrespeitada, os jornais são atacados pela polícia e veem suas máquinas depredadas, são em seguida ilegal e arbitrariamente impedidos de circular, e os juizes veais de um chamado Tribunal de Recursos não se pejam de tudo sancionar, inclusive a caduca "Lei de Segurança" do Estado Novo, que Adnaído Costa - negociista do arroz do Ministério da Justiça faz ressurgir como instrumento de opressão e terror policial. Nos centros urbanos mais adiantados, onde a violência policial e a pressão econômica já não conseguem mais impedir que os trabalhadores façam uso do voto e possam levar à Câmara Legislativa e ao executivo municipal, como no caso de Santo André, em São Paulo, seus legítimos representantes, recorrem os homens das classes dominantes e o governo dos negociistas de Dutra à já conhecida maioria de juizes subservientes do Tribunal Superior Eleitoral e anulam votos do povo, liquidando as últimas esperanças populares, na verdade das urnas.

Contra o ministério dos negociistas

E, ao mesmo tempo que os bandidos policiais atacam os jornais do povo em São Paulo e na capital do país, a maioria reacionária da Câmara de Deputados completa a obra iniciada no Senado e anula os votos dados à Chapa Popular, à gloriosa legenda do PC do Brasil, nas eleições de 2 de dezembro e 19 de janeiro, com o objetivo suficientemente claro de fazer silenciar nas Assembléias Parlamentares de todo o país a voz patriótica e corajosa dos representantes comunistas para os exploradores e os cínicos agentes e lacaios nacionais dos banqueiros norte-americanos, a voz daquelas que desmascaram as negociatas dos Morvan e Cornea e Castro, dos Clemente Mariani e Daniel de Carvalho, dos Adroaldo Costa dos Adhemar de Barros, a voz desassomburada da defesa dos trabalhadores e vigorosa e sempre alta contra as arbitrariedades e violências policiais, contra os generais facistas, contra Dutra e todos aqueles que usam o poder para esfomear o povo, proteger negociatas e entregar a Pátria ao imperialismo de Trumann e Marshall, que além das riquezas se vai se apoderando, já intervém diretamente na administração do país e no alto comando de nossas forças armadas, dirige a polícia e o Ministério do Trabalho e quer fazer do povo carne de canhão para as suas aventuras guerreiras em todo o mundo.

União Para Barrar a Marcha da Reação

Por último, a cassação dos mandatos dos representantes comunistas, acontecimento da mais profunda repercussão na vida política nacional, aniquila o direito de voto de centenas de milhares de trabalhadores, priva a classe operária de seus representantes no Parlamento, constitui atentado tão sério às últimas possibilidades de vida democrática no país, que não pode deixar de abalar a nação inteira e de levantá-la contra a ditadura que se instaura e que já diretamente ameaça com a volta do terror policial, com a cen

sura à imprensa, com a perseguição a qualquer atividade política, com o estado de sítio permanente, os cárceres cheios, torturas e assassinios policiais. Este o caminho inevitável que se abre no país com a cassação dos mandatos dos representantes comunistas se não nos levantarmos com energia e decisão, todos juntos, patriotas e democratas de todas as tendências políticas, dispostos a barrar a marcha da reação, a resistir sem vacilações, a lutar pelos nossos direitos, pela liberdade e pela democracia.

Estamos em face de um governo de traição nacional que, a serviço do imperialismo norte-americano, esfomeia o nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios norte-americanos, governo o mais inapto que já tivemos, incapaz de resolver qualquer problema nacional, governo da carência crescente, da miséria e da fome e, a cada dia mais, governo inimigo do povo e do qual, por isso mesmo, o PC do Brasil se orgulha de ser alvo predileto e mais diretamente visado.

Governo de Traição Nacional

Lutar contra este governo de fome e terror policial, anti-democrático e de traição nacional, é nos dias de hoje dever sagrado de todo patriota e particularmente dos trabalhadores, já que não podem assistir em silêncio e de braços cruzados à degradação, a miséria e a fome de suas famílias. É o dever da mulher brasileira que quer paz e não quer guerra imperialista em que serão sacrificados os seus filhos; é dever dos intelectuais progressistas e de todos os verdadeiros democratas.

Seria uma vergonha e uma humilhação permitir a escravização do nosso povo, seria uma traição aos nossos mortos gloriosos de luta contra o nazismo admitir sequer que os monopólios norte -

americanos façam de nossa pátria base militar para suas manobras guerreiras contra os povos livres e o progresso da humanidade.

Em tais circunstâncias, a divisão das forças efetivamente patriotas e democráticas pode ser fatal.

Eis porque agora, que surgem condições novas para uma ampla e poderosa unidade de todas essas forças, o Partido Comunista do Brasil apela para todos os democratas e progressistas, para todos os que se levantaram e souberam protestar contra a cassação dos mandatos dos representantes comunistas, para todos os que não vacilaram nessa emergência a compreenderem a gravidade do golpe desfechado contra a democracia e conclamamo-los para essa unidade - que além de necessária, já é possível e urgente - unidade que há de constituir a vasta frente democrática capaz de derrubar a ditadura e de iniciar no país uma nova política, democrática e progressista, e de luta efetiva pela independência nacional.

Dever Patriótico a Luta contra o Atual Governo

Compatriotas!

Barremos a reação, saibamos unir e organizar nossas forças para resistir através de amplos movimentos de massas para defender a independência da pátria, enfrentar o arbítrio e a ilegalidade da violência policial, garantir o futuro e a vida de nossos filhos!

Operários e Camponeses!

Organizai-vos nos vossos locais de trabalho, nas usinas, nas fazendas, e lutai pela liberdade, pelo progresso, pela independência do Brasil. Lutando contra a carestia de vida, contra a miséria e a fome, por maiores salários, recorrendo quando necessário à greve, que é um direito sagrado de todo trabalhador!

Reconquistai a praça pública para levantar o nosso protesto contra a ditadura!

Mostrai a nosso irmão no trabalho a necessidade atual de lutar e resistir, resistir a um governo de fome e de terror policial, resistir para que possamos golpear com maior vigor as bases econômicas da reação, acabar com o latifúndio, entregar as terras aos camponeses, por um termo à exploração de nosso povo pelos banqueiros e monopólios norte-americanos, conquistar a liberdade e a democracia, substituir a ditadura dos senhores feudais e lacaios do imperialismo por um governo realmente popular, democrático e progressista!

Única Esperança de Melhores Dias

Os comunistas brasileiros sabem que é justamente porque se eleva a consciência política de nosso povo, porque cresce o Partido Comunista e se amplia e aprofunda o seu prestígio na grande massa de nossa população, porque os trabalhadores cada vez mais se voltam para nossa gloriosa bandeira como sua única esperança de melhores dias, é que por tudo isso que a reação se levanta desesperada e tão rapidamente se desmascara, arrastando atrás de si tudo quanto há de indigno, de podre e vacilante nos quadros da política nacional - desde os negociistas profissionais até aqueles ilustres senhores que ainda ontem pretendiam passar por democratas e progressistas aos olhos do povo e que agora, como Juraci Magalhães e seus iguais mostram sua verdadeira face de reacionários e lacaios dos exploradores estrangeiros.

Mais do que nunca, sejam quais forem as circunstâncias, proceguiremos juntos com o povo organizado lutando pelas suas reivindicações mais sentidas e imediatas.

É assim que haveremos de barrar a reação, golpear em sua

base econômica, o latifúndio e o imperialismo, para alcançarmos a liberdade, a democracia e um governo popular e progressista que traga o bem estar para o povo e coloque nossa pátria entre as nações livres e soberanas.

Lutemos por Liberdade e Democracia!

Contra o terror policial, viva a imprensa popular!

Contra a carestia de vida e os salários de fome, a greve é um direito dos trabalhadores!

Contra a miséria no campo, por melhores salários, por ferramentas baratas, contra os vales e os barracões!

Para a frente na luta de massas contra a cassação de mandatos e pela legalidade do PCB!

Viva o nosso exército democrático. O Exército de Benjamin Constant e de Siqueira Campos, que jamais se prestará ao papel de opressor do povo e que junto com o povo há de resistir aos generais facistas e ao governo de traição nacional!

Contra o ministério de negociistas e o governo de Dutra de traição nacional, viva a resistência do povo organizado!

Pela frente única de todos os patriotas e democratas!

Viva o Brasil! Livre e progressista!"

Rio, 28.01.1948

Pelo Comitê Nacional do PCB, Luiz Carlos Prestes

* Folha do Povo, 31.01.1948

A N E X O III

(Autocríticas do PCB)

"O Nosso Partido" (1949)*

Nosso Partido, como o partido político da classe operária e do povo, pela sua atuação junto às grandes massas trabalhadoras, pelo seu passado de lutas contra a reação e o imperialismo, pela liberdade e a democracia, pelo progresso e a independência do Brasil, é, cada vez mais, em nossa Pátria, uma força política dirigente, a única força política que arrasta grandes massas, capaz de mobilizá-las e de levá-las à luta pelos seus verdadeiros interesses, que são os interesses da maioria esmagadora da nação. Isto é tanto mais exato, quanto mais se estreita a medida que as massas ganham experiência política, a base social em que se apoiam o governo e os diversos partidos das classes dominantes, incapazes de indicar qualquer saída progressista e que não seja puramente demagógica para a situação desesperada das massas que se agrava cada vez mais com o aprofundamento da crise geral do capitalismo e a política violentamente colonizadora do imperialismo norte-americano. E disto decorre a influência que exercemos nós, comunistas, através da atuação prática de nosso Partido, no curso dos acontecimentos políticos no país e no Continente. A imprensa do imperialismo e das classes dominantes não pode ocultar essa influência dirigente de nosso Partido, porque, mesmo quando pretende adotar a tática do silêncio para evitar a propaganda gratuita do comunismo, não pode desconhecer a existência do proletariado como classe social e de sua ação política cada vez mais consciente e vigorosa. Não é possível deixar de reconhecer, no meio da desorientação em que se debatem os politiquinhos das classes dominantes, que vão da violência mais desesperada à mais cínica demagogia, que só aos comunistas é que assiste e alimenta a idéia fixa de uma causa, de um propósito, de um objetivo, como escreve o capitalista A.F. Schmidt. E o mais sério é que essa causa é a causa do proletariado, visa a abolição total da exploração do homem pelo homem, é a causa do progresso da humanidade - é o socialismo já praticamente construído na gloriosa União Soviética, sob a direção genial de Stalin.

Esta a causa fundamental dos grandes êxitos que alcançamos nos dois anos de vida legal que se seguiram à derrota militar do nazismo e durante os quais, graças às possibilidades que surgiram de um contacto mais direto com as grandes massas trabalhadoras, desde o proletariado dos centros industriais mais adiantados até às populações atrasadas do sertão, nos foi dado despertar para a atividade política milhões de concidadãos e iniciar sua educação política, apontando-lhes a solução revolucionária dos problemas brasileiros. Foi através dessa grande atividade que fizemos de nosso Partido um Partido de massas e uma força política de importância no país, com prestígio junto às grandes massas operárias e camponesas e que conseguiu atrair para as suas fileiras o que existe de melhor, de mais honesto, puro e saudável na intelectualidade progressista do país. Com o considerável crescimento de nosso Partido, acentuou-se no país a força dirigente de um partido da classe operária, um partido político de âmbito nacional, força patriótica e unificadora, que nenhum regionalismo pode desagregar, ao contrário do que acontece com todos os partidos das classes dominantes que o regionalismo despedaça em grupos rivais pelo país afora.

Nossa política de princípios contra a guerra imperialista foi, sem dúvida, durante êsses anos de vida legal, o ponto mais alto de toda a nossa atividade educativa de massas, juntamente com a luta que dirigimos contra a guerra imperialista, contra o "Livro Azul", contra a intervenção de Berle em nossos negócios internos e exigindo a expulsão dos soldados do Imperialismo de nossas bases militares, constitui a causa mais direta de nosso prestígio entre as mais amplas massas populares que vêem e sentem que o Partido Comunista é um partido diferente dos demais. E essa diferença não podia senão aumentar e tornar-se cada vez mais evidente, através da atividade parlamentar dos representantes comunistas nas diversas assembleias para que foram eleitos, desde a Assembleia Constituinte até as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, onde, com as bancadas comunistas se elevou pela primeira vez em nosso país a voz do proletariado, das grandes massas trabalhadoras, uma voz independente dos monopólios ianques e dos magnatas brasileiros, de luta permanente e sem quartel contra todos os exploradores e opressores de nosso povo.

Enfim o que é indispensável, neste momento, em que de vemos iniciar em todo o Partido de alto a baixo, o mais rigoroso exame auto-crítico de nossos erros, falhas e debilidades, é não esquecermos nem subestimarmos os lados positivos de nossa atividade, os êxitos incontestáveis que alcançamos durante os anos de vida legal, em que participamos ativamente de toda a vida política do país, passamos do pequeno partido ilegal de alguns milhares de membros somente para o grande partido de massas de cerca de duzentos mil membros, força política de influência conhecida no curso dos acontecimentos nacionais. Enfim, o próprio medo que causamos às classes dominantes, que não vacilam em arrancar a máscara democrática e constitucional para se lançar às piores violências do anti-comunismo sistemático, não deixa de ser também uma contra prova do prestígio e da influência política de nosso partido e dos grandes êxitos táticos alcançados durante os anos de sua vida legal e até mesmo depois de cassado o registro eleitoral do Partido, já nas vésperas da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, nas eleições de novembro de 1947 em São Paulo, quando fomos majoritários nos quatro principais centros industriais do Estado.

Mas a reação crescia, aprofundava-se a luta de classe no país, perdíamos em maio de 1947 o registro eleitoral de nosso Partido e de fato a vida legal e, em janeiro de 1948, perdiam os seus lugares no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais os representantes eleitos sob a nossa legenda partidária. A todos êsses golpes não oferecemos, como era preciso, nenhuma resistência de massas e não fomos capazes, devido à nossa linha reformista e à subestimação na prática das forças da classe operária e as ilusões na reação, de mobilizar as massas para resistir aos ataques cada vez mais violentos da reação às conquistas democráticas de nosso povo e ao nível de vida dos trabalhadores sobre cujos ombros descarregam as classes dominantes todo o peso das dificuldades econômicas do após-guerra, em crescimento. Essa ofensiva da reação, que vinha se desenvolvendo de forma cada vez mais aberta e violenta, desde o golpe de 29 de outubro de 1945 e que assumiu proporções mais graves a partir de maio de 1947 e determinou a rutura de relações com a União Soviética em outubro do mesmo ano, só depois que foi adiante com a cassação dos mandatos de nossos representantes parlamentares, foi capaz de nos levar ao exame mais aprofundado das causas de nossas derrotas, à investigação severa do que ha-

via de falso e errado em nossa orientação política e em toda a atividade prática de nosso Partido. Tornava-se por isso necessária uma urgente e rápida mudança de nossa linha política. Foi o que fez a Comissão Executiva, ao fomar a iniciativa de lançar o Manifesto de Janeiro de 1948 em nome do Comitê Nacional - documento histórico que, conforme já o comprovaram os acontecimentos ulteriores, marca uma viragem decisiva em toda a atividade de nosso Partido, fazendo com que o mesmo se voltasse decididamente para a classe operária e para as grandes empresas, onde enraiza suas forças a fim de poder resistir aos golpes da reação.

Só então pôde a Comissão Executiva começar a compreender o atraso com que iniciava essa viragem necessária e começar a avaliar os males que já causara ao nosso Partido, como ao movimento operário e democrático, tudo quanto havia de falso e errôneo na atividade prática de nosso Partido, devido, antes de tudo, à sua própria linha política falsa. Apesar das dificuldades a vencer, sob os golpes da reação e do imperialismo, quando o Partido necessitava adaptar-se rapidamente à vida clandestina, para a qual não se preparara em tempo, no momento em que se tornava urgente salvar os seus quadros dirigentes, esse processo auto-crítico teve início na Comissão Executiva e agora deve prosseguir a fim de ser levado a todo o Partido, que deve fazê-lo, de alto a baixo, procurando sem medo a origem e as causas dos erros cometidos a fim de não só extirpá-los definitivamente e utilizá-los na formação teórica e ideológica de todo o partido, como também de melhor compreender e aplicar a nova linha política. É com essa auto-crítica enérgica e audaciosa que reforçaremos o nosso Partido política e ideologicamente, e que o colocaremos a altura da tarefa gigantesca que deve enfrentar.

Ao examinarmos hoje a nossa linha política e a atividade prática de nosso Partido, durante os anos da legalidade, não podemos deixar de reconhecer quão perigosamente nos afastamos do caminho revolucionário, do marxismo-leninismo, e fomos caindo, de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo, perdendo de vista, cada vez de maneira mais acentuada, nossos objetivos estratégicos e, com ilusões de classe das mais perigosas, abandonávamos o rumo certo dos interesses de classe do proletariado. Substituíamos a luta de classe pela colaboração de classe e pensávamos erroneamente evi

tar os golpes da reação amainando as contradições de classes, em vez de aprofundá-las, como ensina e manda o leninismo. Esse sem dúvida, a causa imediata de todos os nossos erros que tiveram consequências as mais desastrosas em nossa atividade prática em todos os terrenos, tanto no orgânico como no da atividade sindical e de massas, como igualmente no da propaganda e educação. Na verdade, nada fizemos no sentido da educação do Partido no espírito revolucionário da luta de classes e, nessas condições, não fomos capazes de armar politicamente o Partido e as massas para enfrentar com decisão os golpes da reação. É evidente que a medida que procurávamos amainar a luta de classes, evitar as greves, mesmo as puramente econômicas, das mais justas e necessárias, desapareciam as organizações de massas, aquele mínimo ainda existente nos anos de 1945 e 1946, e perdiam-se sem resultados práticos os nossos planos verbais no sentido de organizar o proletariado e as massas em geral. Mas, além disto, subestimamos também o papel do Partido, seu caráter de vanguarda do proletariado e, iludidos com o seu crescimento quantitativo, abrimos suas portas aos oportunistas, a muita gente sem o espírito de luta baixando o nível ideológico do todo, sua qualidade, militância e combatividade. Foi justa, sem dúvida, a luta contra o sectarismo em nossas fileiras, mas errôneas nossa política de organização e os métodos de recrutamento que adotamos e que traduziam grande incompreensão de nossa parte a respeito do papel do Partido. O camarada Stalin, como lembra Matias Rakosi em artigo recente, já assinalara o perigo que podia apresentar a transformação do Partido em uma formação imprecisa, amorfa, desorganizada, perdida num oceano de "simpatizantes", abolindo toda a limitação entre o Partido, e a classe, invertendo a tarefa do Partido, que é de educar as massas não organizadas trazendo-as para o nível do destacamento de vanguarda. Não só não tomamos na devida conta esse perigo, como não fomos também capazes de sentir há mais tempo, suas graves consequências em nossas fileiras, cada dia mais amorfas e desorganizadas, e que perdiam efetivamente as características de organização superior da classe operária. Orgulhavamo-nos de nossos duzentos mil membros mas olvidávamos, como ensina ainda o camarada Stalin, que o Partido "é forte não somente pelo número, mas antes de tudo pela qualidade de seus membros". Nosso Partido perdeu suas características de organização superior da classe operária, substituiu de fato as organizações inferiores, tornou-se incapaz

para exercer seu papel de vanguarda, de força dirigente que, na medida do possível, deve saber prever os acontecimentos para neles intervir. Esse espontaneísmo é ainda outra manifestação dos erros reformistas e oportunistas de nossa linha política, em consequência da qual íamos em geral a reboque dos acontecimentos que repetidamente nos surpreendiam. Assim aconteceu a 7 de maio com a cassação do registro eleitoral do Partido e mesmo ainda em janeiro de 1948, quando da cassação dos mandatos dos representantes comunistas. E, diante das derrotas e insucessos, buscávamos justificativas e explicações que nos iam levando à construção de toda uma teoria oportunista, e portanto, ao charco do revisionismo. Perdíamos cada vez mais o sentido da realidade e a capacidade crítica e auto-crítica. Baixaram consideravelmente o nível ideológico de nosso Partido, em consequência do rápido desenvolvimento de seus efetivos e da falta de uma educação comunista que não fomos capazes de dar aos seus membros, mas é na direção do Partido, no Comitê Nacional e na Comissão Executiva, particularmente nesta que recai a responsabilidade máxima pelos erros que foram cometidos.

É certamente necessário e indispensável um exame de talhado, em todos os setores e terrenos de nossa atividade, assim como em todas as instâncias de nossa organização, dos erros que foram cometidos. Essencial, no entanto, neste momento, é investigar mais profundamente as raízes de nossos erros. Como fomos levados a tão graves desvios da linha revolucionária do proletariado? De onde vieram ou partiram as tendências que nos levaram a tão graves erros? Para responder a essas indagações, devemos voltar ao período imediatamente anterior, ao período da guerra contra o nazismo e aí, efetivamente, já vamos encontrar as raízes de nossos erros. Diante da agressão nazista, soubemos adotar uma política de colaboração internacional e, internamente, de União Nacional, que era justo, sem dúvida, mas que trazia também perigos, especialmente para um partido como o nosso, em formação, e que ainda sofria as duras consequências da derrota de 1935. Já não é fácil aos partidos da classe operária, nos países coloniais e dependentes, manter sua independência de classe dentro da colaboração e aliança com outras classes para a luta pela libertação nacional, e é lógico que essa dificuldade se torna ainda maior, como que se eleva ao quadrado, quando a aliança se amplia, como no caso da guerra contra

o nazismo, até incluir as próprias nações imperialistas, das que mais diretamente oprimem nosso povo, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Já em 1939, em sua intervenção no XVIII Congresso do Partido Comunista (b) da U.R.S.S., dizia Manuilski, ao falar da situação dos diversos Partidos Comunistas:

"Ao aplicar a tática da frente única operária e da frente popular anti-fascista surgiram em alguns Partidos Comunistas determinadas tendências de caráter direitista e oportunista. Tendências que foram expressas através de um enfraquecimento na luta contra os elementos capitulacionistas, numa idealização do papel dos Estados chamados democráticos, no encobrimento de seu caráter imperialista. O aparecimento destas tendências, se bem que em forma embrionária, demonstra que é imprescindível intensificar a luta contra o oportunismo".

Esta séria advertência de Manuilski nós não a ouvimos e, sem dúvida, fomos muito além das formas embrionárias nessas tendências de caráter direitista e oportunista, na "idealização dos Estados chamados democráticos", na idealização do governo democrático de Roosevelt, na idealização de sua "política de boa vizinhança", em que não vimos o seu lado imperialista, ou como diz Manuilski, caímos "no encobrimento de seu caráter imperialista". Ao apoiarmos todos aqueles que lutavam contra o nazismo, esquecíamos que os objetivos do imperialismo eram diferentes daqueles por que lutavam os povos soviéticos e o proletariado do mundo inteiro. Tratava-se para o imperialismo ianque de liquidar o concorrente alemão e de conquistar novas posições para ulterior expansão. Mas, idealizando a política dos monopólios ianques, encobrimos seu caráter imperialista, vimos o aliado e esquecíamos que este tratava de liquidar os concorrentes no Brasil através da lista negra, da conquista de novas posições por meio dos acordos de Washington, de penetrar no aparelho estatal, de infiltrar-se nas forças armadas e de ganhar ideologicamente os chefes militares brasileiro, e, inclusive, de ocupar militarmente o nosso solo, em nome da luta comum contra o nazismo. E, internamente ao lutarmos pela união nacional não sabíamos distinguir o sentimento patriótico do povo que lutava pela derrota do nazismo da posição das classes dominantes, cujos objetivos eram evidentemente outros - lutavam por sobreviver à sombra do imperialismo ianque já que não era mais possível explorar e oprimir as massas sob a égide do imperialismo nazista. E o reflexo dessas ilusões nas classes dominantes foram as tendências direitistas, o "seguir

dismo" que nos impedia de lutar abertamente pelas menores reivindicações populares inclusive anistia para os condenados de 1935, tendências todas que tiveram sua formulação mais característica na palavra de ordem evidentemente falsa de "união nacional para a guerra e para a paz", que já trazia em seu bojo uma errônea apreciação das perspectivas internacionais e nacionais do após-guerra, que nos levaria a nosso afastamento cada vez maior do caminho revolucionário do proletariado e da luta de classes.

Foi o que efetivamente aconteceu. Tendo partido de um conceito falso das relações internacionais e nacionais no após-guerra, apreciando de maneira unilateral as grandes modificações produzidas pela guerra na correlação de forças sociais no mundo inteiro, fomos levados a acentuar as possibilidades realmente existentes de um longo período de colaboração entre a URSS e as potências imperialistas, silenciando, no entanto, quanto as forças contrárias que minavam essa colaboração e que tendiam, cada vez com maior violência, justamente em consequência de derrota militar do nazismo, a dividir o mundo em dois campos antagônicos. E em consequência dessa apreciação falsa da situação mundial, como já foi comprovada pelos acontecimentos ulteriores e pela agravação crescente da situação internacional, decorria nossa política interna que se baseava na premissa evidentemente falsa de um possível desenvolvimento progressivo da democracia no Brasil e que se negava a ver os tremendos obstáculos que contra essa possibilidade se levantavam, cada dia maiores e mais violentos. Evidentemente, as condições particulares em que se desenvolveram os acontecimentos políticos no Brasil ao findar a guerra contra o nazismo, os grandes êxitos imediatamente alcançados pelo nosso Partido, que passava repentinamente da clandestinidade para a vida legal e engrossava suas fileiras com novos elementos, política e ideologicamente, atrasados, em número dez e vinte vezes superiores ao dos efetivos provados da clandestinidade, êstes e outros fatores muito concorreram para agravar cada vez mais os desvios direitistas, e para afastar-nos cada vez mais do terreno revolucionário da luta de classes para o do oportunismo, para o da colaboração de classes e o reformismo.

Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas, através da luta por suas reivindicações imediata, co-

mo única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos "ordem e tranquilidade" e procurávamos conter o descontentamento das massas - tola ilusão pequeno-burguesa que denota o quanto já nos afastamos então do terreno da luta de classes e dos ensinamentos fundamentais do marxismo-leninismo. É certo que, diante da correlação de forças sociais no país, da fraqueza do movimento operário e do nosso próprio Partido, que tudo devíamos enviar para evitar as provocações do inimigo, sem no entanto, abandonarmos a luta pelos interesses imediatos das massas, já que nos colocando, como efetivamente ficamos, contra os interesses das massas, mandando apertar o cinto, não fazer greves, aumentar a produtividade, alimentando ilusões numa "Carta de Paz Social", perdíamos a única arma eficiente para a luta de verdade contra o golpe reacionário e imperialista que se preparava e que efetivamente foi desfechado a 29 de outubro e ao qual só nos foi dado opôr palavras.

Apesar da posição firme que assumimos, desde 1945, contra a intervenção do embaixador Berle na política nacional, de nossa posição contra a guerra imperialista e o "Livro Azul", assim como de nossa luta pela expulsão dos soldados norte-americanos de nossas bases militares, não há dúvida que mesmo a luta pela libertação nacional do jugo imperialista, ela também, foi inconsequente e se ressentiu dos erros fundamentais que vínhamos cometendo. Apesar de falarmos na agressividade do imperialismo ianque, não soubemos desmascarar de maneira objetiva sua crescente penetração no país, não vimos as posições que o imperialismo ia adquirindo, não vimos como as comissões técnicas do tempo de guerra se iam transformando em instrumento de domínio político que o imperialismo ianque através delas se infiltrava em todo o aparelho estatal e como assumia de fato o controle cada vez maior de nossas forças armadas, transformando muitos oficiais e chefes em seus agentes e intermediários para maior dominação política e militar da nação.

Toda a nossa atividade política, a começar pela linha geral do Partido, era assim fundamentalmente falsa e errônea, tipicamente reformista, não só pela subestimação da luta contra o imperialismo como também pelas ilusões de classe que nos colocavam a reboque na burguesia. Esses erros tiveram as consequências mais desastrosas e se refletiam em toda a nossa atividade prático-

ca. Após o golpe de 29 de outubro, fomos cedendo cada vez mais diante da reação em crescimento, alimentando ilusões cada vez maiores na eleições e na solução parlamentar dos problemas que mais interessavam às massas trabalhadoras e acabamos por perder de vista os objetivos fundamentais da Revolução brasileira, sôbre os quais silenciávamos. Ilusões de classe cada vez maiores no papel da burguesia progressista e, inclusive, no papel do imperialismo, nos levaram a um desinteresse cada vez maior pela experiência revolucionária do proletariado mundial e dos sucessos do socialismo na URSS. No terreno da organização abandonávamos os princípios do marxismo-leninismo, no que concerne ao papel do Partido, permitindo um recrutamento sem discriminação, o que sobrecarregou o Partido de elementos socialmente estranhos, oportunistas e arrivistas, tendia a baixar seu nível ideológico e tirar-lhe o caráter de destacamento de vanguarda da classe operária. Mas isto se tornava ainda mais grave, por que simultaneamente diminuiam nossas bases nas grandes empresas, como se comprovou já na atividade preparatória do IV Congresso, de que não participaram nem 50% das células de empresas da capital de São Paulo. Enfim, em todos os setores de trabalho tinham inevitavelmente que se manifestar as consequências desastrosas de uma orientação geral fundamentalmente falsa. O mesmo se deu em todos os escalões do Partido, chegando a assumir em alguns deles, especialmente em São Paulo e Pernambuco, aspectos mais graves e perigosos, como o de perder o Partido, na prática, sua independência política e colocar-se a reboque da burguesia.

Mas para que essa auto-crítica, que deve ser feita em todos os escalões de nosso Partido, possa produzir os resultados necessários, é indispensável não somente essa caracterização, tão exata quanto possível, dos erros que foram realmente cometidos, através da análise do processo de seu desenvolvimento, desde as suas primeiras manifestações, como tentamos fazê-lo, mas também das causas que os determinaram. Quais foram então as verdadeiras causas daqueles desvios iniciais que, não corrigidos em tempo, nos levaram aos graves erros que assinalamos? Elas estão, sem dúvida, na própria formação do nosso Partido, nas origens pequeno-burguesas de seus dirigentes e mesmo no baixo nível político do proletariado brasileiro, ainda em formação e não de todo livre ideologicamente de suas origens camponesas. Mas se, de um lado, é evidente, como causa de nosso

erros, essa influência da ideologia pequeno-burguesa em nossas fileiras, de outro, está também no baixo nível teórico de todo o Partido inclusive de seus quadros dirigentes, outra causa fundamental dos nossos erros. Evidentemente, não soubemos aplicar os ensinamentos essenciais do marxismo-leninismo nas difíceis e complexas condições da guerra contra o nazismo e do pós-guerra. Além disso, devemos aplicar o marxismo-leninismo ao caso brasileiro, o que evidentemente não é fácil, devido não só à nossa insuficiência teórica no terreno do marxismo-leninismo, como também ao desconhecimento, que ainda é muito grande em nossas fileiras, dos problemas brasileiros, da situação real em que se encontra o nosso país e o seu povo, do que são efetivamente as relações sociais no país, das consequências da penetração imperialista, dos restos feudais e do desenvolvimento do capitalismo no país, etc.. Sem conhecer aprofundadamente a realidade brasileira não poderemos definir com acerto o caráter da Revolução brasileira e estamos sujeitos a cometer graves erros na linha estratégica de nosso Partido. Finalmente, outra causa de nossos erros está, sem dúvida, em nos haverem subido os êxitos à cabeça e por isso perdemos o sentido auto-crítico e a capacidade de compreensão da realidade. Esquecemos mesmo da necessidade de constituir o Partido, de prepará-lo como instrumento essencial de que necessitamos para a luta pela independência nacional e o socialismo - tarefa que o marxismo-leninismo e toda a experiência internacional do proletariado ensinam ser primordial para a classe operária, porque, como diz Stalin, "sem um Partido, revolucionário, vanguarda organizada e esclarecida da classe operária, não se pode nem pensar no derrocamento do imperialismo, na conquista da ditadura do proletariado".

Esta a nossa tarefa fundamental no momento - construir o nosso Partido, colocá-lo à altura da situação que atravessamos e das grandes lutas que se avizinham. Mas isto só será possível através das lutas de massas e na base de mais profunda auto-crítica, que devemos realizar em todo o Partido, de alto a baixo, para rompermos decididamente com o passado oportunista, reforçarmos o aparelho do Partido, todos os seus organismos dirigentes, limpando-os literalmente dos oportunistas e covardes de todos os que não queiram ou não possam compreender a nossa linha política, ou que não estejam em condições de fiel e dedicadamente pô-la em execução por mais duras que sejam as condições a vencer".

.....

** PRESTES, Luiz Carlos. "Forjar a Mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo" (Fragmento do Problema 19. Rio de Janeiro, junho-julho 1949, pp 65/72)

ANEXO IV

(Autocríticas do PCB)

Do Informe do C.E. do C.N. ao IV Congresso do PCB,
em novembro de 1954*

"Já em 1935, apesar da justa orientação do Partido, procurando unir as mais amplas forças anti-imperialistas e antifeudais na Aliança Nacional Libertadora, a influência do radicalismo pequeno burguês da direção do Partido, sob a forma específica do chamado golpismo "tenentista", levou-nos a cometer o grave erro de precipitar a insurreição quando eram ainda débeis nossas forças na classe operária e, por falta de apoio na massa camponesa, quase inexistente a aliança operário-camponesa. Para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase que só de quartéis é grave erro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935. Depois da derrota de novembro de 1935, ainda sobra influência do idealismo pequeno-burguês, tardamos demais a compreender a necessidade de fazer a retirada, evitando dessa forma prejuízos desnecessários e inevitáveis ao Partido e do movimento nacional libertador em nosso País. Quando, em 1937, diante da evidência dos erros esquerdistas e das modificações na situação, procuramos mudar a orientação política do Partido, caímos no extremo oposto, no oportunismo de substituir a hegemonia do proletariado pela hegemonia da burguesia e pregar que a burguesia brasileira seria capaz de fazer a sua própria revolução democrática, no oportunismo de considerar a luta pela industrialização do país como objetivo revolucionário, de lutar pe-

lo fortalecimento da burguesia e considerar dispensável a aliança operário-camponesa, enrolando praticamente por algum tempo as bandeiras de luta contra o imperialismo e contra o feudalismo. Essa falsa orientação facilitou o trabalho desagregador de elementos trotsquistas e acabou por debilitar a própria direção nacional do Partido, que caiu em sua quase totalidade nas mãos da polícia em 1940.

Devemos ainda ressaltar os males causados pela influência ideológica da pequena burguesia na direção do Partido no período da guerra e do pós-guerra. Particularmente a partir de 1945 tivemos grandes êxitos: conseguimos ligar (sic) rapidamente em grande Partido de massas. Nas eleições à Assembléia Constituinte conseguimos obter 10% dos sufrágios do eleitorado e nossa representação no Parlamento lutou abnegadamente pelos interesses das massas. Nosso Partido mobilizou grandes massas, foi vitorioso na campanha pela expulsão dos soldados norte-americanos de nosso território, unificou nacionalmente o movimento sindical na Confederação dos Trabalhadores do Brasil, organizou milhares de Comitês Democráticos em todo o país, defendeu a paz, levantou a palavra-de-ordem da não participação em qualquer guerra contra a União Soviética, ergueu a bandeira de luta pela reforma agrária radical e pela entrega da terra dos latifundiários gratuitamente aos camponeses sem terra, criou Ligas Camponesas, etc. O Partido aumentou seus efetivos, chegando a ter cerca de 200 mil membros. Não conseguimos, no entanto, manter a legalidade do Partido e, em maio de 1947, sem resistência organizada de massas, fomos obrigados a passar novamente à vida clandestina, sendo que em janeiro de 1948 os parlamentares comunistas tiveram cassados seus mandatos. A causa de tais insucessos estava em grande parte, nos desvios reformistas de nossa linha política e nas ilusões parlamentaristas

que predominaram no Partido, manifestações de direita da ideologia da pequena burguesia na direção do Partido. Na defesa dessa falsa orientação política chegamos mesmo a cair em posições revisionistas do marxismo-leninismo, como as das teses do "desenvolvimento pacífico" e da colaboração de classes, ou a tese da luta por uma impossível "união nacional", bem como a entrar o desenvolvimento da luta de classes nas cidades e no campo. Foi à luz dos ensinamentos contidos no Informe do camarada Zhdanov, pronunciado em setembro de 1947, na reunião de constituição do Bureau de Informação dos Partidos comunistas operários, e já sob os duros golpes da reação, que começamos a compreender o que havia de errôneo em nossa linha política e a fazer esforços para corrigi-la. Ainda desta vez, porém, ao corrigirmos os erros da direita, fomos unilateralis e caímos em posições sectárias e esquerdistas, expressas em nossos documentos da época, desde o Manifesto de Janeiro de 1948 até o Manifesto de Agosto de 1950, bem como na atividade sindical, na tendência de abandonar a luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, no emprego de uma fraseologia ultra-revolucionária, etc".

(lido por Luiz Carlos Prestes)

* INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709, O Comunismo no Brasil - vol. I, Rio, Biblioteca do Exército, 1966, pp 218/222.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. "Reformas na América Latina", in: Ensaio de Opinião, 2. Rio de Janeiro, Inúbia, 1975.
- ALEM, Silvio Frank. "O Partido do Capital: os Programas Partidários em 1945", in: Anais do V Simpósio da A.N.P.U.H. - São Paulo. São Paulo, A.N.P.U.H., 1980.
- ALEXANDER, Robert J. A Organização do Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930 - 1945). Tese de doutoramento apresentada ao Depto. de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, xerox, 1978.
- et MARTINS, Carlos Estevam. Modus in Rebus. Partidos e Classes na Queda do Estado Novo. São Paulo, mimeo, 1973.
- AMADO, Jorge. Homens e Coisas do Partido Comunista. Rio de Janeiro, Horizonte, 1946.
- AMAZONAS, João. Pelo Fortalecimento e Unidade Sindical. Rio de Janeiro, Horizonte, 1946.
- ; GRABOIS, Maurício et MARIGHELLA, Carlos. Em Defesa dos Mandatos do Povo e Pela Renúncia do Ditador. Rio de Janeiro, Vitória, 1947.
- et alii. Pedro Pomar. São Paulo, Brasil-Debates, 1980.
- ANDRADE, José X. Goês et alii. Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB. Rio de Janeiro, 1948.
- ARAUJO, R. O. et FUENTES, M.M. El Partido Comunista Mexicano. México D.F., El Ca ballito, 1973.
- BANDEIRA, Moniz et alii. O Ano Vermelho. A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

- Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- BARATA, Agildo Gama Ribeiro. Vida de um Revolucionário. Memórias. Rio de Janeiro, Melso, 1963.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. Vol. III - De 1930 a 1965, 3ª edição. São Paulo, Alfa Ômega, s/d.
- Uma Vida em Seis Tempos. Memórias. São Paulo, Alfa Ômega , 1976.
- BELLO, José Maria. História da República 1889-1954, 6ª edição. São Paulo, C.E.N., 1972.
- BEZERRA, Gregório. Memórias (Primeira Parte 1900-1945), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- CAFÉ Filho, João. Do Sindicato ao Catete. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. O Sindicalismo Bancário em São Paulo, No período de 1923-1944: seu significado Político. São Paulo, Símbolo, 1978.
- CAÚ, José. Dutra: O Presidente e a Restauração Democrática. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, DIFEL, 1969.
- CARMO, José Arimateia Pinto. Diretrizes Partidárias, UDN - PRD - PSD - PTB - PRP - PL - PR - PSP - PDC - PGT - PST - PTN - PCB. Rio de Janeiro, Pongetti, 1948.
- CARONE, Edgard. O Estado Novo. São Paulo, DIFEL, 1976.
- Movimento Operário no Brasil (1877-1944), São Paulo, DIFEL, 1979.
- A República Nova (1930-37). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

----- A Segunda República. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

----- A Terceira República (1937-1945). São Paulo, DIFEL, 1976.

CARVALHO, Apolônio. Os Problemas da Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, Horizonte, 1947.

CAVALCANTI, Paulo. O Caso Eu Conto Como o Caso Foi (Da Coluna Prestes à Queda de Arraes). Memórias. São Paulo, Alfa Ômega, 1978.

CHAVES Neto, Elias. Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo. São Paulo, Alfa Ômega, 1978.

CHILCOTE, Ronald. The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration. New York, Oxford University Press, 1974.

CLAUDIN, Fernando. La Crisis del Movimiento Comunista, Tomo I (de la Komintern al Kominform). Ruedo Iberico, 1970.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CATÓLICOS. Manual do Círculo Operário. Rio de Janeiro, Vozes, 1940.

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRASIL. Resoluções do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1946.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (9ª edição). Rio de Janeiro, Aurora, 1956.

COSTA, João da Cruz. Pequena História da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

COUTINHO, Lourival. O General Goês Depõe Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955.

CUNHA, José Gony. Um Brasileiro na Guerra Espanhola. Porto Alegre, Globo, 1946.

D'OLIVEIRA, João Daudt. Depoimento: exposição feita à comissão de investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte, apresentando os pontos de vista das classes produtoras do Brasil em face dos problemas econômicos do país na atualidade. Rio de Janeiro, s/ed., 1946.

- DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DELLA CAVA, Ralph. "Igreja e Estado no Brasil do Século XX", Estudos CEBRAP 12. São Paulo, 1975.
- DIMITROV, G. A Unidade Operária Contra o Fascismo (Informe ao VIIº Congresso Mundial da I.C., em 02.08.1935). Belo Horizonte, Aldeia Global, 1978.
- DUARTE, Paulo. "Prisão, Exílio, Luta". Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.
- FAUSTO, Boris. "O Estado Novo", in: Pequenos Ensaios da História da República. Cadernos CEBRAP 10. São Paulo, CEBRAP, 1972.
- FRANCO, Virgílio A. de Mello. A Campanha da U.D.N. (1944-1945). Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, C.E.N., 1967.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo. São Paulo, Símbolo, 1977.
- GOMES, Eduardo. Campanha de Libertação (2ª edição). São Paulo, Martins, 1946.
- IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- IAKOVLEV, N. História Contemporânea de los Estados Unidos. Vol. II, B.A. Futuro. INQUERITO POLICIAL MILITAR nº 709. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 1966.
- KRIEDEL, Annie. Communismes au Miroir Français. Paris, Gallimard, 1974.
- Les Internationales Ouvrières (1864-1943). Paris, P.U.F., 1975.
- LACERDA, Carlos. O Rato Fiuza. Rio de Janeiro, Moderna, 1946.
- LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil, 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- LOPEZ, Juarez Brandão. Sociedade Industrial no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1964.

- MARANHÃO, Ricardo Frota de Albuquerque. "A Conjuntura do Pós Guerra Imediato", in: Cadernos de História 5. São Paulo, CEHAT-USP, 1975.
- Sindicatos e Democratização (Brasil, 1945-1950). São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MURMIS, M. et PORTANTIERO, J. C. Estudos Sobre as Origens do Peronismo. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MORAES Filho, Evaristo. O Problema do Sindicato Único no Brasil: Seus Fundamentos Sociológicos, 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- MOURÃO, Milcíades M. Dutra: História de um Governo. Rio de Janeiro, Pongetti, 1955.
- MOVIMENTO UNIFICADOR DOS TRABALHADORES, Manifesto. Rio de Janeiro, Comissão de Divulgação e Propaganda, 1945.
- NASSER, David. Para Dutra Ler na Cama. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1947.
- OLIVEIRA, Francisco. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Questionando a Economia Brasileira. Seleções CEBRAP 1. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1976.
- ÓNODY, Oliver. A Inflação Brasileira (1820-1958). Rio de Janeiro, s/ed., 1960.
- PCB. Processo de Cassação de Registro (1947). Belo Horizonte, Aldeia Global, 1980.
- PECAUT, Daniel. Politica y Sindicalismo en Colombia. Bogotá, La Carreta, 1973.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. "A Criação do Partido Trabalhista Brasileiro", in: Ensaio de Opinião nº 1. São Paulo, 1975.
- PERALVA, Osvaldo. O Retrato. Belo Horizonte, Itatiaia, 1960.
- PEREIRA, Astrogildo. Formação do Partido Comunista Brasileiro. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- PEREIRA, Luiz. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

PEREIRA, Osny Duarte. Que é a Constituição ? (Crítica à Carta de 1946, com Vis-
tas às Reformas de Base). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Ter-
ra, 1975.

----- "O Singular Ditador", in: Isto É 46. São Paulo, 09.11.
1977.

POMAR, Pedro. Os Comunistas no Movimento de Massa (Informe ao "Pleno da Vitória").
Rio de Janeiro, Horizonte, 1945.

PRESTES, Luiz Carlos. Problemas Atuais da Democracia. Rio de Janeiro, Vitória,
1947.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Di-
fusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e Conflito Industrial no Brasil. São
Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

ROWLAND, Roberto. "Classe Operária e Estado de Compromisso", Estudos CEBRAP 8.
São Paulo, 1974.

SANTOS, Davino Francisco. A Marcha Vermelha. São Paulo, Saraiva, 1948.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Aspectos da Atividade
do Comunismo em Pernambuco. Recife, SSP-Pe, 1958.

SILVA, Hélio. 1944: O Brasil na Guerra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
1976.

----- 1945: Porque Depuseram Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasi-
leira, 1976.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. As Classes Produtoras no Brasil e o Partido Comunis-
ta. Discurso Proferido na Sessão do dia 2 de junho de 1947, no Senado Federal.
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

----- Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos. São
Paulo, C.E.N., 1973.

- SINGER, Paul I. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, C.E.N., 1977.
- Força de Trabalho e Emprego no Brasil. Cadernos CEBRAP 8. São Paulo, 1971.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus/USP, 1966.
- SPINDEL, C. R. "Disponibilidade e Aproveitamento dos Recursos Humanos do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo", in: CAMARGO, Candido Procopio F. et alii. Composição da População Brasileira, Cadernos CEBRAP, 1973.
- SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo (Análise de Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra). São Paulo, Símbolo, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de Um Escritor (I). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- Memórias de um Soldado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- SOUZA, Antonio Manoel Braga. História do M.T.I.C. (1ª parte). Rio de Janeiro, M.T.I.C., 1955.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SUZIGAN, Wilson et VILLELA, Anibal. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA, 1973.
- TELLES, Jover. O Movimento Sindical no Brasil. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- TOLEDO, M. Montefort et alii. Centro America, Subdesarrollo y Dependencia. México, UNAM, 1972.
- TRINDADE, Hélió. Integralismo: o Fascismo Brasileiro na década de 30. São Paulo, DIFEL, 1974.
- TROYANO, Annez Andraus. Estado e Sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.

TOURAINÉ, Alain. "Industrialization et Conscience Ouvrière à São Paulo", Sociologie du Travail 4. Paris, 1961.

VALE, Osvaldo Trigueiro. O General Dutra e a Redemocratização de 45. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

VELASCO, Domingos. Rumos Políticos. Rio de Janeiro, Agir, 1946.

VERGARA, Luiz. Eu Fui Secretário de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco C. Dejemo nos de Farsas Inúteis, História Crítica ou História Ideológica ? São Paulo, mimeo. 1973.

----- "Estado e Massas no Brasil", in: Revista Civilização Brasileira 7, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

----- "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil - A Conjuntura do Após Guerra", Estudos CEBRAP . São Paulo, abril/junho 1973.

----- Partidos, Sindicatos e Democracia. Algumas Questões para o período 1945-1964. São Paulo, mimeo, s/d.

----- Sindicatos e Política. (Tese apresentada para concurso de Livre Docência). São Paulo, xerox, 1975.

PERIÓDICOS

(Indicamos entre parenteses o período consultado).

Ação Direta, Rio de Janeiro (1946-1947).

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro (1942-1948).

Correio da Manhã. Rio de Janeiro (1943-1948, avulsos).

Cultura Política. Rio de Janeiro (1941-1943).

Dia, O. Curitiba (outubro-dezembro 1943).

Diário Carioca. Rio de Janeiro (1945-1946, avulsos).

Diário de Pernambuco. Recife (1942-1947, avulsos).

Diário de São Paulo. São Paulo (1945-1946, avulsos).

Diário da Tarde. Curitiba (outubro-dezembro 1943).

Diretrizes. Rio de Janeiro (2ª fase 1943-1944) (3ª fase 1945-1946).

Estado de São Paulo, O. São Paulo (1945-1947, avulsos).

Folha da Manhã. São Paulo (1945-1947).

Folha do Povo. Recife (1945-1946).

Folha Socialista. São Paulo (1947-1948).

Gazeta do Povo. Curitiba (outubro-dezembro 1943).

Globo, O. Rio de Janeiro (1945-1946, avulsos).

Hoje. São Paulo (1945-1947) (1948 - avulsos).

Ilustração. São Paulo (1943).

Jornal Pequeno. Recife (1942-1945, avulsos).

Literatura. Rio de Janeiro (1946-1948).

Libertador, O. São Paulo (1946).

Orientação Socialista. São Paulo (1946-1948).

Plebe, A. São Paulo (1947).

Periódico, O. Rio de Janeiro (1943).

Problemas. Rio de Janeiro (1947-1948).

Quatrièmme Internationale. Paris (1958, avulsos).

Renovação. Rio de Janeiro (1944).

Serviço Social. São Paulo (1946-1947).

Trabalhador Gráfico, O. São Paulo (1941-1948).

Tribuna Popular. Rio de Janeiro (1945-1947).

Vanguarda Socialista. Rio de Janeiro (1945-1947).